SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO ESTADUAL DE MARINGÁ
MUNICIPIO: MARINGÁ
NÚCLEO REGIONAL DE MARINGÁ

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

MARINGÁ
2011

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana, para que eles se tornem humanizados e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (SAVIANI, 2008).

Sumário

INTRODUÇÃO 6
1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO 9
1.1 Dados Cadastrais 9
1.2 Histórico da Instituição 10
1.3 Espaço Físico 25
1.4 Organização da escola e caracterização da comunidade escolar 26
2. OBJETIVOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 28
3. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS DO TRABALHO ESCOLAR 28
4. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO 32
5. ANÁLISE DAS CONTRADIÇÕES E CONFLITOS PRESENTES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA 35
6. CONCEPÇÕES QUE NORTEARÃO A PRÁTICA PEDAGÓGICA 42
7. CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO 51
8. PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA 55
9. OPERACIONALIZAÇÃO DA GESTÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS 57
9.1. O papel específico dos segmentos da comunidade escolar 57
9.2. Papel das instâncias colegiadas 65
10. CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA 71
10.1. Critérios para elaboração do calendário escolar e horários letivos/não letivos 71
10.2. Critérios para organização de turmas e distribuição de aulas por professor 71
10.3. Critérios para a organização do trabalho pedagógico e utilização dos espaços educativos 72
11. RECURSOS FINANCEIROS DA ESCOLA 75
12. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO 77
13. REFERÊNCIAS 77
PROPOSTAS PEDAGÓGICAS CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO, NORMAL E PROFISSIONAL 80
DISCIPLINA: ARTE 81
DISCIPLINA: BIOLOGIA 93
DISCIPLINA: CIÊNCIAS 96
DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA 99
DISCIPLINA: ENSINO RELIGIOSO 104
DISCIPLINA: FILOSOFIA 106
DISCIPLINA: FÍSICA 110
DISCIPLINA: GEOGRAFIA 113
DISCIPLINA: HISTÓRIA 118
DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA 122
DISCIPLINA: MATEMÁTICA 131
DISCIPLINA: QUÍMICA 137
DISCIPLINA: SOCIOLOGIA 142
DISCIPLINA: LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA- INGLÊS 146
EDUCAÇÃO ESPECIAL 153

APRESENTAÇÃO 153
PROGRAMA - SALA DE RECURSOS (MULTIFUNCIONAL) 156
PROGRAMA SALA DE APOIO À APRENDIZAGEM 158
PROGRAMA CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL – DV 159
PROPOSTA CURRICULAR FORMAÇÃO DE DOCENTES 162
DISCIPLINA: CONCEPÇÕES NORTEADORAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL 164
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 168
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO 171
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO 176
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL 180
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO 185
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO 188
DISCIPLINA: LITERATURA INFANTIL 191
DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS 194
DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DA ARTE 200
DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DE EDUCACÃO FÍSICA 204
DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA 209
DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA 211
DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA 213
DISCIPLINA METODOLOGIA DO ENSINO DE PORTUGUÊS/ ALFABETIZAÇÃO 215
DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO 217
DISCIPLINA: TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL 220
DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO 225
PROJETO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA O 2º ANO INTEGRADO 228
PROJETO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA O 4º ANO INTEGRADO 233
PROJETO DE PRÁTICA DE FORMAÇÃO 3ª SÉRIE DO CURSO DE FORMAÇÃO DE DOCENTES COM APROVEITAMENTO DE ESTUDOS 238
PROJETO DE PRÁTICA DE FORMAÇÃO - 1º SEMESTRE DO CURSO DE FORMAÇÃO DE DOCENTES COM APROVEITAMENTO DE ESTUDOS 243
PROPOSTA CURRICULAR – TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO 246
DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DE MARKETING E VENDAS 249
DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO 251
DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA 255
DISICPLINA: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS PÚBLICAS 258
DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL 261
DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DE PRODUÇÃO E MATERIAIS 264
DISCIPLINA: COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL 269
DISCIPLINA: CONTABILIDADE 272
DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E GERENCIAL 273
DISCIPLINA: ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS 274
DISCIPLINA: ESTATÍSTICA APLICADA 276
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DO TRABALHO 278
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO 281

DISCIPLINA: GESTÃO DE PESSOAS....282
DISCIPLINA: INFORMÁTICA....286
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À ECONOMIA....288
DISCIPLINA: MARKETING....292
DISCIPLINA: MATEMÁTICA FINANCEIRA....296
DISCIPLINA: METODOLOGIA E TÉCNICA DE PESQUISA....297
DISCIPLINA: NOÇÕES DE DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO....299
DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS....303
DISCIPLINA: PRÁTICA DISCURSIVA E LINGUAGEM....305
DISCIPLINA : SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS....307
DISCIPLINA: TEORIA ECONÔMICA....309
DISCIPLINA: TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO....312
PROPOSTA CURRICULAR – TÉCNICO EM LOGÍSTICA....315
DISCIPLINA: APLICAÇÕES OPERACIONAIS DA LOGÍSTICA....316
DISCIPLINA: DIREITO E LEGISLAÇÃO....318
DISCIPLINA: ESPANHOL INSTRUMENTAL....320
DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DO TRABALHO....322
DISCIPLINA: INGLÊS INSTRUMENTAL....325
DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À LOGÍSTICA....327
DISCIPLINA: MATEMÁTICA FINANCEIRA E NOÇÕES DE ESTATÍSTICA....329
DISCIPLINA: PROCESSOS, QUALIDADE E SISTEMAS....332
DISCIPLINA: REDAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA LOGÍSTICA....334
DISCIPLINA: SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL....337
DISCIPLINA: TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO....339

INTRODUÇÃO

A democracia é um dos pontos centrais na consolidação da cidadania de um povo, por esse motivo, ela deve, além de fazer parte do dia-a-dia da escola, ser um princípio norteador de todo trabalho. A gestão democrática do trabalho pedagógico deve acontecer com a participação e a construção coletiva da comunidade escolar de um projeto que direcione o trabalho pedagógico numa dimensão de totalidade, tentando desta forma, assumir a real função da escola, por meio dos Conselhos Escolares, Conselhos de Classe, Grêmios Estudantis e das Associações de Pais e Educadores. É preciso conceber que a escola, é um espaço organizado de socialização do conhecimento científico, e, sendo pública, deve ser democrática, de qualidade e para todos e todas.

Com a promulgação da Lei 9.394/96, as escolas adquiriram o direito da elaboração coletiva do Projeto Político Pedagógico. Em seu artigo 12, inciso I, estabelece:

Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – elaborar e executar sua proposta pedagógica.

Os artigos 13 e 14 definem as incumbências docentes com relação ao projeto pedagógico*:*

Art.13 - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino.

Art.14 – participação dos profissionais da educação na elaboração de projeto pedagógico da escola.

Ainda na referida lei, no artigo 3º, são definidos os princípios norteadores do Projeto Político Pedagógico:

- *Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;*
- *Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;*
- *Pluralismo de idéias e concepções pedagógicas;*
- *Respeito à liberdade e apreço a tolerância;*
- *Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;*

- *Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;*
- *Valorização do profissional da educação escolar;*
- *Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação do sistema de ensino;*
- *Garantia do padrão de qualidade;*
- *Valorização da experiência extracurricular;*
- *Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.*

Amparados pela base legal, a comunidade escolar do Instituto de Educação Estadual de Maringá elaborou o presente projeto, o qual representa a própria organização do trabalho pedagógico escolar em todas as suas especificidades, níveis e modalidades, norteadas pelas questões de análise:

Que **sujeito** se **quer** formar?

Quais **saberes** queremos discutir?

Que **sociedade** queremos para viver?

Que **educação** queremos priorizar?

Que **avaliação** precisamos construir?

Que **cultura** queremos valorizar?

Que **conhecimentos** queremos trabalhar?

Que relações de **poder** queremos manter?

Nesse sentido, as equipes, administrativa e pedagógica são as articuladoras, da elaboração coletiva do projeto político dessa escola. A sustentação dessa proposta exige que a gestão administrativa, pedagógica e financeira seja articulada a partir de um projeto político pedagógico escrito e referendado coletivamente pela comunidade escolar, ou seja, que envolva professores, funcionários, alunos e pais. **Projeto** significa o anúncio do devir, do que foi pensado coletivamente e que pode passar do plano das ideias à ação. **Político** porque pressupõe a opção com o compromisso em relação à formação do cidadão para um determinado tipo de sociedade, e, **Pedagógico,** pois o fim a ser atingido é o processo ensino-aprendizagem, que exige formas de organização dos elementos necessários à assimilação do conhecimento, fazendo a distinção entre o essencial e a aparência, o principal e o secundário, o fundamental e o acessório, seguindo o pensamento de

Saviani (2008).

A primeira parte do projeto tem por objetivo explicitar a identificação, a contextualização histórica da instituição de ensino, organização dos espaços físicos, caracterização da comunidade escolar e fundamentação teórica que subsidiará as ações pedagógicas desenvolvidas. Essa fundamentação tem como referencial teórico o materialismo histórico e dialético. Na sequência, a Proposta Pedagógica Curricular da Educação Básica e da Educação Profissional, que estão em consonância com os princípios e concepções teóricas apontadas no documento, o qual vem propiciando um processo de estudos para elaboração e (re)elaboração desde 2001, envolvendo todos os segmentos da instituição, pautados nas Diretrizes Curriculares do Estado do Paraná por disciplina.

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

1.1 Dados Cadastrais

Instituto de Educação Estadual de Maringá Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional.

Fone: (0**) 44 3226-4346

Fax: (0**) 44 3226-4346

Rua Martin Afonso, 50.

CEP. 87010-410

Maringá - Paraná

Site: www.ieem.com.br

E-mail: mgaieepmaringa@seed.pr.gov.br

Horário de Funcionamento

Matutino 7:30 às 11:55	**Vespertino** 13:15 às 17:40	**Noturno**: 19:00 às 23:00
- Educação Especial - CAE-DV - Salas de Recursos - Ensino Médio - Educação Profissional: - Técnico em Administração (integrado) - Formação de docentes (integrado) - Sala de Apoio à Aprendizagem (5ª e 8ª séries)	- Educação Especial - CAE-DV - Salas de Recursos - Ensino Fundamental-5ª a 8ª séries -CELEM (14:00-15:40; 16:00-17:40; 17:45-19:25); Línguas ofertadas: Espanhol, Francês e Italiano.	- Ensino Médio - Educação Profissional Técnico em Administração (Integrado e subsequente) - Formação de docentes (Integrado e subsequente) - Logística (subsequente) - Secretariado (subsequente) - CELEM (19:30-21:10); Línguas ofertadas: Espanhol, Francês e Italiano.

1.2 Histórico da Instituição

Maringá foi fundada, oficialmente, em 1947. Ainda nova, com poucas estradas, já apresentava rápido crescimento de sua população. As pessoas se avolumavam, cada vez mais, e assim, também crescia a necessidade por novas estruturas nos vários setores da atividade humana. Esse é o princípio do crescimento da cidade que rapidamente tomou grandes dimensões.

Maringá crescia em extensão e, com isso, também aumentavam suas necessidades. Dentre os problemas das famílias que se fixavam na região, podemos citar a preocupação da escola para os filhos. No início, ficou por conta dos próprios habitantes, que adaptaram uma residência, e alguns professores, começaram a lecionar (LUZ, 1999, p.123).

Seriam esses os primeiros sinais da demanda para a formação de professores na cidade de Maringá. Essa demanda por novos professores fundamentou a criação da escola normal que originou, posteriormente, o Instituto de Educação Estadual de Maringá (IEEM), na época, Escola Amaral Fontoura.

O IEEM, desde sua criação possuia como identidade principal a de escola formadora de professores, dessa forma, teve contribuição de modo singular para a história da educação do município, com a formação dos professores para atuação nos anos iniciais da escolaridade, seja em instituições de educação pública ou privada.

Essa trajetória histórica poderia permanecer fiel ao propósito de sua criação, mas ao longo dos anos, houve a incorporação de novas tendências ao sistema educacional e outras modalidades de ensino foram implantadas. Foi nesse contexto que começou a se traçar o caminho intrincado do IEEM.

Contar ou (re)contar a história dessa instituição de ensino, significa seguir pegadas num caminho que em alguns trechos estarão bem delineadas e em outros, não muito claras. Ao consultar os documentos oficiais e registro da própria escola, foi possível entender o porquê da não preservação dessas memórias. Nesse ponto, se revelaram as contradições e poderes existentes nas esferas políticas e econômicas que procuraram edificar a imagem de sua visão sobre os processos de organização e funcionamento do sistema educativo.

De forma institucionalizada, o Sistema Estadual de Ensino, estabelecido na forma de lei[1], trazia no seu bojo a criação oficial dos Institutos de Educação Estadual, abrindo a possibilidade de uma nova organização das escolas normais existentes no Estado do Paraná. Em Maringá, as escolas normais funcionavam desde 1956 em duas vertentes: a Normal Secundária e a Normal Regional[2].

Os profissionais formados por essas escolas tinham especificidades diferentes: aos concluintes do curso da escola normal colegial era conferido o título de "professor primário"; aos concluintes da escola normal ginasial, o de "regente de ensino", o equivalente ao ensino fundamental e médio, respectivamente, na nomenclatura da atual legislação. Nessa organização foi possível verificar a expressa necessidade de formar professores para alfabetização.

Como fontes documentais do período de 1956 a 1966, além dos textos legais, existem dois livros ata para os registros do Histórico do Grêmio Normalista da Escola Normal Secundária de Maringá. Nesses livros contêm relatos de eventos, fotos e recortes de jornais que guardam um pouco da memória da primeira década da Escola Normal e da formação dos professores.

A criação oficial do "grêmio da normalista" ocorreu em 26 de dezembro de 1956, conforme ata registrada em livro próprio com a presença da primeira diretora,

---

[1] Lei nº 4978, de 05 de dezembro de 1964.

Art. 158 – O ensino normal tem por fim a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares e outros especialistas destinados ao ensino primário e pré-primário, e o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos relativos à educação da infância.

Art.159 – O ensino normal será ministrado nos seguintes estabelecimentos:

I – escola normal de grau ginasial de 05(cinco) séries anuais, onde além das disciplinas obrigatórias de curso secundário ginasial será ministrada preparação pedagógica na 5ª série;

II – a escola normal colegial de 03(três) séries anuais, em prosseguimento à quarta série ginasial;

III **– instituto de educação**, onde, além dos cursos ministrados nas escolas citadas nos itens I e II, serão ministrados cursos de especialização, de administração escolar, de orientação educacional e de aperfeiçoamento, abertos aos graduados em escola normal de grau ginasial.

§ 1º - Cada estabelecimento de ensino normal contará com uma escola primária de aplicação ou de classes especiais para o período de regência a que ficarão sujeitos todos os alunos.

§ 2º Nos casos de transformação de atuais escolas regionais em ginásios, com ensino secundário de 1º ciclo, a quinta série, de preparação pedagógica para a formação de regentes de ensino, poderá funcionar, como curso anexo, em escolas normais de grau colegial ou instituto de educação da mesma cidade.

professora Ruth Loureiro Costa, e sob a coordenação dos próprios alunos. Na primeira reunião, foram estabelecidos os objetivos do grêmio, escolhido o nome: "Grêmio Normalista" e eleita a primeira diretoria.[3]

Segundo os registros, os objetivos do grêmio deveriam ser de cunho pedagógico, cívico e social. Dentre as atividades desenvolvidas, destaca-se a criação do jornal "A Normalista", editado o primeiro número no dia 17/11/1958[4].

Essa agremiação estudantil também organizava outras atividades, tais como: organização de palestras, bailes e "soirées" dançantes (utilização do antigo Aéreo Clube de Maringá), participações em atos cívicos, datas comemorativas e concurso de declamação de poesias envolvendo outras escolas.

Os documentos traduzem o envolvimento dos alunos nas atividades culturais e, ainda, a valorização do curso normal pela comunidade. Os sentidos que essas vozes assumiam, ressaltavam o grande valor da instituição em relação a seus estudantes e professores, no contexto histórico daquela época, bem como, o fato de as atividades do grêmio estarem voltadas prioritariamente para questões cívicas, demonstravam que a instituição, não sofria tão diretamente, com a falta de políticas públicas.

Interessante citar que em relação à formação ofertada, existia a preocupação das próprias alunas com o *status* do curso, num artigo presente no livro ata fica evidente a preocupação em direcionar os sentidos, o recorte de jornal apontava que "[...] muitas usam esta palavra normalista inadequadamente. Normalista é a estudante da Escola Normal Secundária e regionalista é a aluna do curso Normal Regional, que equivale ao ginásio" (LIVRO ATA, 1959).

O Grêmio Normalista na sua criação contemplava as duas escolas, ou seja, a

---

[2] Criadas pelo decreto nº 12.532 de 13/12/1955, sendo denominadas de Escola Normal Secundária e Regional de Maringá. A partir do Decreto nº 17 763 de 01/07/1958 receberam a denominação de Escola Normal Colegial e Escola Normal Ginasial

[3] Acervo do IEEM Presidente: Ruth L. Henriques; Vice-Presidente-Adaile Maria Leite; 1ª Secretária: Neuza Aparecida Portilho; 2ªSecretária: Circéia d'Alva Perroud; 1ªTesoureira: Náguia Kolicheski; 2ªTesoureira: Maria Roque; Diretora Cultural: Dora Gomes de Moura; Diretor Esportivo: Luiz Albano; Discotecária: Ceci Rodrigues de Melo; Bibliotecária: Eunysse Planas; Oradora: Alice Amaral.

[4] Diretor. Profº Nelson Barbosa e as normalistas France Luz, Sonia Giubeli e Dúbia Freitas. Comentário editado no jornal da época A Tribuna de Maringá "Recebemos com alegria, o primeiro número de jornalzinho *Normalista,* órgão oficial da Escola Normal Amaral Fontoura, desta cidade [...] é um órgão a altura do mais adiantado estabelecimento de ensino de nossa cidade".(recorte do referido jornal, livro ata p.22, acervo IEEM).

escola Normal Secundária e a Normal Regional que funcionavam no mesmo prédio e sob a mesma direção. Após a separação administrativa das escolas, em 1956, o grêmio permaneceu como parte integrante somente da escola Normal Secundária.

Década (1956 -1966)

A Escola Normal Secundária, criada pela Lei n.º 532 de 13/12/1955, foi instalada no dia 9 de março de 1956, após a verificação das condições de instalação do prédio, realizada pelo Sr. José Zalarlin, delegado de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura de Curitiba.

As inscrições foram abertas no dia 12 de agosto de 1956, para “exames vestibulares” – utilizados para selecionar os alunos, pois o número de vagas ofertado era menor que a procura para cursar essa modalidade de ensino – tanto para a Escola Normal Secundária, como para a Escola Normal Regional. Os candidatos deveriam apresentar os seguintes documentos:

- Certidão de nascimento comprovando a idade mínima de 13 anos.
- Atestado médico, que além de certificar que o candidato se encontrava em condições gerais de saúde satisfatória, deveria especificar que não se tratava de predisposto à tuberculose, neuropatia, pessoa com distúrbios de linguagem e sinistro exclusivo.
- Diploma de conclusão do Curso Primário.
- 3 fotografias 3x4.

A Escola Normal Secundária “Amaral Fontoura” e a Escola Normal Regional “Eduardo Claparéde” funcionavam no mesmo prédio, administrados pela mesma diretora, Professora Ruth Loureiro Costa, iniciando suas atividades no ano de 1956, no atual Colégio Estadual João XXIII. No entanto, em outubro de 1957, a Escola Secundária “Amaral Fontoura” e o Curso Regional “Eduardo Claparéde” por determinação da Secretaria de Estado da Educação, foram desmembradas.

Em 23 de outubro de 1957, foram organizadas duas chapas que concorreram ao Grêmio Normalista da Escola Amaral Fontoura. No dia 26 de outubro, a professora Branca de Jesus Camargo Vieira, presidiu a primeira reunião do Grêmio Estudantil, com a diretoria eleita.

Em fevereiro de 1960, foi criada a Escola Normal Vital Brasil – Ensino de 1º grau regular e supletivo Fase II, com o nome de Escola Normal Regional Noturna, como extensão da escola Normal Regional Eduardo Claparéde.

No dia 3 de setembro de 1960, realizou-se o II Congresso Paranaense do Ensino Normal em Maringá, com a participação dos professores, alunos, autoridades e políticos.

A Escola Normal Regional Vital Brasil, em 1961, passou a funcionar no prédio do grupo Escolar "Visconde de Nácar", ali permanecendo até março de 1962, quando se instalou provisoriamente no prédio do Instituto Filadélfia.

No início de 1963, a Escola passou a ocupar salas do Grupo Escolar "Neo Alves Martins", onde já funcionava a Escola Normal Secundária "Amaral Fontoura", no período diurno, e era equivalente ao Ensino Médio atual. Nesse ano, a 32ª Inspetoria de Ensino, autorizou o funcionamento de uma extensão da Escola Normal, no prédio do Grupo Escolar "Ayrton Plaisant", localizado na zona 07 do município.

Década de 1966 a 1976

Os anos se passaram, e após dez anos de funcionamento, como escola Normal Amaral Fontoura, foi criado o Instituto de Educação de Maringá (ato de criação de 26/09/1966). O jornal local noticiou: "Funcionará com diversos cursos de orientação pedagógica, anexo à Escola Normal Amaral Fontoura, tendo como principal finalidade preparar professores para um magistério mais eficiente e especializado" (Folha do Norte do Paraná de 27/09/1966).

O IEEM foi apresentado como uma novidade, como a instituição que elevaria o nível da formação dos professores, consequentemente, dos alunos e dos cidadãos. Essa concepção foi expressa na fala da professora Branca de Jesus Camargo, Diretora da Escola Normal Amaral Fontoura, quando afirmou que era fundamental para o ensino local e regional a contribuição do IEEM para a formação dos jovens e dos futuros professores.

É importante ressaltar que a criação da escola contou com a força da comunidade escolar e política da região, com o "reconhecimento" do Governador

Paulo Pimentel e do Secretário da Educação Carlos Alberto de Moro. O projeto visava delinear a política educacional em conformidade com a Lei nº 4.978, de 05 de dezembro de 1964, que ao estabelecer o sistema estadual de ensino, criou os institutos de educação. Essas escolas foram organizadas para atender a demanda de formação de professores e complementar a formação obtida pelos alunos até então pelas escolas existentes, especialmente, as que formavam os regentes de ensino.

Assim, a especificidade dos institutos, era a oferta do curso normal em grau colegial, cursos de especialização e aperfeiçoamento de administração e orientação educacional aos ”graduados” por escolas normais regionais.

Na minuta do projeto, é possível recuperar a preocupação do Estado com a formação e escolarização da população. Entre as razões que contribuíram para a sua efetivação, estão: a) a localização da cidade; b) o Estado chamando para si a responsabilidade de tarefas quanto ao aperfeiçoamento do magistério; e c) “extensão” da secretaria de educação na tarefa educativa.[5] No contexto de criação do IEEM, a história da educação é permeada por ações públicas que visavam estabelecer no processo educativo escolar, um culto à nação e aos valores da família e do trabalho.

Nos anos seguintes houve novas mudanças na história. Em 1967, o Instituto de Educação de Maringá iniciou suas atividades nas antigas instalações do Colégio Estadual Dr. Gastão Vidigal[6], sendo o quarto instituto a ser criado no Estado do Paraná, pois essas escolas já funcionavam nas cidades de Ponta Grossa, Londrina e Curitiba (o quinto Instituto na cidade de Paranaguá). As instalações que abrigaram o Instituto de Educação Estadual de Maringá foram reformadas e ampliadas em 1971 e reinauguradas em 1972.

Década de 1976 a 1986

Paralelo à criação do Instituto de Educação, no campo educativo, na Universidade Estadual de Maringá começava a ser gerada a criação da Faculdade

[5] Acervo do IEEM livro ata (1962 p.36), recorte da Folha do Norte do Paraná de 12/10/1966.
[6] Rua Martin Afonso nº 50, local em que funciona atualmente.

de Filosofia. É importante essa inserção da história da UEM, pois a duas instituições dividiram as instalações. Anexo ao IEEM funcionava a Faculdade de Filosofia e o ICET (Instituto de Ciências Exatas e Tecnológicas). A cessão desse espaço foi um acordo administrativo que compôs, entre outras condições, a criação da Fundação Universidade Estadual de Maringá.

Com a transferência das faculdades para o campus atual, o espaço físico cedido pelo IEEM deveria ser devolvido ou desocupado. Entretanto, esse fato se transformou em motivo de polêmicas e discussões na esfera administrativa das duas instituições, resultando em mobilizações por parte da comunidade escolar do IEEM.

Esse seria o início de um tempo em que as reformas educacionais e políticas foram se acentuando. O IEEM expressou a história da educação brasileira que é escrita sob contradições sociais, políticas e econômicas refletidas nas ações do poder público. Nesse sentido, o curso de formação de professores para a atuação nos primeiros anos da escolaridade, também, teve as suas diretrizes determinadas pelo poder público: Escola Normal (Lei nº 4.024/61), Curso de Magistério (Lei nº 5.692/71) e Modalidade Normal (com a promulgação da Lei 9.394/96).

O Instituto, que na sua origem possuía a especificidade na formação de professores, (1956) iniciou outro processo histórico, a partir do funcionamento do Complexo Escolar Cecília Meireles – Ensino de 1º e 2º Graus, entendido como reorganização do Instituto Estadual de Educação. [7]

Década de 1986 a 1996

As reformas educacionais ocorridas após 1930 alteraram a terminologia bem como as divisões entre os níveis e modalidades de ensino. No entanto, no que se refere à formação de professores para as séries iniciais, o curso normal permaneceu como uma modalidade profissionalizante em nível médio e de formação simultânea.

A promulgação da LDB – Lei 5.692/71, que deliberou o caráter compulsório de profissionalização no 2º grau, não contrariou o formato dessa modalidade de

7

Graus – sob a denominação de Instituto de Educação de Maringá – Ensino de 1º e 2º Graus (Decreto nº 1459 de 30/12/1975).

formação. É evidente que com a remodelação do curso, houve um empobrecimento do caráter humanista que lhe era atribuído. Segundo estudos de Rodrigues (2005, p. 4), essas mudanças são marcadas por um período em que a história da educação visa “a formação de um homem pacífico, moralmente correto, patriota, um cidadão súdito”. Os documentos que orientavam para os projetos políticos pensados durante um longo percurso institucional estão expressos quando se lê a preocupação da instituição em manifestar os valores nacionais nos grandes desfiles cívicos organizados para homenagear a Pátria, assim como os objetivos do grêmio com seus deveres cívicos e sociais eram bastante evidenciados.

Como sabemos, não foi apenas essa história que marcou os rumos do IEEM, a marca do povo também estava evidenciada neste espaço educativo. No período denominado de transição democrática (1985 - 1989), um conjunto de reivindicações sociais unificou a classe trabalhadora, desencadeando a organização popular em forma de sindicatos, movimentos populares urbanos e rurais e partidos políticos. Enfim, algumas lutas aconteceram visando uma nova ordem social, tendo como ferramenta possível para uma organização do sistema, a democracia.

As mudanças sinalizavam novos rumos na história da educação. Rodrigues (2005) aponta que esse período foi “caracterizado por uma democracia (re) nascente, isso é demonstrado quando se apresentou o Projeto Político-Pedagógico do Estado do Paraná” (p. 4).

Esses movimentos também refletiram na elaboração da Constituição Federal de 1988, no ressurgimento de práticas coletivas e na organização de diversos fóruns de debates sobre a educação pública brasileira. A reforma educacional pretendida pela população organizada procurava romper com a estrutura e a cultura disseminadas no período militar.

Com as mudanças educacionais, o Instituto de Educação Estadual de Maringá que possuía como especificidade, formar professores, se transformou num colégio mais abrangente. Mesmo com essa maior generalização, o IEEM não perdeu o eixo de formador de professores para atuação nas séries iniciais. Os personagens partícipes de todo o processo de construção dessa realidade formadora, procuraram

manter-se firmes nos conceitos que a fundaram, baseados na necessidade de formar docentes para atenderem a demanda daquele momento histórico. Na reorganização, além do ginásio, o Colégio Comercial passou a compor o IEEM. Em função dessa realidade, os cursos profissionalizantes nessa área, foram o Técnico em Administração e Contabilidade ofertados até a determinação da cessação gradativa. [8]

As discussões para a elaboração do novo currículo[9] do curso de formação de professores no Estado do Paraná, nos anos 80, traziam como princípio pedagógico a integração da formação geral e específica. Ou seja, uma perspectiva que rompesse com a visão positivista da escola e com o excesso de tecnicismo que permeava a formação até então.

Essas novas diretrizes refletiam as mudanças que aconteciam na educação pública e os rumos que eram assumidos pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), no Paraná. Pois, as políticas discutidas pela SEED estavam alinhadas com uma postura progressista. A respeito disso, Rodrigues (2005, p. 14) afirma que: “a equipe pedagógica constituída pela SEED, após o regime militar, orientou-se, num primeiro momento, pelas denominadas pedagogias progressistas”.

Nesse sentido, a reformulação do curso normal também apontou para alguns avanços, pois os encaminhamentos contemplaram amplas discussões com a participação dos professores. Esses avanços resultaram em contribuições fundamentais para a elaboração de uma proposta pedagógica, numa perspectiva da superação dos diversos “ismos” (tecnicismo, psicologismo e positivismo).

Com as mudanças de estrutura e funcionamento, o curso continuou com a denominação **magistério**, mas com uma matriz curricular de quatro anos. O estágio supervisionado ofertado no contra turno em regime presencial e em todas as séries, representou um avanço pedagógico para a formação dos alunos.

Esses avanços estão registrados em pesquisas realizadas por professores da Universidade Federal do Paraná, onde apontam as mudanças qualitativas na

[8] Decreto nº 2.208/97

[9] PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação – Proposta Curricular do Curso do Magistério: 1992 – aprovada pela Deliberação 02/90 do CEE – Relatora Conselheira Maria Dativa Salles Gonçalves.

formação dos educadores para as séries iniciais do ensino fundamental. As principais mudanças, a partir da implantação do novo currículo, foram: a) o aprofundamento dos estudos na área dos fundamentos da educação; b) o contato desde a primeira série com a realidade educativa; c) o esforço para a mudança das concepções de ensino e metodologias (NUNES apud PARANÁ, p. 21, 2003).

Essas foram as conquistas que, muitas vezes, são omitidas pelos documentos oficiais. A memória dessa história se apresenta no trabalho dos professores e coordenadores do curso de magistério que participaram do processo de implantação dos cursos de capacitação buscando apropriação dos fundamentos teóricos que a proposta exigia.

Por meio da proposta Magistério Nova Dimensão, foi implantada, nas escolas estaduais do Paraná, entre os anos de 1989 e 1991, uma reformulação curricular em todos os níveis. Essa reformulação significou um avanço pedagógico, pois partiu da luta de pessoas que estavam presentes no cotidiano da escola que procuravam melhorias nos cursos de formação de professores.

Década 1995 - 2005

Entretanto, a partir de 1995, o governo federal iniciou um processo de reformas educacionais definidas pelo Ministério da Educação, com orientações adversas às políticas assumidas nos anos 80. Com isso, o IEEM também foi chamado a realizar as referidas reformas mesmo estando professores e alunos, em oposição às políticas federais implantadas. O Estado, portanto, procurou programar sua política educacional a partir dessa perspectiva.

Com a política do governo federal, o processo de retomada dos direitos sociais, garantidos pelos setores populares, foi desviado pelo que pode ser chamado de “tempos modernos da cidadania do consumidor” (PARANÁ, 2003, p.13). As reformas traziam uma concepção de educação marcada pela fragmentação, especialmente as que se referiam à educação profissional. Nesse contexto, a educação como bem material, simbólico entrou no rol das mercadorias, deixando de ser pensada como um direito do cidadão, mas ofertada como bem de consumo.

Nesse período, a história da educação foi marcada por políticas de teor empresarial voltadas para o mercado privado. O enfoque neoliberal das atuais reformas deixava clara a intenção de tratar a educação como um simples bem de consumo. A leitura do plano para reforma do Estado, elaborado no ano de 1995, pelo MARE (Ministério da Administração e Reforma do Estado) deixava transparecer, os ideais que o Estado atribui por meio da sua gerência, à educação. O documento expressava que:

> A reforma do Estado deve ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para fortalecer-se na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. No plano econômico o Estado é essencialmente um instrumento de transferências de renda, que se torna necessário dada a existência de bens públicos e de economias externas, que limitam a capacidade de alocação de recursos do mercado. Para realizar essa função redistribuidora ou realocadora, o Estado coleta impostos e os destina aos objetivos clássicos de garantia da ordem interna e da segurança externa, aos objetivos sociais de maior justiça ou igualdade e aos objetivos econômicos de estabilização e desenvolvimento. Para realizar esses dois últimos objetivos, que se tornaram centrais neste século, o Estado tendeu a assumir funções diretas de execução. As distorções e ineficiências, que daí resultaram, deixaram claro, entretanto, que reformar o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. Daí, a generalização dos processos de privatização de empresas estatais. Neste plano, entretanto, salientaremos um outro processo tão importante quanto, e que, entretanto, não está tão claro: **a descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiadas pelo Estado, como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos esse processo de "publicização"** (BRASIL, MARE, 1995, grifo nosso).

Nessa concepção, o Estado procurou se balizar pelas leis do mercado e o ensino deixava de ser educação, o cidadão deixava de ser um sujeito e o aluno deixava de ser estudante, todos passaram a serem clientes, e, a escola uma empresa.

Essas medidas, anunciadas pelo governo federal, também foram expressas na implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, fato que resultou

num reflexo imediato e desastroso nas escolas em todos os níveis, em especial, as que mantinham ofertas da educação profissional, como era o caso do Instituto de Educação.[10] Os rumos da educação no Estado do Paraná, a partir de então, seguiram as tendências de adequação da educação aos interesses do mercado de trabalho. Nesse sentido, em outubro de 1996 a Secretaria de Estado da Educação, por meio do PROEM – Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio – propôs a reestruturação do ensino profissionalizante, criando uma rede de cursos para os alunos egressos do ensino médio. Para a administração dessa rede, foi criada uma agência[11] significando a materialização do processo de privatização do ensino profissional.

Nesse processo, o Instituto de Educação foi uma das escolas atingidas pela avalanche de reformas, que desmontaria seus cursos de formação de professores. Mas, a comunidade escolar e a sociedade organizada se mobilizaram num trabalho coletivo. Esse foi um momento de intensa agitação no IEEM. Aconteceram reuniões, plenárias, faixas de protesto, tudo no sentido de conscientização e esclarecimentos sobre a importância da manutenção dos referidos cursos. As vozes que se manifestavam do IEEM tinham a preocupação social em primeiro plano, pois compreendiam que os cursos eram de grande importância na formação dos jovens, especialmente, das camadas populares que dependiam do ensino público.

Por meio de manifestações de resistência e mobilizações, com o apoio da APP-Sindicato e do Fórum em Defesa da Escola Pública, o Instituto de Educação de Maringá e mais quatorze [12] escolas paranaenses conseguiram a manutenção dos cursos de formação de professores. Porém, a batalha não teria terminado. O governo do Estado do Paraná, firme nas suas intenções de acabar com os referidos cursos começou uma onda de chantagens e seduções.

O instrumento de sedução utilizado pela Secretaria de Estado da Educação foi a assinatura de adesão ao PROEM – Programa de Expansão e Melhoria do Ensino

[10] Aproximadamente 40% das vagas para a educação profissional. Os cursos ofertados no IEEM nesse período na área profissionalizante eram: Magistério Regular nos períodos diurno e noturno; curso de Estudos Adicionais em Pré Escolar; Técnico em Administração e Técnico em Contabilidade.

[11] Agência para o desenvolvimento de Ensino Técnico do Paraná – PARANATEC.

Médio. Esse programa prometia, por meio de um discurso comparado ao *canto das sereias,* reformas e modernização das escolas, financiados pelo Banco Mundial.

Em função das pressões do Estado, muitas das escolas iniciaram a cessação gradativa dos cursos, no ano de 1999, na maioria das escolas havia somente as turmas concluintes. E as escolas resistentes, ou seja, aquelas que permaneceram ofertando a educação profissional, a cada início de ano letivo, eram pressionadas a não efetivarem novas matrículas.

Diante da resistência e da resiliência da Secretaria de Estado da Educação, o Estado do Paraná, convocou uma reunião com os representantes das quatorze escolas remanescentes em dezembro de 1999, na cidade de Curitiba. Com a presença da Secretária de Educação, Sra. Alcyone Saliba, foi imposta uma pauta que gerou discussões acaloradas e conflitos, demonstrando o autoritarismo existente naquele momento histórico. No final da reunião, o IEEM conquistou mais uma batalha, professores e técnicos garantiram a ampliação do calendário de cessação dos cursos. [13]

O autoritarismo do governo se fez presente pela pressão política e abandono. Pressão para que os cursos fossem cessados e abandono pedagógico por não haver equipe específica para assessoramento às escolas que ainda continuavam ofertando a modalidade de ensino. Mas, como a história nos mostra, os homens criam alternativas de sobrevivência a partir de suas necessidades.

Diante das dificuldades encontradas para a manutenção do curso de formação de professores, o Instituto de Educação Estadual de Maringá, num trabalho coletivo de toda a comunidade escolar, coordenado pelas equipes administrativa e pedagógica, criou um espaço coletivo para estudo, reflexões e debates. O objetivo desse grupo era o aprofundamento teórico para a compreensão das dimensões históricas e políticas da educação. Assim, em 1997, esse espaço recebeu o nome de SEMEA[14], além de uma sigla, uma palavra significativa, lembra semente, semeadura

---

12 Conferir relação (PARANÁ, 2003 p.23).

13 Resolução nº 4.808 de 22/12/99.

14 **S**emana do **M**agistério e **E**studos **A**dicionais. **S**emana do **M**agistério Ensino/Aprendizagem; Arte/Cultura (após a cessação da modalidade Estudos Adicionais). Palavras

ou o ato de semear. A construção de um “símbolo” e a escolha das palavras para a sua composição expressa o significado histórico do momento em que o projeto SEMEA foi gestado.

Para a realização desse trabalho, num processo que integra professores da Universidade Estadual de Maringá, acadêmicos de vários cursos, em especial do curso de pedagogia e os alunos do IEEM, são discutidos temas que são desenvolvidos durante o evento. O planejamento também foi elaborado coletivamente pela equipe pedagógica, somada aos professores do IEEM. No ano de 2004 foi realizado a VIII SEMEA, continuando como público alvo, o aluno do curso de formação de docentes.

O resultado da resistência floresceu, pois nos anos noventa a perspectiva era o fechamento da educação profissional, mas com a luta de muitos, entre eles a comunidade do IEEM, em 2003 houve a reabertura. *O* processo educativo vinculado às condições estruturais da sociedade, ou seja, com a mudança dos rumos políticos, a educação de forma contraditória e conflituosa, também se transforma e se forma não apenas pelas políticas oficiais, mas carrega muitas outras histórias. Com a derrota das políticas do antigo governo, um novo cenário se apresentou para as políticas educacionais.

Abriu-se um momento histórico que apontou para uma retomada democrática das questões relativas à educação. Finalmente, as escolas resistentes conquistaram um espaço para “negociação”. A Secretaria de Estado da Educação chamou para si a responsabilidade da educação profissional, criando um departamento específico para essa modalidade de ensino. Com essas mudanças, o Departamento de Educação Profissional, após a definição das políticas de gestão, retomou as discussões para a oferta da modalidade de ensino – Formação de Professores, em nível médio, para atuação na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Essas conquistas foram ampliadas quando o Departamento de Educação Profissional organizou o “Encontro sobre Formação de Professores da Rede

de ordem: Resistência. Compromisso. Solidariedade. Dimensão Política. Inserção Critica e Consciência Histórica SEMEA/IEEM)

Estadual", com a participação ampla de várias entidades, reunindo representantes de escolas que mantiveram os cursos em funcionamento; Universidades; APP-Sindicato; Fórum em Defesa da Escola Pública; Conselho Estadual de Educação; Núcleos Regionais de Educação e departamentos da Secretaria de Estado da Educação. Nesse encontro, foi constituída uma comissão formada por representantes das escolas que mantiveram os cursos, dos Núcleos Regionais de Educação e da Secretaria de Estado da Educação, com a incumbência da elaboração de uma proposta de reformulação curricular para o referido curso. [15]

Essa comissão passou por quatro meses de estudos e reuniões e elaborou o documento: Proposta Curricular do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental – em Nível Médio, na Modalidade Normal, para nortear o trabalho pedagógico das escolas públicas. Os princípios pedagógicos que nortearam esse documento foram: O trabalho como princípio educativo; a práxis como princípio curricular e o direito da criança ao atendimento escolar.

Então, ao longo das transformações históricas, a escola questionou sua função e buscou a resposta por meio dos princípios filosóficos e históricos que norteiam todo o processo educativo para uma formação voltada aos cidadãos. Esses princípios, que sempre fizeram parte da memória do IEEM, deram origem a uma proposta concreta de escola já manifestado nos primeiros processos de elaboração do Projeto Político Pedagógico.

Nesse projeto, ficou expressa a busca por uma nova hegemonia, que simbolizava uma educação voltada à formação do sujeito crítico e participativo em detrimento à velha ordem que procurava apenas reproduzir os valores instituídos. A escola assumiu um compromisso de ser o espaço de socialização dos conhecimentos; conhecer a ciência, conhecer a cultura, a experiência, o agir, o sentir, o olhar, enfim, conhecer e pensar o mundo do conhecimento.

Atualmente, o Instituto de Educação Estadual de Maringá trabalha com uma diversidade de cursos e modalidades de ensino. Narrar uma perspectiva da trajetória pela qual passou essa instituição é fundamental para a compreensão de sua

[15] Realizado em Curitiba nos dias 19 e 20 de agosto de 2003.

memória. Com essa história, e incontáveis não ditos, o IEEM é referência pedagógica não só para a cidade de Maringá, mas para toda região do Norte do Paraná.

1.3 Espaço Físico

BLOCO	SALAS ADMINISTRAÇÃO	SALAS DE AULA	SALAS AMBIENTES E LABORATÓRIOS	SANITÁRIOS	OUTROS
01	(01) Direção (01) Secretaria (01) APE (01) Coordenação Profuncionário (01) Coordenação de Estágio (01) Depósito de materiais de limpeza (02) Depósitos de materiais diversos (Almoxarifado) (01) Arquivo Inativo	6	(01) Paraná Digital (01) Paraná Digital II (01) Pró-Info (01) Laboratório de Informática – Brasil Profissionalizado (04) Salas de Estágio	6	(01) Salão Nobre (01) Auditório (01) Mesanino (01) Copa (01) Plataforma elevatória
02	(02) Cozinhas (02) Depósitos (01) Refeitório (01) Pátio Coberto	-	-	(02) Sanitários	-
03	(02) Almoxarifados (02) Centros Pedagógicos	18	(02) Centros de Apoio Pedagógico (01) Centro de Atendimento Especializado – Deficientes Visuais (01) Sala Multifuncional	(04) Sanitários (04) Sanitários para portadores de necessidades especiais	(02) Plataforma elevatória
04	(01) Coordenação Pedagógica (02) Almoxarifados (01) Direção Auxiliar	18	(01) Sala de Hora Atividade (01) Sala de Reuniões (01) Sala dos Profissionais da Educação (01) Copa (01) CELEM (02) Salas de Artes Plásticas e Cênicas	(09) Sanitários (02) Sanitários para portadores de necessidades especiais	(02) Plataforma elevatória (01)Rádio Escola
05	(01) Ginásio de Esportes	-	-	-	-
06	(03) Almoxarifados (01) Biblioteca (01) Departamento de Ed.Física	-	(04) Laboratórios Física, Química Matemática, Biologia (01) Sala de Expressão Corpora (01) Multimeios	(02) Sanitários (01) Sanitário para portadores de necessidades especiais	(02) Plataforma elevatória
07	(01) Quadra Esportiva Coberta	-	-	-	-
08	(01) Depósito (01)Centro Histórico (01) Depósito.	-	-	(02) Sanitários	-
09	(01) Casa do permissionário	-	-	-	-

1.4 Organização da escola e caracterização da comunidade escolar

O corpo docente é composto por professores concursados, graduados em nível superior, sendo em sua maioria, capacitados em cursos de especialização na área de atuação, com alguns professores mestres em educação e também professores contratados pelo Processo de Seleção Simplificado (PSS).

Para a composição da equipe administrativa, a escola conta com um diretor geral e três diretores auxiliares, ou seja, um para cada período de funcionamento e ainda com um quadro de professores pedagogos. Por ofertar Educação Profissional, existem as coordenações dos cursos de Formação de Docentes e Técnico em Administração.

No quadro de funcionários, a maioria é admitida por concurso público, mas conta também, com contratações pelo Processo de Seleção Simplificado (PSS) e duas funcionárias pelo regime CLT. Portanto, para os próximos anos letivos, os professores e funcionários do estabelecimento deverão ser, em sua grande maioria, profissionais admitidos por meio de concurso público, conforme rege a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) e a Lei do Funcionalismo Público.

O corpo discente do Instituto de Educação Estadual de Maringá é composto por alunos advindos de praticamente todos os bairros do município, inclusive de alguns distritos e municípios vizinhos, bem como, alunos moradores da zona rural. Portanto, é considerada uma população bastante heterogênea, filhos da classe trabalhadora que procuram a Instituição por considerarem uma referência em qualidade de ensino, como também, a localização que é privilegiada, facilitando o acesso ao aluno trabalhador.

Quadro 01 – Professores

FORMAÇÃO							VÍNCULO		C/H	
TOTAL	Ens. Médio	Ens. Superior	Especialização	Mestrado	Doutorado	PDE	QPM	PSS	40	20
206	02	45	143	15	01	10	137	69	01	205

Quadro 02 – Funcionários

FORMAÇÃO							VÍNCULO					C/H	
TOTAL	Ens. Fundamental	Ens. Médio	Ens. Superior	Pro funcionário	Especialização	Mestrado	QFEB	QPPE	PEAD	CLT	PSS	40	20
42	11	15	10	03	05	01	33	02	02	02	03	41	01

Quadro 03 – Alunos

	Ens. Especial e Altas Habilidades	Ens. Fundamental 6º a 9º ano	Ensino Médio	CELEM	Educação Profissional: - Formação de Docentes (Integrado e Subsequente) -Administração (Integrado e Subsequente) - Logística (Subsequente) - Secretariado (Subsequente)	TOTAL DE ALUNOS
Nº ALUNOS	45	750	845	229	935	2447

Quadro 04 – Equipe Diretiva Pedagógica

Nº de Turmas	Nº de Pedagogos	Nº de Tutores	Nº de Salas da Aula	Nº de Diretores Auxiliares
103	15	20	52	03

2. OBJETIVOS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Geral

- Organizar o trabalho pedagógico do Instituto de Educação Estadual de Maringá, sob os princípios de igualdade, gratuidade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério, com a finalidade de formar o cidadão consciente, responsável, comprometido, crítico e participativo, visando a efetivação de uma sociedade justa, igualitária e democrática.

Específicos

- Definir as ações educativas e as características necessárias para que a escola cumpra seu propósito e intencionalidade que é a formação do cidadão consciente, responsável, comprometido e crítico.
- Explicitar o diagnóstico da realidade sócio-econômica e educacional dos alunos, pais, funcionários, professores e, a partir desse, definir as ações que nortearão o currículo e as atividades escolares.
- Garantir a permanente reflexão e discussão acerca dos problemas da escola.
- Buscar alternativas viáveis para a efetivação da intencionalidade da escola.

3. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS DO TRABALHO ESCOLAR

Os intensos impactos socioeconômicos e culturais têm sido propagados, na sociedade atual, de forma vertiginosa em função das pesquisas científicas que têm impulsionado as transformações tecnológicas e da rapidez de informações. Tais fatos contribuem para mudanças cada vez mais visíveis no cotidiano dos homens.

O atual momento histórico se caracteriza pela valorização de informações e conhecimentos, no entanto, sabemos que ao lado do acúmulo das tecnologias e consequentemente do capital, temos uma parte da população que não tem, ao menos, acesso às primeiras letras e são excluídos do saber sistematizado. Muitos daqueles que estão no sistema escolar têm acesso e permanência, como assegura Lei 9.394/96, saem da escola certificados, todavia, sem o letramento necessário para atuarem na sociedade como cidadãos capazes de elaborar a própria história.

O homem desenvolve tecnologias, muda as formas de produção e acumulação, mas ainda não sabe o que fazer com outro homem. As diferenças socioeconômicas e culturais estão se acentuando cada vez mais e, segundo Nagel (1992), a cada crise, a escola é chamada para dar conta do que não fez.

Nesse contexto com tantas divergências, afinal, **qual a função da escola? Formar o intelectual ou o trabalhador?**

Ao rever a história da humanidade, constata-se que os homens são essencialmente seres de natureza social, isto é, se humanizam por meio da sua vida em sociedade, na qual criam e recriam a cultura ao longo do tempo. Como aponta Leontiev (1978), a forma de fixação e transmissão às novas gerações das aquisições da evolução, são fenômenos externos à cultura material e intelectual e a forma de fixação deve-se ao aparecimento do trabalho como atividade criadora. Portanto, é por meio da apropriação da cultura criada pelos homens, das atividades sociais e produtoras que caracteriza, essencialmente, o homem.

Sabemos que as novas tecnologias, conhecidas como forma de melhorar a qualidade de vida do homem, aumentam cada vez mais as diferenças sociais, desumanizando este homem. Tal fato, acontece atrelado às mudanças nas bases de produção que são ditadas para assegurar o processo de acumulação do capital.

Pretendemos formar homens críticos, competentes, coletivos e sujeitos da história e não objeto da sociedade. Homens que reconheçam a liberdade como princípio fundamental do ser humano para que possa extrapolar a aparência imediata das coisas, produzindo conhecimentos, com possibilidade de intervir no ambiente que vive, pois “[...] toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas” (MARX, 1986, p. 87).

Portanto, a função da escola é ir além da aplicação imediata, deve impulsionar o sujeito em sua dimensão social e individual, para criar e responder os desafios, ao invés de somente usar a tecnologia, deve gerá-la e aperfeiçoá-la.

Pretendemos formar homens que se efetivem e se recriem permanentemente, isto é, que analisem as contradições, aprofundando o conhecimento de acordo com a realidade da diferença dos seres, apresentando uma relação dinâmica, completa, total e contraditória.

Para tanto, é necessário rever o conceito de educação. Definir educação é uma tarefa árdua, especialmente porque o termo é usado em vários contextos distintos. A definição mais comumente utilizada refere-se à escolarização e traz nas entrelinhas as atividades que as instituições de ensino ofertam. Todavia, essa definição revela somente uma parte do conceito.

Pode-se afirmar que a educação é fator imprescindível para a aprendizagem e o desenvolvimento humano, o homem precisa de processos educativos para produzir a existência. Concorda-se com a idéia de Vygotsky (1989) que define a educação como a influência e a intervenção planejada, adequada ao objetivo, premeditada, consciente, nos processos de crescimento natural do organismo. Por isso só terá caráter educativo o estabelecimento de novas relações que, em alguma medida, intervenham nos processos de crescimento e os orientam.

É necessário oferecer uma educação completa, multidimensional, politécnica, combinando o trabalho produtivo material com tarefas do tipo intelectual. Acreditamos que isso permita que se construam as bases científicas da produção. Para essa elaboração, busca-se em Vygotsky (1989), na teoria histórico cultural, os pressupostos teórico-metodológicos das ações que permeiam o trabalho educativo da escola.

Essa concepção fundamenta-se na perspectiva teórica que concebe o homem como a síntese das relações sociais que vive, isto é, aquilo que produz, em contextos determinados, sejam conceitos, ciências, comportamentos. O homem é social, não é passivo, mas, ativo, interativo, na mesma forma que é determinado pela sociedade, determina-a.

A escola é o espaço em que, por meio de metodologias organizadas, o aluno, tendo o professor como mediador, se apropria do saber sistematizado produzido ao longo da história da humanidade.

Vygotsky (1989) afirma que na formação dos conceitos, a história de vida e as relações sociais, isto é, os conhecimentos que as pessoas já têm (conceitos espontâneos) possibilitam a aquisição de conceitos científicos. O professor deve preocupar-se com a identificação dos conceitos que os alunos já têm e aqueles que podem aprender em nível superior. A capacidade para apropriação e apreensão dos

conceitos científicos é desenvolvida, especialmente por meio da educação formal. À medida que têm experiência com o saber sistematizado, os alunos começam a perceber a relação entre as diversas áreas do conhecimento.

Nessa perspectiva teórica a apropriação do conhecimento é um processo histórico-cultural, isto é, se dá por meio das interações com o meio e da participação do indivíduo em atividades culturalmente organizadas.

Na escola, que é um espaço socialmente organizado para a apropriação do saber elaborado, o professor é elemento fundamental. Dentro da visão histórico-cultural, o Instituto de Educação Estadual de Maringá tem adotado o conceito de professor como mediador do conhecimento. Para isso é necessário que avalie os conhecimentos que os alunos têm para orientar e criar situações que facilitem as generalizações. De acordo com Shimazaki (1995), o professor precisa buscar formas alternativas de trabalhos.

Uma atitude filosófica na educação, requer a habilidade de identificar, analisar e buscar soluções para os problemas educacionais. De acordo com Saviani (2000), a Filosofia da Educação é a reflexão radical, rigorosa e de conjunto sobre os problemas que a realidade educacional apresenta (p. 20).

Ainda, de acordo com Saviani (2000), a tarefa da Filosofia da Educação é propiciar aos educadores um método de reflexão que lhes permitam enfrentar os problemas educacionais, penetrando na sua complexidade e encaminhando a solução de questões, tais como, o conflito entre filosofia de vida e ideologia na atividade do educador, a relação entre meios e fins da educação, a relação entre teoria e prática, os condicionamentos da atividade docente, até onde se pode contá-los ou superá-los (p. 23).

Os educadores precisam compreender que toda prática pedagógica deve estar embasada numa teoria, numa filosofia, ou seja, numa concepção de mundo, de educação e de homem que se pretende formar. Essa deve ser a concepção a ser elaborada, antes mesmo de se definir quais os objetivos da educação.

4. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA EDUCAÇÃO

A organização do trabalho pedagógico do Instituto de Educação Estadual de Maringá está embasada nos princípios que norteiam a escola democrática, pública e gratuita. Esses princípios são os da igualdade, da qualidade, da gestão democrática, da liberdade e da valorização do magistério fundamentados na Constituição Federal de 1988 e na Lei, nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A Constituição Federativa do Brasil em seu Artigo 205 garante a educação como direito de todos, dever do Estado e da família, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Artigo 206, da Constituição, delibera que o ensino será ministrado, a todos, com base nos princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; do pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; da valorização dos profissionais do ensino; da gestão democrática do ensino público; da garantia de padrão de qualidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9.394/96) reitera os princípios anteriormente citados; disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e estabelece que a educação escolar deva vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

Nesse sentido, o projeto elaborado ratifica a escola pública gratuita, laica e de qualidade que garanta o acesso, a permanência e a apropriação dos conhecimentos científicos pelos alunos.

- Gratuita – o conhecimento não deve ser pago, pois é um bem da humanidade, devendo o poder público mantê-la.
- Laica – trabalhar na perspectiva de valores universais, respeitando as crenças dos alunos e de suas famílias.
- Universal – acesso não apenas à escola (todo aluno tem o direito à matrícula), mas garantir a apropriação dos conhecimentos.

Ainda, nessa perspectiva, a escola busca autonomia de deliberação, ou seja, uma escola capaz de decidir os limites das ações e do poder que representa sua coletividade, buscando assim a construção de um Projeto Político Pedagógico que considera o materialismo histórico e dialético, como referência, para compreender as relações e contradições da sociedade, podendo desta forma, intervir modificando-a do ponto de vista do conhecimento.

Por fim, compreendemos que a democracia pressupõe o máximo de participação, e, entendendo que a comunidade escolar é composta de professores, alunos, funcionários e pais, estes, necessitam ser sujeitos do processo. Nesse sentido, as ações pedagógicas devem promover o exercício do direito e respeito:

- ao **espaço** (poder participar nas instâncias de discussão e deliberação na escola);
- a **voz** (todos poderem falar sem medo de serem perseguidos, falar deve tornar-se uma prática cotidiana da escola, seja analisando, criticando, propondo, sugerindo).
- à **votação** (nos momentos em que não houver consenso, garantir o direito à decisão por votação);
- **às decisões** de votação (compromisso coletivo de efetivar o que a maioria definiu em votação);
- **às instâncias democráticas** da escola (compreender que a instância maior de deliberação da escola é o Conselho Escolar, e que, portanto, cabe ao diretor acatar e encaminhar suas deliberações).

Enfim, entendemos que a participação deve ser compreendida como a possibilidade de tomada de decisão naquilo que participa e não apenas “fazer parte de”.

Gestão Democrática

A democratização da educação e da escola por intermédio da universalização, da gratuidade e da permanência é uma exigência para a emancipação da classe trabalhadora. Nesse sentido, a participação de toda a comunidade (estudantes, pais,

funcionários, professores, pedagogos e direção) na escola é uma prática que expressa princípios de um projeto coletivo por uma sociedade não excludente.

A compreensão da educação situada num campo progressista implica em expressar a democracia na organização, na gestão da escola, no currículo, enfim, num projeto de escola, de educação e de sociedade, permeados por uma dimensão epistemológica, política, ética e estética. Nesse sentido, a administração da escola tem como meta a gestão democrática como um grande desafio que requer aprendizado e perseverança, no que se refere a:

- Respeitar os vários órgãos de representação da escola, buscando contato com todos eles, assim como permitir que tenham autonomia para encaminhar suas questões específicas, sendo: Conselho Escolar, Conselho de Classe, Conselho de Representantes de Turma - CRT, Associação de Pais e Educadores – APE, Grêmio Estudantil, outras instâncias deliberativas que venham a ser constituídas.
- Trabalhar de forma coletiva onde todos saibam do ponto que estão partindo, buscando chegar a um lugar comum. As decisões e responsabilidades precisam ser tomadas e assumidas pelo coletivo que compõem a escola, buscando, dessa forma, “despersonalizar o poder”, mostrando que os projetos coletivos efetivam-se não pelos projetos individuais ou vontades e sonhos que cada um tem para si *na* e *para* a escola, mas ao contrário, pelas possibilidades reais que a instituição coloca para aqueles que dela usufruem. Portanto, um projeto coletivo para a escola pública somente se efetivará se estiver vinculado aos projetos e anseios daqueles que participem dela e não somente daqueles que a dirigem.

Uma gestão democrática na escola deve estar vinculada àqueles que ela representa, ou seja, os alunos, os pais, os professores, os funcionários e os pedagogos, sendo assim, cabe ao diretor ser o representante da **comunidade escolar** que o elegeu perante a mantenedora.

A instituição escolar deve garantir, por meio da gestão democrática, o direito ao debate como elemento fundamental da qualidade de ensino, assim como de construção e avanço das questões essenciais do dia a dia da escola. Debate aberto, franco e democrático que conduz para a construção e avanço por meio do embate das idéias.

O trabalho pedagógico necessita buscar que todos os envolvidos no processo educativo se comprometam em desempenhar suas funções de forma plena, para que assim a escola ganhe na qualidade do trabalho que oferta.

Para que haja o aprimoramento constante da escola pública de qualidade, é importante respeitar, incentivar e garantir a ampla participação da comunidade escolar em espaços mais amplos, quais sejam: seminários, congressos, cursos de formação, pós-graduação, sindicato, sendo todos estes vinculados à educação.

A participação da comunidade escolar necessita ser efetivada em todos os seus segmentos, na elaboração e realimentação do Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar, promovendo desse modo, o conhecimento amplo dos mesmos.

Sendo assim, este Projeto Político-Pedagógico está constituído dentro dos princípios citados que favorecem o desenvolvimento da capacidade do aluno de apropriar-se de conhecimentos científicos, sociais e tecnológicos produzidos historicamente, os quais devem ser resultantes de um processo coletivo de avaliação emancipatória.

5. ANÁLISE DAS CONTRADIÇÕES E CONFLITOS PRESENTES NA PRÁTICA PEDAGÓGICA

A falta do compromisso com a implementação de uma política educacional comprometida com a universalização da escola pública com qualidade social, aumenta os índices de evasão e reprovação. A massificação do ensino sem qualidade foi acompanhada de um processo de exclusão por dentro do sistema, com reprovação, evasão, gestão autoritária, avaliação quantitativa, aceleração de estudos, prédios sucateados, salas de aulas com excesso de alunos, com iluminação inadequada, ausência de recursos didáticos, arrocho salarial e falta de condições de trabalho adequadas para os trabalhadores em educação.

Vivemos numa sociedade em crise, sem perspectiva de projetos, com modelos sociais que se desmancham e novos que vêm ocupando seu lugar. Identificamos nossos jovens sendo movidos pelo imediatismo e hedonismo, que expressam valores de consumo fácil, do pouco esforço físico e intelectual. Nesse contexto, a escola não tem conseguido ser espaço de socialização do conhecimento e reflexão

coletiva no sentido de desvelar o mundo, problematizá-lo do ponto de vista ético, político, econômico, e, assim, repensar sua função.

Nas décadas de 1980 e 1990, com o avanço do neoliberalismo, a educação pública aderiu à lógica da mercantilização. As questões pedagógicas tomaram outro rumo, pois, o currículo passou a ser visto como um rol de competências e habilidades, voltadas para o mercado de trabalho, por meio de parâmetros curriculares vagos e imprecisos, sem o compromisso com a transformação da sociedade e com os trabalhadores. Temas essenciais da educação foram abandonados, entre eles, os debates acerca dos trabalhadores em educação como intelectuais, a organização da escola de maneira coletiva, a gestão democrática, o significado e a função do conhecimento trabalhado na escola.

Desvelar uma sociedade injusta implica em explicitar as condições de trabalho, de salário e a intrínseca relação entre o pedagógico, o político e o econômico. A realidade da escola pública brasileira, ainda é permeada por muitas contradições. Nela lutamos, indagamos, sonhamos, provocamos e anunciamos as perspectivas.

Propomo-nos a reorganizar a escola pública e a repensar o currículo. Para tanto, é preciso suscitar algumas reflexões sobre as mudanças econômicas, sociais, culturais, científicas e políticas, vivenciadas nas últimas décadas no mundo. Novos problemas exigem novas respostas.

Assim, nos deparamos com os desafios contemporâneos, com a afirmação da diversidade e a exigência da abolição das diferentes formas de opressão (gênero, raça, geração, liberdade sexual, pessoas com necessidades especiais) têm sido alguns eixos de lutas dos movimentos sociais. Assim, como a preocupação em relação às questões ambientais e à exigência da participação popular e direta, por meio de Fóruns, Conselhos e da constituição de Redes Solidárias de colaboração, de produção e de consumo que inauguram uma nova economia. O sistema capitalista reage de várias maneiras, com guerras, massacres étnicos, imposições econômicas e com a mídia cooptada que prejudica a informação e a autonomia da classe trabalhadora.

Reconstruir a escola pública paranaense, depois de um governo coeso com políticas neoliberais nas décadas de 1980 e 1990, foi tarefa árdua para os profissionais da educação, alunos, pais e comunidade escolar.

Nessa pespectiva, coube ao governo estadual, que sucedeu a esse período, o compromisso de organizar uma política pautada numa proposta de produção das diretrizes curriculares, que subsidiassem as disciplinas da educação básica, considerando as contradições presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

A elaboração das diretrizes curriculares do Estado do Paraná, possibilitou a discussão coletiva junto aos profissionais da educação, garantindo políticas educacionais que favorecessem a (re)construção da instituição pública para avançar na direção de uma escola que não separe instrução de educação. Como dizia Gramsci (1978), uma escola unitária, uma escola que não separe o pensar do fazer, uma escola que instaure novas relações entre trabalho intelectual e trabalho manual, que seja um espaço de formação humana pautada no acesso ao conhecimento como uma das condições fundamentais para a transformação da sociedade.

A escola pública que queremos tem que ser conquistada e efetivada por todos. O desafio que nos cabe, é o de elaboração coletiva e democrática dessa escola. Esse sonho é possível. O caminho, além da luta constante, é iniciarmos pelo estudo, discussão, análise, debate e proposições da escola que queremos, na comunidade envolvendo professores, funcionários, pais e alunos.

O governo deve investir e gerir recursos financeiros para a efetivação das políticas educacionais. Dentre as necessidades está a formação continuada para os trabalhadores em educação, bem como o fortalecimento das instâncias colegiadas visando a efetivação do processo democrático.

Em relação à gestão democrática na educação, entendemos que ela é, antes de tudo, um processo em que todos os que participam sejam representantes dos segmentos sociais que formam a comunidade escolar. Sua forma de ação acontece por meio de mecanismos como os Conselhos, Fóruns, a elaboração do Projeto Político Pedagógico das escolas, bem como a eleição direta para diretores dos estabelecimentos de ensino.

A realização de eleições direta do diretor da escola é necessária para a sua autonomia pedagógica, além de cumprir um dispositivo constitucional. A Constituição Estadual, em seu artigo 178, inciso VII, garante a “gestão democrática e colegiada das instituições de ensino mantidas pelo Poder Público estadual, adotando-se sistema eletivo, direto e secreto, na escolha dos dirigentes, na forma da lei”.

Portanto, esse processo deve ser plural, democrático e representativo. Sendo assim, alguns indicadores são fundamentais na construção da gestão democrática, como a autonomia, a representatividade social e a formação da cidadania.

A autonomia é entendida aqui, como pedagógica, necessária na elaboração do seu Projeto Político-Pedagógico, para a escolha direta de seus dirigentes, bem como para a escola ter como instância máxima, o Conselho Escolar pensando na administração da educação sempre à luz da natureza do trabalho pedagógico, buscando sua universalização, enquanto acesso de todos e, sua universalidade, como conhecimento.

Dentro do processo educacional, nesta perspectiva, temos que compreender que a inclusão no sistema de ensino regular, de crianças e jovens, com necessidades educativas especiais, suscitam um amplo debate na sociedade e coloca-se como um grande desafio. Entende-se por Educação Especial, para os efeitos legais, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino (desde que atendidas às condições), para educandos com necessidades especiais. O compromisso do Estado deve ser na manutenção de um modelo público de educação especial, em todas as modalidades, como educação precoce, iniciação profissional, habilitação e qualificação para o trabalho, ensino médio e superior.

O IEEM oferta como modalidade de educação escolar, de acordo com a LDB 9.394/96 e a Del. 02/03 do CEE, a Educação Especial no atendimento às áreas de Deficiência Intelectual, Visual e Altas Habilidades, procurando assegurar um conjunto de recursos, apoios e serviços educacionais especiais, organizados para apoiar, complementar, suplementar em alguns casos e substituir os serviços educacionais comuns.

Os serviços oferecidos por esta instituição são caracterizados por Sala Multifuncional, CAE-DV (Centro de Atendimento Especializado ao Deficiente Visual) e Altas Habilidades. Os programas são ofertados paralelamente ao ensino regular do Ensino Fundamental e Médio.

As Salas de Recursos dão apoio especializado em contraturno, momento em que o atendimento pedagógico específico se dá individualmente, ou em pequenos grupos, com cronograma de atendimento. Essa oferta visa o atendimento dos alunos que apresentam dificuldades no processo de aprendizagem, com utilização de programação específica, métodos, estratégias, atividades diversificadas e extracurriculares.

O CAE-DV oferta um serviço de apoio especial de natureza pedagógica. As atividades são desenvolvidas com atendimento por cronograma, de acordo com as áreas e necessidades dos alunos.

Lutamos para assegurar o acesso e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais nas escolas comuns e especializadas, prioritariamente, públicas. Mas não desejamos que essas pessoas sejam matriculadas aleatoriamente nas escolas, sem antes serem tomadas medidas que afirmem seus direitos. Cabe ressaltar que a expressão inclusão vai além do sinônimo de deficiência, portanto, o sistema educacional deve contemplar todos aqueles que estão à margem da sociedade, e, principalmente, do processo educacional, respeitando as particularidades de todos os alunos.

Outro tema que se apresenta como desafiador para o debate está relacionado às relações étnico-raciais. O Brasil é um país rico em diversidade étnica e cultural, é um país plural em sua identidade. Contudo, ao longo da nossa história, o preconceito e as relações de discriminação e exclusão social impedem muitos brasileiros da vivência plena de sua cidadania.

Na sociedade brasileira, uma questão a ser tratada, é a superação da discriminação, quando o grande desafio da escola é investir na mudança dessa realidade. Sendo assim, é necessário conhecer e reconhecer a riqueza apresentada pela diversidade étnico-cultural que compõe o patrimônio social, cultural e econômico brasileiro, valorizando a trajetória particular dos grupos sociais.

É imprescindível tratar da diversidade cultural, reconhecendo-a e valorizando-a, sendo que superar as discriminações é atuar sobre um dos mecanismos de exclusão, tarefa necessária, ainda que insuficiente para se caminhar na direção de uma sociedade democrática. É um imperativo do trabalho docente a construção *para* e *na cidadania*, uma vez que tanto a desvalorização cultural, quanto a discriminação são entraves a esse exercício.

No estabelecimento de ensino tem-se a equipe interdisciplinar, que trabalha tendo em vista o direcionamento e acompanhamento dos temas sobre a diversidade étnico-racial, ensino da cultura afro-brasileira, incluindo também, a cultura indígena, as relações de gênero e diversidade sexual, temas contemporâneos que orientam para a diminuição do preconceito e da exclusão social. Os trabalhos se efetivam a partir de estudos e discussões, possibilitando a implementação de práticas pedagógicas interdisciplinares sobre as diferentes temáticas.

Soma-se à Lei 10.639/03 a Lei 11.645/08, na luta para que se viabilizem políticas afirmativas para a superação do quadro caótico produzido pela estrutura do racismo e de classe presentes na sociedade brasileira. A efetivação da lei é um desafio constante. Faz-se necessário desenvolver práticas pedagógicas no interior da escola que promovam a igualdade racial, e estas, deverão fazer parte da especificidade do trabalho do educador. A escola que defendemos, é a de elevação cultural da classe trabalhadora, visando à transformação social, portanto, não poderá, em seu currículo e na sua práxis educativa, ignorar os milhares de negros, negras, índios e índias.

Da mesma forma, a Lei 9.795/99, trata das questões ambientais em discussão no mundo hoje, e aponta que é necessário cuidar da natureza. Nesse sentido, torna-se necessária a educação ambiental para a compreensão de que a sociedade e a natureza interagem, afetando-se mutuamente. Os seres humanos não são vítimas nem senhores da natureza, mas guardiões de algo que não deve ser explorado irracionalmente.

Dentre todas as temáticas que envolvem a diversidade cultural, o IEEM, contemplando o previsto nas determinações legais, tem como trabalho inserido no campo pedagógico, relacionando às especificidades de cada disciplina, a

abordagem da música, amparado na Lei 1.176/08, a prevenção ao uso indevido de drogas, sexualidade humana, enfrentamento à violência contra a criança e o adolescente, educação fiscal, educação tributária (Decreto 1.143/99).

Em relação ao estágio não-obrigatório (Decreto 4.201/02), assegura-se as possibilidades de insersão na experiência profissional dos alunos matriculados no estabelecimento de ensino, nos cursos de Educação Profissional e Ensino Médio.

Somos trabalhadores e construímos a educação de nosso Estado. Nossa ferramenta de trabalho é o conhecimento. Sabemos que por meio dele é possível contribuirmos para a transformação da sociedade. Estamos motivados a desenvolver a educação que sonhamos. No sonho que nos alimenta, a educação não é mercadoria, o lucro não é a medida de todas as coisas. O que nos move é a vida humana em sua integridade cultural, ética, política e social.

6. CONCEPÇÕES QUE NORTEARÃO A PRÁTICA PEDAGÓGICA

O marco conceitual do Projeto Político-Pedagógico busca expressar as concepções de homem, mundo, sociedade, trabalho, educação, cultura, ciência e tecnologia. Os conceitos aqui expressos definem as concepções elaboradas pelo coletivo dessa escola, após discussões e pesquisas nas teorias que orientam a educação e a formação do homem situado historicamente.

Concebemos o homem como um ser natural e social, e conforme os pressupostos já delineados anteriormente, por meio do trabalho organizado, as questões sociais sobrepõem às naturais. Para atender a sua necessidade, o homem se relaciona com a natureza, já que dela provêm as condições que lhe permitem perpetuar-se como espécie. Na busca das condições para a sua sobrevivência, o ser humano atua sobre a natureza transformando-a segundo suas necessidades, e para além delas. Nesse processo de transformação, envolve múltiplas relações em determinado momento histórico, assim, acumula experiências e em decorrência dessas, produz conhecimentos acumulados e transmitidos de geração a geração. A transmissão dessas experiências e conhecimentos se dá por meio da educação e da cultura.

Ao alterar a natureza, o homem altera a si mesmo. A interação homem-natureza é um processo permanente, de mútua transformação e se constitui no processo de produção da existência humana. Sua ação é intencional e planejada, mediada pelo trabalho, produzindo bens materiais e não-materiais que são apropriados de diferentes formas pela humanidade.

O processo de produção da existência humana é um processo social, sendo assim, o ser humano não vive isoladamente, ao contrário, depende de outros para sobreviver. Existe interdependência dos seres humanos em todas as formas da atividade humana, sejam quais forem suas necessidades, desde a produção de bens até a elaboração de conhecimentos, costumes, valores. Essas necessidades são criadas, atendidas e transformadas a partir da organização e do estabelecimento de relações entre os homens.

Na base de todas as relações humanas, determinando e condicionando a vida, está o trabalho, uma atividade intencional que envolve formas de organização,

objetivando a produção dos bens necessários à vida humana. Essa organização implica uma dada maneira de dividir o trabalho necessário à sociedade, ao mesmo tempo em que o condiciona. A forma de dividir e organizar o trabalho determina também a relação entre os homens na organização política e social, sobretudo, quanto à propriedade dos instrumentos e materiais utilizados e à apropriação do produto do trabalho.

O desenvolvimento do homem e de sua história não depende de um único fator. Seu desenvolvimento ocorre a partir do suprimento de suas necessidades materiais, da forma de satisfazê-las, da forma de se relacionar para tal, e das ideias produzidas. Nesse processo do desenvolvimento humano multideterminado, que envolve inter-relações e interferências recíprocas entre ideias e condições materiais, a base econômica é o determinante fundamental.

A sociedade em que vivemos estrutura-se em classes, com diferentes ideologias, histórias e culturas; uma sociedade capitalista, na qual a maioria dos indivíduos não tem acesso ao desenvolvimento, tendo poucas oportunidades sobre a ação social.

As condições econômicas em sociedades baseadas na propriedade privada resultam em grupos com interesses conflitantes, com possibilidades diferentes no interior da sociedade, ou seja, resultam num conflito entre classes. Em qualquer sociedade onde existem relações que envolvem interesses antagônicos, as ideias refletem essas diferenças. E, embora acabem por predominar aquelas que representam os interesses do grupo dominante, há possibilidade de se produzir ideias que representam a realidade do ponto de vista de outro grupo, refletindo a possibilidade de transformação que está presente na própria sociedade.

Segundo Saviani (1992), o entendimento do modo como funciona a sociedade não pode se limitar as aparências. É necessário compreender as leis que regem o desenvolvimento da sociedade. Estas leis não são naturais, mas sim, históricas.

Para a sociedade que queremos, faz-se necessário proporcionar ações que contribuam para o desenvolvimento dos cidadãos, viabilizando uma sociedade esclarecida, que tenha conhecimento do seu processo histórico e compreenda que as relações que ocorrem entre os indivíduos, não são naturais, mas, produzidas pelo

homem.

O conhecimento humano, em suas diferentes formas (senso comum, científico, tecnológico, filosófico, estético, etc) exprimem as condições materiais de um dado momento histórico.

Esse conhecimento é influenciado pelo modo de produção, gerando uma concepção de homem, ideologia, cultura e sociedade. Como uma das formas de conhecimento produzido pelo homem no decorrer da sua história, a ciência é determinada pelas necessidades materiais do homem em cada período, ao mesmo tempo em que nelas interfere.

A ciência caracteriza-se pela necessidade do homem de explicar, por meio de métodos, os fatos observados, de forma sistematizada. É a tentativa do homem em entender e explicar racionalmente a natureza, buscando formular leis que, em última instância, permitam a atuação humana.

Tanto o processo de apropriação do conhecimento científico quanto seu produto, reflete o desenvolvimento e a ruptura ocorridos nos diferentes momentos da história. Em outras palavras, os antagonismos presentes em cada modo de produção e as transformações de um modo de produção a outro, são transpostos para as ideias científicas elaboradas pelo homem.

No decorrer da história, a ciência está sempre presente para reproduzir ou transformar. Na sociedade capitalista, o conhecimento científico é produzido de forma desigual, estando a serviço de interesses políticos, econômicos e sociais da classe dominante, não atingindo a totalidade da população.

O conhecimento formal é fruto de disputas políticas. Portanto, estudar a produção científica de cada área é conhecer não apenas o que está sendo produzido, mas quais são as principais discussões e disputas que se processam no espaço acadêmico e compreender sua historicidade. Faz-se necessário entender porque estas questões estão sendo postas nesse momento histórico e qual o contexto em que surgem. A ciência não é neutra, é produzida em torno de discordâncias e disputas.

O conhecimento científico é transformado em conteúdo escolar ao adentrar à escola, adquirindo objetivos próprios. A incorporação dos avanços da ciência e da

tecnologia aos programas escolares deve passar pelo estudo do caráter histórico da produção do conhecimento. Cabe à escola socializar e, possibilitar essa apropriação pelos educandos, representantes da classe trabalhadora, permitindo-lhes, reconhecer e defender seus interesses.

A escola tem a função social de garantir o acesso aos saberes científicos produzidos pela humanidade e permitir que os estudantes conheçam a realidade. Esse processo é indispensável para que não apenas conheçam o mundo em que vivem, mas com isso saibam nele atuar contribuindo para sua transformação.

O conhecimento é percebido quando há manifestação de mudança de atitudes e comportamentos, na prática social. Portanto, o conhecimento mediado num processo prática-teoria-prática simultaneamente, possibilita maior consciência acerca do nosso papel em sociedade.

A educação é uma prática social, uma atividade específica dos homens situando-os dentro da história. Ela não muda o mundo, mas o mundo pode ser mudado pela sua ação na sociedade e nas suas relações de trabalho. De acordo com Saviani (1992), a ”educação é um fenômeno próprio dos seres humanos, o que significa afirmar que ela é, ao mesmo tempo, uma experiência do e para o processo de trabalho, bem como é ela própria, um processo de trabalho” (p. 19).

Pretendemos uma educação voltada para a transformação social, sendo essa crítica e humanitária, oportunizando ao educando um conhecimento científico, político e cultural, que favoreça conhecer e respeitar direitos e deveres cidadãos, preparado para uma vida justa e coletiva, um indivíduo capaz de interagir com o outro e com o meio ambiente de forma equilibrada.

Todo conhecimento, na medida em que se constitui num sistema de significação, é cultural. A cultura é resultado de toda a produção e, segundo Saviani (1992), “para sobreviver, o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano, o mundo da cultura” (p. 19).

Ao mesmo tempo em que se tornam visíveis as manifestações e expressões culturais de grupos dominados, observam-se o predomínio de formas culturais

produzidas e veiculadas pelos meios de comunicação de massa, nas quais aparecem de forma destacadas as produções culturais em sua dimensão material e não-material da classe dominante.

Toda a organização curricular, por sua natureza e especificidade precisa contemplar várias dimensões da ação humana, entre elas a concepção de cultura. Na escola, em sua prática, há a necessidade da consciência de tais diversidades culturais, especialmente, da sua função de trabalhar as culturas populares de forma a levá-las à produção de uma cultura erudita. Assim, “a mediação da escola, instituição especializada para operar a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado, da cultura popular à cultura erudita; assume um papel político fundamental” (SAVIANI, 1995, p. 20).

Respeitando a diversidade cultural e valorizando a cultura popular e erudita, cabe à escola aproveitar essa diversidade existente para conhecer e vivenciar o multiculturalismo, que visa a transformação do ser humano, da sociedade e do mundo. Não existe uma cultura inferior ou superior à outra, o que temos é uma diversidade cultural que precisa ser aceita, valorizada, respeitada e reconhecida.

No contexto educacional, a tecnologia deve ser entendida como uma ferramenta sofisticada e alternativa, pois a mesma pode contribuir para o aumento das desigualdades, ou para a inserção social se vista como uma forma de estabelecer mediações entre o aluno e o conhecimento em todas as áreas. É necessário continuar lutando pela escolarização como um bem público, contra a domesticação política, contribuindo para que a educação em geral e o currículo, em particular, se constitua numa efetiva base para que os desfavorecidos tenham, tomem e transformem a própria concepção de poder.

Para que todos tenham acesso à escola, faz-se necessário vontade e ação política possibilitando investimentos para que os recursos tecnológicos (elementares e sofisticados) existam e possam contribuir para o desenvolvimento do pensar. Os recursos tecnológicos podem estabelecer relações entre o conhecimento científico, tecnológico e histórico-social, propiciando que o indivíduo passe a pensar sobre a realidade em que se encontra, tornando-se cidadão apto a exercer sua cidadania.

A cidadania requer uma atitude de independência, que o indivíduo adquire

quando passa a pensar sobre a realidade em que se encontra. Nessa dinâmica do pensar, a escola exerce um papel fundamental, bem como, todos os profissionais que nela se encontram inseridos.

De acordo com Boff (2000), cidadania é um processo histórico-social que "capacita a massa humana a forjar condições de consciência, de organização e de elaboração de um projeto e de práticas no sentido de deixar de ser massa e de passar a ser povo, como sujeito histórico, plasmador de seu próprio destino" (p. 51). Para atingir o objetivo de efetivar uma escola democrática, igualitária, participativa, formativa e crítica, é necessária a concepção de uma cidadania plena e consciente.

Ao tratar das questões pertinentes ao processo de formação dos sujeitos históricos nas dimensões política, social, econômica e cultural dentre outras, se firma a trajetória de uma educação permeada por conflitos, desafios que se constroem pelas necessidades humanas. Introduzir teorias e concepções pedagógicas é considerar o movimento social, dialético com todas as suas contradições. Pensando na formação como um todo, tem-se a organização do ensino mudada conforme os diversos momentos históricos.

Nessa perspectiva, e, contemplando o já previsto em Lei (9.394/96), dá-se a ampliação do Ensino Fundamental. As instituições de ensino necessitam adequar-se à uma nova estrutura, à uma outra organização para essa etapa da Educação Básica. Com a aprovação do Plano Nacional de Educação em 2001, firma-se o compromisso por meio da Lei 11.114/2005, a qual altera o artigo 6º da LDB, tornando obrigatória a matrícula de crianças aos seis anos de idade. Enquanto esta lei modifica a idade de ingresso nesta etapa da escolarização, a Lei 11.274/2006, trata da duração do Ensino Fundamental, ampliando-o para nove anos.

Esse processo implica em, mais que uma questão legal, garantir a qualidade do trabalho pedagógico, haja vista que muitas crianças não tiveram acesso às instituições de ensino antes do ingresso na escolaridade obrigatória. Esse trabalho deve visar a aquisição de conhecimentos, respeitando-se as especificidades da infância nos aspectos físico, psicológico, intelectual, social e cognitivo.

Para isso, nesse documento, trataremos brevemente da concepão de infância e adolescência, considerando que a demanda pertinente a primeira e segunda

etapas da Educação Básica é justamente esta que se insere no contexto apresentado. À medida que para dar continuidade, após essa etapa, tem-se o Ensino Médio, etapa que absorve esses alunos advindos do Ensino Fundamental. O conhecimento sobre as concepções propostas, vem então dar suporte para o entendimento sobre quem é esse aluno, que passou pelas etapas anteriores e que está fechando o ciclo da Educação Básica.

Para aqueles que atuam diretamente com o Ensino Fundamental, conhecer um pouco da história que envolve o trabalho com a criança, possibilita refletir sobre as características que vão se colocando a partir das mudanças decorrentes dos fatores políticos, sociais e econômicos.

A concepção de infância e de desenvolvimento infantil passou por diversos olhares até o momento atual. Como construção histórica, tem-se a contribuição dos estudos de Vygotsky (2007), que ao analisar o desenvolvimento humano, privilegia a interação social, na formação da inteligência e das características essencialmente humanas, ou seja, nos tornamos humanos a partir das interações sociais. Os estudos de Vygotsky indicam analisar criticamente o contexto social , com objetivo de compreender com que criança se está trabalhando, quais suas necessidades e como se dá a apropriação dos conteúdos contidos no currículo escolar.

Compreender a infância como historicamente situada, implica pensar nas intencionalidades educativas. Portanto, todos devem realizar um trabalho articulado que envolva todas as áreas do conhecimento. Kuhlmann (1998, p. 65) tratando da pequena infância, especificamente a idade de seis anos, destaca a importância de enfatizar aspectos como: “(...) o afeto, o prazer e o desprazer, a fantasia, o brincar e o movimento, a poesia, as ciências, as artes plásticas e dramáticas, a linguagem, a música e a matemática”.

Na infância, as crianças aprendem brincando, desenvolvem a capacidade de compreender “regras, limites, cooperação, competição, valores, noções de topologia, de lateralidade, de esquema corporal, expressão, canto, dança, aspectos culturais, movimentos motores finos, manipulação de objetos, trabalhos em grupo, mediação de conflitos, cuidados, enfim, muitos aprendizados dos elementos que nos inserem gradativamente no muito adulto, vêm do brincar. Portanto, “brincar não é uma

dinâmica interna do indivíduo, mas uma atividade dotada de uma significação social precisa que, como outras, necessitam de aprendizagem" (BROUGÉRE, 2002, p. 20). Desta forma, o brincar precisa mover-se a partir de intencionalidades pedagógicas, considerando os tempos e espaços possíveis para que a aprendizagem aconteça, propiciando assim, o cuidar e o educar como elementos concomitantes visando a aprendizagem significativa.

Nessa perspectiva, educar significa humanizar. Saviani (1992, p. 40) ao referir-se ao processo de humanização do ser humano afirma que "a natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens".

Nesse sentido, cabe-nos pensar na continuidade dessa formação, infância e adolescência são períodos da vida constituídos por elementos históricos produzidos socialmente pelo homem. A adolescência foi naturalizada como sendo um período da vida manifestada por conflitos, rebeldia, incertezas. A ideia do que hoje chamamos por adolescência, conforme Grossman (1998), "foi pressentida a partir do século XVIII". Porém é no século XIX que a adolescência passa por um delineamento preciso, o menino tem sua trajetória marcada por um período que corresponde à primeira comunhão até o bacharelado, a menina, da primeira comunhão ao casamento.

Nesse século, a adolescência passa a ser reconhecida como momento da vida "crítico", fase temida por ser considerada de riscos para o próprio indivíduo e para a sociedade. Há preocupações com as manifestações advindas do comportamento e transformações sexuais. Acontece também a extensão da escolaridade às meninas, o que antes era restrita somente aos meninos. A família do século XIX caracterizava-se por ser nuclear, heterossexual, monógama e patriarcal, modelo rígido, normativo.

O século XX é marcado inicialmente pelas guerras, deixando algumas mudanças significativas quanto ao comportamento adolescente. Esse reflexo percebe-se na contestação social, nas mobilizações políticas, um sujeito que já não aceita passivamente os conflitos decorrentes da sociedade capitalista,

principalmente nos anos de 1960. A contracultura é apresentada como forma de oposição aos mecanismos alienadores da sociedade, sendo estes demonstrados por algumas características evidentes como: “cabelos compridos, roupas extravagantes e coloridas, misticismo, um determinado tipo de música e drogas” (GROSSMAN, 1998). Contra uma ideologia burguesa, a maioria das universidades organizam-se com espírito de contrapor-se “ao velho” instituindo “o novo”.

Nos tempos recentes, temos o avanço da tecnologia, da produção de massa, da fragmentação e mecanização dos saberes. E o adolescente, como está hoje nessa sociedade, como se percebe os princípios e valores que conduzem à humanização dos homens?

Leontiev baseando-se em Engels, sustenta a ideia que “(...) a hominização resultou da passagem à vida numa sociedade organizada na base do trabalho; (…) esta passagem modificou a sua natureza e marcou o início de um desenvolvimento que, diferentemente do desenvolvimento dos animais, estava e está submetido não ás leis biológicas, mas, s leis sócio-históricas” (LEONTIEV, 1978, p. 262). Assim, tem-se o trabalho e a vida em sociedade como duas características que vão permitir historicamente um salto significativo para o desenvolvimento humano.

Faz-se necessário rever conceitos, haja vista que a psicologia por muito tempo naturalizou a adolescência, considerando-a como fase natural do desenvolvimento. As características apresentadas na literatura que trata desse assunto tem mostrado que esta se apresenta nos âmbitos biológico e psicológico como um período de intensa rebeldia, cujo corpo está em processo de mudança, instabilidade emocional, tendência à bagunça, hormônios à flor-da-pele, atitudes opositoras, crescimento e desenvolvimento lógico, busca de identidade e independência. Todos os elementos que constituem esse período da vida são pensados e conduzidos da mesma forma, pois, fazem parte da natureza humana.

Finalizando a concepção de adolescência, retrata-se nesse documento, seguindo os pressupostos analisados por Bock (2004) que “a adolescência é vista como uma construção social, que tem suas repercussões na subjetividade e no desenvolvimento do homem moderno e não como um período natural do desenvolvimento”. A adolescência é uma produção da sociedade ocidental,

moderna, portanto, não é natural, é produzida pelo homem, é social, é histórica.

Para compreender a adolescência, é preciso retomar seu processo social, para então, compreendê-la na forma como acontece para os jovens. “Não há uma adolescência, como possibilidade de ser; há uma adolescência como significado social, mas suas possibilidades de expressão são muitas.

O papel do professor na perspectiva do trabalho com a segunda etapa da Educação Básica “deve” corresponder às concepções de infância e adolescência como produção humana, requer conhecimento histórico acerca das mudanças decorrentes de fatores sociais, econômicos, polîticos e culturais, no sentido de perceber a formação do indivíduo como um todo. O trabalho pedagógico necessita de continuidade, sequência, planejamento, direcionamento didático (metodologia), e avaliação constante do processo de ensino e aprendizagem.

O período escolar deve constituir-se na visão de uma formação que direcione os alunos na perspectiva de emancipação, e, não de adaptação às condições postas, que alienam, subjulgam, expropriam. É preciso romper com a ideia ativista que o sujeito somente aprende fazendo, e, propor um trabalho que articule teoria e prática na dimensão da práxis, em que saber e fazer aconteçam tendo em vista a unidade do trabalho pedagógico nos espaços escolares.

Tendo em vista as concepções norteadoras do trabalho pedagógico, o Instituto de Educação Estadual elaborou as Propostas Curriculares das Disciplinas que compõem o currículo da Educação Básica, nas suas diversas etapas e modalidades de ensino, bem como o curso de Formação de Docentes em nível médio.

7. CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO

A avaliação no contexto escolar deve centrar-se na forma como o aluno aprende, sem descuidar da qualidade do saber. A aprendizagem se dá por meio da mediação, inicialmente no plano social para se consolidar no plano individual. Com tal abrangência, a avaliação deve ser contínua, formativa, buscando o desenvolvimento integral do aluno. Nessa concepção, pressupõe detectar e prevenir os problemas identificados, corrigir as lacunas e estabelecer novos rumos para o processo de ensino e aprendizagem.

A avaliação deve configurar-se como uma prática de investigação do processo educacional e como meio de transformação da realidade escolar, partindo da observação, da análise, da reflexão crítica sobre a realidade/contexto. Esse trabalho exige o envolvimento, o comprometimento e a responsabilidade de todos no processo avaliativo, onde sejam estabelecidas as necessidades, prioridades e as propostas de ação para os processos de ensino e da aprendizagem, bem como, na construção de uma educação transformadora, cidadã e responsável. Dessa forma, a prática da avaliação nas pedagogias preocupadas com a transformação deverá "estar atenta aos modos de superação do autoritarismo e ao estabelecimento da autonomia do educando, pois o novo modelo social exige a participação democrática de todos" (LUCKESI, 2002, p. 32).

Portanto, a avaliação democrática é aquela que não exclui o educando, mas o inclui no círculo da aprendizagem. É o diagnóstico que permite a decisão de direcionar ou redirecionar o processo de ensino e aprendizagem. Para que a avaliação diagnóstica seja possível, é preciso compreendê-la e realizá-la comprometida com uma concepção pedagógica, sendo esta, preocupada com a perspectiva de que o educando deverá apropriar-se criticamente do conhecimento.

A avaliação que se realiza em nossas escolas, não está garantindo a qualidade do ensino, não está sendo democrática, nem tão pouco está servindo para transformar uma sociedade que se caracteriza pelo modo capitalista de produção e coloca-se cada vez mais competitiva e excludente. A pedagogia do exame é ainda reinante e a avaliação é tomada como sinônimo de controle, um momento de aplicação de provas, quando alunos são classificados por meio de números, letras e pareceres que em nada expressam a real aprendizagem do mesmo, servindo apenas para classificá-lo, que é o passo prévio para a seleção e exclusão.

Pensar em mudanças na prática da avaliação é partir para novos rumos, inovar o ensino-aprendizagem, pensar na forma que ensinamos, a quem ensinamos e porque ensinamos para chegar no como avaliar, quem avaliar e para que avaliar.

Nessa perspectiva, a avaliação servirá para verificar a apropriação do conhecimento por parte do aluno. O ensino, a aprendizagem e a avaliação não são momentos separados, devem acontecer de forma contínua em interação

permanente. Os objetivos devem ser bem claros e os conteúdos selecionados pelo seu grau de importância para a vida do aluno. A avaliação deve ser parte integrante do processo de aprendizagem.

A avaliação não pode limitar-se apenas na etapa final de uma determinada prática. Deve estar sempre presente, indicando o caminho a seguir. Quando se constata que o aluno não aprendeu o que foi ensinado, o professor deve rever os programas, retificá-los, repensar a metodologia, descobrir falhas no processo, buscar outros caminhos, lançar novas indagações e, partir para novas práticas em busca de melhores resultados. Mudar a avaliação não é tarefa simples e fácil, porém, é imprescindível.

Para transformar a prática avaliativa, é necessário questionar a educação desde suas concepções, seus fundamentos, sua organização, suas normas burocráticas. Isso implica em mudanças conceituais, redefinição de conteúdos, das funções docentes e discentes, entre outros. A transformação da avaliação abrirá caminhos para a elaboração de novas possibilidades e de novas questões. Será mais um meio para fazer avançar o processo de ensino-aprendizagem, garantindo a qualidade do ensino. Sendo assim, é necessário pensar em conjunto, envolvendo todos os interessados para propor uma (re) estruturação interna da escola, quanto a sua forma de avaliar e de contribuir para a efetivação da aprendizagem. Para Vasconcellos (1994), “os educadores devem se comprometer com o processo de transformação da realidade, alimentando um novo projeto comum de escola e sociedade (p. 85). Assim, o educador estará consciente que seu trabalho servirá para construir uma sociedade diferente, onde o direito ao saber não pertence só a uma determinada classe de pessoas.

No Instituto de Educação Estadual de Maringá pretendemos adotar uma avaliação dentro das disposições orientadas como regras comuns ao Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional previstas na LDB 9.394/96, Art. 24, Inciso V e Deliberação nº 007/99, sendo contínua, cumulativa e diagnóstica, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Quanto aos resultados das avaliações nas turmas seriadas serão computados trimestralmente e expressos em notas, por disciplina, de (0.0) zero a (10.0) dez,

sendo que o rendimento mínimo para aprovação será (6,0) seis, com registro na documentação oficial do aluno, na forma de boletins e editais, seguindo as orientações do Regimento Escolar. Dessa forma, o IEEM nas etapas e modalidades de ensino ofertará no mínimo dois instrumentos avaliativos, obrigatoriamente um, em forma de prova escrita realizada individualmente com valor de (0,0) zero a (7,0) sete, e, trabalhos que somam valor (3,0) três. A recuperação de estudos dar-se-á concomitantemente ao processo de ensino, tendo em vista os conteúdos e notas correspondentes às provas.

No ensino fundamental, médio, normal (integrado) e profissional (integrado) a avaliação organizar-se-á seguindo a trimestralidade, pois, contempla matrizes curriculares em caráter anual.

Da mesma forma, tem-se os cursos na modalidade subsequente com matrizes semestrais, cuja periodicidade da avaliação está organizada em dois bimestres (Formação de Docentes, Administração e Logística).

Em relação aos alunos que chegam transferidos, as notas, conceitos ou menções serão transformados em notas, considerando o regime da trimestralidade, assim sendo: alunos que vêmtransferidos com notas fechadas (primeiro e segundo bimestres, será convertido de (primeiro bimestre, para primeiro trimestre; de segundo bimestre, para segundo trimestre).

O procedimento respeitará o aproveitamento do (a) aluno (a), da instituição de origem; e, o acompanhamento do seu desempenho dar-seá, no terceiro trimestre, oportunizando recuperação de estudos.

Quando tiver no documento de transferência, notas parciais, a instituição providenciará no intervalo de transição do aluno, adequação de conteúdos e avaliação dos mesmos, por meio de trabalhos domiciliares, e ou/provas. Quando, porém, a avaliação for por conceitos (que apresentem legendas, respeitar a maior nota apresentada na documentação).

As avaliações com conceitos que não apresentarem legendas, o critério será o seguinte:

E – Excelente = 9,0 a 10,0

O – Ótimo = 7,0 a 8,9

B – Bom = 5,0 a 6,9

R – Regular = 0,0 a 4,9

Obs.: As avaliações descritivas sarão analisadas caso a caso, pelos pedagogos responsáveis e a nota será atribuída equivalente ao descrito (respeitando os conceitos ou menções explicitados.

Os casos especiais que não se enquadrem em nenhum dos itens acima, serão discutidos em Conselho de Classe, a partir de análise do aproveitamento do aluno na instituição em que o referido aluno está matriculado, podendo o mesmo ser aprovado em condições de semestre, ou seja:

Apresentar 6,0 pontos no primeiro semestre (primeiro trimestre e segundo trimestre incompleto);

Apresentar 6,0 pontos no segundo semestre (segundo trimestre incompleto e terceiro trimestre)

Os encaminhamentos dos processos de classificação, reclassificação, adaptação e aproveitamento de estudos são realizados em conformidade com as determinações legais estabelecidas pelos órgãos competentes. No caso da progressão parcial, os alunos que são oriundos das instituições que ofertam essa possibilidade no sistema, terão a oportunidade de frequência na respectiva disciplina em contraturno, ou seja, presencialmente.

8. PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A participação do cidadão e o exercício de sua cidadania no campo educacional e, mais especificamente, na gestão da escola, estão ligados a um processo mais amplo de extensão da cidadania social e educacional. A cultura democrática cria-se com a prática. Os princípios e as regras dessa prática, embora ligados à natureza universal dos valores democráticos, têm uma especificidade intrínseca à natureza da escola e ao projeto pedagógico de cada instituição de

ensino. O espaço escolar não é democrático só por sua prática administrativa, torna-se democrático por toda sua ação pedagógica, essencialmente educativa.

A escola precisa ser concebida não como uma organização burocrática, mas como instância de articulação de projetos pedagógicos partilhados pela direção, funcionários, professores, pais, alunos e comunidade, onde todos os envolvidos são considerados cidadãos e participantes de um processo coletivo de fazer educação.

Participação significa a intervenção dos profissionais da educação e dos demais segmentos que fazem parte do contexto escolar. Há dois sentidos de participação articulados entre si. No primeiro sentido, a participação é ingrediente dos próprios objetivos da escola e da educação. A escola é lugar de aprender e apreender os conhecimentos científicos, desenvolver capacidades intelectuais, sociais, afetivas, éticas e estéticas. É, também, lugar de formação cultural para a participação na vida social, econômica e cultural. No segundo sentido, por canais de participação da comunidade, a escola deixa de ser uma redoma, um lugar fechado e separado da realidade, para conquistar o status de uma comunidade educativa que interage com a sociedade civil. Vivendo a prática da participação nos órgãos deliberativos da escola, os pais, os educadores, os alunos, vão aprendendo a sentirem-se responsáveis pelas decisões que afetam o âmbito mais amplo da sociedade.

De acordo com o Regimento Escolar do Instituto de Educação Estadual de Maringá Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, a gestão escolar é o processo que rege o funcionamento da escola, compreendendo a tomada de decisões conjuntas no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas e pedagógicas, envolvendo a participação de todos.

A comunidade escolar é o conjunto constituído pelos profissionais da educação, alunos, pais ou responsáveis e funcionários que protagonizam a ação educativa do estabelecimento. Sendo assim, a gestão escolar, como decorrência do princípio constitucional da democracia e colegiabilidade, têm como órgão máximo de Direção, o Conselho Escolar. A gestão escolar é composta de: Equipe de Direção: Direção e Direção Auxiliar; Equipe Pedagógica: Professor Pedagogo, Corpo Docente e Discente; Equipe Administrativa: Agente Educacional I e II.

9. OPERACIONALIZAÇÃO DA GESTÃO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

A compreensão da educação situada num campo progressista implica em expressar a democracia na organização, na gestão da escola, no currículo, enfim, num projeto de escola, de educação e de sociedade, permeados por uma dimensão epistemológica, política e ética.

A gestão das práticas pedagógicas implica no respeito aos vários órgãos de representação da escola, buscando unidade entre eles, contribuindo na efetivação do trabalho dos mesmos, para que esses tenham autonomia para encaminhar suas questões específicas, sendo: Conselho Escolar, Conselho de Classe, Conselho de Representantes de Turma (CRT), Associação de Pais e Educadores (APE), Grêmio Estudantil, outras instâncias deliberativas que venham a ser constituídas.

9.1. O papel específico dos segmentos da comunidade escolar

Compreende-se que cada seguimento da escola tem especificidades de funções, devendo ser integradas às visões pedagógicas, administrativas e políticas. Uma das formas de viabilizar a gestão democrática, é a possibilidade de divisão do trabalho, ao permitir que as decisões sejam tomadas coletivamente e que as ações de encaminhamento fiquem como responsabilidade de um dos integrantes da direção, facilitando a identificação de quem não está cumprindo o seu papel na gestão. Essa integração de ações garante que as questões (políticas, pedagógicas e administrativas) da escola sejam realizadas.

Diretor

O diretor da escola deve revelar experiência pessoal e profissional, sensibilidade para lidar com situações adversas e estimular a interação entre os semelhantes e os diversos, na perspectiva do direito ao conhecimento, à convivência, aos valores, às ações que efetivem a ética, a democracia e a justiça social. Enfim, o perfil de alguém com capacidade de ouvir, analisar ideias, questionar, inferir e compreender posições para sintetizar uma política de ação com um propósito de coordenar efetivamente o processo educativo. Ao diretor compete:

- Assegurar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico da escola;

- Ser o articulador entre a comunidade e a escola;
- Representar a escola e a comunidade, que o elegeu, perante a mantenedora, outros órgãos e instituições;
- Garantir o funcionamento do Conselho Escolar, respeitando, encaminhando, organizando e acompanhando as deliberações do mesmo;
- Garantir o funcionamento pleno da APMF (Associação de Pais, Mestres e Funcionários), Grêmio Estudantil ou, ainda, outras instâncias colegiadas com os seus membros;
- Não centralizar suas ações na sala de direção, mas estar sempre presente em todos os espaços e momentos da escola, e sempre que possível, na comunidade, para que dessa forma possa representar a escola com competência;
- Representar os interesses da escola, a fim de torná-la, a cada dia, mais condizente com a escola pública de qualidade;
- Garantir a integridade e o respeito para todos os que participam da escola independente da função que exercem;
- A Direção deve fazer cumprir as determinações legais da SEED e NRE, procurando promover o bem estar dos profissionais que atuam na instituição de ensino, exercendo as demais atribuições inerentes ao cargo.

Diretor Auxiliar

Ser o articulador entre:
- Setor administrativo e professores;
- Setor pedagógico, professores e funcionários;
- Professores e professores;
- Estar em contato direto com as dificuldades e anseios dos segmentos de sua responsabilidade;
- Assegurar com o Diretor para que o setor pedagógico encaminhe e efetive o Projeto Político Pedagógico da escola;
- Exigir planejamento e cronograma das ações do setor pedagógico;
- Garantir que as reuniões pedagógicas, administrativas, os grupos de estudo, encontro com os pais, entre outros, sejam registrados em ata, viabilizando assim a

comprovação dos fatos e a continuidade dos trabalhos;

- Fazer com que a liberação de professores seja discutida no colegiado, a fim de que juntos busquem a solução para a ausência destes;

- Garantir a integridade e o respeito para todos os que participam da escola independente de sua função, sexo, raça, crenças religiosas e opções políticas;

- Representar junto com o diretor a comunidade escolar que o elegeu, defendendo sempre os seus interesses;

- Demais atribuições previstas no Regimento Escolar.

Secretário ou coordenador administrativo

A Secretaria é o órgão que tem a seu encargo a responsabilidade pela escrituração, documentação e correspondência do Estabelecimento, assessorando a Direção em sua área de atuação. Os serviços de secretaria são coordenados e supervisionados pela direção, ficando a ela subordinados. O cargo de secretário(a) deve ser exercido por profissional devidamente qualificado para desempenhar essa função, de acordo com as normas da Secretaria de Estado da Educação (SEED), em ato específico.

O secretário, por condições legais e regimentais, exerce uma ação ao mesmo tempo centralizadora e abrangente, porque seu setor relaciona-se com todos os demais setores envolvidos no processo pedagógico e na vida escolar. São atribuições do secretário escolar:

- Responsabilizar-se pelo funcionamento da secretaria;

- Cumprir e fazer cumprir as determinações dos seus superiores hierárquicos;

- Zelar pela guarda e sigilo dos documentos escolares;

- Manter em dia a escrituração, arquivos, fichários, correspondência escolar e resultado das avaliações dos alunos;

- Compatibilizar Histórico-Escolar (Adaptação);

- Manter as estatísticas da escola em dia;

- Encaminhar reuniões e estudos periódicos registrados em ata com os funcionários, a fim de instrumentalizá-los, visando à participação efetiva destes, como sujeitos, na construção da escola, e não apenas objetos das ações.

Professor pedagogo

O professor pedagogo é o profissional responsável pela organização do trabalho pedagógico escolar e deve, com a equipe pedagógica da escola, agir, intervir, lançar novos desafios, desequilibrar estruturas antigas e, assim, contribuir com a busca de novos conhecimentos e práticas, na elaboração da escola pública democrática de qualidade. Não há construção isolada de um projeto de escola, de educação e de sociedade. O trabalho escolar é coletivo, permanente, e exige a participação, o debate e o diálogo.

Cabe ao professor pedagogo, fomentar a organização de espaços na escola, a fim de possibilitar o debate sobre trabalho pedagógico, definindo em conjunto, o calendário escolar, a organização das classes, horários, rituais, metodologias, reuniões por áreas, atividades extracurriculares, o currículo, questões disciplinares, avaliação e implementação dos programas de ensino e projetos pedagógicos para a comunidade escolar.

A organização do trabalho pedagógico está diretamente vinculada ao debate acerca do modelo de gestão escolar, da elaboração cotidiana do Projeto Político Pedagógico, da tomada de decisões nas instâncias colegiadas e na transparência do uso dos recursos públicos na escola. Portanto, cabe ao profissional pedagogo, acompanhar a relação entre alunos, funcionários, professores, direção, pais e comunidade. Ele participa, também, na composição e nas ações do Conselho Escolar e APE, na formulação e na aplicação do regulamento da biblioteca, do Regimento Escolar, no cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como também, da discussão sobre o processo de seleção do livro didático. Enfim, sua função é atuar efetivamente em questões que estão diretamente relacionadas com o pedagógico, com o exercício cotidiano de busca de coerência entre a teoria e a prática.

O professor pedagogo deve ter o compromisso com as ações pedagógicas que possibilitam a apropriação do conhecimento de todos, sem discriminação e preconceito. É preciso estar atento às situações de evasão, repetência, baixo rendimento escolar, atendimento às necessidades educativas especiais e às questões étnico-raciais. Para tanto, deve conduzir discussões, reflexões,

promovendo o trabalho integrado de toda equipe, em busca de meios para que todos tenham melhor qualidade de ensino, e, consequentemente, o acesso ao conhecimento, que entendemos ser um dos caminhos de emancipação. Sendo assim, são necessárias propostas educativas voltadas para a formação humana.

Docente

O corpo docente é constituído por profissionais que têm a função de ensinar. Esta prática implica uma reflexão sobre o quê, como e por que se ensina. Assim, envolve o fazer profissional, a necessidade de estudo e pesquisa permanente e, o compromisso ético e político com a sociedade e com a escola pública.

O profissional docente tem a responsabilidade de elaborar o Projeto Político Pedagógico com a comunidade escolar na qual atua, bem como elaborar e cumprir o seu plano de trabalho.

O docente deve estabelecer uma relação afetiva, ética e política com o educando, sendo sua responsabilidade, a formação do cidadão solidário, participativo, ético, responsável, crítico e criativo, capaz de exercer sua cidadania, buscando uma sociedade mais justa e igualitária.

O professor tem a incumbência de zelar pela aprendizagem dos seus alunos, estabelecer estratégias de recuperação de estudos aos de menor rendimento, revendo conteúdos, buscando alternativas metodológicas, para ensinar e aprender. O professor deve cuidar para que não haja discriminação de cor, raça, sexo, religião e classe social, resguardando sempre o respeito humano ao aluno.

O docente deve detectar, por meio de acompanhamento do ensino/aprendizagem, os possíveis casos de diferenças entre idade e série, e, encaminhá-los ao professor pedagogo para avaliação diagnóstica. Estimular e garantir a participação efetiva dos educandos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento, assegurando o atendimento às necessidades educacionais especiais nas atividades escolares e elaborar, junto à equipe pedagógica, o plano especial de ensino, fazendo com que tenham acesso ao currículo e a avaliação, se houver necessidade.

Cabe ao professor e à equipe pedagógica escolher livros e materiais didáticos

conforme a proposta pedagógica da SEED, apresentar projetos de enriquecimento curricular, novas estratégias de trabalho e recursos didáticos para melhorar a qualidade de ensino. É sua responsabilidade manter o livro de registro de classe atualizado, com todos os campos devidamente preenchidos, sendo os registros fidedignos à realidade; comunicar ao professor pedagogo, secretaria e direção, todos os problemas referentes ao processo pedagógico, como faltas, aprendizagem, comportamento, buscando orientação da equipe pedagógica quando houver dúvidas relacionadas ao seu trabalho; reavaliar constantemente os resultados, procurando rever sua prática quando necessário, buscando novas alternativas de trabalho.

O professor deverá comparecer às convocações do estabelecimento de ensino, reuniões, Conselho de Classe, cumprir os dias letivos e horas-aulas estabelecidas pela Lei e não deixar faltar carga horária ao aluno. Cabe, também, ao professor, participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; zelar pelo tratamento aos pais, diante de problemas conflituosos.

A escola pública brasileira é permeada por muitas contradições. Cabe ao profissional da educação refletir acerca de sua identidade e sua função. Sabendo que poderá enfrentar desafios e dificuldades concretas. Portanto, é necessário manter o exercício permanente do diálogo, a organização do trabalho pedagógico, estar em formação continuada, tendo sempre o compromisso de buscar uma escola pública de qualidade.

Agente educacional I

Ao agente educacional I cabe zelar pelo ambiente escolar, preservando, valorizando e integrando o ambiente físico escolar; executar atividades de manutenção e limpeza, tais como: varrer, encerar, lavar salas, banheiros, corredores, pátios, quadras e outros espaços utilizados pelos estudantes, profissionais docentes e não docentes da educação, conforme a necessidade de cada espaço; lavar, passar e realizar pequenos consertos em roupas e materiais; utilizar aspirador ou similares e aplicar produtos para limpeza e conservação do

mobiliário escolar; abastecer máquinas e equipamentos, efetuando limpeza periódica para garantir a segurança e funcionamento dos equipamentos existentes na escola; efetuar serviços de embalagem, arrumação, remoção de mobiliário, garantindo acomodação necessária aos turnos existentes na escola; disponibilizar lixeiras em todos os espaços da escola, preferencialmente, garantindo a coleta seletiva de lixo, orientando os usuários – alunos ou outras pessoas que estejam na escola para tal; coletar o lixo diariamente, dando ao mesmo o destino correto; executar serviços internos e externos, conforme demanda apresentada pela escola; racionalizar o uso de produtos de limpeza, bem como zelar pelos materiais como vassouras, baldes, panos, espanadores, etc.; comunicar com antecedência à direção da escola sobre a falta de material de limpeza, para que a compra seja providenciada; abrir, fechar portas e janelas nos horários estabelecidos para tal, garantindo o bom andamento do estabelecimento de ensino e o cumprimento do horário de aulas ou outras atividades da escola; guardar sob sua responsabilidade as chaves da instituição, quando for o caso, ou deixar as chaves nos locais previamente estabelecidos; zelar pela segurança das pessoas e do patrimônio, realizando rondas nas dependências da instituição, atentando para eventuais anormalidades, bem como identificando avarias nas instalações e solicitando, quando necessário, atendimento policial, do corpo de bombeiros, atendimento médico de emergência devendo, obrigatoriamente, comunicar as ocorrências à chefia imediata; controlar o movimento de pessoas nas dependências do estabelecimento de ensino, cooperando com a organização das atividades desenvolvidas na unidade escolar; encaminhar ou acompanhar o público aos diversos setores da escola, conforme necessidade; acompanhar os alunos em atividades extra classe quando solicitado; preencher relatórios relativos a sua rotina de trabalho; participar de cursos, capacitações, reuniões, seminários ou outros encontros correlatos às funções exercidas ou sempre que convocado; agir como educador na construção de hábitos de preservação e manutenção do ambiente físico , do meio-ambiente e do patrimônio escolar; efetuar outras tarefas correlatas às ora descritas; preparar a alimentação escolar sólida e líquida observando os princípios de higiene, valorizando a cultura alimentar local, programando e diversificando a merenda escolar; responsabilizar-se pelo acondicionamento e

conservação dos insumos recebidos para a preparação da alimentação escolar; verificar a data de validade dos alimentos estocados, utilizando-os em data própria, a fim de evitar o desperdício e a inutilização dos mesmos; atuar como educador junto à comunidade escolar, mediando e dialogando sobre as questões de higiene, lixo e poluição, do uso da água como recurso natural esgotável, de forma a contribuir na construção de bons hábitos alimentares e ambientais; organizar espaços para distribuição da alimentação escolar e fazer a distribuição da mesma, incentivando os alunos a evitar o desperdício; acompanhar os educandos em atividades extracurriculares e extraclasse quando solicitado; realizar chamamento de emergência de médicos, bombeiros, policiais, quando necessário, comunicando o procedimento à chefia imediata; preencher relatórios relativos a sua rotina de trabalho; comunicar ao(à) diretor(a) , com antecedência, a falta de algum componente necessário à preparação da alimentação escolar, para que o mesmo seja adquirido; efetuar outras tarefas correlatas às ora descritas.

Agente educacional II

Realizar atividades administrativas e de secretaria da instituição escolar onde trabalha; auxiliar na administração do estabelecimento de ensino, atuando como educador e gestor dos espaços e ambientes de comunicação e tecnologia; manter em dia a escrituração escolar: boletins estatísticos; redigir e digitar documentos em geral e redigir e assinar atas; receber e expedir correspondências em geral, juntamente com a direção da escola; emitir e assinar, juntamente com o diretor, históricos e transferências escolares; classificar, protocolar e arquivar documentos; prestar atendimento ao público, de forma pronta e cordial; atender ao telefone; prestar orientações e esclarecimentos ao público em relação aos procedimentos e atividades desenvolvidas na unidade escolar; lavrar termos de abertura e encerramento de livros de escrituração; manter atualizados dados funcionais de profissionais docentes e não docentes do estabelecimento de ensino; manter atualizada lista telefônica com os números mais utilizados no contexto da escola; comunicar à direção fatos relevantes no dia-a-dia da escola; manter organizado e em local acessível o conjunto de legislação atinente ao estabelecimento de ensino;

executar trabalho de mecanografia e de reprografia; acompanhar os alunos, quando solicitado, em atividades extraclasse ou extracurriculares; participar de reuniões escolares sempre que necessário; participar de eventos de capacitação sempre que solicitado; manter organizado o material de expediente da escola; comunicar antecipadamente à direção sobre a falta de material de expediente para que os procedimentos de aquisição dos mesmos sejam realizados; executar outras atividades correlatas às ora descritas; catalogar e registrar livros, fitas, DVD, fotos, textos, CD; registrar todo material didático existente na biblioteca, nos laboratórios de ciências e de informática; manter a organização da biblioteca, laboratório de ciências e informática; restaurar e conservar livros e outros materiais de leitura; atender aos alunos e professores, administrando o acervo e a manutenção do banco de dados; zelar pelo controle e conservação dos documentos e equipamentos da Biblioteca; conservar, conforme orientação do fabricante, materiais existentes nos laboratórios de informática e de ciências; reproduzir material didático através de cópias reprográficas ou arquivos de imagem e som em vídeos, “slides”, CD e DVD; registrar empréstimo de livros e materiais didáticos; organizar agenda para utilização de espaços de uso comum; zelar pelas boas condições de uso de televisores e outros aparelhos disponíveis nas salas de aula; zelar pelo bom uso de murais, auxiliando na sua organização, agir como educador, buscando a ampliação do conhecimento do educando, facilitada pelo uso dos recursos disponíveis na escola; quando solicitado, participar das capacitações propostas pela SEED ou outras de interesse da unidade escolar; decodificar e mediar o uso dos recursos pedagógicos e tecnológicos na prática escolar; executar outras atividades correlatas às ora descritas.

9.2. Papel das instâncias colegiadas
Conselho Escolar

O Conselho escolar é um órgão colegiado representativo da comunidade escolar, de natureza deliberativa, consultiva e fiscalizadora sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar, conforme as políticas e diretrizes educacionais da SEED. Para tanto é preciso considerar a

Constituição Federativa do Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Projeto Político Pedagógico da escola e o Regimento Escolar.

O Conselho Escolar é concebido como um instrumento de gestão colegiada que abrange a comunidade escolar numa perspectiva de democratização da escola pública, constituindo-se como órgão máximo de direção do Estabelecimento de Ensino.

Sua função deliberativa refere-se à tomada de decisões relativas às diretrizes e linhas gerais das ações às questões pedagógicas e financeiras, quanto ao direcionamento das políticas públicas desenvolvidas no âmbito escolar. A função consultiva, refere-se à emissão de pareceres para diminuir dúvidas e tomar decisões pedagógicas, administrativas e financeiras, de acordo com suas atribuições.

A função avaliativa é o acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas e alternativas para a melhoria de seu desempenho, garantindo o cumprimento das normas da escola e a qualidade social da instituição escolar.

E por fim, a função fiscalizadora refere ao acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas ações.

Os membros do Conselho Escolar não são remunerados e não recebem benefícios pela participação no colegiado, por se tratar de órgão sem fins lucrativos. Poderão participar do Conselho Escolar, todos os segmentos da comunidade escolar, representantes dos movimentos sociais organizados e comprometidos com a escola pública.

Associação de Pais, Mestres e Funcionários

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) é um órgão de representação dos pais, professores e funcionários do estabelecimento de ensino. A APE é pessoa jurídica de direito privado, instituição auxiliar do estabelecimento de ensino e não possui caráter político-partidário, religioso, racial e atua sem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros. A APMF rege-

se por Estatuto próprio. Esse órgão é de extrema importância para as ações da escola, tendo como objetivos:

- Discutir e decidir sobre as ações para a assistência ao educando, o aprimoramento do ensino e para a integração da família, da comunidade e da escola;
- Prestar assistência ao educando assegurando-lhe melhor condições de eficiência escolar;
- Integrar a comunidade no contexto escolar, discutindo a política educacional, visando à realidade dessa mesma comunidade;
- Proporcionar condições ao educando de criticar, participar de todo o processo escolar, estimulando sua organização livre em grêmios estudantis;
- Representar os reais interesses da comunidade e dos pais de alunos junto à escola contribuindo, dessa forma para a melhoria do ensino e da melhor adequação dos planos curriculares;
- Promover o entrosamento entre pais, alunos, professores, funcionários e membros da comunidade por meio de atividades sócio-educativo-cultural-cultural-desportiva;
- Contribuir para a melhoria e conservação do aparelhamento e do estabelecimento escolar, sempre dentro de critérios de prioridade, sendo as condições dos educandos fator de máxima prioridade.

Várias atividades podem ser desenvolvidas pela APMF, objetivando a colaboração com a instância escolar, promovendo, dessa forma, uma escola de qualidade onde todos aqueles que dela fazem parte, direta ou indiretamente, sintam-se co-responsáveis pelos resultados obtidos. Porém, as iniciativas deverão estar em consonância com o Projeto Político-Pedagógico elaborado coletivamente.

Conselho de Classe

O Conselho de Classe é um órgão de natureza consultiva em assuntos didático-pedagógicos, com atuação restrita a cada turma do estabelecimento de ensino. Constitui-se num momento/espaço previamente planejado para a avaliação coletiva do trabalho pedagógico. O Conselho de Classe busca a tomada de decisões relativas aos encaminhamentos necessários tendo em vista os resultados obtidos e a superação dos problemas diagnosticados; definição de atribuições/ações a serem

implementadas para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem e prazos/espaços para implementação das propostas acordadas.

O Conselho de Classe das turmas do Instituto de Educação Estadual de Maringá – Ensino Fundamental, Médio, Normal e Profissional, constitui-se pela direção, equipe pedagógica, secretária, professores, alunos. À direção cabe a função de acompanhar as discussões e sugerir encaminhamentos. À equipe pedagógica cabe a escolha do tema/assunto para a reflexão; a explanação de dados sobre a turma; a organização da pauta do conselho; a retomada e avaliação dos conselhos anteriores. A secretaria tem a incumbência de disponibilizar os dados e as informações sobre a vida escolar dos alunos, como, notas, transferências, desistências e outros.

Os professores devem retomar e avaliar os encaminhamentos do Conselho de Classe anterior; explanar sobre os resultados obtidos e as alternativas de atividades/procedimentos que obtiveram êxito; sugerir encaminhamentos para os alunos e a turma; anotar decisões referentes à sua prática; comprometer-se a redefinir, quando necessário, a metodologia, os instrumentos de avaliação e outros procedimentos. Os alunos participam do Conselho de Classe de duas formas, sendo que a primeira é para todas as turmas e consiste no preenchimento de uma ficha de avaliação constando questões sobre a turma, a direção, equipe pedagógica, professores, e ainda, com campo para sugestões; a segunda forma, é por meio do Conselho participativo quando toda a turma participa do Conselho de Classe. Os Conselhos participativos são sugeridos pelos professores para algumas turmas em especial.

Grêmio Estudantil

O Grêmio Estudantil viabiliza a luta coletiva dos jovens educandos, estimula o relacionamento e a convivência entre os jovens. Por serem institucionalizados, podem representar melhor a busca coletiva dos anseios, desejos e aspirações dos estudantes.

São os jovens que devem reconhecer a sua importância e definir o seu perfil, pois os Grêmios organizados exercem influência na formação do aluno, que deve ter

um bom relacionamento social, cultural e, também, político.

O Grêmio é formado apenas por alunos, de forma independente, desenvolvendo atividades culturais e esportivas, produzindo jornal, organizando debates sobre assuntos de seus interesses e que fazem parte do Currículo Escolar. É muito importante a existência do Grêmio Estudantil na escola, pois este representa um órgão que auxilia a Direção escolar.

Conselho de Representante de turma

O Representante de Turma é o aluno que, eleito democraticamente por sua turma, contribui na organização, na participação em sala de aula representando o pensamento da maioria dos alunos de sua sala junto à Direção, à Equipe Pedagógica, ao Professor Monitor e ao Conselho Escolar deste estabelecimento de ensino.

São atribuições do Representante de Turma:

- Manter o bom relacionamento com todos os colegas de sua turma;
- Acolher, elaborar e comunicar sugestões votadas pela maioria dos alunos da sala, para encaminhamento pelo representante dos alunos no Conselho Escolar, o Professor Monitor, Direção e Equipe Pedagógica, de acordo com o teor da questão votada;
- Participar das reuniões de Representantes de Turma e Conselho de Classe, sempre que convocado pela Direção, pela Equipe Pedagógica ou pelo Representante dos alunos no Conselho Escolar;
- Oportunizar discussões com a turma acerca dos problemas de ensino-aprendizagem ou relacionamentos entre os alunos da turma;
- Cuidar do ambiente físico da escola no tocante à conservação e limpeza;
- Manter-se, continuamente informado sobre os problemas dos colegas de sua turma com relação à data de aniversários, causas de faltas, problemas de doenças e/ou outros;
- Promover o bom relacionamento e entrosamento na turma, e dessa, com as demais turmas da escola.
- Auxiliar na organização da turma em eventos culturais esportivos e de lazer;

- Participar, sempre que convocado, das reuniões de organização da classe estudantil como a UMES, UPES e UBES;
- Intermediar as relações entre alunos da turma e o Professor Monitor.

Professor Monitor de Turma

O Professor Monitor de Turma é eleito democraticamente pelos alunos da turma. Esse professor é escolhido entre todos os professores que atuam diretamente na escola e na turma.

São atribuições do Professor Monitor de Turma:

- Manter o bom relacionamento com os alunos da turma;
- Acompanhar o rendimento escolar dos educandos;
- Acolher e levar os responsáveis para a área pedagógica, as sugestões dos alunos visando a melhoria do processo ensino-aprendizagem;
- Oportunizar discussão com a turma na busca de mecanismos e estratégias que visem o melhor aproveitamento de estudos;
- Manter-se informado das condições disciplinares de sua turma e colaborar, na medida do possível, com recursos preventivos com o corpo docente e direção da escola;
- Acompanhar o aproveitamento de suas turmas, procurando entrar em contato com os professores da referida turma, para que se conscientizem dos problemas existentes buscando solucioná-los;
- Assegurar, que no âmbito escolar, não ocorra discriminação de cor, raça, sexo, religião ou classe social;
- Realizar atendimento individual nos casos simples e procurar auxílio da Equipe Pedagógica da escola, nos casos mais complexos.
- Promover o entrosamento e o bom relacionamento entre sua turma e as demais turmas da escola;
- Estimular e orientar a organização democrática de sua turma, assim como as obrigações e limites de autoridade do Representante de Turma;
- Desenvolver um espírito de grupo, incentivando a cooperação entre os componentes de sua turma;

- Incentivar e promover as boas iniciativas culturais, esportivas e de lazer de sua turma;
- Colaborar com o Representante de Turma, ajudando-o na organização de atividades paralelas ou complementares;
- Levar, sempre que necessário, junto ao Professor Representante no Conselho Escolar, as sugestões ou reivindicações da turma para análise e deliberação daquele órgão;
- Comparecer em todos os Conselhos de Classe de sua turma;

10. CRITÉRIOS DE ORGANIZAÇÃO DA ESCOLA

10.1. Critérios para elaboração do calendário escolar e horários letivos/não letivos

O calendário escolar é planejado pela Secretaria de Estado da Educação de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) que possibilita a flexibilidade para cada Estado, de acordo com os feriados federais e estaduais. O calendário é elaborado pela SEED que repassa aos Núcleos Regionais de Ensino para a consulta feita junto aos professores sobre os recessos e feriados municipais, sempre respeitando a obrigatoriedade dos 200 dias letivos e 800 horas/aulas. Após discussão e homologação feita pelo Chefe do NRE, o calendário escolar entra em vigor, não tendo as escolas autonomia para definir outras mudanças sem justificativa pedagógica.

10.2. Critérios para organização de turmas e distribuição de aulas por professor

Os critérios para a distribuição de aulas aos professores do estabelecimento de ensino seguem as resoluções da SEED que regulamentam o processo na rede estadual de ensino, estabelecendo normas e diretrizes para tal. Primeiramente são distribuídas as aulas aos professores lotados no estabelecimento, seguindo uma lista previamente enviada pelo NRE, onde se encontra a classificação do professor por tempo de serviço no estabelecimento, de acordo com a disciplina de concurso.

As aulas remanescentes do estabelecimento são enviadas ao NRE e, esse faz a distribuição seguindo os critérios da resolução específica. Inicialmente, são distribuídas as aulas aos professores não lotados e ocupantes de cargo efetivo, as aulas que restarem são distribuídas nas escolas, aos professores efetivos na forma de aulas extraordinárias, as aulas remanescentes voltam ao NRE para a distribuição a profissionais que possuem contratos temporários especiais.

Para a distribuição de aulas é considerada a carga horária disponível no estabelecimento de ensino. Essas vagas são geradas para o ano letivo, de acordo com o número de turmas e modalidade de ensino, previstos em regulamentação específica e na matriz curricular aprovada pelo NRE. A distribuição de aulas deverá ser acompanhada pela chefia do NRE, Diretores e professores interessados.

10.3. Critérios para a organização do trabalho pedagógico e utilização dos espaços educativos

A recuperação de estudos se dá no momento em que for detectado o baixo rendimento do aluno, oportunizando a esse, a revisão de conteúdos e outras atividades e/ou avaliações referentes ao conteúdo ensinado. Os professores buscam sanar as defasagens no rendimento escolar por meio da organização dos grupos de estudos entre os alunos e com monitores, em contraturno.

Outra medida que a escola toma em relação ao aluno com baixo rendimento escolar detectado no Conselho de Classe e em conversas informais com os professores durante a hora atividade, é o acompanhamento individual a fim de diminuir as dificuldades em relação às atividades desenvolvidas. Após essa constatação, a equipe pedagógica, o professor e/ou a direção, conversam com o aluno e, se necessário, com os pais, no intuito de conscientizá-los da real situação e auxiliá-lo na organização nos estudos.

A hora atividade dos professores é cumprida na escola, distribuída no horário de aulas, visando o trabalho coletivo dos professores favorecendo a dinâmica interdisciplinar. A organização do trabalho docente na escola, por meio da Equipe Pedagógica e Professores deve, nessa perspectiva, contar com esse tempo e espaço para estabelecer as propostas, conteúdos, estratégias de planejamento, de

reuniões pedagógicas, de correção de tarefas dos alunos, de estudos e reflexões sobre os saberes curriculares e de ações, projetos e propostas metodológicas, de troca de experiências, de atendimento dos alunos, pais e outros assuntos educacionais ao interesse dos professores.

O Conselho de Classe constitui-se em momento/espaço de avaliação coletiva do trabalho pedagógico, na tomada de decisões para os encaminhamentos necessários, tendo em vista os resultados obtidos e a superação dos problemas diagnosticados. O Conselho de Classe é momento de definir atribuições/ações a serem implementadas para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem, definindo espaços/prazos para implementar as propostas acordadas. Sendo esse momento previamente planejado, possibilita a participação de todos os envolvidos nesse processo, ou seja, professores, equipe pedagógica, alunos, secretaria da escola e direção.

O Projeto Agenda Escolar 21 desenvolverá atividades voltadas à problemática encontrada em nossa escola, e refere-se, aos cuidados com o jardim da escola, bem como com a coleta seletiva de resíduos sólidos, em especial, o papel e a limpeza com reaproveitamento da água de chuva (cisterna), os dois, por ela produzidos. Esse projeto visa conscientizar a comunidade escolar na busca de soluções a fim de melhorar a qualidade de vida, onde a participação de todos é fundamental para um resultado positivo.

A História do Paraná compõe o currículo da disciplina de História e da Geografia, a qual considera o tempo e espaço na formação do Estado, na produção da cultura, e, consequentemente, do crescimento da Nação brasileira

O Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana é desenvolvido pelos professores de História, Língua Portuguesa, Literatura e Arte. Além do trabalho desenvolvido nessas disciplinas, a escola vem realizando desde 2004, projetos relacionados ao tema. Esse trabalho visa a superação da discriminação e proporciona aos alunos o conhecimento da riqueza apresentada pela diversidade étnico-cultural que compõe o patrimônio sócio, econômico, político e cultural do povo brasileiro. Para que esse objetivo seja alcançado, faz-se necessário um esforço coletivo dos professores na busca do aprofundamento de seus estudos sobre a

questão, estando sempre atualizados com informações pertinentes.

A formação continuada dos profissionais da escola, não se limita aos conteúdos curriculares, mas estende-se à discussão da escola como um todo, e suas relações com a sociedade. Fazem parte dos programas de formação continuada de nossa escola, questões relacionadas com a cidadania, as questões da diversidade étnico-cultural, a gestão democrática, a avaliação, a metodologia de pesquisa e ensino, a análise de conjuntura política, econômica e educacional. Esses temas poderão ser ampliados, conforme a necessidade e serão oportunizados, durante o Conselho de Classe, a hora atividade e/ou outros momentos/espaços previamente planejados pela equipe pedagógica e direção, visando a qualidade do ensino-aprendizagem.

O Programa “Sala de Apoio à Aprendizagem” objetiva propiciar aos alunos da 5ª série/6º ano e 8ª série/9º ano, do Ensino Fundamental, que apresentam defasagens no processo acadêmico nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, a possibilidade de superação das dificuldades apresentadas em curso, cuja frequência se efetiva em quatro horas semanais de trabalho, em contraturno. Para a abertura do Programa, a sala de apoio se dá de forma automática. Para as demais séries/anos a abertura deve ser solicitada.

O CELEM (Centro de Ensino de Língua Estrangeira Moderna), de oferta extracurricular, integra o Departamento de Educação Básica (DEB), e objetiva oportunizar o ensino gratuito de idiomas aos alunos da Rede Estadual de Educação Básica, matriculados no Ensino Fundamental (anos finais), no Ensino Médio, na Educação Profissional aos professores e funcionários que estejam no efetivo exercício de suas funções na Rede Estadual e também à comunidade (SEED/DEB).

11. RECURSOS FINANCEIROS DA ESCOLA

Gestão Financeira

Numa gestão democrática, os recursos devem ser administrados priorizando as decisões coletivas tomadas em assembléias dos vários segmentos que compõem a comunidade escolar, ou seja, com a participação de professores, funcionários, alunos e pais, entendendo que o papel da escola pública não é gerir recursos, mas, sim administrá-los de acordo com as necessidades da instituição.

Ao programar um orçamento participativo para a definição coletiva das prioridades dos gastos da escola, os gestores devem organizar assembléias trimestrais (vinculadas à periodicidade do repasse das verbas); garantir uma dinâmica de construção e apresentação de projetos para a discussão das prioridades; elaborar um calendário com seminários para a formação da comunidade escolar, a fim de que ela possa efetivamente participar, discutindo, construindo, apresentando e aprovando projetos para a escola.

Caso haja necessidade de eventuais “promoções”, que sejam estabelecidas as metas de aplicação dos recursos, sempre através de decisões coletivas, para que haja envolvimento e a participação efetiva da comunidade escolar.

Entendendo que os pais, os professores e os funcionários pagam impostos que visam garantir a oferta de uma escola pública de qualidade, faz-se importante atentar para a organização da comunidade na reivindicação de recursos junto a mantenedora através da Associação de Pais, Mestres e Funcionários, na perspectiva da melhoria da qualidade do ensino.

O Instituto de Educação Estadual de Maringá – Ensino Fundamental, Médio e Normal, recebe dois recursos financeiro públicos. O Governo do Estado destina à escola o Fundo Rotativo (Recursos Descentralizados para Escolas Estaduais do Paraná) e o Governo Federal envia o PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). Estas verbas são calculadas a partir do número de alunos matriculados e declarados ao Censo Escolar.

O Fundo Rotativo tem como finalidade o repasse de recursos financeiros aos Estabelecimentos de Ensino da Rede Estadual. Criado por Lei, este recurso viabiliza a manutenção e despesas relacionadas com a atividade educacional. Cabe à SEED

estabelecer diretrizes para a política de seu funcionamento. O critério de sua distribuição tem como base o número de alunos matriculados, valor linear e outros indicadores educacionais e sociais.

A SEED repassa, ainda, através do Fundo Rotativo, cotas suplementares para investimentos, desde que caracterizada a sua necessidade e previamente solicitadas pelos gestores e autorizadas pela SEED.

O gasto do repasse mensal do Fundo Rotativo deve efetuar-se com manutenção e conservação da escola, tanto para assistência aos alunos (uso comum e pedagógico), como materiais de expediente, materiais hidráulicos, vidros. A verba do Fundo Rotativo não pode ser usada para aquisição de materiais permanentes.

O(a) gestor (a) do Fundo Rotativo é o Diretor (a) do estabelecimento durante o seu mandato e deve cumprir as determinações efetuando a prestação de contas a cada semestre. As liberações são mensais e em conta específica, única e especial em nome do Fundo Rotativo. A movimentação da conta bancária efetuada pelo Diretor (a) do Estabelecimento é através de cheque nominal, sendo a guarda e zelo do talão de cheques de sua inteira responsabilidade.

A cada liberação mensal da verba, o Diretor (a) deverá elaborar um plano de aplicação junto com a APMF e o Conselho Escolar e, estes acompanharão a realização de suas ações, pois ao final de cada semestre, esSas instâncias colegiadas devem assinar o relatório final comprovando que realmente o recurso foi gasto de forma correta.

O PDDE consiste na transferência de recurso financeiro anual, em parcela única, destinado às escolas públicas do Ensino Fundamental e este recurso tem como objetivo contribuir para a manutenção e melhoria da infra-estrutura física e pedagógica das instituições de ensino. As escolas a serem beneficiadas devem possuir alunos matriculados nas modalidades regular, especial ou indígena de acordo com os dados extraídos do CENSO ESCOLAR, realizado pelo INEP. São as informações obtidas através do Censo que irão determinar quanto cada escola receberá de recurso.

Para receber esta verba, a escola deve estar em atividade, ter mais de 50

alunos matriculados no Ensino Fundamental e dispor de uma unidade executora, que é a APMF, uma entidade responsável pelo recebimento, execução e prestação de contas dos recursos transferidos pelo FNDE em conta específica.

Os recursos do PDDE devem ser aplicados na aquisição de materiais permanentes, manutenção e material de consumo. Sendo duas as categorias econômicas, a de custeio e a de capital. A de custeio refere-se à aquisição de bens e materiais de consumo e contratação de serviços para funcionamento e manutenção da escola, a de capital são recursos a cobrir despesas com material permanente que resultem em reposição ou elevação patrimonial. A unidade executora ao receber o recurso deverá fazer um plano de aplicação juntamente com a Direção da escola e o Conselho Escolar, fazendo pesquisas de preços antes da aquisição dos materiais a serem adquiridos.

12. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

A avaliação acompanhará todo processo da prática do plano de ação, por meio de reflexões coletivas, que contribuirão para balizar os avanços e recuos da prática pedagógica. No entanto, prevêem-se dois momentos específicos de avaliação da proposta de trabalho de forma sistematizada, envolvendo os professores, funcionários, alunos e pais, sendo realizados no período destinado à formação continuada, ou seja, nos meses de fevereiro e julho, início de cada período letivo.

Essa proposta de avaliação institucional interna, tem como principal objetivo, refletir sobre a prática pedagógica desenvolvida e o processo de aprendizagem dos alunos. Para que esse processo se efetive, serão necessários momentos de estudo a partir de referenciais teóricos que fundamentam o trabalho pedagógico, possibilitando maior direcionamento da ação docente.

13. REFERÊNCIAS

APP-Sindicato. **Construindo o plano estadual da educação**: para um novo governo. Curitiba: APP, 2001.

APP- Sindicato. **A escola como território de luta**. Curitiba: APP, 2005.

BAHKTIN, **Marxismo e filosofia da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar**: ética do humano – compaixão pela terra. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1998.

_____. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 9.394/96**. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Lei nº 10.639/03**. Brasília: 2003.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 5.692/71**. Brasília: Senado Federal, 1971.

_____. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional nº 4.024/61**. Brasília: Senado Federal,1961.

CLEMENTE, Neide Gomes. **Instituto de Educação de Maringá**: história e Memória. Maringá: UEM, 2005.

GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. Trad. Manuel Cruz. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

LEONTIEV, A. O desenvolvimento do psiquismo. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

IEEM. **Livro ata**: grêmio estudantil. Maringá, 1959.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2002.

LUZ, France. Maringá: fase de implantação. In: DIAS, Reginaldo B.; GONÇALVES, José Henrique R. (Orgs.) **Maringá e o norte do Paraná**: estudos de história regional. Maringá: EDUEM, 1999.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Cortez, 1986.

NAGEL, L. **Em discussão os conteúdos,** MIMEO. Maringá: UEM, 1992.
PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta curricular do curso de formação de docentes da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, em nível médio, na modalidade normal**. Curitiba: SEED, 2003.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação nº 007/99**: normas gerais para a avaliação do aproveitamento escolar, recuperação de estudos e promoção de alunos do sistema estadual de ensino, em nível fundamental e médio. Curitiba: SEED, 1999.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Plano estadual de educação**: uma construção coletiva (versão preliminar). Curitiba: SEED, 2005.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, **Decreto nº 2.208/97**. Brasília/DF: MEC, 1997.

PARANÁ. **PROEM**. Projeto de Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio. Curitiba: SEED/PR, 1998.

PARANÁ. **Magistério nova dimensão**. Curitiba: SEED/PR, 1981.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 1995.

_____. **Educação:** do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Autores Associados, 2000.

RODRIGUES, Elaine. **Reformando o ensino de história**: lições de continuidade. Maringá: UEM, mimeo, 2005.

SHIMAZAKI, E. M. **Educação; como anda?** Mimeo, 1995.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação**: concepção dialética-libertadora. São Paulo: Libertad, 1994.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem.** Porto Alegre: Martins Fontes, 1989.

BOCK, Ana Mercês Bahia. **A perspectiva sócio-histórica de Leontiv e a crítica à naturalização da formação do ser humano**: a adolescência em questão. Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n.62, p. 26-43, abril, 2004.

GROSSMAN, Eloisa. **A adolescência através dos tempos.** Adolesc. Latinoam., jul./set. 1998, vol. 1, n. 2, p. 68-74. ISSN 1414-7130

PROPOSTAS PEDAGÓGICAS CURRICULARES DO ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO, NORMAL E PROFISSIONAL

Matriz curricular do Ensino Fundamental

DISCIPLINAS	6º	7º	8º	9º
ARTE	2	2	2	2
CIÊNCIAS	3	3	3	4
EDUCAÇÃO FÍSICA	3	3	3	2
ENSINO RELIGIOSO	1	1	0	0
GEOGRAFIA	3	3	4	3
HISTÓRIA	3	3	3	4
LÍNGUA PORTUGUESA	4	4	4	4
MATEMÁTICA	4	4	4	4
LEM – INGLÊS	2	2	2	2

Matriz curricular do Ensino Médio

DISCIPLINAS	1ª	2ª	3ª
ARTE	2	2	0
BIOLOGIA	2	2	2
EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2
FILOSOFIA	2	2	2
FÍSICA	2	2	2
GEOGRAFIA	2	2	2
HISTÓRIA	2	2	2
LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	2	4	4
MATEMÁTICA	3	3	3
QUÍMICA	2	2	2
SOCIOLOGIA	2	2	2
INGLÊS	2	0	2

DISCIPLINA: ARTE

1. APRESENTAÇÃO

Consideramos alguns marcos de desenvolvimento da Arte no âmbito escolar. Algumas concepções de artistas e teóricos são consideradas para compreendermos como a Arte contribui para o conhecimento nas mais diversas dimensões deste. Conhecer, tanto quanto possível, essa história permitirá aprofundar a compreensão sobre a posição atual do ensino de Arte em nosso país e no Paraná, conforme as Diretrizes Curriculares propostas para o Estado do Paraná.

Durante o período colonial, a congregação católica denominada Companhia de Jesus desenvolveu, para grupos de origem portuguesa, indígena e africana, uma educação voltada para as questões religiosas cujos registros revelam o uso pedagógico da arte. O trabalho de catequização dos indígenas se dava com os ensinamentos de artes e ofícios, por meio da retórica, literatura, música, teatro, dança, pintura, escultura e artes manuais. Além do valor atribuído à arte ibérica, valorizavam-se as manifestações locais.

Esse contexto exerceu grande influência no desenvolvimento da cultura brasileira repercutindo na cultura paranaense, como por exemplo, na música e nos instrumentos relacionados à mesma (guitarra espanhola); no folclore, com as Cavalhadas em Guarapuava; a Folia de Reis no litoral e segundo planalto; a Congada da Lapa, entre outras que permanecem com algumas variações.

Concomitantemente à medida que os jesuítas entravam no Brasil – século XVI ao XVIII – a Europa passava por transformações de diversas ordens que se iniciaram com o Renascimento e culminaram com o Iluminismo. Nesse processo houve a superação do modelo teocêntrico medieval em favor do projeto iluminista, cuja característica principal era a convicção de que todos os fenômenos podem ser explicados pela razão e pela ciência (PARANÁ, 2008).

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, estabeleceu-se uma reforma na educação e em outras instituições da Colônia. A chamada Reforma Pombalina fundamentava-se nos padrões da Universidade de Coimbra, que enfatizava o ensino das ciências naturais e dos estudos literários (DCEs, 2008, p. 38).

Havia diferentes encaminhamentos para cada etnia, nas missões para os índios, a ênfase era nas artes manuais, nas vilas para os portugueses, era nas artes liberais e ainda há registros de afro-descendentes que foram educados nestes seminários das vilas, mas são registros individualizados.

Com a chegada da família real para o Brasil, obras e ações foram iniciadas para atender, em termos materiais e culturais, a corte portuguesa. Entre essas ações, destacou-se a vinda de um grupo de artistas franceses encarregados da fundação da Academia de Belas-Artes, na qual os alunos poderiam aprender as artes e ofícios artísticos.

Esse grupo ficou conhecido como Missão Francesa, cuja concepção de arte vinculava-se ao estilo neoclássico, fundamentado no culto à beleza clássica. Em termos metodológicos, propunham exercícios de cópia e reprodução de obras consagradas, o que caracterizou o pensamento pedagógico tradicional de arte.

Esse padrão estético entrou em conflito com a arte colonial e suas

características, como o Barroco presente na arquitetura, escultura, talhe e pintura das obras de Antônio Francisco Lisboa (Aleijadinho); na música do Padre José Maurício e nas obras de outros artistas, em sua maioria mestiços de origem humilde que, ao contrário dos estrangeiros, não recebiam remuneração pela sua produção.

No Paraná, foi fundado o Liceu de Curitiba (1846), hoje Colégio Estadual do Paraná, que seguia o currículo do Colégio Pedro II, e a Escola Normal (1876), atual Instituto de Educação, para a formação em magistério.

Em 1886, foi criada a Escola de Belas Artes e Indústrias que desempenhou um papel importante no desenvolvimento das artes plásticas e da música na cidade; dessa escola, foi criada, em 1917, a Escola Profissional Feminina, que oferecia, além de desenho e pintura, cursos de corte e costura, arranjos de flores e bordados, que faziam parte da formação da mulher.

As reformas que ocorreram foram marcadas pelos conflitos de ideias positivistas e liberais. Os positivistas defendiam a necessidade do ensino de Arte valorizar o desenho geométrico como forma de desenvolver a mente para o pensamento científico. Os liberais preocupados com o desenvolvimento econômico e industrial defendiam a necessidade de um ensino voltado para a preparação do trabalhador.

Na década de 1990, tem-se os PCNs que enfocam um trabalho direciona para conceitos fundamentados na estética da sensibilidade, da política da igualdade e da ética da identidade. Já no século XXI, a Arte se estabelece como uma área que valoriza os aspectos históricos, os conteúdos a serem trabalhados demonstram a importância da produção voltada a considerar o sujeito epistêmico, que pesquisa e conhece a sua disciplina, que desenvolve um trabalho na perspectiva da práxis.

Enfim, reconhece-se que os avanços recentes podem levar a uma transformação no ensino de Arte. Entretanto, ainda são necessárias reflexões e ações que permitam a compreensão da arte como campo do conhecimento, de modo que não seja reduzida a um meio de comunicação para destacar dons inatos ou a prática de entretenimento e terapia. Assim, o ensino de Arte deixará de ser coadjuvante no sistema educacional para se ocupar também do desenvolvimento do sujeito frente a uma sociedade construída historicamente e em constante transformação.

2. OBJETIVOS

Reconhecer a função da Arte como um dos instrumentos de valorização da história da humanidade.

Refletir sobre as diferentes linguagens que permeiam o ensino da Arte (música, artes visuais, teatro, recursos audiovisuais).

Desenvolver o pensamento crítico em relação às questões sociais, políticas e econômicas que influenciaram e influenciam no currículo de Arte

3. CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO: ENSINO FUNDAMENTAL

ÁREA MÚSICA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
ELEMENTOS FORMAIS	- Altura	x	x	x	x
	- Duração	x	x	x	x
	- Timbre	x	x	x	x
	- Intensidade	x	x	x	x
	- Densidade	x	x	x	x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
COMPOSIÇÃO	- Ritmo	x	x	x	x
	- Melodia	x	x	x	x
	- Escalas: diatônica, pentatônica, cromática	x			
	- Improvisação	x	x		
	- Gêneros: folclórico, indígena, popular e étnico		x		
	- Técnicas: vocal, instrumental e mista		x	x	x
	- Harmonia			x	x
	- Tonal, modal e a fusão de ambos			x	
	- Gêneros: popular, folclórico e étnico				x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
MOVIMENTOS E PERÍODOS	- Greco-Romana	x			
	- Oriental	x			
	- Ocidental	x			
	- Africana	x			
	- Música popular e étnica (ocidental e oriental)		x		
	- Indústria Cultural			x	
	- Minimalista			x	
	- Rap, Rock, Tecno			x	
	- Música Engajada				x
	- Música Popular Brasileira				x
	- Música Contemporânea				x

ÁREA ARTES VISUAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
ELEMENTOS FORMAIS	- Ponto	x	x		
	- Linha	x	x	x	x
	- Forma	x	x	x	x
	- Textura	x	x	x	x
	- Superfície	x	x	x	x
	- Volume	x	x	x	x
	- Cor	x	x	x	x
	- Luz	x	x	x	x

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
COMPOSIÇÃO	- Bidimensional	x			x
	- Figurativa	x			
	- Geométrica, simetria	x			
	- Técnicas: Pintura, escultura, arquitetura ...	x			
	- Gêneros: cenas da mitologia ...	x			
	- Proporção		x		
	- Tridimensional		x		x
	- Figura e fundo		x		x
	- Abstrata		x		
	- Perspectiva		x		
	- Técnicas: Pintura, escultura, modelagem, gravura ...		x		
	- Gêneros: paisagem, retrato,natureza morta ...		x		
	- Semelhanças			x	
	- Contrastes			x	
	- Ritmo Visual			x	x
	- Estilizalção			x	
	- Deformação			x	
	- Técnicas: desenho, fotografia, audiovisual e mista ...			x	x
	- Técnica: Pintura, *grafitte,* performance ...				x
	- Gênero: Pisagem urbana, cenas do cotidiano ...				x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
MOVIMENTOS E PERÍODOS	- Arte Greco-Romana	x			
	- Arte Africana	x			
	- Arte Oriental	x			
	- Arte Pré-Histórica	x			
	- Arte Indígena		x		
	- Arte Popular		x		
	- Brasileira e Paranaense		x		
	- Renascimento		x		
	- Barroco		x		
	- Indústria Cultural			x	
	- Arte no Século XX			x	
	- Arte Contempoânea			x	
	- Realismo				x
	- Vanguarda				x
	- Muralismo e Arte Latino-Americana				x
	- Hip Hop				x

ÁREA TEATRO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
ELEMENTOS FORMAIS	- Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais	x	x	x	x
	- Ação	x	x	x	x
	- Espaço	x	x	x	x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
COMPOSIÇÃO	- Enredo, roteiro.	x			
	- Espaço Cênico, adereços	x			
	- Técnica: jogos teatrais, teatro indireto e direto, improvisação, manipulação, máscara ...	x			
	- Gênero:Tragédia, Comédia e Circo.	x			
	- Representação, Leitura dramática, Cenografia		x		
	- Técnicas: jogos teatrais, mímica, improvisação, formas animadas ...		x		
	- Gêneros: Rua e arena, Caracterização.		x		
	- Representação no cinema e mídias			x	
	- Texto dramático			x	
	- Maquiagem			x	
	- Sonoplastia			x	x
	- Roteiro			x	
	- Técnicas: jogos teatrais, sombra, adaptação cênica ...			x	
	- Técnicas: monólogo, jogos teatrais, direção, ensaio, Teatro-Fórum ...				x
	- Dramaturgia				x
	- Cenografia				x
	- Iluminação				x
	- Figurino				x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
MOVIMENTOS E PERÍODOS	- Greco-Romana	x			
	- Teatro Oriental	x			
	- Teatro Medieval	x			
	- Renascimento	x			
	- Comédia *dell' arte*		x		
	- Teatro Popular		x		
	- Teatro brasileiro e paranaense		x		
	- Teatro Africano		x		
	- Indústria cultural			x	
	- Realismo			x	
	- Expressionismo			x	
	- Cinema Novo			x	
	- Teatro Engajado				x
	- Teatro do Oprimido				x
	- Teatro Pobre				x
	- Teatro do Absurdo				x
	- Vanguardas				x

ÁREA DANÇA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
ELEMENTOS FORMAIS	- Movimento Corporal	x	x	x	x
	- Tempo	x	x	x	x
	- Espaço	x	x	x	x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
	Movimento Corporal				
COMPOSIÇÃO	- Kinesfera	x			x
	- Eixo	x			
	- Ponto de Apoio	x	x		x
	- Peso				x
	- Movimentos articulares	x			
	- Fluxo				x
	- Fluxo (livre e interrompido)	x			
	- Fluxo (livre, interrompido e conduzido)		x		
	- Rotação		x		
	- Coreografia		x		
	- Salto e queda		x		
	- Giro			x	x
	- Rolamento			x	x
	- Saltos			x	x
	- Quedas				x
	- Extensão (perto e longe)				x
	Tempo				
	- Rápido e lento	x			
	- lento, rápido e moderado		x		
	- Aceleração e desaceleração			x	
	- Coreografia				x
	- Deslocamento				x
	Espaço				
	- Formação Níveis (alto, médio e baixo)	x			
	- Deslocamento (direto e indireto)	x			
	- Dimensões (pequeno e grande)	x			
	- Técnica: Improvisação	x			
	- Gênero Circular	x			
	- Níveis (alto, médio e baixo)		x		
	- Formação		x		
	- Direção		x		
	- Direções (frente, atrás, direita e esquerda)			x	
	- Gênero: Folclórica, popular e étnica		x		
	- Improvisação			x	
	- Coreografia			x	
	- Sonoplastia			x	

	- Gênero: Indústria Cultural e espetáculo			x	
	- Gênero: performance e moderna				x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
MOVIMENTO E PERÍODOS	- Pré- história	x			
	- Graco-Romana	x			
	- Renascimento	x			
	- Dança Clássica	x			
	- Dança Popular		x		
	- Brasileira		x		
	- Paranaense		x		
	- Africana		x		
	- Indígena		x		
	- Hip Hop			x	
	- Musicais			x	
	- Expressionismo			x	
	- Indústria Cultural			x	
	- Vanguardas				x
	- Dança Contemporânea				x
	- Dança Moderna			x	x

3.1 CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO: ENSINO MÉDIO/NORMAL/PROFISSIONAL

ÁREA MÚSICA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
ELEMENTOS FORMAIS	- Altura					X						
	- Duração					X						
	- Timbre					X						
	- Intensidade					X						
	- Densidade					X						
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
COMPOSIÇÃO	- Ritmo					X						
	- Melodia					X						
	- Harmonia					X						
	- Escalas Modal, Tonal e fusão de ambos.											
	- Gêneros: erudito, clássico, popular, étnico, folclórico, Pop ...					X						
	- Técnicas: vocal, instrumental, eletrônica e mista					X						
	- Improvisação											
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
MOVIMENTOS E PERÍODOS	- Música Popular					X						

	- Brasileira					X						
	- Paranaense					X						
	- Indústria Cultural					X						
	- Engajada											
	- Vanguarda											
	- Ocidental											
	- Oriental											
	- Africana											
	- Latino-Americana											

ÁREA ARTES VISUAIS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
ELEMENTOS FORMAIS	- Ponto									X		
	- Linha									X		
	- Forma									X		
	- Textura									X		
	- Superfície									X		
	- Volume									X		
	- Cor									X		
	- Luz									X		
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
COMPOSIÇÃO	- Bidimensional									X		
	- Tridimensional									X		
	- Figura e fundo									X		
	- Figurativo									X		
	- Abstrato									X		
	- Perspectiva									X		
	- Semelhanças									X		
	- Contrastes									X		
	- Ritmo Visual									X		
	- Simetria											
	- Deformação											
	- Estilização											
	- Técnica: Pintura, desenho, modelagem, instalação performance, fotografia, gravura e esculturas, arquitetura, história em quadrinhos ...									X		
	- Gêneros: paisagem, natureza-morta, Cenas do Cotidiano, Histórica, Religiosa, da Mitologia .									X		
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
MOVIMENTOS E PERÍODOS	- Arte Ocidental											

	- Arte Oriental											
	- Arte Africana											
	- Arte Brasileira											
	- Arte Paranaense											
	- Arte Popular											
	- Arte de Vanguarda											
	- Indústria Cultural											
	- Arte Contemporânea											
	- Arte Latino-Americana											

ÁREA TEATRO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
ELEMENTOS FORMAIS	- Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais									X		
	- Ação									X		
	- Espaço									X		
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
COMPOSIÇÃO	- Técnica: jogos teatrais, teatro direto e indireto, mímica, ensaio, Teatro-Fórum									**X**		
	- Roteiro									X		
	- Encenação e leitura dramática									X		
	- Gêneros: Tragédia, Comédia, Drama e Épico									X		
	- Dramaturgia									X		
	- Representação nas mídias									X		
	- Caracterização											
	- Cenografia, sonoplastia, figurino e iluminação											
	- Direção											
	- Produção											
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
MOVIMENTOS E PERÍODOS	- Teatro Greco-Romana											
	- Teatro Medieval											
	- Teatro Brasileiro											
	- Teatro Paranaense											
	- Teatro Popular											
	- Indústria Cultural											
	- Teatro Engajado											
	- Teatro Dialético											
	Teatro Essencial											
	- Teatro do Oprimido											
	- Teatro Pobre											
	- Teatro de Vanguarda											
	- Teatro Renascentista											
	- Teatro Latino-Americano											
	- Teatro Realista											
	- Teatro Simbolista											

ÁREA DANÇA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
ELEMENTOS FORMAIS	- Movimento Corporal									X		
	- Tempo									X		
	- Espaço									X		
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
COMPOSIÇÃO	**Movimento Corporal**									X		
	- Kinesfera											
	- Fluxo											
	- Peso											
	- Eixo											
	- Salto e Queda											
	- Giro											
	- Rolamento											
	- Movimentos articulares											
	Tempo											
	- Lento, rápido e moderado											
	- Aceleração e desaceleração											
	Espaço											
	- Níveis											
	- Deslocamento											
	- Direções											
	- Planos											
	- Improvisação											
	- Coreografia											
	- Gêneros: Espetáculo, indústria cultural, étnica, folclórica, populares e salão.											
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
MOVIMENTOS E PERÍODOS	- Pré-história											
	- Greco-Romana											
	- Medieval											
	- Renascimento											
	- Dança Clássica											
	- Dança Popular											
	- Brasileira											
	- Paranaense											
	- Africana											
	- Indígena											
	- Hip Hop											
	- Indústria Cultural											
	- Dança Moderna											

	- Vanguardas											
	- Dança Contemporânea											

4. METODOLOGIA

As diferentes formas de pensar a Arte constituem-se nas relações socioculturais, econômicas e políticas do momento histórico em que se desenvolveram. Nesse aspecto as diversas teorias sobre a Arte estabelecem referências sobre sua função social.

Algumas formas de conceituar a Arte foram incorporadas pelo senso comum, em detrimentos das questões históricas da sociedade. São elas: Arte como mímeses e representação, Arte como expressão; Arte como técnica.

Nesse entendimento, é preciso buscar a Arte como fonte de humanização, percebendo que a historicidade representa a essência dos conteúdos trabalhados. De acordo com as DCEs:

Assim, torna-se importante explicitar como o ser humano transformou o mundo construindo simultaneamente a história, a sociedade e a si próprio através do trabalho que constituiu o universo simbólico composto pela linguagem, pela filosofia, pelas ciências e pela arte. Tudo isso, no conjunto, compõe algo que é exclusivamente humano: o mundo da cultura.

A arte como fonte de humanização propicia aos sujeitos, a possibilidade de desenvolver a consciência de sua existência individual e social, conduz à interpretação do mundo e de si mesmo. Os conceitos de de trabalho, de cultura e de arte devem permear todo o trabalho docente do professor de arte. Nesta perspectiva, o campo dos saberes da arte consideram: Arte como forma de conhecimento; Arte como ideologia; Arte como trabalho criador. Estes elementos são essenciais para entendimento da complexidade da criação humana.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação para a proposta da disciplina de Arte é diagnóstica e processual, diagnóstica por ser referência do professor para planejar suas aulas e avaliar seus alunos, processual, por pertencer a todos os momentos da prática pedagógica.

Requer a avaliação proposta, parâmetros para redimensionamento das práticas pedagógicas, pois, o professor participa do processo e compartilha a produção do aluno, ou seja, permite que saia do lugar comum, dos gostos pessoais e propicie uma tomada de posição acerca da realidade artística do elemento trabalhado. A idéia é sair de um contexto em que o ensino da Arte estava envolvido num pragmatismo pautado no espontaneísmo.

Em Arte, a avaliação deve superar o caráter de instrumento de medição da apreensão dos conteúdos e busca propiciar aprendizagens mais socialmente significativas. Se for processual não estabelece parâmetros de comparação entre os alunos. O método proposto para a avaliação em Arte inclui observação e registro do processo de aprendizagem, requer sistematização dos conhecimentos para a compreensão da realidade.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL.**Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação básica arte**. Curitiba:SEED, 2008.

DISCIPLINA: BIOLOGIA

1. APRESENTAÇÃO

A Biologia tem como objeto de estudo o fenômeno VIDA e toda sua diversidade e manifestações. Este se caracteriza por um conjunto de processos organizados e integrados em diferentes níveis: o celular, o de um organismo, ou ainda de um ser vivo integrado ao seu habitat. A Biologia, assim como as demais ciências em geral, não é um conjunto de conhecimentos definitivamente estabelecidos, mas que se modificam ao longo do tempo, buscando sempre corrigi-los e apropriá-los.

O estudo da Biologia deve levar o jovem à compreensão do mundo que o cerca, abordando não somente os fatos e os princípios científicos, mas oferecendo condições para que ele possa tomar posição perante os mesmos analisando as implicações sociais, éticas, econômicas e políticas da ciência e tecnologia.

2. OBJETIVOS

- Conhecer alguns fatos importantes da história da Biologia, relacionando-os com o momento da história da humanidade em que ocorreram.
- Compreender que os seres vivos são constituídos por diversos elementos químicos, organizados na forma de substâncias orgânicas de diversos tipos.
- Reconhecer que a célula é a unidade dos seres vivos, dotados de estruturas básicas responsáveis pela manutenção da vida.
- Compreender que a classificação biológica, além de facilitar seu estudo, revela padrões de semelhança que evidenciam as relações de parentesco evolutivo entre diferentes grupos de organismo.
- Entender o fenômeno vida em toda sua diversidade e manifestações, levantando os critérios objetivos pelos quais os seres vivos podem ser agrupados, abordando os aspectos evolutivos, metabólicos e ecológicos.
- Compreender como ocorrem os processos vitais nos animais.
- Reconhecer que tanto a fotossíntese como a respiração são relacionados a utilização de energia para manutenção da vida.
- Entender que a variabilidade genética é a responsável pela adaptação dos seres vivos em diversos meios.
- Compreender a complexidade das relações entre os seres vivos e o ambiente, nos ecossistemas, reconhecendo o alto grau de interdependência que existe entre os diversos componentes da biosfera.

3. CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD
ORGANIZAÇÃO DOS SERES VIVOS	- Classificação dos seres vivos: critérios taxonômicos e filogenéticos.							x		x		
	- Sistemas biológicos: anatomia, morfologia e fisiologia.							x		x		
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD
MECANISMOS BIOLÓGICOS	- Mecanismos de desenvolvimento embriológico.							x		x		
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD
	- Mecanismos celulares biofísicos e bioquímicos.						x		x			
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD
BIODIVERSIDADE	- Teorias evolutivas.							x		x		
	- Transmissão das características hereditárias.							x		x		
	- Dinâmica dos ecossistemas: relações entre os seres vivos e interdependência com o ambiente.						x		x			
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD
MANIPULAÇÃO GENÉTICA	- Organismos genéticamente modificados							x		x		

4. METODOLOGIA

- Aulas expositivas
- Utilização de materiais audiovisuais (tv pendrive).
- Aulas experimentais.
- Aulas de microscopia.
- Coleta e identificação de estruturas ou seres de vivos de pequeno porte.
- Leitura e compreensão de textos complementares.
- Mapas conceituais.
- Resolução de listas de exercícios.
- Montagem de maquetes.
- Utilização de cariótipos.
- Montagem de heredogramas.

5. AVALIAÇÃO

Avaliação contínua para verificação do progresso do aluno; participação e execução das atividades, resolução dos exercícios propostos, etc.; trabalhos; testes com questões de múltipla escolha (somatória e simples) e questões abertas.

Para os alunos que apresentarem desempenho insatisfatório(notas inferiores à nota mínima de 60%) será realizado a recuperação com a retomada com conteúdos

dos pontos fundamentais trabalhados e a nota obtida após recuperação substituirá a nota anterior(se a nota pós recuperação for maior).

6. REFERÊNCIAS

AMABIS, José Mariano. **Biologia** 2ª ed. volumes 1, 2 e 3, São Paulo: Moderna, 2004.

Krasilchick, M. **Prática de ensino de biologia.** São Paulo: Habra, 1996.

LINHARES, Sérgio. **Biologia Hoje**, 11ª ed. Volumes 1, 2 e 3.São Paulo,Ática, 1997.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação.**Diretrizes curriculares da educação básica biologia**. Curitiba: SEED-PR, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação**.Livro Didático Público**, **Biologia** . Curitiba: SEED- PR, 2006.

DISCIPLINA: CIÊNCIAS

1. APRESENTAÇÃO

O estudo de Ciências deve oportunizar aos alunos a aquisição de conhecimento básico das ciências naturais que permita não só compreender e acompanhar as rápidas transformações tecnológicas como também participar de forma esclarecedora e responsável de discussões que dizem respeito a toda a sociedade porque a mesma ciência empregada em benefício da humanidade pode também de acordo com interesses econômicos, políticos e sociais envolvidos, trazer-lhe malefícios irreparáveis.

2. OBJETIVOS

- Compreender a ciência como um processo de produção de conhecimento e uma atividade humana, histórica, associada a aspecto de ordem social, econômico, político e social para interpretar fatos do cotidiano.
- Identificar os elementos do ambiente como recursos naturais percebendo-os como parte do processo de relações, interações, transformações e sobrevivência das espécies.
- Identificar relações entre o conhecimento científico na produção de tecnologia como meio de suprir necessidades humanas, sabendo elaborar juízo sobre riscos e benefícios das práticas científicas e tecnológicas.
- Desenvolver hábitos de saúde e cuidados corporais concebendo a saúde pessoal, social e ambiental com bens individuais e da coletividade que devem ser conservados e preservados.
- Desenvolver a reflexão sobre as relações entre a Propõe-se metodologia que permita abordagem, segundo uma perspectiva crítica e histórica, considerando articulações entre os conhecimentos físicos, químicos e biológicos;

3. CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
ASTRONOMIA	- Universo	x			
	- Sistema Solar	x			
	- Movimentos terrestes	x	x		
	- Movimentos celestes	x	x		
	- Astros	x	x		x
	- Origem e evolução do universo			x	
	- Gravitação universal				x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
MATÉRIA	- Contituição da matéria	x	x	x	
	- Propriedades da matéria				x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
SISTEMAS BIOLÓGICOS	- Níveis de organização	x			
	- Célula		x	x	
	- Morfologia e fisiologia dos seres vivos		x	x	x
	- Mecanismos de herança genética				x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
ENERGIA	- Formas de energia	x	x	x	x
	- Conversão de energia	x			x
	- Transmissão de energia	x	x		
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
BIODIVERSIDADE	- Organização dos seres vivos	x	x		
	- Ecossistemas	x			
	- Evolução dos seres vivos	x		x	
	- Origem da vida		x		
	- Sistemática		x		
	- Interações ecológicas				x

4. METODOLOGIA

Propõe-se metodologia que permita abordagem, segundo uma perspectiva crítica e histórica, considerando articulações entre os conteúdos estruturantes: aulas expositivas e dialogadas; estudo dirigido e trabalho em grupo; leitura e discussões de textos complementares; pesquisa na internet; pesquisa em livros didáticos, livros paradidáticos, revistas, jornais, etc; visitas a jardins, parques, estação de tratamento de água e de esgoto; montagem e manutenção de aquários e terrários; atividades experimentais; projeção de filmes de ciência, sociedade e tecnologia para discernir conhecimento científico de crendices e superstições.

5. AVALIAÇÃO

Espera-se que o aluno se aproprie dos conceitos científicos referentes a origem e evolução do universo; a constituição e propriedades da matéria; os sistemas biológicos de funcionamento dos seres vivos; conservação e transformação de energia; a diversidade de espécies em relação dinâmica com o ambiente em que vivem, bem como os processos evolutivos envolvidos.

A avaliação deverá também valorizar os conhecimentos alternativos do estudante, construídos no cotidiano, nas atividades experimentais e a partir de diferentes estratégias que envolvem recursos pedagógicos e instrucionais diversos como: resolução de exercícios e problemas; participações nos trabalhos em grupo; relatórios de visitas, de palestras, de filmes, de entrevistas, etc; participação nas aulas práticas; leitura e interpretação de textos; produção de cartazes, anúncios e panfletos, etc; testes com questões dissertativas e questões de múltipla escolha.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. J. M. **Discurso da ciência e da cscola**: ideologia e leituras possíveis. Campinas: Mercado das Letras, 2004.

BRASIL.**Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004.

KRASILCHIK, M. **O professor e o currículo da ciência**. São Paulo: EPU, 1987.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação básica ciências**. Curitiba: SEED, 2008.

DISCIPLINA: EDUCAÇÃO FÍSICA

1. APRESENTAÇÃO

As primeiras sistematizações do conhecimento de Educação Física foram oriundas da Europa, surgiram sob a égide do conhecimento médico e da instrução física militar. Assim decorre também o componente "ginástica", trazendo uma preocupação com a saúde e formação moral dos cidadãos.

Os primeiros modelos de prática nessa área, pautavam em prescrições de exercícios visando ao aprimoramento de capacidades e habilidades físicas como a força, a destreza, a agilidade, a resistência, além de visar a formação do caráter, da autodisciplina, de hábitos higiênicos, do respeito à hierarquia e do sentimento patriótico.

A educação Física ganha seu espaço na escola, em função de contemplar a nova ordem de formação dos indivíduos. No início do século XX, a disciplina de Educação Física tornou-se obrigatória nas instituições de ensino para crianças a partir de seis anos de idade. O método francês contribuiu enormemente para legitimar essa área de conhecimento nas escolas brasileiras, conhecimentos estes da anatomia e da fisiologia numa visão positivista de ensino.

No contexto da década de 1940, as aulas de Educação Física assumiram os códigos esportivos do rendimento, da competição, comparação de recordes, regulamentação rígida e a racionalização dos meios e técnicas.

O esporte se consolidou no contexto da Educação Física, em currículos, cujo enfoque estava centrado na competição e na performance dos alunos. Os chamados esportes olímpicos – vôlei, basquete, handebol e atletismo, entre outros foram priorizados para formarem atletas que representariam o país nas competições internacionais. A escola nesse aspecto teria que descobrir os talentos. A ideia de talento esportivo passava por uma visão naturalizante dos processos sociais que constituem os seres humanos.

A perspectiva esportiva da Educação Física escolar recebeu uma forte crítica da corrente da *psicomotricidade* cujos fundamentos se contrapunham às perspectivas teórico-metodológicas baseadas no modelo didático da *esportivisação.* Entretanto, não representavam os conhecimentos sistematizados que deveriam ser transmitidos pela escola. No movimento de renovação, do pensamento pedagógico da disciplina, algumas tendências progressistas se destacaram tendo em vista as abordagens *desenvolvimentista* e *construtivista.*

Diante das abordagens destacadas, surge a pedagogia crítica, a qual traduz um ensino que orienta a organização e a sistematização do conhecimento partindo dos pressupostos históricos acerca do movimento social, o qual é transformado em conteúdo escolar. Na Educação Física, as abordagens metodológicas que se contrapõem às anteriormente elencadas, são: *crítico-superadora e crítico-emancipatória.* Na década de 1990 houve um esvaziamento do conteúdo dessa área de conhecimento, é sentido um ecletismo pedagógico quando outras concepções teóricas permeiam o trabalho com essa disciplina.

O que está posto nesse período é a valorização do individualismo, da adaptação às condições impostas pelo sistema capitalista, cuja perspectiva reforça ainda mais o aspecto da construção do conhecimento pelo próprio sujeito, em

contraposição a uma pedagogia que possibilita a formação crítica que conduz à análise das contradições sociais, políticas, econômicas e culturais das relações humanas. Cabe aos professores dessa disciplina do currículo, orientar-se na base teórica que favoreça para a apreensão dos conhecimentos científicos acumulados pelos homens transpostos por meio dos conteúdos escolares.

2. OBJETIVOS

Analisar a Educação Física como uma área de conhecimento que orienta para a apropriação de conceitos que promovam maior consciência acerca das práticas que envolvem o corpo, o movimento e a qualidade de vida (potencialidades físicas, psicológicas e sociais) de forma a contribuir para as relações nos âmbitos sociais, políticos, culturais

3. CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO: ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
ESPORTE	- Coletivos	X	X	X	X
	- Individuais	X	X		
	- Radicais			X	X
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
JOGOS E BRINCADEIRAS	- Jogos e brincadeiras populares	X	X	X	
	- Brincadeiras e cantigas de roda	X	X	X	
	- Jogos de tabuleiro	X	X	X	X
	- Jogos cooperativos	X	X	X	X
	- Jogos dramáticos			X	X
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
DANÇA	- Danças Folclóricas	X	X		
	- Danças de rua	X	X		
	- Danças criativas	X	X	X	X
	- Danças circulares		X	X	X
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
GINÁSTICA	- Ginástica rítmica	X	X	X	X
	- Ginástica circense	X	X	X	
	- Ginástica geral	X	X	X	X
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
LUTAS	- Lutas de aproximação	X	X		
	- Capoeira	X	X	X	X
	- Lutas com instrumento mediador			X	X

3.1. CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO: ENSINO MÉDIO/NORMAL/PROFISSIONAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
ESPORTE	- Coletivos	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	- Individuais	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	- Radicais											
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
JOGOS E BRINCADEIRAS	- Jogos de tabuleiro			x			x	x			x	x
	- Jogos dramáticos	x	x	x			x	x			x	x
	- Jogos cooperativos	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
DANÇA	- Danças folclóricas	x	x		x	x			x	x		
	- Danças de salão			x			x	x			x	x
	- Danças de rua		x			x				x		
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
GINÁSTICA	- Ginástica artística/olímpica	x			x				x			
	- Ginástica de condicionamento físico	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	- Ginástica geral	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
LUTAS	- Lutas com aproximação											
	- Lutas que mantêm a distância											
	- Lutas com instrumento mediador											
	- Capoeira	x			x				x			

4. METODOLOGIA

As diretrizes curriculares de Educação Física propõe que a disciplina esteja sistematizada e fundamentada nas reflexões sobre as necessidades atuais de ensino perante os alunos, na superação de contradições e na valorização da educação. Por isso, é de fundamental importância considerar os contextos e experiências de diferentes regiões, escolas, professores, alunos e da comunidade.

Pode e deve ser trabalhada considerando as dimensões do conhecimento que permeiam as outras disciplinas no sentido de buscar entender a Cultura Corporal em sua complexidade, ou seja, na relação com as múltiplas dimensões da vida humana, tratadas tanto pelas ciências humanas, sociais, da saúde e da natureza.

A Educação Física como parte do projeto geral de escolarização deve estar articulada ao projeto político-pedagógico, pois tem seu objeto de estudo e ensino próprios, e trata de conhecimentos relevantes na escola. Considerando o exposto, defende-se que as aulas de Educação Física não sejam apêndices em relação às

demais disciplinas do currículo. Nesse sentido, procura-se possibilitar aos alunos o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, relacionando-o às práticas corporais, ao contexto histórico, político, econômico e social.

Nas relações com a natureza e com o grupo social de pertencimento, por meio do trabalho, os seres humanos desenvolveram habilidades, aptidões físicas e estratégias de organização, fundamentais para superar obstáculos e garantir a sobrevivência. Inicialmente, correr, saltar, rastejar, erguer e carregar peso eram habilidades essenciais para abater uma caça e transportá-la para “casa”, escapar de uma perseguição, alcançar lugares onde os frutos fossem abundantes.

Nesse sentido, propõe-se a discussão a respeito da disciplina de Educação Física, levando-se em conta que o trabalho é categoria fundante da relação ser humano/natureza e ser humano/ser humano, pois dá sentido à existência humana e à materialidade corporal que constitui “um acervo de atividades comunicativas com significados e sentidos lúdicos, estéticos, artísticos, místicos, antagonistas” (ESCOBAR, 1995, p. 93).

É seguindo esse raciocínio que a Educação Física deverá ser conduzida, propor uma metodologia que oriente para uma práxis, a partir da qual se estabelece relações possíveis de transformação.

5. AVALIAÇÃO

Partindo do exposto na apresentação e nos referenciais metodológicos da disciplina, a avaliação deve se caracterizar como um processo contínuo, permanente e cumulativo, como está preconizado na LDB 9.394/96. O docente organiza e reorganiza seu trabalho docente a partir das observações e registros, considerando os instrumentos de avaliação.

Faz-se necessário recuperar durante o processo de ensino e aprendizagem, as experiências e sistematizações realizadas. Assim, é possível perceber avanços e dificuldades no processo pedagógico, com o objetivo de planejar e replanejar as ações didático-pedagógicas.

Durante as intervenções pedagógicas, o docente poderá utilizar-se de vários instrumentos avaliativos: dinâmicas de grupo, seminários, debates, júri-simulado, (re)criação de jogos, pesquisa em grupos, inventário do processo pedagógico, entre outros. Também a organização de festivais e jogos escolares poderão fazer parte das atividades escolares com objetivo de vivenciar como os conhecimentos se aplicam em situações reais.

As provas e os trabalhos escritos podem ser utilizados para avaliação das aulas de Educação Física, desde que a nota não sirva exclusivamente para hierarquizar e classificar os alunos em melhores ou piores; aprovados e reprovados; mas que sirva, também, como referência para redimensionar sua ação pedagógica (DCEs, 2008, p. 78).

6. REFERÊNCIAS

BRASIL.**Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004.

BORGES, Giovana Leal. **Redescobrindo** Valores: Dinâmicas de Grupo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

ECKERT, Hellen M. Desenvolvimento Motor. São Paulo: Manole, 1993.Gallardo, Jorge Sérgio Peres (cood.) **Educação física**: contribuições à formação profissional. Unijuí: Ijuí – RS, 2000.

HORTA, Carlos Felipe de melo Marques. **O grande livro de folclore.** Belo Horizonte: Leitura, 2000.

MATTOS, Mauro; NEIRA, Marcos Garcia. **Educação física infantil**: inter-relações, movimento, leitura e escrita. São Paulo: Phorte, 2002.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação básica educação física**. Curitiba: SEED, 2008.

VILLAS BOAS, Marcelo da Silva. **Basquetebol**: brincando e aprendendo: da iniciação ao aperfeiçoamento. Maringá: Dental Press, 2004.

DISCIPLINA: ENSINO RELIGIOSO

1. APRESENTAÇÃO

A disciplina de Ensino Religioso possibilita a reflexão e o entendimento de como os grupos sociais se constituem culturalmente e como se relacionam com o sagrado. E, ainda, possibilita compreender as manifestações e trajetórias no espaço escolar e estabelecem relações entre culturas, espaços e diferenças. O entendimento de tais elementos leva a elaboração do saber e a entender a diversidade de nossa cultura, marcada também por nossa religiosidade.

2. OBJETIVO

Estudar as diferentes manifestações do sagrado no coletivo, propiciando a identificação, o entendimento, o conhecimento e aprendizagem em relação às diferentes manifestações religiosas presentes em nossa sociedade. Tal compreensão deve favorecer o respeito à diversidade cultural religiosa em suas relações éticas e sociais, promovendo medidas contra toda e qualquer forma de preconceito e discriminação.

3. CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO

A disciplina é ofertada apenas no 6º e 7º Anos do Ensino Fundamental

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
Paisagem religiosa Universo símbolo religioso Texto sagrado	Organização Religiosa; Lugares Sagrados; Textos sagrados orais e escritos; Símbolos Religiosos;

4. METODOLOGIA

Para o trabalho Pedagógico na disciplina sugere-se que sejam apresentados, paulatinamente, aos educandos diferentes formas de simbolização, textos, significados, diálogos investigativos e problematizações que promovam a conscientização, o entendimento e a decodificação do objeto de estudo. Tal procedimento metodológico promovera a atividade de leitura, produção de textos e debates para que o diálogo direcione a aula e a disciplina proporcione a identificação, o entendimento, o conhecimento e a aprendizagem das diferentes manifestações religiosas presentes em nossa sociedade. Por fim, os conteúdos trabalhados serão sempre associados à realidade, com isso, desenvolve-se a ética nas relações dos indivíduos, principalmente no que concerne ao exercício de sua cidadania.

5. AVALIAÇÃO

O Ensino Religioso não constitui objeto de aprovação ou reprovação nem terá registro de notas ou conceitos na documentação escolar, por seu caráter facultativo de matrícula na disciplina. A avaliação nesta disciplina não ocorre como na maioria, terá a especificidade de acompanhar o processo de apropriação e construção de conhecimentos pelo aluno e pela classe, tendo como parâmetro os conteúdos tratados e os seus objetivos, usando para este propósito o registro das atividades produzidas pelos alunos.

6. REFERÊNCIAS

ALVES, R**. Dogmatismo e tolerância**. São Paulo: Paulinas, 2000.

BRASIL.**Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004.

BOFF, L**. Igreja, carisma e poder**. São Paulo: Vozes, 2002.

CISALPIANO, M. **Religiões**. São Paulo: Scipione, 1994.

COSGROVE, D. Cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL,Z. **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

HINNELS, J.R. **Dicionário das religiões**. São Paulo: Cultrix, 1989.

PARANÁ. **Livro público ensino religioso**. Curitiba: SEED, 2008.

DISCIPLINA: FILOSOFIA

1. APRESENTAÇÃO

A filosofia como exercício da racionalidade acumula uma tradição de, aproximadamente, 2610 anos. Constituída como pensamento sistemático, a filosofia trás consigo o problema do seu ensino, desde o embate entre as ideias de Platão e as teses dos sofistas até os grandes desafios contemporâneos que permeiam as contradições sociais (pobreza e riqueza, igualdade e desigualdade,etc.). atualmente, visando a formação pluridimensional e democrática plena do estudante, o Ensino Médio busca oferecer-lhe a possibilidade de compreender a complexidade do mundo contemporâneo, com suas múltiplas particularidades e especificidades.

Nesse sentido, a filosofia apresenta-se como conteúdo filosófico e como conhecimento que possibilita ao estudante desenvolver autonomia de pensamento: não é possível estudar filosofia sem filosofar assim como não é possível filosofar sem apropriar-se do conhecimento da filosofia .

Finalmente, a filosofia na escola, pode significar, o espaço de criação e de provocação do pensamento original, de busca da compreensão, da imaginação, da criação e recriação de conceitos. Nessa perspectiva, a abordagem filosófica em sala de aula é realizada a partir dos temas “mito e filosofia”, “teoria do conhecimento”, “ética”, “filosofia política”, “filosofia da ciência” e “estética”, ou seja, de conteúdos estruturantes e basilares a serem trabalhados a partir da perspectiva do estudante, mas de modo que a investigação e os textos filosóficos permitam-lhe uma compreensão sempre mais elaborada da realidade.

2. OBJETIVOS

Formular conceitualmente problemas da contemporaneidade, investigando as diferentes formas de pensamento, que possibilitam elaborar conceitos acerca da diversidade cultural, desenvolvendo uma maneira peculiar e geral de interrogar-se sobre a verdade das palavras, das coisas e do ser. Considerada numa perspectiva de inter-relação dialógica entre professor e alunos e com problemas e textos filosóficos, a filosofia pretende possibilitar ao estudante, o exercício do pensamento crítico e original; a busca da criação e da recriação de conceitos; a investigação e a compreensão de problemas que se revelam histórica, social e culturalmente significativos.

3. CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO: ENSINO MÉDIO/NORMAL/PROFISSIONAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
MITO E FILOSOFIA	- Saber mítico	x			x	x			x	x	x	
	- Saber filosófico	x			x	x			x	x	x	
	- Relação Mito e Filosofia	x			x	x			x	x	x	
	- Atualidade do mito	x			x	x			x	x	x	
	- O que é Filosofia?	x			x	x			x	x	x	
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
TEORIA E CONHECIMENTO	- Possibilidade do conhecimento	x							x	x	x	
	- As formas de conhecimento	x			x	x			x	x	x	
	- O problema da verdade	x			x	x			x	x	x	
	- A questão do método	x			x	x			x	x	x	
	- Conhecimento e lógica	x			x	x			x	x	x	
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
ÉTICA	- Ética e moral		x			x				x	x	
	- Pluralidade ética		x			x				x		
	- Ética e violência		x			x				x		
	- Razão, desejo e vontade		x			x				x		
	- Liberdade: autonomia do sujeito e a necessidade das normas		x									
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
FILOSOFIA POLÍTICA	- Relação entre comunidade e poder		x			x				x		
	- Liberdade e igualdade política		x			x				x		
	- Política e ideologia		x			x				x		
	- Esfera política e privada		x			x				x		
	- Cidadania formal e/ou participativa		x			x				x		
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
FILOSOFIA DA CIÊNCIA	- Concepção de ciência			x							x	
	- A questão do método científico			x							x	
	- Contribuições e limites da ciência			x							x	
	- Ciência e Ideologia			x							x	
	- Ciência e Ética			x							x	
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
ESTÉTICA	- Natureza da arte			x							x	
	- Filosofia e arte			x							x	
	- Categorias estéticas: feio, belo, sublime, trágico, cômico, grotesco, gosto, etc.			x							x	
	- Estética e sociedade			x							x	

4. METODOLOGIA

Entendendo-se a Filosofia e seu ensino como um espaço de estudo da própria filosofia tanto quanto um espaço do filosofar que envolve a (problematização, questionamento, pensamento crítico, da criação e recriação de conceitos), a metodologia da disciplina consistirá na mobilização dos estudantes para a problematização do mundo humano, para o diálogo, o questionamento, para as leituras e análises de textos filosóficos e não-filosóficos, para a pesquisa, para a sistematização dos conceitos e para o conhecimento das posições filosóficas relevantes ao longo da história humana.

Buscar organizar perguntas em torno de um problema filosófico dentro de sua contextualização com a vida cotidiana do aluno, ou seja, penetrar nas interfaces das outras disciplinas do ensino médio para compreender o mundo da linguagem, da literatura, da história, das ciências e da arte. Criar espaço para os quatro momentos principais: mobilizar, problematizar, investigar e criar conceitos. No momento de mobilização serão utilizados vários recursos: vídeo, trecho de filmes, textos jornalísticos, literatura e etc. Sem dispensar a retomada destes recursos em momentos que necessitem para melhorar a aprendizagem. E, também, utilizar os conhecimentos filosóficos para analisar e criticar a sociedade contemporânea. Mas sem dispensar os textos clássicos dos filósofos consagrados na História da Filosofia para compreensão e atuação no mundo.

Criar condições de problemas filosóficos para que o estudante possa buscar soluções através dos textos filosóficos de modo investigativo, ou seja, buscar de maneira radical e rigorosa a raiz do problema. Nesse trabalho direcionado deverá contemplar a criação de conceito.

Contextualizar os conhecimentos filosóficos, tanto no seu período sócio-econômico-político-cultural quanto biográfico. Desenvolver momentos para a experiência e atividade filosófica. Mediar prática de leitura e análise de textos filosóficos, da escrita, argumentação, debate, problematização da realidade e da criação de conceitos.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação da disciplina de filosofia é concebida em sua função diagnóstica de orientação e re-orientação do processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, o foco em questão, é o crescimento da capacidade do estudante para o exercício do pensamento crítico, o que, sem dúvida, se conjuga ao indispensável desenvolvimento de sua igual capacidade de apreensão dos conteúdos filosóficos em questão.

6. REFERÊNCIAS

AFANASSIEV, V.G. **Fundamentos de filosofia**. São Paulo0: Edições Progresso, 1982.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**. *São Paulo:* Moderna, 1993.

_____. **Temas de filosofia**. *São Paulo:* Moderna, 1998.

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Introdução à filosofia da ciência**. Curitiba: UFPR, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia***. São Paulo:* Ática, 2002.

_____. **Introdução à história da filosofia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

CORDI, Cassiano et al. **Para filosofar**. São Paulo: Scipioni, 2003.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da filosofia**. São Paulo:Saraiva, 2005.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação básica filosofia**. Curitiba: SEED**,** 2008.

DISCIPLINA: FÍSICA

1. APRESENTAÇÃO

O ensino de Física deve contribuir para a formação do indivúdo através de conteúdos que possibilitem o entendimento do universo à sua evolução, suas transformações e suas interações que neles se apresentam com a preocupação de formar cidadãos capazes de adaptação permanente às novas formas de produção científica e tecnológicas.

A Física é parte da ciência que deve educar para a cidadania e isto se faz considerando a dimensão crítica do conhecimento científico sobre o Universo de Fenômenos e a não neutralidade de produção desse conhecimento e seu comprometimento e envolvimento com aspectos sociais, políticos econômicos e culturais.

A física é a ciência natural no universo em desenvolvimento. Eanquanto conhecimento construído possibilita a elaboração de modelos da evolução do Universo e investiga mistérios do mundo microscópio das partículas que compõem a matéria. Desta forma, proporciona a explicação científica para fatos do cotidiano propciando a interação do indivíduo com seu meio. O caráter investigativo da fisíca possibilita o desenvolvimento das novas fontes de energia e a criação de novos materiais, produtos e tecnologias elaboradas presentes no cotidiano contendo dois enfoques importantes: a dos conhecimentos do dia a dia explicando de forma qualitativa, sem perder a relação cinéticas das expressões que as definem e as tecnologias presentes nos eletrodomésticos, nos cartões digitais, nos celulares e nos chips.

2. OBJETIVOS

- Refletir sobre o mundo da ciência, descrevendo os fenômenos físicos por meio das leis e experimentação.
- Desenvolver a consciência crítica para a cidadania, contribuindo para entendimento sobre o universo.
- Compreender as leis e teorias científicas que levam ao conhecimento da Física como ciência.
- Relacionar os fenômenos físicos às aplicações tecnológicas e naturais.

3. CONTEÚDO POR SÉRIE/ANO: ENSINO MÉDIO/NORMAL/PROFISSIONAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
MOVIMENTO	- *Momentum* e Inércia	x					x		x		x	
	- Conservação de quantidade de movimento (*momentum)*	x					x		x		x	
	- Variação da quantidade de movimento=Impulso	x					x		x		x	
	- 2ª Lei de Newton	x					x		x		x	
	- 3ª Lei de Newton e condições de	x					x		x		x	

	equilíbrio											
	- Energia e o Princípio da Conservação da Energia	x					x		x		x	
	- Gravitação	x					x		x			
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
TERMODINÂMICA	- Leis da Termodinâmica: Lei zero da Termodinâmica, 1ª Lei da Termodinâmica, 2ª Lei da termodinâmica		x					x	x			x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
ELETROMAGNETISMO	- Carga, corrente elétrica, campo e ondas eletromagnáticas			x				x	x			x
	- Força eletromagnética			x				x		x		x
	- Equações de Maxwell: Lei de Gauss para eletrostática/Lei de Coulomb, Lei de Ampère, Lei de Gaus magnética, Lei de Faraday			x				x		x		x
	- A natureza da luz e suas propriedades			x				x		x		x

4. METODOLOGIA

Dentro do ensino da Física deve-se estimular o aluno a perguntar e, para que isso aconteça, ao ensinar determinado conteúdo, o professor deverá relacioná-lo com situações concreta da vida do aluno. O aluno, na maioria das vezes, já tem seus modelos, suas teorias, mesmo que às vezes, não correspondam à realidade científica. Por exemplo, força, velocidade, temperatura, energia, corrente elétrica, já tem significado forte para o aluno, porque são frutos de sua experiência do dia a dia. É preciso levar em conta seu grau cognitivo dentre outros fatores, isso permitirá definir uma metodologia de ensino para que o aluno chegue ao conhecimento científico. O ensino da Física não é apenas uma matemática aplicada, os exercícios devem estar ligados à matéria que está sendo ensinada e ligado às situaçoes concretas da vida do aluno, embora possa exigir tratamentos em diferentes níveis de abstrações.

Os conteúdos teóricos devem ser dosados para que o fundamental não se perca em meio a detalhes. Na aquisição do conhecimento científico, o professor deve estimular o aluno a fazer leituras em livros e também em artigos de divulgação científica, jornais e revistas, para que se apropriem de informações e venham superar as deficiências de conhecimentos necessários ao exercício da cidadania. É na realização de experimentos simples que elucidam fenômenos de nosso dia a dia, que se descobrem o interesse e a importância pela nossa ciência e além do mais provoca maior participação.

Necessitamos desenvolver o modelo de ensino de Física que contemple algumas vezes aulas experimentais e informatizadas, um uso mais frequente dos laboratórios, embora haja carencia de equipamentos, espaço adequado para aulas prática e necessidade de um laboratorista para algumas ações experimentais com materiais de baixo custo.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação deve ter um caráter diversificado, levando em consideração os aspectos: conpreensão dos conceitos físicos; a capacidade de análise de um texto; a capacidade de elaborar um relátório sobre um experimento ou qualquer outro evento que envolva a física. Em geral, o professor trabalha em uma dinâmica interativa, tem noção, ao longo do ano, da participação e produtividade de cada aluno.

Sendo assim, não devemos permitir que os resultados das provas sejam supervalorizados em detrimento de observações diárias, de caráter diagnóstica. A estratégia de avaliação será formativa, realizada durante o período das aulas e somativa com análises das interpretações dos resultados obtidos nas provas e atividades desempenhadas. Muito provavelmente, novas provas avaliativas e eventuais redirecionamentos poderão acontecer, após uma retroalimentação dos conteúdos.

6. REFERÊNCIAS

CARRON, Wilson; GUIMARÃES, Osvaldo. **As faces da física**. São Paulo: Moderna, 2002.

GASPAR, A. **Física**. São Paulo: FTD, 2004.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação básica física**. Curitiba: SEED, 2008.

PENTEADO, Paulo Cesar M.; TORRES, Carlos Magno A. **Física Ciência e Tecnologia**. Volume 1.São Paulo: Editora Moderna, 2008.

SAMPAIO, José Luiz; CALÇADA, Caio Sérgio. **Universo da física**. São Paulo: Atual, 2005.

DISCIPLINA: GEOGRAFIA

1. APRESENTAÇÃO

Quanto ao objeto de estudo, a Geografia vem exigindo esforços teóricos tanto de pesquisadores quanto de professores, inclusive alunos. Portanto, definir, explicar e abordar pedagogicamente esse objeto implica em posicionamentos políticos distintos e em diferentes compreensões sobre o papel da escola e do ensino da disciplina na formaçao. Por meio dos últimos estudos realizados conclui-se que o objeto de estudo da Geografia é construção do espaço artificalizado (geográfico), aquele composto por objetos naturais, culturais e técnicos, e ações através de relações sociais, culturais, políticas e econômicas inter-relacionados.

A definição de espaço geográfico relaciona-se a uma concepção de geografia enquanto ciência e disciplina escolar, no qual os saberes a ela vinculados permitem que o aluno desencolva uma leitura crítica do mundo atual, que compreenda as relações sócio-espaciais deste período histórico do capitalismo que quer a globalização econômica e com ela a fragmentação espacial.

A Geografia aplicada no Ensino Básico, contribui para uma leitura crítica das contradições e conflitos de toda ordem implícitos ou explícitos no espaço construído deve ir mais além do que saber o que ele é, do que é constituído, mas compreender o porque das localizações. O ensino da Geografia deve possibilitar ao aluno a análise crítica das relações espaciais, nas diversas escalas geográficas (local-global-local).

2. OBJETIVOS

Compreender que a organização do espaço geográfico é resultado das ações humanas, e que essas ações e essa organização não são estáticos , fazendo-se em constantes transformaçoes de acordo com os interesses políticos e econômicos da sociedade em cada instante histórico, tendo como foco principal as relações entre as pessoas e entre as pessoas e a natureza. Para tanto, a disciplina será abordada por meio dos quatro eixos estruturantes: dimensão econômica do espaço geográfico; dimensão política do espaço geográfico; dimensão cultural do espaço geográfico; dimensão socioambiental do espaço geográfico.

3. CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	6º	7º	8º	9º
DIMENSÃO ECONÔMICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	- Formação e transformação das paisagens naturais e culturais.	X			
	- A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do território brasileiro.		X		
	- A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios do continente americano.			X	
	- A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios.				X
	- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.			X	X
	- A revolução técnico-científico-informacional e os novos arranjos no espaço da produção.				X

	- O comércio em suas implicações socioespaciais.			X	X
	- Dinâmicas da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.	X	X		X
	- As diversas regionalizações do espaço brasileiro.		X	X	
	- As diversas regionalizações do espaço geográfico.				X
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
DIMENSÃO POLÍTICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	- Formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais.	X		X	
	- A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico.	X	X	X	
	- A distribuição espacial das atividades produtivas, a transformação da paisagem e a (re)organização do espaço geográfico.				X
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
DIMENSÃO CULTURAL E DEMOGRÁFICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	- As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista.	X		X	
	- A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população.	X	X	X	X
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	- A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural.	X	X		
	- As manifestações socioespaciais da diversidade cultural.		X	X	X
	- Movimentos migratórios e suas motivações.		X	X	
	- Movimentos migratórios mundiais e suas motivações				X
	- O espaço rural e a modernização da agricultura.		X	X	
	- A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização.		X		
	- As diversas regionalizações do espaço geográfico.			x	x
	- A circulação de mão-de-obra, das mercadorias e das informações.		X	X	
	- A circulação de mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações.			X	
	- O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na atual configuração territorial.				X

3.1. CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO ENSINO MÉDIO/NORMAL/PROFISSIONAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
DIMENSÃO ECONÔMICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	- Formação e transformação das paisagens.	x			x				x			
	- A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do território brasileiro.			x								
	- A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios.	x		x								

	- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.			x								
	- A revolução técnico-científico-informacional e os novos arranjos no espaço da produção.	x		x								
	- O comércio em suas implicações socioespaciais.	x	x									
	- Dinâmicas da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção.	x			x				x			
	- As diversas regionalizações do espaço brasileiro.			x	x				x			
	- As diversas regionalizações do espaço geográfico.		x		x				x			
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
DIMENSÃO POLÍTICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	- Formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais.	x			x				x			
	- A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico.	x			x				x			
	- A distribuição espacial das atividades produtivas, a transformação da paisagem e a (re)organização do espaço geográfico.	x			x				x			
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
DIMENSÃO CULTURAL E DEMOGRÁFICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	- As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista.		x		x				x			
	- A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estatísticos da população.			x	x				x			
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	- A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural.		x							x		
	- As manifestações socioespaciais da diversidade cultural.		x	x						x		
	- O comércio e as implicações socioespaciais.	x	x							x		
	- Movimentos migratórios e suas motivações.			x						x		
	- Movimentos migratórios mundiais e suas motivações		x							x		
	- O espaço rural e a modernização da agricultura.	x	x							x		
	- A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização.		x							x		

	- A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente.		x							x		
	- As diversas regionalizações do espaço geográfico.			x						x		
	- A circulação de mão-de-obra, das mercadorias e das informações.			x						x		
	- A circulação de mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações.		x							x		
	- O espaço em rede: produção, transporte e comunicações na atual configuração territorial.	x								x		
	- As implicações socioespaciais do processo de mundialização.			x						x		
	- A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado.			x						x		

4. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A metodologia de ensino proposta para a disciplina de geografia deve permitir que os alunos se apropriem dos conceitos fundamentais para compreender o processo de produção e transformação do espaço geográfico. Os conteúdos, portanto, necessitam ser trabalhados numa perspectiva crítica a fim de aproximar o aluno da sua realidade próxima e distante, em coerência com os fundamentos teóricos pautados na dialética.

A apropriação dos conceitos fundamentais do conhecimento geográfico se dá por meio da intervenção intencional própria do ato docente. É preciso articular os conteúdos com a prática social dos alunos. Considerar os conhecimentos prévios para inserir o campo científico de apreensão desses conhecimentos. Nesta abordagem, é preciso criar uma situação problema, isso implica pensar o conteúdo a ser trabalhado tendo em vista que há uma necessidade que precisa ser suprida do ponto de vista da compreensão por parte do aluno.

Outro pressuposto refere-se à contextualização do conteúdo. Isso significa mais que relacioná-lo à realidade vivida, é situá-lo historicamente, nas relações políticas, econômicas, sociais, culturais, em diversas escalas geográficas, e, em manifestações espaciais concretas.

Os questionamentos que acontecerem durante o trabalho pedagógico, requer a mediação do professor, haja vista que essa possibilidade, contribui para o enriquecimento do conteúdo. Estabelecer relações da geografia com diferentes áreas do saber formal implica em propiciar o rigor científico, isso quer dizer que à medida que o professor trabalha as diversas dimensões dos conteúdos desenvolve capacidades de apropriação de conceitos geográficos significativos para sua vida em sociedade.

5. AVALIAÇÃO

A concepção de avaliação que se pensa para o trabalho da geografia, considera os diferentes ritmos de aprendizagem, pois, dessa forma o professor consegue avaliar, percebendo as dificuldades para possíveis intervenções. A nota ou o conceito que resulta do processo, não é o final deste, mas, o ponto de partida para novas apreensões e novos rumos em relação ao conhecimento.

O processo de avaliação deve considerar mudanças de pensamento e atitudes dos alunos, alguns elementos demonstram a aprendizagem, a compreensão, o questionamento e a participação dos alunos

Destacam-se os principais critérios de avaliação em geografia: a formação de conceitos geográficos básicos e o entendimento das relações socioespaciais para compreensão e intervenção na realidade. As relações espaço-temporais e sociedade-natureza são os conceitos elementares do ensino e da aprendizagem de geografia, assim, é possível compreender o espaço nas mais diversas escalas geográficas. Ressalta-se que é possível diversificar as técnicas e os instrumentos de avaliação.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL.**Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação básica geografia**. Curitiba:SEED, 2008.

DISCIPLINA: HISTÓRIA

1. APRESENTAÇÃO

Na contemporaneidade, a história tem sido uma área de intensas reflexões, haja vista, sua importância para a compreensão de homem, de mundo e de sociedade. Desta forma, busca-se despertar reflexões sobre diversos aspectos: políticos, econômicos, culturais, sociais, bem como, as relações entre o ensino da disciplina e a produção do conhecimento histórico.

Conforme as Diretrizes para o Ensino de História do Estado do Paraná, "o ensino de história pode ser analisado sob duas perspectivas: uma que o compreende a serviço dos interesses do Estado ou do poder institucional; e outra que privilegia as contradições entre a história apresentada nos currículos e nos livros didáticos e a história ensinada na cultura escolar".

É preciso considerar no contexto histórico as permanências, mudanças e rupturas ocorridas frente as diversas contradições postas pela sociedade como um todo. A História passou a existir como disciplina escolar com a criação do Colégio D. Pedro II, EM 1837. Neste mesmo ano, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que instituiu a História como disciplina acadêmica. A partir daí, foram produzidos programas escolares, manuais didáticos e as orientações quanto aos conteúdos a serem ensinados, destacando que essas produções tiveram grande influência da História metódica e da concepção positivista, cuja característica estava na racionalidade histórica, orientada pela linearidade dos fatos. O ensino restringia a dados extraídos dos documentos oficiais como verdade histórica e, ainda pela valorização política dos "heróis".

O modelo apresentado perdurou até o início da República (1889). O Colégio D. Pedro II manteve seu papel de referência para a organização educacional brasileira. Ao iniciar o século XX, o referido Colégio por meio de seus professores reorganizou o currículo e propôs que a História do Brasil compusesse a cadeira de História Universal. Com essa configuração, o conteúdo de História passou a ter um espaço restrito do currículo.

O retorno da História do Brasil nos currículos escolares deu-se apenas no período do governo de Getúlio Vargas, sendo vinculado ao projeto político nacionalista do Estado Novo. Neste aspecto era reforçado o caráter moral e cívico dos conteúdos escolares.

Na década de 1930, outros debates teóricos ocorreram. A educação passa pelas reformas oriundas do movimento dos pioneiros da Escola Nova. Anísio Teixeira, responsável pelo Departamento da Instrução Pública do Distrito Federal , intelectual da Escola Nova publicou uma proposta de Estudos Sociais para a escola elementar de 1934, denominada Programa de Estudos Sociais.

A proposta deu continuidade com a Lei 5.692/71. Durante o Regime Militar, a partir de 1964, o ensino de História manteve seu caráter estritamente político, pautado no estudo de fontes oficiais de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná. Os grandes heróis ainda representava o foco do trabalho com esta área do conhecimento. Estes eram exemplos que deveriam ser seguidos sem contestação. O modelo de sociedade que se

apresentava, voltava-se ao respeito à hierarquia político-econômica, à ordem estabelecida, ou seja, numa concepção positivista de educação e de ensino.
Com a Lei 5.692, o Estado organizou o Primeiro Grau (oito anos letivos), e o Segundo Grau profissionalizante. Nessa perspectiva, a formação se dava numa vertente tecnicista, no sentido da preparação da mão de obra qualificada para atender as demandas do mercado. O pragmatismo permeava as disciplinas do currículo. Nesta configuração, a área de Ciências Humanas perdeu seu espaço no currículo.

No Primeiro Grau, a História e Geografia se condensaram na área de Estudos Sociais, tendo ainda uma separação de carga horária para EMC (Educação Moral e Cívica) no Primeiro Grau. No Segundo Grau, a História fez parte da Disciplina de OSPB (Organização Social e Política Brasileira). É percebido diante dessas questões, um esvaziamento da disciplina de História.

Esse esvaziamento foi percebido também pela proliferação das licenciaturas curtas em Estudos Sociais. Na verdade, o que estava posto era o controle ideológico do Estado sobre o corpo docente. O ensino era trabalhado sob o enfoque tradicional. Nesse sentido, o ensino distanciou-se da produção historiográfica acadêmica, envolvida em discussões a respeito de objetos, fontes, métodos, concepções e referenciais teóricos da ciência histórica.

Em meados dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, os Estudos Sociais foi radicalmente contestado, tanto pela academia quanto pela sociedade de modo geral, cresceram assim, os debates em torno das reformas democráticas na área educacional.

No Estado do Paraná, a Pedagogia Histórico-Crítica toma corpo por meio do Currículo Básico do Estado do Paraná. Essa proposta tem sua base no Materialismo Histórico Dialético. Nesse novo olhar acerca da História tem-se a valorização dos sujeitos históricos, as transformações sociais com suas contradições. Sendo assim, percebe-se uma dinâmica de superação da racionalidade histórica linear. No documento *Reestruturação do Ensino de Segundo Grau do Paraná,* também fundamentado na Pedagogia Histórico-Critica dos conteúdos.
Para o Primeiro Grau, a História foi dividida em História do Brasil e História Geral. A História do Paraná e da América Latina era um apêndice metodológico, pois, apresentava-se desarticulada dos conteúdos.

O currículo Básico neste período, indicava e orientava para uma História contextualizada, cujos conteúdos propiciavam maior significação pedagógica. O Estado do Paraná tem estado à frente das discussões que permeiam os referenciais teóricos-metodológicos que conduzem a um trabalho que valoriza o processo de humanização dos sujeitos, portanto, a contraposição em relação aos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), ficou evidenciada no momento das discussões em torno da elaboração das Diretrizes do Estado do Paraná. É possível desenvolver um trabalho que favoreça a uma análise crítica acerca de homem, de mundo e de sociedade tendo em vista a proposta embasada em princípios históricos (conhecimentos produzidos pela humanidade).

2. OBJETIVOS

- Desenvolver uma consciência crítica a partir de referenciais teóricos propostos nas Diretrizes Curriculares de História, despertando para a análise das contradições existentes nos ambitos: político, econômico social e cultural que permeiam o mundo dos homens.

3. CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
RELAÇÕES DE TRABALHO	- A experiência humana no tempo	x			
	- As relações de propriedade.		x		
	- A constituição histórica do mundo do campo e do mundo da cidade.		x		
	- História das relações da humanidade com o trabalho.			x	
	- O trabalho e a vida em sociedade			x	
	- A constituição das instituições sociais.				x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
RELAÇÕES DE PODER	- Os sujeitos e suas relações com o outro no tempo.	x			
	- As relações entre o campo e a cidade.		x		
	- O trabalho e as contradições da modernidade.			x	
	- A formação do Estado.				x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
RELAÇÕES CULTURAIS	- As culturas locais e a cultura comum.	x			
	- Conflitos e resistências e produção cultural campo/cidade		x		
	- Os trabalhadores e as conquistas de direito.			x	
	- Sujeitos, Guerras e revoluções.				x

3.1. CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO: ENSINO MÉDIO/NORMAL/PROFISSIONAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
RELAÇÕES DE TRABALHO	**Tema 1** -Trabalho Escravo, Servil, Assalariado e o Trabalho Livre.	x	x		x	x			x			
	Tema 2 - Urbanização e industrialização.		x			x			x	x		
RELAÇÕES DE PODER	**Tema 3** - O Estado e as relações de poder.	x			x				x	x		
	Tema 4 - Os sujeitos, as revoltas e as guerras.		x			x				x		
RELAÇÕES CULTURAIS	**Tema 5** - Movimentos sociais, políticos e culturais e as guerras e revoluções.	x	x		x	x				x		
	Tema 6 - Cultura e religiosidade.	x			x				x			

4. METODOLOGIA

Buscar contribuir nas reflexões sobre as vivências dos alunos e na compreensão do mundo social. Os momentos de aula buscarão estabelecer relações entre o presente e o passado, o particular e o geral, as ações individuais e coletivas, os interesses específicos de grupos e as articulações sociais; devem privilegiar situações didáticas de questionamentos e elaboração de hipóteses, promover estudos e reflexões sobre o cotidiano. Atividades em que os alunos busquem informações em diferentes tipos de fontes como livros, revistas, filmes, fotografias, objetos, mapas, plantas urbanas, construções, sítios arqueológicos, vestimentas. Procedimentos de pesquisa, consulta em fontes bibliográficas e sistematização das informações coletadas, elaboração de resumos, poesias, músicas, gráficos, relatos orais, organização de painéis ou murais proporcionando aos estudantes criatividade. Proposta de atitudes individuais e coletivas como estratégias de intervenção na realidade.

5. AVALIAÇÃO

O processo de avaliação levará em conta o conhecimento que o aluno possui, sua capacidade de levantar hipóteses. Deve ter um caráter diagnóstico e considerar se os estudos desenvolvidos capacitam o aluno a formular conceitos, aprender conteúdos, procedimentos e atitudes, comparando as conquistas do antes, durante e depois. Desenvolve-se com base nos conhecimentos específicos da disciplina com a mediação do professor, fazendo relação com o contexto histórico contemporâneo e ação do indivíduo no processo.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL.**Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004.

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação básica história**. Curitiba: SEED, 2008.

DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA

1. APRESENTAÇÃO

A escola precisa oportunizar o aprendizado da norma culta de Língua Portuguesa sem desprezar as variações linguística trazidas pelos alunos.

De acordo com as Diretrizes Curriculares de Língua Portuguesa, "é nos processos educativos, e notadamente nas aulas de língua materna, que o estudante brasileiro tem a oportunidade de aprimoramento de sua competência linguística, de forma a garantir uma inserção ativa e crítica na sociedade. É na escola que o aluno, e mais especificamente o da escola pública, deveria encontrar o espaço para as práticas de linguagem que lhe possibilitem interagir na sociedade, nas mais diferentes circunstâncias de uso da língua, em instâncias públicas e privadas. Nesse ambiente escolar, o estudante aprende a ter voz e fazer uso da palavra, numa sociedade democrática, mas plena de conflitos e tensões" (PARANÁ, 2008, p. 38).

É preciso que a oralidade, a leitura, a escrita e a análise linguística estejam entrelaçadas, de tal forma que uma complemente a outra. Com isso, o aluno terá condições de elaborar sua aprendizagem, com domínio da norma culta sem, contudo, menosprezar as variações linguísticas.

Para trabalhar a oralidade, é necessário que o professor oportunize situações em sala de aula em que o aluno vivencie situações parecidas com aquelas que se deparará em sua vida real. Para tanto, é importante o trabalho com dramatização, entrevistas, relatos, recados, declamação de poemas, debates, seminários e outras tipologias que desenvolvam o domínio da argumentação.

Em se tratando da escrita, é necessário que o educando perceba a importância da mesma para sua vida em sociedade. Embora, na sociedade atual, tem-se a impressão de haver apenas a oralidade, a escrita está muito presente.

Segundo as DCEs (2008, p. 56), "a produção escrita possibilita que o sujeito se posicione, tenha voz em seu texto interagindo com as práticas de linguagem da sociedade"., permitindo ao aluno a ampliação do conceito de gênero discursivo. A escrita em sala de aula precisa ser trabalhada em situações de uso real, tais como: recado, bilhete, receita, poema, texto de opinião, carta, artigo, e-mail e outros.

Com relação a leitura, ela deve ser vista como um ato de interlocução do leitor com o texto. Para Silva, "[...] a prática de leitura é um princípio de cidadania, ou seja, o leitor cidadão, pelas diferentes práticas de leitura, pode ficar sabendo quais são suas obrigações e também pode defender os seus direitos, além de ficar aberto às conquistas de outros direitos necessários para uma sociedade justa, democrática e feliz" (2005, p. 24 apud PARANÁ, 2008, p. 57). O aluno precisa ser motivado a buscar a leitura e a reconhecer "as intenções e os interlocutores do discurso" (PARANÁ, 2008, p.57). É importante oferecer uma grande variedade de leitura para os educandos; desde textos simples a textos mais complexos: jornais, revistas, livros paradidáticos, textos da internet, poemas, textos científicos, clássicos da literatura e muitos outros.

Na análise linguística é incluído, "[...] tanto o trabalho sobre as questões tradicionais da gramática quanto questões amplas a propósito do texto, entre as quais vale a pena citar: coesão e coerência internas do texto; adequação do texto aos objetivos pretendidos; análise dos recursos expressivos utilizados […] ;

organização e A inclusão de informações, etc. (GERALDI, 2004, p. 74 apud PARANÁ, 200 2008, p. 60).Segundo as DCEs (PARANÁ, 2008, p. 78), é importante "considerar não somente a gramática normativa, mas também as outras, como a descritiva, a internalizada e, em especial, a reflexiva no processo de ensino de Língua Portuguesa". Para Bakhtin (1992 apud PARANÁ, 2008, p. 78), "quanto mais variado for o contato do aluno com diferentes gêneros discursivos (orais e escritos), mais fácil será assimilar as regularidades que determinam o uso da língua em diferentes esferas sociais".

2. OBJETIVOS

Desenvolver a linguagem como um conjunto de múltiplas variedades que se relacionam com a história dos diferentes grupos sociais por meio da oralidade, leitura, escrita e análise linguística.

- Proporcionar ao educando o aprendizado da língua padrão como essencial para sua comunicação.

3. CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Discurso enquanto prática social
POR SÉRIE/ANO – ENSINO FUNDAMENTAL

LEITURA	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**		**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
Tema do texto	x	x	x	x	Informações explícitas e implícitas	x	x	x	x
Interlocutor	x	x	x	x	Discurso direto e indireto	x	x	x	x
Finalidade do texto	x	x	x	x	Repetição proposital das palavras		x		
Intencionalidade do texto	x	x	x	x	léxico	x	x		
Argumentos do texto	x	x	x	x	Ambiguidade		x	x	x
Contexto de produção		x	x	x	Partículas conectivas do texto	x	x	x	x
Intertextualidade		x	x	x	Progressão referencial no texto				x
Vozes sociais presentes no texto			x	x	Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.	x	x	x	x
Elementos composicionais do gênero	x	x	x	x	Semântica: operadores argumentativos; ambiguidade; sentido figurado; polissemia; expressões que denotam ironia e humor no texto	x	x	x	x
Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto	x	x	x	x					
ESCRITA	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**		**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
Contexto de produção	x	x	x	x	Processo de formação de palavras	x	x	x	x
Conteúdo temático	x	x	x	x	Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto	x	x	x	x
Interlocutor	x	x	x	x	Acentuação gráfica	x	x	x	x
Intencionalidade do texto	x	x	x	x	Ortografia	x	x	x	x
Finalidade do texto	x	x	x	x	Concordância verbal/nominal	x	x	x	x

Informatividade	x		x	x	Semântica: operadores argumentativos; ambiguidade; sentido figurado; expressões que denotam ironia e humor no texto	x	x	x	x
Intertextualidade	x	x	x	x	Papel sintático e estilístico dos pronomes na organização, retomadas e sequenciação do texto	x	x	x	x
Argumentatividade	x	x	x	x	Partículas conectivas do texto		x	x	x
Discurso direto e indireto	x	x	x	x	Progressão referencial no texto	x	x		x
Elementos composicionais do gênero	x	x	x	x	Sintaxe de concordância	x	x	x	x
Vozes sociais presentes no texto			x	x	Sintaxe de regência		x	x	x
Divisão do texto em parágrafos	x	x			Vícios de linguagem	x	x	x	x
Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.	x	x	x	x	Semântica: operadores; modalizadores; polissemia			x	x
ORALIDADE	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**		**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
Tema do texto	x	x	x	x	Variações linguísticas	x	x	x	x
Finalidade	x	x	x	x	Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos	x	x	x	x
Argumentos	x	x	x	x	Elementos semânticos		x	x	x
Papel do locutor e interlocutor	x	x	x	x	Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc)		x	x	x
Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas,	x	x	x	x	Diferentes semelhanças entre o discurso oral e o escrito			x	x
Adequação do discurso ao gênero	x	x	x	x	Semântica				x
Turnos de fala	x	x	x	x					

3.1 CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Discurso enquanto prática social

CONTEÚDOS BÁSICOS POR SÉRIE/ANO: ENSINO MÉDIO/NORMAL/PROFISSIONAL

LEITURA	**1ª EM**	**2ª EM**	**3ª EM**	**1º AD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
Conteúdo temático	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Interlocutor	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x
Finalidade do texto	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Intencionalidade	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x
Argumentos do texto	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Contexto de produção	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Intertextualidade	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Vozes sociais presentes no texto	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Contexto de produção da obra literária	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Elementos composicionais do gênero	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Discurso ideológico presente no texto	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Partículas conectivas do texto	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Progressão referencial	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Semântica: operadores argumentativos; modalizadores; figuras de linguagem	x	x	x	x	x	x	x	x	x		
ESCRITA	**1ª EM**	**2ª EM**	**3ª EM**	**1º AD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
Conteúdo temático	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x
Interlocutor	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x
Finalidade do texto	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Intencionalidade	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Informatividade	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Contexto de produção	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Intertextualidade	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Referência textual	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Vozes sociais presentes no texto	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Ideologia presente no texto	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Elementos composicionais do gênero	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Progressão referencial	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Semântica: operadores argumentativos; modalizadores, figuras de linguagem	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, conectores gráficos como aspas, travessão, negrito, etc.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Vícios de linguagem	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Sintaxe de concordância	x	x	x	x	x	x	x			x	x
Sintaxe de regência	x	x	x	x	x	x	x			x	x
ORALIDADE	**1ª EM**	**2ª EM**	**3ª EM**	**1º AD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
Conteúdo temático	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x
Finalidade	x	x		x	x	x	x	x	x	x	x
Intencionalidade	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Argumentos	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Papel do locutor e interlocutor	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Adequação do discurso ao gênero	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Turnos de fala	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Variações linguísticas: lexicais, semânticas, prosódicas, entre outras	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, Repetição	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Elementos semânticos	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc)	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

TABELA DE GÊNEROS CONFORME AS ESFERAS DE CIRCULAÇÃO

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação. Caberá ao professor fazer a seleção de gêneros, nas diferentes esferas, de acordo com o Projeto Político Pedagógico, com a Proposta Pedagógica Curricular, com o Plano Trabalho Docente, ou seja, em conformidade com as características da escola e com o nível de complexidade adequado a cada uma das séries.

COTIDIANA	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**	**1ª EM**	**2ª EM**	**3ª EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
Advinhas															
Álbum de família			x												
Anedotas			x	x					x						
Bilhetes			x		x	x	x	x	x	x	x	x			
Cantigas de roda										x	x				
Carta Pessoal			x	x	x			x				x			
Cartão												x			
Cartão postal			x									x			
Causos			x												
Comunicado				x	x								x		
Convites													x		
Curriculum Vitae													x		
Diário															
Exposição oral			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Fotos			x												
Músicas			x	x	x	x									
Parlendas															
Piadas			x												
Provérbios			x	x											
Quadrinhas			x	x	x	x		x	x						
Receitas			x	x	x	x									
Relatos de experiências vividas			x	x	x	x	x	x	x						
Trava-línguas															
Relatos			x	x	x	x	x	x	x	x	x				
LITERÁRIA/ARTÍSTICA	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**	**1ª EM**	**2ª EM**	**3ª EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
Autobiografia			x	x	x	x		x	x						
Biografias			x	x	x	x		x	x						
Contos			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Contos de fadas contemporâneos				x											
Crônicas de ficção			x	x	x	x	x	x	x			x	x	x	
Escultura			x		x										
Fábulas				x				x	x						
Fábulas contemporâneas			x	x											
Haicai															

Histórias em quadrinhos			x	x	x	x	x	x	x	x	x				
Lendas			x												
Literatura de cordel			x	x	x									x	
Memórias			x	x		x									
Letras de músicas			x	x	x	x	x								
Narrativas de aventura			x	x	x										
Narrativas de enigma			x		x										
Narrativas de ficção científica			x	x	x	x	x	x	x	x	x				
Narrativas de humor			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Narrativas de terror			x	x	x			x				x	x	x	x
Narrativas fantásticas			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Narrativas míticas			x									x	x	x	x
Paródias			x	x											
Pinturas															
Poemas			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Romances			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Tankas															
Textos dramáticos			x	x	x	x	x	x	x	x					
ESCOLAR															
Ata													x		
Cartazes												x	x	x	
Debate regrado			x	x	x	x									
Diálogo/discussão argumentativa			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Exposição oral			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Júri Simulado			x		x										
Mapas															
Palestra										x	x	x	x	x	x
Pesquisas			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Relato histórico					x										
Relatório			x	x				x	x	x	x				
Relatos de experiências científicas															
Resenha			x	x	x	x	x	x	x	x	x				
Resumo			x	x	x	x	x	x	x	x	x			x	
Seminário			x				x	x	x	x	x	x	x	x	x
Texto interpretativco-argumentativo			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Texto de opinião				x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	
Verbetes de enciclopédia			x	x	x	x						x			
IMPRENSA	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**	**1ª EM**	**2ª EM**	**3ª EM**	**1º AD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
Agenda cultural															
Anúncio de emprego															

Artigo de opinião			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
Caricatura															
Carta ao leitor				x		x	x	x	x	x	x	x			
Cartum			x												
Charge			x	x		x	x	x	x	x	x				
Classificados			x	x										x	
Crônica jornalística			x		x	x	x	x	x	x			x	x	
Editorial					x	x	x	x	x	x			x		
Entrevista (oral e escrita)			x		x		x	x	x	x	x			x	x
Fotos			x												
Horóscopo															
Infográfico			x		x	x	x	x	x	x					
Manchete			x		x	x									
Mapas															
Mesa redonda			x		x		x								x
Notícia			x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x
Reportagens			x	x	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x
Resenha crítica			x		x	x		x	x	x	x				x
Sinopses de filmes					x			x	x	x	x	x	x	x	x
Tiras			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x			
PUBLICITÁRIA	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**	**1ª EM**	**2ª EM**	**3ª EM**	**1º AD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
Anúncio				x	x	x							x		
Caricatura															
Cartazes												x	x	x	x
Comercial para tv			x		x	x	x								
E-mail			x		x										
Folder			x												
Fotos															
Slogan						x	x								
Músicas			x	x	x	x	x								
Paródia				x											
Placas						x	x								
Publicidade comercial			x		x	x	x								
Publicidade institucional			x		x	x	x								
Publicidade oficial					x	x	x								
Texto político					x	x	x	x	x	x	x				
POLÍTICA	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**	**1ª EM**	**2ª EM**	**3ª EM**	**1º AD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
Abaixo-assinado															
Assembleia															
Carta de emprego													x		
Carta de réplica							x							x	x
Carta de solicitação							x						x	x	

Debate			x							x	x	x	x	x	x
Debate regrado					x		x								
Discurso político "de palanque"							x								
Fórum			x		x										
Manifesto							x								
Mesa redonda			x		x										
Panfleto							x								
JURÍDICA	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**	**1ª EM**	**2ª EM**	**3ª EM**	**1º AD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
Boletim de ocorrência					x										
Constituição Brasileira					x		x								
Contrato					x		x								
Declaração de direitos															
Depoimentos					x		x								
Discurso de acusação					x	x	x								
Discurso de defesa					x	x	x								
Estatutos							x								
Leis					x		x								
Ofício													x		
Procuração													x		
Regimentos														x	x
Regulamentos							x						x		
Requerimentos							x						x		
PRODUÇÃO E CONSUMO	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**	**1ª EM**	**2ª EM**	**3ª EM**	**1º AD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
Bulas			x	x	x	x		x	x	x	x				
Manual técnico			x		x	x	x	x	x	x	x				
Placas					x	x	x	x	x	x	x				
Regras de jogo			x		x			x	x	x	x				
Rótulos/Embalagens			x		x	x	x	x	x	x	x				
MIDIÁTICA	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**	**1ª EM**	**2ª EM**	**3ª EM**	**1º AD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
Blog					x			x	x	x	x				x
Chat															
Desenho animado															
E-mail			x		x							x	x	x	x
Entrevista			x		x		x	x	x	x	x				
Filmes			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Fotoblog															
Home page															
Reality show															
Talk show															
Telejornal			x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x

Telenovelas			x		x	x	x								
Torpedos															
Vídeo clip															
Vídeo conferência					x										

4. METODOLOGIA

A metodologia de ensino da língua materna deve pautar-se na concepção interacionista de linguagem, portanto, as práticas metodológicas não podem fugir de ações que venham ao encontro dessa concepção, visto que teoria emétodo para o ensino nessa perspectiva não podem ocorrer de forma isolada ou discordante.

A metodologia poderá sofrer variações de acordo com a receptividade da turma. Os métodos de trabalho previstos são aula expositiva, trabalho em equipe, trabalho individual, leitura individual, leitura dramatizada, vídeo, TV pendrive e novas tecnologias.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser contínua e ter clara a função formativa devendo refletir o desenvolvimento global do aluno. As atividades de avaliação serão vistas como uma oportunidade de reflexão sobre o processo próprio de ensino. As provas serão centradas na leitura de textos e na resolução de questões de compreensão e/ou breve atividade escrita (resumo, parágrafo, texto) alimentada pelo texto de referência, bem como análise linguística dos fatos da língua. A literatura será avaliada por meio de pequenas dissertações motivadas pelas discussões dos respectivos temas em sala.

Os alunos serão avaliados em forma de provas e trabalhos, cujos valores serão combinados com antecedência. Instrumento de avaliação: produção textual, avaliação de análise linguística, obras clássicas, interpretação de texto e trabalhos desenvolvidos extra e intra-sala.

Os valores objetivos estabelecidos em reunião pedagógica quanto à valoração das avaliações está em processo de discussão e será posteriormente regimentado.

6. REFERÊNCIAS

BRASIL.**Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da educação básica língua portuguesa.** Curitiba: SEED, 2008.

DISCIPLINA: MATEMÁTICA

1. APRESENTAÇÃO

Os conteúdos apresentados devem ser tomados como ponto de partida, por serem conhecimentos fundamentais para a série, não podem ser suprimidos nem reduzidos, porém o professor poderá acrescentar outros conteúdos básicos, de modo enriquecer o trabalho de sua disciplina naquilo que a constitui como conhecimento especializado e sistematizado.

Grandezas e Medidas ;Geometrias; Tratamento da informação e funções são conteúdos estruturantes da disciplina de matemática .

Fica evidente, pois a orientação de se pensar e de se organizar as situações de ensino-aprendizagem, privilegiando as chamadas intraconexões das diferentes áreas da Matemática e a interconexões com as demais áreas do conhecimento, um caminho possível desejável para o ensino da Matemática.

A Educação Matemática é uma área que engloba inúmeros saberes, em que apenas o conhecimento da Matemática e a experiência de magistério não são considerados suficientes para atuação profissional (FIORENTINI & LORENZATO, 2001), pois envolve o estudo dos fatores que influem, direta ou indiretamente, sobre os processos de ensino e de aprendizagem em Matemática(CARVALHO, 1991).

As relações entre o ensino, a aprendizagem e o conhecimento matemático envolvem o estudo de processos que investigam como o estudante compreende e se apropria da própria matemática ”concebida como um conjunto de resultados, métodos, procedimentos, algoritmos etc,”

A efetivação desta proposta requer um professor interessado em desenvolver-se intelectual e profissionalmente e em refletir sobre sua prática para tornar-se um educador matemático e um pesquisador em contínua formação.

2. OBJETIVOS

- Compreender os fundamentos da Matemática e instrumentalizar os alunos a construir e desenvolver a capacidade de raciocínio lógico aplicados no Contexto social onde está inserido para o desenvolvimento de processos de pensamento, aquisição de atitudes, resolução de problemas, formação de visão cientifica do mundo real e relação das etapas da história da Matemática com a evolução da humanidade.
- Capacitar o aluno a buscar e a trabalhar informações e recursos matemáticos lógicos de maneira seletiva e crítica dando definições, demonstrações, encadeamentos conceituais, que servem para construir novos conceitos e estruturas para validar intuições e dar sentido às técnicas.
- Valorizar o raciocínio lógico matemático como capital intelectual capaz de solucionar problemas e melhorar a qualidade de vida.
- Levar o aluno a ter confiança nos conhecimentos adquiridos para investigação, análise e enfrentamento de novas situações-problema, utilizando adequadamente os conceitos matemáticos.

3. CONTEÚDOS ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIE/ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
NÚMEROS E ÁLGEBRA	- Sistemas de numeração;	x			
	- Números Naturais;	x			
	- Múltiplos e divisores;	x			
	- Potenciação e radiciação;	x			
	- Números fracionários;	x			
	- Números decimais.	x			
	- Números Inteiros;		x		
	- Números racionais;		x		
	- Equação e Inequação do 1º grau		x		
	- Razão e proporção;		x		
	- Regra de três simples.		x		
	- Números Racionais e Irracionais;			x	
	- Sistemas de Equações do 1º grau			x	
	- Potências;			x	
	- Monômios e Polinômios;			x	
	- Produtos Notáveis.			x	
	- Números Reais;				x
	- Propriedade dos radicais;				x
	- Equação do 2º grau;				x
	- Teorema de Pitágoras;				x
	- Equações Irracionais;				x
	- Equações Biquadradas;				x
	- Regra de Três Composta				x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
GRANDEZAS E MEDIDAS	- Medidas de comprimentos;	x		x	
	- Medidas de massa;	x			
	- Medidas de área;	x		x	
	- Medidas de volume;	x		x	
	- Medidas de tempo;	x			
	- Medidas de ângulo;	x	x	x	
	- Sistema monetário.	x			
	- Medidas de ângulos		x		
	- Relações Métricas no Triângulo Retângulo;				x
	- Trigonometria no Triângulo Retângulo.				x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
FUNÇÕES	- Noção intuitiva de Função Afim;				x
	- Noção intuitiva de Função Quadrática				x
CONTEÚDOS	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**

ESTRUTURANTES					
GEOMETRIAS	- Geometria Plana;	x	x	x	x
	- Geometria Espacial.	x	x	x	x
	- Geometrias não-euclidianas		x	x	x
	- Geometria Analítica			x	x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**6º**	**7º**	**8º**	**9º**
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	- Dados, tabelas e gráficos;	x			
	- Porcentagem	x			
	- Pesquisa Estatítica;		x		
	- Média Aritmética;		x		
	- Moda e mediana;		x		
	- Juros simples.		x		
	- Gráfico e Informação;			x	
	- População e amostra;			x	
	- Noções de Análise Combinatória;				x
	- Noções de Probabilidade;				x
	- Estatística;				x
	- Juros Compostos.				x

3.1. CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO: ENSINO MÉDIO/NORMAL/PROFISSIONAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
NÚMEROS E ÁLGEBRA	- Números Reais;	x			x				x			
	- Números Complexos;			x				x				x
	- Sistemas lineares;		x			x				x		
	- Matrizes e Determinantes;		x			x				x		
	- Polinômios;			x			x					x
	- Equações e Inequações Exponenciais, Logarítmicas e Moduilares.	x			x				x			
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
GRANDEZAS E MEDIDAS	- Medidas de Área;	x						x				x
	- Medidas de Volume;	x						x				x
	- Medidas de Grandezas Vetoriais;	x						x				x
	- Medidas de Informática;	x			x				x			
	- Medidas de Energia;	x			x				x			
	- Trigonometria.		x				x				x	
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
FUNÇÕES	- Funções Afim;	x			x				x			
	- Função Quadrática;	x			x				x			

	- Função Polinomial;	x			x				x			
	- Função Exponencial;	x			x				x			
	- Função Logarítimica;	x			x				x			
	- Função Modular;	x			x				x			
	- Progressão Aritmética;	x			x					x		
	- Progressão Geométrica.	x			x					x		
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
GEOMETRIAS	- Geometria Plana;	x					x	x			x	x
	- Geometria Espacial;			x				x		x		x
	- Geometria Analítica;			x			x				x	
	- Geometrias não-euclidianas.							x				x
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	- Análise Combinatória;		x				x				x	
	- Binômio de Newton;		x				x				x	
	- Estudo das Probabilidades;		x				x				x	
	- Estatística;		x				x				x	
	- Matemática financeira		x				x				x	

4. METODOLOGIA

Possibilitar aos alunos análises, discussões, conjecturas, apropriação de conceitos e formulação de idéias. Aprende-se Matemática não somente por sua beleza ou pela consistência de suas teorias, mas, para que, a partir dela, o homem amplie seu conhecimento e, por conseguinte, contribua para o desenvolvimento da sociedade.

Cabe ao professor a sistematização dos conteúdos matemáticos que emergem das aplicações, superando uma perspectiva utilitarista, sem perder o caráter científico da disciplina e de seu conteúdo. Ir além do senso comum pressupõe conhecer a teoria científica, cujo papel é oferecer condições para apropriação dos aspectos que vão além daqueles observados pela aparência da realidade (RAMOS,2004).

As tendências metodológicas que compõem o campo de estudo da educação matemática, as quais têm grau de importância similar entre si e completam-se umas às outras, são:

- Resolução de problemas – trata-se de uma metodologia pela qual o estudante tem a oportunidade de aplicar conhecimentos matemáticos adquiridos em novas situações, de modo a resolver a questão proposta (DANTE, 2003).
- As etapas da resolução de problemas são: compreender o problema; destacar informações, dados importantes do problema para sua resolução; elaborar um plano de resolução; executar o plano; conferir resultados; estabelecer nova estratégia; se necessário, até chegar a uma solução aceitável (POLYA, 2006).
- Etnomatemática – o papel da etnomatemáttica é reconhecer e registrar questões de relevancia social que produzem o conhecimento matemático. Leva em conta que

não existe um único, mas vários e distintos conhecimentos, e todos são importantes. As manifestações matemáticas são percebidas por meio de diferentes teorias e práticas, das mais diversas áreas que emergem dos ambientes culturais.
- Modelagem matemática tem como pressuposto a problematização de situações do cotidiano. Ao mesmo tempo em que propõe a valorização do aluno no contexto social, procura levantar problemas que sugerem questionamentos sobre situações de vida. O trabalho pedagógico com a modelagem matemática possibilita a intervensãop do estudante nos problemas reais do meio social e cultural em que vive, por isso, contribui para a sua formação crítica.
- Mídias tecnológicas – o uso de mídias tem suscitado novas questões, sejam elas em relação ao currículo, à experimentação matemática, às possibilidades do surgimento de novos conceitos e de novas teorias matemáticas (BORBA, 1999).

Os recursos tecnológicos como software, a televisão, as calculadoras, os aplicativos da internet, entre outros, têm favorecido as experimentações matemáticas e potencializado forma de resolução de problemas.
O trabalho com as mídias tecnológicas insere diversas formas de ensinar e aprender e valoriza o processo de produção de conhecimentos.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação deve acontecer ao longo do processo ensino-aprendizagem, ancorada em encaminhamentos metodológicos que abram espaço para a interpretação, e discussão, que considerem a relação do aluno com o conteúdo trabalhado, o significado desse conteúdo e a compreensão alcançada por ele.

No processo avaliativo, é necessário que o professor faça uso da observação sistemática par Diagnosticar as dificuldades dos alunos e criar oportunidades diversificadas para que possam expressar seu conhecimento. Tais oportunidades devem incluir manifestações escritas, orais e de demonstração, inclusive por meio de ferramentas e equipamentos, tais como materiais manipuláveis, computador, TV pendrive e calculadora.Essas práticas devem possibilitar ao professor verificar se o aluno:
- Comunica-se matematicamente, oral ou por escrito(BURIASCO, 2004);
- Compreende, por meio da leitura, o problema matemático;
- Elabora um plano que possibilite a solução do problema;
- Elaborar conjecturas, fazer afirmações sobre elas e testá-las;
- Perseverar na busca de soluções, mesmo diante de dificuldades;
-Sistematizar o conhecimento construído a partir da solução encontrada, generalizando, abstraindo e desvinculando-o de todas as condições particulares;
-Socializar os resultados obtidos, utilizando para isso, uma linguagem adequada.

A recuperação de estudos deve acontecer a partir de uma lógica simples: os conteúdos selecionados para o ensino são importantes para a formação do aluno, então é preciso investir em todas as estratégias e recursos possíveis para que o aluno aprenda. A recuperação é justamente isso: o esforço de retomar de volta o conteúdo , de modificar os encaminhamentos metodológicos para assegurar a possibilidade de aprendizagem. Nesse sentido, a recuperação da nota é simples decorrência da recuperação de conteúdos.

6. REFERÊNCIAS

ALENCAR FILHO, Edgard de. **Iniciação à lógica matemática**. São Paulo: Nobel, 2002.

BRASIL.**Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004.

CASTRUCI, G; JR,G. **A conquista da Matemática**. São Paulo: FTD, 2007.

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática**. São Paulo: Ática, 2003.

DANTE, Luis Roberto – **Didática da resolução de problemas**. São Paulo, Ática, 1998.

DINIZ, Maria Ignez de Souza Vieira; SMOLE, Kátia Cristina Stoco. **O conceito de Ângulo de Geometria.** São Paulo: IME - USP, 199**3.**

IMENES, Luiz Márcio; JAKUBOVIC, José; LELIS Marcelo. **Matemática**. São Paulo: Scipione, 2003.

LONGEN. Adilson. **Matemática em Movimento.** Editora do Brasil, 2005.

PARANÁ.Currículo Básico para a Escola Pública do Paraná. Curitiba: SEED, 1990.

_____. **Diretrizes curriculares da educação básica matemática**. Curitiba: SEED, 2008.

DISCIPLINA: QUÍMICA

1. APRESENTAÇÃO

A disciplina de Química tem como objeto de estudo as substâncias e os materiais, com suas composições, propriedades e transformações. O estudo conceitual dos fenômenos químicos realizado através da presença desses materiais no âmbito da natureza, sociedade e tecnologia oferece significado aos conceitos científicos nos mais variados contextos.

Além da contribuição para o desenvolvimento tecnológico da sociedade, a Química também é caracterizada pelas suas relações histórica e política, tornando-se um instrumento de formação humana, e é fundamentada por amplas questões concernentes ao ensino da filosofia da Ciência.

Os conteúdos estudados pela disciplina são norteados pelos conteúdos estruturantes: Matéria e sua Natureza, Biogeoquímica e Química Sintética. A relação entre esses conteúdos se estabelece de modo a ampliar os horizontes culturais dos alunos e fornecer subsídios para a interpretação dos fatos e da realidade científica ao qual estão inseridos

2. OBJETIVOS

Conhecer os aspectos macroscópicos dos materiais e perceber o que ocorre no interior da substância, ou seja, o comportamento microscópico.

Relacionar os acontecimentos históricos e políticos com o desenvolvimento da Química no decorrer do tempo.

Reconhecer a Química como uma ciência não acabada e passível de reconstruções e avanços na aprendizagem de conceitos científicos

Detectar as interações existentes entre hidrosfera, atmosfera e litosfera para a exploração do conhecimento de funções químicas

Identificar e relacionar os conhecimentos da Química Sintética através de conteúdos extraídos das diversas fontes de pesquisa atuais

3. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS POR SÉRIE/ANO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
	MATÉRIA											
MATÉRIA E SUA NATUREZA	- Constituição da matéria;											
	- Estados de agregação;											
	- Natureza elétrica da matéria;	x	x				x		x			
	- Modelos atômicos(Rutherford, Thonson,Dalton, Bohr...).	x					x		x			
	- Estudo dos metais.	x		x			x		x			
	- Tabela Periódica.	x					x		x			
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1ª EM	2ª EM	3ª EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD

	SOLUÇÃO											
	- Substância: simples e composta;	x					x		x			
	- Misturas;	x					x		x			
	- Métodos de separação;	x					x		x			
	- Solubilidade;		x									
	- Concentração;		x							x		
	- Forças intermoleculares;	x										
	- Temperatura e pressão;											
	- Tabela Periódica	x							x			
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1ª EM**	**2ª EM**	**3ª EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
	VELOCIDADE DAS REAÇÕES											
	- Reações químicas;	x							x			
	- Lei das reações químicas;	x										
BIOGEOQUÍMICA	- Condições fundamentais para ocorrências das reações químicas(natureza dos reagentes, teoria de colisão)		x									
	- Fatores que interferem na velocidade das reações (superfície de contato, temperatura, catalisador, concerntração dos reagentes, inibidores);		x									
QUÍMICA SINTÉTICA	- Lei da velocidade das reações químicas;		x									
	- Tabela Periódica	x										
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1ª EM**	**2ª EM**	**3ª EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
	EQUILÍBRIO QUÍMICO											
	- Reações químicas reversíveis;		x									
	- Concentração;		x									
	- Relações matemáticas e o equilíbrio químico (constante de equilíbrio);		x									
	- Deslocamento de equilíbrio (princípio de Le Chatelier): concentração, pressão, temperatura e efeito dos catalizadores;		x									
	- Equilíbrio químico em meio aquoso (pH, constante de ionização, Ks).		x									
	- Tabela Periódica.	x										
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1ª EM**	**2ª EM**	**3ª EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
	LIGAÇÃO QUÍMICA											
	- Tabela Periódica;	x					x		x			
	- Propriedade dos materiais;	x					x		x			
	- Tipos de ligações químicas em relação às propriedades dos materiais;	x					x		x			

	- Solubilidade e as ligações químicas;		x									
	- Interações intermoleculares e as propriedades das substâncias moleculares;	x										
	- Ligações de Hidrogênio;	x										
	- Ligação metálica (eletrons semi-livres)	x					x		x			
	- Ligações sigma e pi;			x								
	- Ligações polares e apolares;	x					x		x			
	- Alotropia;	x					x		x			
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1ª EM**	**2ª EM**	**3ª EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
	REAÇÕES QUÍMICAS											
	- Reações e Oxi-redução			x				x		x		
	- Reações exotérmicas e endotérmicas;		x									
MATÉRIA E SUA NATUREZA	- Diagrama das reações exotérmicas e endotérmicas;		x									
	- Variação de entalpia;		x									
	- Calorias;		x									
	- Equações termoquímicas;		x									
	- Princípios da termodinâmica;		x									
	- Lei de Hess;		x									
	- Entropia e energia livre;											
	- Calorimetria;											
	- Tabela Periódica	x										
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1ª EM**	**2ª EM**	**3ª EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
BIOGEOQUÍMICA	**RADIOATIVIDADE**											
	- Modelos Atômicos (Rutherford);	x							x			
	- Elementos químicos (radioativos);	x		x			x		x			
	- Tabela Periódica;	x					x		x			
	- Reações químicas;	x						x		x		
	- Velocidades das reações;		x									
	- Emissões radioativas;			x								
	- Leis da radioatividade;			x								
	- Cinética das reações químicas;		x							x		
	- Fenômenos radioativos (fusão e fissão nuclear);			x								
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1ª EM**	**2ª EM**	**3ª EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
QUÍMICA SINTÉTICA	**GASES**											
	- Estados físicos da matéria;	x					x		x			

	- Tabela Periódica;	x					x		x			
	- Propriedade dos gases (densidade/difusão e efusão, pressãox temperatura, pressão x volume e temperatura x volume);											
	- Modelo de partículas para os materiais gasosos;											
	- Misturas gasosas;											
	- Diferença entre gas e vapos;											
	- Leis dos gases											
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1ª EM**	**2ª EM**	**3ª EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
	FUNÇÕES QUÍMICAS											
	- Funções Orgânicas,			x				x		x		
	- Funções Inorgânicas;		x					x		x		
	- Tabela periódica	x						x		x		

4. METODOLOGIA

É importante que o processo pedagógico parta do conhecimento prévio dos estudantes, no qual incluem as ideias pré concebidas sobre o conhecimento da Química, ou as concepções espontâneas, a partir das quais será elaborado um conceito científico.

A concepção espontânea sobre os conceitos que o estudante adquire no seu dia a dia, na interação com os diversos objetos no seu espaço de convivência, faz-se presente no início do processo de ensino aprendizagem. Por sua vez, a concepção científica envolve um saber socialmente construído e sistematizado, que requer metodologias específicas para ser disseminado no ambiente escolar. A escola é, por excelência o lugar onde se lida com o conhecimento científico historicamente produzido.

Quando os estudantes chegam à escola, não estão desprovidos de conhecimento. Uma sala de aula reúne pessoas com diferentes costumes, tradições, preconceitos e ideias que dependem também dessa origem. Isso torna impossível a adoção de um único encaminhamento metodológico para todos os alunos.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação deve ser concebida de forma processual e formativa, sob os condicionantes do diagnóstico e da continuidade. Esse processo ocorre em interações recíprocas, no dia a dia, no transcorrer da própria aula e não apenas de modo pontual, portanto, está sujeita a alterações no seu desenvolvimento.

A avaliação formativa e processual, como resposta às históricas relações pedagógicas de poder, passa a ter prioridade no processo educativo. Esse tipo de avaliação leva em conta conhecimento prévio do aluno e valoriza o processo de construção e reconstrução de conceitos além de orientar e facilitar a aprendizagem. A avaliação tem finalidade em si, mas deve subsidiar e mesmo redirecionar o curso

da ação do professor, em busca de assegurar a qualidade do processo educacional no coletivo da escola.

Em química, o principal critério de avaliação é a formação de conceitos científicos. Ao invés de avaliar apenas por meio de provas, o professor deve usar instrumentos que possibilitem várias formas de expressão dos alunos, como: leitura e interpretação de textos, produção de textos, leitura e interpretação da Tabela Periódica, pesquisas bibliográficas, relatórios de aula em laboratório, apresentação de seminários e outras. Estes instrumentos devem ser selecionados de acordo com cada conteúdo e objetivo de ensino.

6. REFERÊNCIAS

CANTO, Tito. **Química na abordagem do cotidiano**. Volume Único. São Paulo: Ed. Moderna

SARDELLA, Antonio. **Química**. Volume Único. São Paulo: Ed. Ática

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação básica química**. Curitiba: SEED, 2009.

DISCIPLINA: SOCIOLOGIA

1. APRESENTAÇÃO

Em meados do século XIX, muitos pensadores e cientistas investigaram a necessidade da institucionalização de uma ciência voltada aos estudos, investigações e observações dos homens em suas interações sociais, ou seja, como o indivíduo atua no meio onde vive. Para tanto, é fundamental o esclarecimento de conceitos específicos que revelam a importância de uma ciência que não apresente semelhanças com outras, como a Psicologia, a Economia, a Física, etc. Enfim, o caráter cientifica se dá com a definição de um objeto de estudo e dos métodos utilizados para explicar sua relevância.

A Sociologia foi criada por apresentar especificidades até então incabíveis as análises já existentes, pois definia fenômenos, fatos, acontecimentos sociais que abrangiam sujeitos, e não mais o individuo da Psicologia, num contexto histórico específico - o das transformações ocorridas no mundo do trabalho, oriundas da Revolução Industrial.

Antes mesmo da ciência, que estudaria fenômenos na sociedade, ganharam nome, August Comte (1798-1857) se referiu a uma física social, devido a possibilidade de observação e experimentação. A posterior sociologia se aproximava, então, das ciências naturais. Isto porque, para Comte, ela se encontrava no estágio positivo da evolução do pensamento, que passara pelo teológico e metafísico. A preocupação dos estudos se voltava a problemas, crises na sociedade, e foi Durkheim (1858-1917) quem apresentou um estudo voltado à observação e a análise de um fato social, iconizado no problema do suicídio. Daí, todo um corpo de conceitos vai moldar o que veio a se chamar Positivismo, com o objetivo de remediar anomias sociais.

Tanto Comte quanto Durkheim vão dar fundamental importância à educação como um mecanismo de adequação de indivíduos à sociedade. O marco acaba sendo representado por Durkheim, com seu ingresso na Universidade de Boudeaux, em 1887. No Brasil, em 1870 já era sugerida, por Rui Barbosa a introdução da Sociologia nos Currículos Oficiais, em substituição do Direito Natural, que trazia o pensamento dos jusnaturalistas dos séculos XVII e XVIII. Porém, somente em 1810 passou à obrigatoriedade no ensino secundário, quando houve a reforma de Benjamim Constant, primeira governo republicano.

Neste período, a sociologia se aproximava dos estudos sobre moral. Apartir de então, a disciplina passou a ocupar os currículos no ensino superior, e foi ministrada por advogados, médicos e militares, com o objetivo de transformar os homens e os seus interesses, para conservar os mesmos. Além da escola secundária, a sociologia passou a integrar o currículo da escola normal preparatória, entre 1925 e 1942, com a reforma Rocha Vaz e a atuação de Francisco Campos. Apesar dos avanços consideráveis no papel da sociologia no Brasil, em 1961 se iniciou um desmantelamento do seu papel, que se tornou optativa ou facultativa no ensino secundário. Com aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Base – LDB 4024. Isto porque passou a haver uma crescente preocupação com o caráter técnico com a profissionalização dos alunos.

Nos anos 70, com o período ditatorial, a sociologia foi banida e reprimida as mais variadas vertentes de investigações, sendo substituída, pela Educação Moral e Cívica, OSPB (Organização Social dos Problemas Brasileiros) e o ensino religioso com objetivos claros: moralizar e disciplinar. Somente na década de 1980, devidos a queda na demanda de técnicos para o trabalho em São Paulo, foi recomendado a inserção da sociologia, da filosofia e da psicologia. Iniciou-se então pesquisar voltada a elaboração de propostas curriculares para estas disciplinas.

Percebe-se que não é dada a sociologia tamanha importância quando os interesses econômicos e políticos se restringem ao tecnicismo. Daí, o caráter positivista como se a disciplina fosse auxiliar na cura dos problemas sociais. A Sociologia vai sendo utilizada conforme o interesse político e educacional. A LDB 9.394/96 determinou a obrigatoriedade da disciplina, porém, ela é interpretada com auxiliar interdisciplinar para as ciências humanas.

O Conselho Nacional de Educação aprovou com base na Lei 9.394/96, a inclusão da Filosofia e da Sociologia no ensino médio a partir de 2007 os Conselhos Estaduais de Educação deveriam regulamentar a oferta destas aulas. No dia 02 de junho de 2008 é aprovado a alteração do artigo 36 da Lei 9.394/96 para a Filosofia e Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do Ensino Médio.

2. OBJETIVOS

- Conhecer a autobiografia dos pensadores clássicos da sociologia; desde Jean Jacques Rousseau até o Emile Durkheim, Max Weber, Karl Marx e alguns brasileiros: Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Caio Prado Junior.
- Analisar problemas sociais ligados a revolução industrial: drogas, marginalidade, criminalidade, segurança pública, complexidade urbana, discriminação rural, prostituição, etc.
- Compreender a evolução histórica da ciência política, desde a sua organização na Antiguidade, Idade Média, Moderna e Contemporânea; assim como o surgimento da democracia na Grécia antiga e desenvolvimento das leis romanas, em passando pelo feudalismo, absolutismo, renascimento, dentro das concepções democráticas do Iluminismo e Revolução francesa.
- Refletir sobre as diferenças e semelhanças entre a cultura indígena, africana e asiática.

3. CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO: ENSINO MÉDIO/NORMAL/PROFISSIONAL

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	1º EM	2º EM	3º EM	1º FD	2º FD	3º FD	4º FD	1º AD	2º AD	3º AD	4º AD
1. O PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO E AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS	- Processo de Socialização				x				x			
	- Instituições sociais: Familiares, Escolares, Religiosas				x							
	- Instituições de Reinserção (prisões, manicômios, educandários, asilos, etc)											
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
2. CULTURA E	- Desenvolvimento antropológico do		x							x		

INDÚSTRIA CULTURAL	conceito de cultura e sua contribuição na análise das diferentes sociedades											
	- Diversidade cultural											
	- Identidade											
	- Indústria cultural		x							x		
	- Meios de comunicação de massa		x							x		
	- Sociedade de consumo		x							x		
	- Indústria cultural no Brasil		x							x		
	- Questões de Gênero											
	- Culturas afro brasileiras e africanas											
	- Culturas indígenas											
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
3. TRABALHO, PRODUÇÃO E CLASSES SOCIAIS	- O conceito de trabalho e o trabalho nas diferentes sociedades	x			x				x			
	- Desigualdades sociais, estamentos, castas, classes sociais	x			x				x			
	- Organização do trabalho nas sociedade capitalistas e suas contribuições											
	- Globalização e Neoliberalismo											
	- Relações de trabalho											
	- Trabalho no Brasil											
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
4. PODER, POLÍTICA E IDEOLOGIA	- Formação e desenvolvimento do Estado Moderno		x							x		
	- Democracia, autoritarismo, totalitarismo											
	- Estado no Brasil											
	- Conceitos de Poder											
	- Conceitos de Ideologia		x							x		
	- Conceitos de dominação e legitimidade		x							x		
	- As expressões da violência nas sociedade contemporâneas											
CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**	**1º EM**	**2º EM**	**3º EM**	**1º FD**	**2º FD**	**3º FD**	**4º FD**	**1º AD**	**2º AD**	**3º AD**	**4º AD**
5. DIREITOS, CIDADANIA E MOVIMENTOS SOCIAIS	- Direitos civis, político e sociais											
	- Direitos Humanos											
	- Estado no Brasil											
	- Conceitos de cidadania											
	- Movimentos sociais											
	- Movimentos sociais no Brasil											
	- A questão ambiental e os movimentos											

	ambientalistas											
	- A questão das ONG's											

4. METODOLOGIA

O ensino da Sociologia prioriza uma análise didática crítica dos problemas sociais, visto que a dinâmica da sociedade do conhecimento científico que os acompanha é provisória.

No ensino de Sociologia, é fundamental adoção de múltiplos instrumentos metodológicos, os quais devem adequar-se aos objetivos pretendidos, seja a exposição, a leitura e esclarecimento do significado dos conceitos e da lógica dos textos (teóricos, temáticos,literários), a análise, a discussão,a pesquisa de campo bibliografia ou outros.

O importante é que se tenha uma posição critica frente à realidade, de modo que a analise e a flexão dos assuntos desenvolvidos possam convergir para desconstrução de pré-noçõese preconceitos que quase dificultam o desenvolvimento da autonomia intelectual e ações políticas construtivas. Alem de extrair e caracterizar as relações sociais abrangente, consciente frente às necessidades sociais.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação é um processo. Assim, na Sociologia,é preciso atentar para os seguintes aspectos. A apreensão de alguns conceitos básicos, articulados com a prática social, a capacidade de argumentação teórica, a clareza e a coerência na exposição das ideias, no texto escrito. Também a mudança na forma de olhar os problemas sociais, a iniciativa e a autonomia para tomar atitudes diferenciadas e criativas, para reverter práticas de acomodação e sair do senso comum.

6. REFERÊNCIAS

PARANÁ. **Diretrizes curriculares da educação básica sociologia**. Curitiba: SEED**,** 2008.

DISCIPLINA: LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA- INGLÊS

1. APRESENTAÇÃO

O cenário do ensino de Línguas Estrangeiras no Brasil e a estrutura do currículo escolar sofreram constantes mudanças em decorrência da organização social no decorrer da história. Para definir as Diretrizes Curriculares para o ensino de Língua Estrangeira na Rede Pública Estadual, será abordada a seguir a dimensão histórica desse componente curricular. Desde o início da colonização do território que hoje corresponde ao litoral brasileiro, houve a preocupação do Estado português em promover a educação, a fim de facilitar o processo de dominação e expandir o catolicismo. Naquele contexto, coube aos jesuítas a responsabilidade de evangelizar e de ensinar o latim aos povos que habitavam o território, como exemplo de língua culta.

Assim, em 1759, o ministro Marques de Pombal instituiu o sistema de ensino régio no Brasil, por meio do qual cabia ao Estado a responsabilidade de contratar professores não religiosos. As línguas que continuaram a integrar o currículo eram o grego e o Latim, línguas clássicas consideradas de suma importância para o desenvolvimento do pensamento e da literatura. Por meio dessas línguas, ensinavam-se o vernáculo, a História e a Geografia.

O ensino de línguas modernas começou a ser valorizado somente depois da chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808. e, em 1937, ocorreu a fundação do Colégio Pedro II, primeiro em nível secundário no Brasil. O currículo do colégio se inspirava nos moldes franceses e, em seu programa, constavam sete anos de francês, cinco de inglês e três de alemão, esta última criada no ano de 1840.

A abordagem Tradicional de raízes européias, adotada desde a educação jesuítas, com o ensino dos idiomas clássicos – grego e latim – prevaleceu no ensino das línguas modernas. Nessa abordagem, a língua era concebida como um conjunto de regras e privilegiava a escrita, sob o pressuposto de que o aluno, ao estudar a gramática, teria melhor desempenho tanto na fala quanto na escrita.

Para efetivar os propósitos nacionalistas, em 1917, o governo federal decidiu fechar as escolas estrangeiras, ou de imigrantes, que funcionavam, sobretudo no sul do Brasil, e criou, a partir de 1918, as escolas primárias subvencionadas com recursos federais, sob a responsabilidade dos Estados.

No final do século XIX e início do século XX, o Método Direto, surgiu na Europa em contraposição ao Tradicional, de modo a atender aos novos anseios sociais impulsionados pela necessidade do ensino das habilidades orais, não contempladas no método anterior.

Na década de 1940, professores universitários, militares, cientistas, artistas, imbuídos por missões norte-americanas, vieram para o Brasil e, com eles, a produção cultural daquele país. Assim, falar inglês passou a ser um anseio das populações urbanas, de modo que o ensino dessa língua ganhou cada vez mais espaço no currículo, em lugar do ensino francês.

Na década de 1970, em oposição ao modelo inatista de aquisição de linguagem, Piaget desenvolveu a abordagem cognitiva e construtivista, na qual a aquisição da língua é entendida como resultado de interação entre o organismo e o

ambiente, em assimilações e acomodações responsáveis pelo desenvolvimento da inteligência.

Após a tomada do governo brasileiro pelos militares, a LDB/61 foi reformada, em 1971, pela LDB nº 5692/71. A partir de então, a finalidade do Ensino de Segundo Grau passou a centrar-se na habilitação profissional. Por conseqüência dessa ênfase, a legislação desobrigava a inclusão de línguas estrangeiras nos currículos de 1º e 2º graus, assim denominado em substituição ao antigo curso secundário: ginasial e colegial.

Em 1976, o ensino de Língua Estrangeira voltou a ser valorizado, quando a disciplina se tornou novamente obrigatória, somente no 2º. Grau. Entretanto, não perdeu o caráter de recomendação para o 1º. Grau, se a escola tivesse condições de oferecê-la. Isso fez muitas escolas suprimirem a língua estrangeira no 2º. Grau, ou reduzirem seu ensino para uma hora semanal, por apenas um ano, com um único idioma.

A partir da década de 70, surgiu, na Europa, a Abordagem Comunicativa como método de ensino. Nessa abordagem, o professor deixa de ser o centro do ensino e passa à condição de mediador do processo pedagógico. Do aluno é esperado que ele desempenhe o papel de sujeito de sua aprendizagem e agente da língua estudada. De acordo com essa concepção, as atividades pedagógicas devem priorizar a comunicação por meio de jogos, dramatizações, etc. O erro integra o processo de ensino e aprendizagem, entendido como um estágio provisório de interlíngua por meio do qual os alunos podem testar as possibilidades de uso da língua.

Assim, embora a Abordagem Comunicativa tenha se apresentado como reação à visão estruturalista da língua, concentrando-se nos aspectos semânticos e não no código lingüístico ela começou a ser criticada por intelectuais adeptos à pedagogia crítica (Paulo Freire) com a análise de discurso, sobretudo a da escola francesa, após a sua primeira década de vigência.

Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no. 9.394, determinou a oferta obrigatória de pelo menos uma língua estrangeira moderna no Ensino Fundamental a partir da quinta série, cuja escolha do idioma foi atribuída à comunidade escolar, conforme suas possibilidades de atendimento. Para o Ensino Médio, a lei determina ainda que seja incluída uma língua estrangeira moderna como disciplina obrigatória, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

Em 1999, o MEC publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Estrangeira para o Ensino Médio, cuja ênfase está no ensino da comunicação oral e escrita para atender às demandas relativas à formação pessoal, acadêmica e profissional. Ao contextualizar o ensino da língua estrangeira, se entende que é preciso problematizar as questões que envolvem o ensino da disciplina, de modo à desnaturalizar os aspectos que o têm marcado, sejam eles políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais.

Partindo do princípio de que a Língua Estrangeira Moderna é uma construção histórica e cultural em constante transformação, é imprescindível que a escola possibilite ao aluno conhecer outras culturas para identificar e respeitar a sua própria, levando-o a construir significados como objeto de transformação no mundo

no qual está inserido. Nesse raciocínio, aulas de Língua Estrangeira configuram espaços, nos quais identidades são construídas conforme as interações entre professores e alunos e pelas representações e visões de mundo que se revelam no dia-a-dia. Objetiva-se que os alunos analisem as questões da nova ordem global, suas implicações e que desenvolvam uma consciência crítica a respeito das línguas na sociedade

2. OBJETIVOS

- Apresentar a Língua como um espaço de construções discursivas de produção, de sentido indissociável dos contextos em que ela adquire sua materialidade, inseparável das comunidades interpretativas que a constroem e são construídas por ela;
- Desenvolver a aprendizagem dos conteúdos de forma que estes ampliem as possibilidades de ver o mundo, de avaliar a realidade existente e novas maneiras de construir sentidos do e no mundo;
- Desenvolver uma consciência do papel das línguas na sociedade, o reconhecimento da diversidade cultural e o processo de construção de identidades transformadoras;
- Desenvolver uma consciência sobre o que seja a potencialidade desse conhecimento na interação humana, de maneira a alargar horizontes e expandir sua capacidade interpretativa e cognitiva, devendo-se considerar que o aluno traz para a escola determinadas leituras de mundo que constituem sua cultura e, como tal, devem ser respeitadas.

3. CONTEÚDOS BÁSICOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

LEITURA	ESCRITA	ORALIDADE
1. Tema do texto; 2. Interlocutor; 3. Finalidade; 4. Aceitabilidade do texto; 5. Informatividade; 6. Elementos composicionais do gênero; 7. Repetição proposital de palavras; 8. Marcas lingüísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto; pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem; 9. Informações explícitas; 10. Discurso direto/indireto; 11. Vozes sociais presentes no texto; 12. Operadores argumentativos; 13. Sentido conotativo/ denotativo; 14. Expressões que denotam ironia e humor no texto.	1. Tema do estudo; 2. Interlocutor; 3. Finalidade do Texto; 4. Informatividade; 5. Elementos composicionais do gênero; 6. Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto; 7. Ortografia; 8. Concordância verbal e nominal; 9. Vozes sociais presentes no texto; 10. Operadores argumentativos; 11. Significado das palavras	1. Tema do texto; 2. Finalidade; 3. Papel do locutor e interlocutor; 4. Adequação do discurso ao gênero; 5. Aceitabilidade do gênero; 6. Informatividade; 7. Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc); 8. Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e escrito.

3.1 CONTEÚDOS - POR SÉRIE/ANO - ENSINO FUNDAMENTAL

- Alfabeto
- Adjetivos possessivos
- Adjetivos descritivos
- Pronomes interrogativos
- Preposições
- Pronomes demonstrativos
- Horas
- Tempos verbais
- Plural de substantivos
- Artigos indefinidos

6º Ano/7º Ano - Ensino Fundamental

- There to be
- Quantificadores
- Pronomes interrogativos
- Verbos auxiliares
- Horas
- Adjetivos
- Presente Contínuo
- Advérbios de frequência
- Modo imperativo
- Verbos defectivos
- Preposições

8º Ano/9º Ano - Ensino Fundamental

- Futuro imediato
- Futuro simples
- Pronomes possessivos
- Grau dos adjetivos
- Pronomes interrogativos
- Quantificadores
- Passado interrogativo (did)
- Sufixos: d- ed – ied
- Passado simples e progressivo
- Profissões
- Adjetivos Possessivos
- Tempos verbais

8º Ano/9º Ano - Ensino Fundamental

- Verbos defectivos
- Tempos verbais
- Pronomes reflexivos
- Adjetivos
- Tempos condicionais
- Graus dos adjetivos
- Respostas curtas
- Pronomes relativos
- Advérbios de frequência

1º Ano - Ensino Médio

- Gêneros textuais (sinopses, biografia, filme, charge, receitas, músicas, opinião, informativo, carta, fábula, tecnologia e trabalho);
- Aspecto cultural (interdiscurso, influência de diferentes culturas, globalização, sociedade capitalista, inclusão, exclusão, multinacionais, hábitos alimentares, preservação, destruição do meio ambiente, aquecimento global, cultura indígena, sociedade X natureza)
- Leitura e compreensão de texto identificando os elementos composicionais do gênero.
- Aspectos Línguísticos: Presente simples e contínuo; Verbo to be; Passado de verbos; regulares e irregulares; Estrangeirismo; Caso possessivo; Advérbios de freqüência; Substantivos contáveis e incontáveis; Prefixo/sufixo; Conjunção; Futuro: Will/would.
- Produção de texto;
- Discussão
- Pesquisa

4. METODOLOGIA

O presente Projeto Político-Pedagógico no que se refere a Língua Estrangeira Moderna tem como princípio as teorias da pedagogia teórico-crítica seguindo a linha do sócio-interacionista de Bronkart que visa trabalhar o aluno como um todo, valorizando o conhecimento já adquirido dentro de seu contexto social. Esta teoria entrelaça-se a Pedagogia Histórico-Crítica, que fundamenta as diretrizes curriculares da SEED e os princípios deste PPP, com uma pedagogia comprometida com o conceito geral do desenvolvimento da realidade e propor-se a identificar as formas do saber objetivo produzido historicamente para que os alunos não apenas assimilem o saber, mas aprendam o processo de sua produção, bem como as tendências atuais para sua transformação, cabendo a nós, professores, buscar conhecimentos sobre essa teoria e adequá-las à realidade do aluno em sala de aula, visando a melhor qualidade no processo de ensino-aprendizagem.

Para isso, é importante que o aluno conheça textos de vários gêneros, tais como, publicitários, jornalísticos, literários, informativos, a sua autoria, o político a que se destina e que aproveite o conhecimento já adquirido de experiências com a língua materna.

Segundo ANTUNES (2007) esclarece que “o texto não é forma prioritária de se usar a língua. É a única forma. A forma necessária. Não tem outro. A gramática é constitutiva do texto, e o texto é constitutivo da atividade da linguagem. Tudo o que nos deve interessar no estudo da língua culmina com a exploração das atividades discursivas” (p. 130).

Ainda cabe ao professor criar condições para que o aluno não seja um leitor ingênuo, mas que seja crítico e reaja aos diversos textos com que se depare, entenda que por trás deles há um sujeito, uma história, uma ideologia e valores particulares próprios da comunidade em que está inserido.

No que diz respeito ao aluno em relação à leitura, para que esta, em língua estrangeira, se transforme realmente em uma situação de interação, é fundamental que o aluno seja subsidiado com conhecimentos lingüísticos, culturais e discursivos.

As estratégias específicas da oralidade têm como objetivo expor os alunos a textos orais, procurando compreendê-los em suas especificidades e incentivar os alunos a expressarem suas idéias em língua estrangeira segundo suas limitações.

Com relação à escrita, ela deve ser vista como uma atividade significativa onde o aluno possa desenvolver sua identidade e se constituir como sujeito crítico. Ao propor uma tarefa escrita, é essencial que o professor lhe proporcione elementos para que consiga expressar-se, em discursos sócio-pragmáticos e culturais.

5. AVALIAÇÃO

É preciso considerar as diferentes naturezas das avaliações (diagnóstica, cumulativa e formativa) que se articulam com os objetivos específicos e conteúdos definidos, respeitando as diferenças individuais e escolares. Desse modo, espera-se que haja diversidade nos formatos das avaliações de modo a oferecer diferentes oportunidades, tais como, avaliações orais e escritas, atividades individuais ou em grupos. Os educandos, assim, poderão expressar suas competências dentro dos conteúdos adquiridos, pois a avaliação é uma ferramenta de aprendizagem, ela é um meio e não um fim em si mesmo.

Nesse trabalho, tanto para o Ensino Fundamental quanto para o Médio, a avaliação de determinados dados de produção em língua estrangeira considera o erro como efeito da própria prática. Portanto, na avaliação, deve ser visto como um passo para que a aprendizagem se efetive, pois ela não acontece da mesma forma e ao mesmo tempo para diferentes pessoas. Assim, tanto o professor quanto os alunos poderão acompanhar o percurso desenvolvido e identificar dificuldades, bem como planejar e propor outros encaminhamentos que busquem superá-las.

6. REFERÊNCIAS

ACEVEDO, A., D UFF, M. **Grand slam combo**. New York, Longman, 1999.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília: MEC, 2004.

MARQUES, Password. **Special edition**. São Paulo, Ática, 2002;

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Língua Estrangeira Moderna –** Curitiba: SEED, 2009.

SEED PARANÁ, **Livro didático público**: LEM (inglês). Curitiba: SEED, 2006.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

APRESENTAÇÃO

A educação especial tem sua história construída de acordo com as relações que os homens mantém entre si e a natureza, sempre acompanhando os movimentos sociais, econômicos e políticos próprios de cada momento e as representações socioculturais de cada comunidade dependendo do nível de desenvolvimento científico, político e ético. Sendo inegável a presença da discriminação e do preconceito.

Na Idade Antiga as pessoas com deficiência eram vistas como subumanas e no imaginário das pessoas perpassava principalmente concepções míticas e religiosas sobre as deficiências e suas causas: ora era vista como um dom, ora como um castigo. Neste contexto justificava-se a eliminação de crianças nascidas com deficiências detectadas aparentemente. Por mais que pareça brutal, este comportamento era condizente com a forma de vida deste momento histórico e o ideal de homem e sociedade.

O advento do cristianismo traz consigo grandes contradições em relação às atitudes e sentimentos frente à deficiência. A deficiência mental era vista como possessão demoníaca, por isso essas pessoas eram excluídas da sociedade. Aos cegos e surdos eram atribuídos dons e poderes sobrenaturais. O pensamento cristão, também oscilava entre culpa e expiação de pecados e, paulatinamente, a deficiência passa a ser considerada como um fenômeno natural da espécie humana. Essas contradições geravam ambivalência de sentimentos e atitudes que iam da rejeição extrema, passando por piedade e comiseração e até a superproteção, fazendo com que surgissem assim as ações de cunho social, religioso e caritativo de proteção e cuidados como: hospitais, prisões e abrigos.

No Renascimento, com o avanço das pesquisas científicas, as concepções baseadas na razão passam a substituir as explicações sobrenaturais e iniciasse a busca para as causas das deficiências, que foram consideradas do ponto de vista médico como doenças de caráter hereditário, males físicos ou mentais.

Historicamente, a educação de pessoas com deficiência surge de forma pontual, segregada e excludente. Ela surgiu com caráter assistencialista e terapêutico pela preocupação de religiosos e filantropos na Europa. Mais tarde, nos Estados Unidos e Canadá, surgiram os primeiros programas para prover atenção e cuidados básicos de saúde, alimentação, moradia e educação dessa parcela da população, até então marginalizada e abandonada pela sociedade.

Por muitos anos manteve-se a concepção de que a educação especial organizada de forma paralela à educação comum seria a mais apropriada para a aprendizagem dos alunos que apresentavam deficiência, essa concepção perdurou por muito tempo na educação especial, levando a práticas que enfatizavam os aspectos relacionados à deficiência, em contraposição à dimensão pedagógica.

No Brasil, a primeira escola especial foi criada em 1854, o Imperial Instituto de Meninos Cegos, no Rio de Janeiro e, em 1857, o Instituto Imperial de Educação de Surdos, também no Rio de Janeiro. Sob influência europeia, eles propagaram o modelo de escola residencial para todo o País.

A Declaração dos Direitos Humanos (1948) vem assegurar o direito de todos à educação pública, gratuita. Essas ideias, reforçadas pelo movimento mundial de integração de pessoas com deficiência, defendiam oportunidades educacionais e sociais iguais para todos, contribuindo fortemente para a criação dos serviços de educação especial e classes especiais em escolas públicas no Brasil. Surge, dessa forma, uma a política nacional de educação, ancorada na Lei Nº 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), com a recomendação de integrar, no sistema geral de ensino, a educação de excepcionais, como eram chamadas na época as pessoas com deficiências.

A política educacional brasileira na década de 80 teve como meta a democratização mediante a expansão do ensino com oportunidade de acesso das minorias à escola pública. A educação de crianças com deficiências na escola comum ganhou força com o movimento nacional de defesa dos direitos das pessoas com deficiências, que pregava a passagem do modelo educacional segregado para integração de pessoas com deficiências na escola, no trabalho e na comunidade, tendo em vista a igualdade e justiça social. Por meio desse mecanismo democrático, fundado na política de descentralização das ações, são criados os conselhos estaduais, municipais e associações de defesa dos direitos, integrando representantes dos diferentes setores: saúde, educação, justiça e ação social, trabalho, transportes e comunidade, tendo em vista a formulação de política integrada de desenvolvimento humano.

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando a criação de escolas especiais e classes especiais para o aluno com deficiência.

O conceito de inclusão vai sendo construído em termos sociohistóricos apontando para a necessidade de aprofundar o debate sobre a diversidade. Isso implicaria em buscar compreender a heterogeneidade, as diferenças individuais e coletivas, as especificidades do humano e, sobretudo as diferentes situações vividas na realidade social e no cotidiano escolar. Essa discussão passa necessariamente pela reflexão sobre os conceitos historicamente construídos acerca dos alunos com deficiências, cristalizados no imaginário social e expressos na prática pedagógica centrada na limitação, nos obstáculos e nas dificuldades, que se encontram, muitas vezes, ainda presentes na escola.

A inclusão está fundada na dimensão humana e sociocultural que procura enfatizar formas de interação efetivas, possibilidades, apoio às dificuldades e acolhimento das necessidades dessas pessoas, tendo como ponto de partida a escuta dos alunos, pais e comunidade escolar.

A construção de uma política educacional de inclusão surge a partir da *Declaração mundial de educação para todos*, resultado da Conferência de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e o *Plano decenal de educação para todos* (BRASIL, 1993). A *Declaração mundial de educação para todos* propõe uma educação destinada a satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, o desenvolvimento pleno das potencialidades humanas, a melhoria da qualidade de vida e do conhecimento, e a participação do cidadão na transformação cultural de sua comunidade (Declaração de Educação para Todos, art. 1º). Esses conceitos foram aprofundados e divulgados com a *Declaração de*

Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais (BRASIL, 1994), que traz importante modificação nos objetivos e formas de atendimento na educação especial. A meta é incluir todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves ou dificuldades de aprendizagem, no ensino regular (BRASIL, 1994, pp. 17 e 18). Nessa linha de ação, surge o conceito de "necessidades educacionais especiais", que se refere a todas as crianças ou jovens cujas necessidades decorrem de sua capacidade ou de suas dificuldades de aprendizagem e têm, portanto, necessidades educacionais em algum momento de sua escolaridade. Assim, o desafio que enfrentam as escolas é o desenvolvimento de uma pedagogia centrada na criança (BRASIL, 1994, pp. 17-18). Esse conceito é bastante abrangente, tornando-se importante que a escola esteja alerta para que não sejam projetadas nas crianças as limitações e as inadequações metodológicas que se configuram, muitas vezes, como dificuldades de aprendizagem ou deficiências do aluno. A escola deve buscar refletir sobre sua prática, questionar seu projeto pedagógico e verificar se ele está voltado para diversidade.

O movimento da inclusão considera necessária uma política pública que tenha como objetivo a modificação do sistema, a organização e estrutura do funcionamento educativo, e a diversidade como eixo central do processo de aprendizagem na classe comum. Essa mudança de concepção baseia-se na crença de que as mudanças estruturais, organizacionais e metodológicas poderão responder às necessidades educativas e beneficiar todas as crianças, independentemente de apresentarem qualquer tipo de deficiência.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 2006, da qual o Brasil é signatário, estabelece que os Estados devam assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social compatível com a meta de inclusão plena, adotando medidas para garantir que as pessoas com deficiências não sejam excluídas do sistema educacional, e que as mesmas possam ter acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas da comunidade em que vivem.

Em termos práticos, estas políticas se consolidam através da implementação do Decreto Nº 6.571/2008, onde fica explícito que os sistemas de ensino devem matricular os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos. No Art. 3º explica que a Educação Especial se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional.

PROGRAMA - SALA DE RECURSOS (MULTIFUNCIONAL)

A Sala de Recursos – Séries Finais (5ª a 8ª séries) é um serviço de Apoio Especializado, de natureza pedagógica que complementa o atendimento educacional realizado em classes comuns do Ensino Fundamental. Atendendo de modo geral aos princípios da educação inclusiva, para alunos regularmente matriculados que freqüentam o Ensino Fundamental nas séries finais e apresentam dificuldades acentuadas de aprendizagem com atraso acadêmico significativo, decorrentes de Deficiência Mental/Intelectual e/ou Transtornos Funcionais Específicos. Buscando sua permanência e acompanhamento pedagógico, bem como orientando os professores do ensino regular de acordo com a necessidade apresentada, desenvolvendo ações pedagógicas específicas e sistemas de apoio, de modo a assegurar seu êxito escolar.

OBJETIVOS

- Garantir a permanência do aluno dificuldade de aprendizagem, deficiência intelectual e ou outros transtornos relacionados ao desenvolvimento, com apoio e recursos necessários para que tenha acesso ao currículo, com igualdade aos demais alunos.
- Possibilitar a este alunado os atendimentos complementares necessários ao seu processo de aprendizagem.

- Orientar aos professores da classe comum, juntamente com a equipe pedagógica, nas adaptações curriculares, avaliação e metodologias que serão utilizadas no ensino regular, em atendimento aos alunos com Deficiência Mental/Intelectual e/ou Transtornos Funcionais Específicos

- Apoiar individualmente ao aluno com Deficiência Mental/Intelectual e/ou Transtornos Funcionais Específicos, na sala de aula comum, com ênfase à complementação do trabalho do professor das disciplinas;

CONTEÚDOS

A Sala de Recursos deve oferecer um planejamento pedagógico individual, com metodologia e estratégias diferenciadas, organizando-o de forma a atender as intervenções pedagógicas sugeridas na avaliação de ingresso e/ou relatório semestral do aluno. Buscando atender aos interesses, necessidades e dificuldades específicas de cada aluno, nas áreas de desenvolvimento (cognitiva, motora, sócio-afetivo emocional), assim como retomar conteúdos pedagógicos defasados das séries iniciais, principalmente Língua Portuguesa e Matemática.

METODOLOGIA

O atendimento em Sala de Recursos será realizado em contraturno ao período em que o aluno está matricula, por meio de um cronograma específico onde o aluno será atendido individualmente ou em pequenos grupos de acordo com as possibilidades de horário e as características do alunado.

AVALIAÇÃO

Por meio da observação do desempenho do aluno, com registros sistemáticos dos avanços e dificuldades, conforme planejamento pedagógico individualizado e que serão apresentados em relatórios semestrais para acompanhamento da comunidade escolar.

ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO

Atendimento e promoção de situações de enriquecimento curricular para alunos com indicadores de Altas Habilidades/Superdotação. Efetivação de projetos de ensino e pesquisa para enriquecimento dos conteúdos acadêmicos considerando fatores escolares e extra-escolares.

OBJETIVOS

- Identificar e reconhecer as necessidades educacionais dos alunos com altas habilidades/superdotação;
- Promover atividades complementares e aprofundamento dos conteúdos;
- Promover o enriquecimento curricular para toda a escola, para a sala de aula do ensino regular e para o atendimento em sala de recursos.

CONTEÚDOS

O conteúdo depende do interesse individual e/ou do grupo, que apontarão no decorrer do processo assuntos a serem investigados e aprofundados através de pesquisas e/ou atividades exploratórias.

METODOLOGIA

Projetos individuais ou em grupos:
Projetos de interesse pessoal ou projeto coletivo em grupos com campo de interesses e habilidades até 05 alunos.
Encontros gerais:
Para o desenvolvimento de uma gama de atividades abertas e semi-estruturadas.
Discussão e resolução de problemas atuais;
Palestras, entrevistas;
Atividades para desenvolver o pensamento criativo;
Dinâmicas de grupo para desenvolvimento pessoal, social e afetivo;
Jogos cooperativos;
Atividades para compartilhar experiências, preferências e interesses;
Trabalhos com biografias de pessoas que realizaram feitos marcantes;
Passeios culturais;
Atividades na utilização de estratégias específicas;
Atividades visando cumprir e seguir regras.

AVALIAÇÃO

Na sala de recursos para altas habilidades/superdotação fazemos a avaliação em conjunto (aluno e professor) procurando verificar as conquistas, o conhecimento que foi adquirido e o processo pelo qual chegamos a esse conhecimento. Avaliar, então, nesse contexto, tem mais o objetivo de examinar com cuidado os procedimentos

utilizados na busca e apropriação do conhecimento e os resultados obtidos na finalização das atividades de investigação e/ou encontros gerais.

PROGRAMA SALA DE APOIO À APRENDIZAGEM

A Sala de Apoio à Aprendizagem tem a finalidade de atender os alunos da 5ª série do Ensino Fundamental, nos estabelecimentos que ofertam essa série ou ano letivo de Ensino, no turno contrário ao qual estão matriculados.

Sua ação pedagógica é direcionada para o enfrentamento dos problemas relacionados à aprendizagem de Língua Portuguesa e Matemática dos alunos, no que se refere aos conteúdos de oralidade, leitura, escrita, bem como às formas espaciais e quantidades nas suas operações básicas e elementares.

OBJETIVOS

- Garantir a permanência do aluno com dificuldade referente a defasagem de conteúdo nas séries anteriores.
- Possibilitar a este alunado os atendimentos complementares necessários ao seu processo de aprendizagem.

CONTEÚDO

A Sala de Apoio a aprendizagem deve oferecer um planejamento pedagógico individual, com metodologia e estratégias diferenciadas, organizando-o de forma a atender as intervenções pedagógicas sugeridas na avaliação de ingresso seja ela de português ou Matemática.

METODOLOGIA

O atendimento em Sala de Recursos será realizado em contraturno no período contrário em que o aluno está matriculado, por meio de turmas com no máximo 15 alunos e uma carga horária semanal de 4 horas/aula para cada disciplina.

AVALIAÇÃO

Por meio da observação do desempenho do aluno, a partir de registros sistemáticos dos avanços e dificuldades, conforme planejamento pedagógico individualizado e que serão apresentados em relatórios semestrais para acompanhamento da comunidade escolar.

PROGRAMA CENTRO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL – DV

O CAE-DV – Centro de Atendimento Especializado para o Deficiente visual, atendendo aos princípios da educação inclusiva, irá acompanhar e apoiar, no contra-turno, os alunos cegos e com baixa visão matriculados nas classes comuns do ensino regular de escolas públicas e privadas, constituindo-se em espaço privilegiado para a educação desses educados desde a educação infantil até o Ensino Médio, garantindo sua matrícula e permanência e ofertando apoio em termos de adaptações de materiais e acompanhamento pedagógico, bem como orientando os professores do ensino regular através do atendimento itinerante, desenvolvendo ações pedagógicas específicas e sistemas de apoio sempre que necessários, de modo a assegurar seu êxito escolar. Além dos alunos matriculados no Ensino regular, este programa atende a demanda de pessoas com deficiência visual adquirida que necessitem do programa de reabilitação.

OBJETIVOS

- Garantir a permanência do aluno cego ou do aluno com baixa visão à educação básica com os apoios e recursos necessários para que tenha acesso ao currículo, com igualdade aos demais alunos.
- Reabilitar pessoas com deficiência visual adquirida, oferecendo os atendimentos complementares necessários ao seu processo de reabilitação.
- Ensinar técnicas de Orientação e Mobilidade com e sem bengala com vistas à independência e autonomia;
- Proporcionar a aquisição da metodologia do uso do soroban como instrumento importante no desenvolvimento acadêmico dos alunos com deficiência visual;
- Proporcionar possibilidades e encaminhamentos necessários à reabilitação de pessoas com deficiência visual adquirida.

CONTEÚDOS

Educação Infantil Especializada

Apoio à Educação Básica com serviço itinerante

Atendimentos Complementares:

Braille

Soroban

Estimulação Visual

Orientação e Mobilidade

AVA - Atividades de Vida Autônoma

METODOLOGIA

O atendimento do CAE-DV será realizado sempre em período contrário ao ensino regular, por meio de um cronograma específico onde o aluno será atendido individualmente ou em pequenos grupos de acordo com as possibilidades de horário e as características do alunado.

AVALIAÇÃO

Por meio da observação do desempenho do aluno no programa que está vinculado, tendo como ponto de partida a avaliação pedagógica de ingresso sendo registrada, individualmente, em relatórios semestrais os seus avanços. Os alunos matriculados na Educação Básica serão avaliados juntamente com os professores do Ensino Regular, buscando novas mediações e adaptações que encaminhem para avanços no processo de inclusão.

5. REFERÊNCIAS

ALENCAR, Eunice S. de. **Como desenvolver o potencial criador**. Petrópolis, Vozes, 1990.

ALENCAR, Eunice S. de e FLEITH Denise. **Superdotados**: determinantes, educação e ajustamento. São Paulo: EPU, 2000.

BRASIL. **A construção do conceito de número e o pré-soroban/elaboração**: Fernandes, Cleonice Terezinha [et al.]. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRUNO, Marilda M. G. **O desenvolvimento integral do portador de deficiência visual.** São Paulo: Laramara, 1993.

_____. **Reflexão da prática pedagógica**. São Paulo: Laramara,1997.Orientação e visão subnormal. São Paulo: CENP/SE/SP, 1988.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei n. 9394/96. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**: parecer nº 17/01. Brasília: CNE, 2001.

BRASIL. Ministério de Educação/Secretaria de Educação Especial. **Educação inclusiva:** direito à diversidade. Brasília: MEC/ SEESP, 2004.

BUENO, José Geraldo S. **A educação especial na sociedade moderna: integração, segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. **Saberes e práticas da inclusão**: recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília: SEESP/MEC, 2006.

BRASIL**,** Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado Deficiência Visual/elaboração: Elizabet Dias de Sá , Izilda Maria de Campos e Myriam Beatriz Campolina Silva. Brasília: SEESP/ SEED/MEC, 2007.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil**: saberes e práticas da inclusão: introdução. Brasília: SEESP/MEC, 2006.

BUENO, José Geraldo S. **A educação especial na sociedade moderna**: integração, segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

FREEMAN, Joan; GUENTER, Zenita Cunha. **Educando os mais capazes**: Idéias e ações comprovadas. São Paulo, EPU, 2002.

GUENTER, Zenita Cunha. **Desenvolver Capacidades e Talentos**: um conceito de inclusão. Petrópolis: Vozes, 2000.

MATISKEI, Angelina C. R. M. Políticas públicas de inclusão educacional: desafios e perspectivas. In: **Educar em revista**. n.23. Curitiba: UFPR, 2004.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. **Instrução no 013/08**. Curitiba: SUED/SEED, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. **Instrução no 022/08**. Curitiba: SUED/SEED, 2008.

PARANA. Secretaria de Estado da Educação, Superintendência da Educação. **Instrução no 013/08** - SUED/SEED.

PROPOSTA CURRICULAR FORMAÇÃO DE DOCENTES

CURSO:0489 – FORMAÇÃO DE DOCENTES E.I.A.I.E.F.U.-TURNO: MANHÃ/NOITE ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010 – GRADATIVA – MÓDULO 40 SEMANAS

DISCIPLINAS	1ª	2ª	3ª	4ª
ARTE	2			
BIOLOGIA	2	2		
EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	2
FILOSOFIA	2	2		
FÍSICA			3	2
GEOGRAFIA	3			
HISTÓRIA	2	2		
LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	2	3	2	3
MATEMÁTICA	2	2	4	2
QUÍMICA			2	2
SOCIOLOGIA	2	2		
INGLÊS			2	2
CONCEPÇÕES NORTEADORAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL		2		
FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO			2	
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO	2			
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL		2		
FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	2			
FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO		2		
LITERATURA INFANTIL			2	
METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS				2
METODOLOGIA DO ENSINO DE ARTE				2
METODOLOGIA DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA				2
METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA				2
METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA				2
METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA				2
METODOLOGIA DO ENSINO DE PORTUGUÊS ALFABETIZAÇÃO			2	2
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	2	2		
TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL		2	2	
PRÁTICA DE FORMAÇÃO (ESTÁGIO SUPERVISIONADO)	5	5	5	5

CURSO:0590 – FORMAÇÃO DE DOCENTES E.I.A.I.E.F. - TURNO: NOITE
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2009 – SIMULTÂNEA – MÓDULO 40 SEMANAS

DISCIPLINAS	1ª	2ª	3ª
CONCEPÇÕES NORTEADORAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	2		
FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	3	2	
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO	3	2	2
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	3	2	2
FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	3	2	
FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	3		
LITERATURA INFANTIL	2		
METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS		2	3
METODOLOGIA DO ENSINO DE ARTE		2	3
METODOLOGIA DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA		2	3
METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA		2	3
METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA		2	3
METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA		2	3
METODOLOGIA DO ENSINO DE PORTUGUÊS ALFABETIZAÇÃO		2	3
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	3		
TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	3	3	
PRÁTICA DE FORMAÇÃO (ESTÁGIO SUPERVISIONADO)	5	5	10

CURSO:0592 – FORMAÇÃO DE DOCENTES E.I.A.I.E.F.U.-TURNO: NOITE
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010 – GRADATIVA – MÓDULO 20 SEMANAS

DISCIPLINAS	1º	2º	3º	4º	5º
CONCEPÇÕES NORTEADORAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	2	2			
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			2	3	
FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	3	3			
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO	3	3			
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	3	3			
FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	3	3			
FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO	3	3			
LITERATURA INFANTIL	2	2			
METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS			2	2	3
METODOLOGIA DO ENSINO DE ARTE			2	2	3
METODOLOGIA DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA			2	2	3
METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA			2	2	3
METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA			2	2	3
METODOLOGIA DO ENSINO DE MATEMÁTICA			2	2	3
METODOLOGIA DO ENSINO DE PORTUGUÊS ALFABETIZAÇÃO			2	3	2
ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO	3	3	2	2	
TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL	3	3	2		
PRÁTICA DE FORMAÇÃO (ESTÁGIO SUPERVISIONADO)	5	5	10	10	10

DISCIPLINA: CONCEPÇÕES NORTEADORAS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

1. APRESENTAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, sinaliza por meio dos movimentos internacionais pela inclusão social, a necessidade de uma ressignificação da Educação Especial, ampliando-se não apenas a sua abrangência da Educação Infantil até o Ensino Superior – mas, o público a que se destina essa modalidade educacional, os alunos com necessidades educacionais especiais. A Educação Especial é, portanto, uma modalidade de ensino escolar definida pedagogicamente, na forma curricular, pois, assegura recursos, apoios e serviços educacionais especiais, organizados para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todos os níveis, etapas e modalidades da educação.

No Paraná, a Educação Especial, é dever constitucional do Estado e da família, ofertada na rede regular de ensino e em instituições especializadas. A adoção da terminologia necessidades educacionais especiais para referir-se às crianças, adolescentes, jovens e adultos cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender, tem o propósito de deslocar o foco das condições pessoais do aluno, que possam interferir em sua aprendizagem, para direcioná-lo às respostas educativas que ele requer.

As necessidades educacionais especiais são definidas pelos problemas de desenvolvimento da aprendizagem apresentados pelo aluno, em caráter temporário ou permanente, bem como pelos recursos e apoios que a escola deverá proporcionar, objetivando a remoção das barreiras para a aprendizagem.

2. EMENTA

Reflexão crítica de questões ético-políticas e educacionais na ação do educador quanto ä interação dos alunos com necessidades educacionais especiais. A proposta de inclusão visando ä qualidade de aprendizagem e sociabilidade para todos, e principalmente, aos alunos com necessidades educacionais especiais. Conceito, legislação, fundamentos históricos, sócio- políticos e éticos. Formas de atendimento da Educação Especial nos sistemas de ensino. A ação do educador junto a comunidade escolar: inclusão e prevenção das deficiências. As especificidades de atendimento educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais e apoio pedagógico especializado nas áreas de Educação Especial. Avaliação no contexto escolar. Flexibilização curricular, serviços e apoios especializados. Áreas das deficiências: mental, física, neuro-motora, visual, da surdez, das condutas típicas, dos transtornos globais de comportamento, da superdotação e altas habilidades.

3. OBJETIVOS

Possibilitar aos alunos do curso de Formação de Docentes, o embasamento teórico-metodológico e o domínio dos conteúdos necessários para refletirem e

compreenderem sobre a realidade escolar inclusiva, bem como, conscientizar-se acerca da diversidade cultural existente, considerando os condicionantes sociais que permeiam essa diversidade: educação do campo, educação indígena, os quilombolas.

4. CONTEÚDOS

2º Integrado

- Ética, política e educação inclusiva: Conceito de inclusão; Reflexão crítica; Inserção ou inclusão?
- Fundamentos: Históricos; Legais; Sócio-políticos; Éticos.
- Interação de alunos com necessidades educacionais especiais.
- A aprendizagem e a sociabilidade de alunos com deficiência nos espaços educativos.
- Formas de atendimento da Educação Especial nas instituições de ensino: Quais instituições? Quais demandas?
- O educador e suas ações junto ä comunidade escolar: Conscientização e prevenção de deficiências. As intervenções e encaminhamentos profissionais.
- As especificidades de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais e o serviço de apoio pedagógico (CAES).
- Avaliação no contexto escolar.
- Adaptação curricular (conteúdos).
- Especificidades das deficiências: Mental; Física; Neuro-motora; Visual, Surdez; Condutas Típicas; Transtornos Globais de Comportamento; Superdotação/Altas Habilidades.

1º Semestre subsequente

- Ética, política e educação inclusiva: Conceito de inclusão; Reflexão crítica; Inserção ou inclusão?
- Fundamentos: Históricos; Legais; Sócio-políticos; Éticos.
- Interação de alunos com necessidades educacionais especiais.
- A aprendizagem e a sociabilidade de alunos com deficiência nos espaços educativos.
- Formas de atendimento da Educação Especial nas instituições de ensino: Quais instituições? Quais demandas?

2º Semestre subsequente

- O educador e suas ações junto ä comunidade escolar: Conscientização e prevenção de deficiências; As intervenções e encaminhamentos profissionais.
- As especificidades de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais e o serviço de apoio pedagógico (CAES).
- Avaliação no contexto escolar.
- Adaptação curricular (conteúdos).
- Especificidades das deficiências: Mental; Física; Neuro-motora; Visual, Surdez; Condutas Típicas; Transtornos Globais de Comportamento; Superdotação/Altas Habilidades.

3º Semestre subsequente

- Políticas Públicas e financiamento da Educação Infantil e suas implicações para a organização do trabalho pedagógico.
- Propostas pedagógicas para a Educação Infantil: Música; Arte; Linguagem oral e escrita; O ambiente alfabetizador (orientações didáticas); A criança, a natureza e a sociedade.
- Legislação, demais documentos normativos e documentos de apoio, de âmbito federal (MEC e CNE), estadual (SEED e CEE) e local (sistemas municipais), para a organização do trabalho na Educação Infantil: Contexto de elaboração; Interpretações; Implicações para as instituições.
- Articulação da Educação Infantil com o Ensino Fundamental: Implicações teórico-metodológicas.

5. METODOLOGIA

A disciplina utiliza-se do referencial teórico metodológico fundamentado no materialismo histórico e dialético que compreende o sujeito social, enquanto ser produzido nas relações humanas e sociais, as quais permeiam a própria sociedade. Os princípios que direcionam para essa vertente pedagógico-filosófica pautam-se nos pressupostos elencados na Proposta Pedagógica do Curso de Formação de Docentes em Nível Médio, do Estado do Paraná.

6. AVALIAÇÃO

A instrumentalização do processo avaliativo aspira uma prática fundamentada e contextualizada dos conhecimentos trabalhados em sala de aula, haja vista, que esta se conduz pela concepção prescrita no Projeto Político Pedagógico num âmbito qualitativo do processo de ensino e aprendizagem. Traduz-se pela dinâmica processual, a qual tende a incorporar a práxis como elemento fundamental da articulação teoria e prática possibilitando *"novo posicionamento"* acerca dos conteúdos trabalhados.

7. REFERÊNCIAS

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2000.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Enquadramento da ação: necessidades educativas especiais. In: **Conferência mundial sobre NEE**: acesso e qualidade – UNESCO, Salamanca/Espanha: UNESCO, 1994.

GONZÁLEZ, J. A. T. **Educação e Diversidade**: bases didáticas e organizativas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

KARAGIANNIS, A.; SAINBACK, W. ; STAINBACK, S. **Fundamentos do ensino inclusivo**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

KASSAR, M. de C. M. **Ciência e senso comum no cotidiano das classes especiais**. Campinas: Papirus, 1995.

MARCHESI, A. (org.). **Desenvolvimento psicológico e educação**: necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação 02/03**. Curitiba: CEE, 2003.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **A educação especial no Paraná**: subsídios para a construção das diretrizes pedagógicas da educação especial na educação básica. Curitiba: SEED, 2003.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1. APRESENTAÇÃO

Ao longo da história do Brasil, desde a colonização portuguesa, constata-se a emergência de políticas para a educação de jovens e adultos focada e restrita, sobretudo, aos processos de alfabetização, de modo que é muito recente a conquista, o reconhecimento e a definição desta modalidade como política pública de acesso e continuidade à escolarização básica. Durante quase quatro séculos, observa-se o domínio da cultura branca, cristã, masculina e alfabetizada sobre a cultura dos índios, negros, mulheres e analfabetos. Historicamente, constata-se o desenrolar de uma educação seletiva, discriminatória e excludente. Esta realidade pode ser comprovada pelos dados do Censo Nacional de 1890, que verificou a existência de 85,21% de “iletrados” na população total brasileira (PAIVA, 1983).

No final do século XIX e início do século XX, num contexto de emergente desenvolvimento urbano industrial e sob forte influência da cultura européia, foram aprovados projetos de leis que enfatizavam a obrigatoriedade da educação de adultos. Buscava-se aumentar o contingente eleitoral, sobretudo no primeiro período republicano para, por efeito, atender aos interesses das elites. A escolarização passou a se tornar critério de ascensão social, referendada pela Lei Saraiva de 1882, incorporada depois à Constituição Federal de 1891, que impediu o voto ao analfabeto, alistando somente os eleitores e candidatos que soubessem ler e escrever.

Em 1925, por meio da Reforma João Alves, surgiu o ensino noturno para jovens e adultos, com o intuito de atender aos interesses da classe dominante que, por volta de 1930, iniciava um movimento contra o analfabetismo, mobilizado por organismos sociais e civis cujo objetivo também era o de aumentar o contingente eleitoral. Assim, a educação escolar passou a ser considerada baluarte do progresso e do desenvolvimento da nação.

A Educação de Jovens e Adultos, é uma modalidade de ensino que visa atender alunos de diferentes faixas etárias, alunos estes, que não puderam concluir sua formação escolar na Educação Básica, cuja idade para ingresso é de 15 anos ou mais para o Ensino Fundamental e 18 anos ou mais para o Ensino Médio, ou seja, os alunos que não freqüentaram na idade própria têm a possibilidade de dar continuidade ou iniciar a escolarização nesse processo de ensino.

2. EMENTA

Fundamentos históricos e legais da Educação de Jovens e Adultos. A LDB 9.394/96 e a modalidade EJA. Programas de apoio à educação de Jovens e Adultos e a problemática brasileira. Os princípios que norteiam os referenciais teóricos da EJA. Os sujeitos educandos da EJA. Alfabetização e Letramento. Diversidade cultural e cultura letrada. Os conteúdos escolares e a metodologia do trabalho com a Educação de Jovens e Adultos. A formação do professor da Educação de Jovens e Adultos. O método Paulo Freire e as perspectivas de desenvolvimento da consciência dos homens. Pedagogia Libertadora.

3. OBJETIVOS

- Possibilitar aos alunos do curso de Formação de Docentes, o embasamento teórico-metodológico e o domínio dos conteúdos necessários para compreenderem e atuarem no processo de formação dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos, de forma dinâmica e consciente.
- Refletir sobre o desenvolvimento de cidadãos críticos capazes de pensar a sociedade com todas as suas contradições, podendo estabelecer relações com as dimensões do conhecimento formal.

4. CONTEÚDOS

3º Semestre Subsequente

- Histórico da Educação de Jovens e Adultos no Brasil.
- As leis que amparam a EJA.
- Fundamentos e objetivos gerais.
- Os sujeitos educandos da EJA.
- Educação de Jovens e Adultos no século XXI.
- O contexto Social.
- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96).
- Os programas de apoio à modalidade da EJA (Brasil e Paraná).
- Reciprocidade e acolhimento na Educação de Jovens e Adultos.

4º Semestre Subsequente

- Os princípios que norteiam os referenciais teórico-metodológicos da Educação de Jovens e Adultos.
- Sobre a natureza e a especificidade da educação.
- Educação de Jovens e Adultos: correntes e tendências.`
- O que é alfabetização?
- O que é letramento?
- Letramento: Como definir, como medir, como avaliar.
- Alternativas metodológicas e ações intencionais de aprendizagem.

5. METODOLOGIA

Visando um trabalho contextualizado, que propicie ao futuro docente os fundamentos necessários ä sua atuação, a metodologia baseia-se na perspectiva elencada na própria proposta pedagógica do Curso de Formação de Docentes a qual contempla o trabalho como princípio educativo, a práxis como princípio curricular e o direito ä criança ao atendimento escolar. A base deste trabalho está pautada no materialismo histórico e dialético, cujos representantes teóricos nos orientam para uma dinâmica de ação que considera os movimentos da sociedade e a educação permeada pelas relações sociais, políticas e culturais.

6. AVALIAÇÃO

A partir da concepção de avaliação presente no Projeto Político Pedagógico da Instituição Escolar, têm-se os critérios avaliativos da disciplina enquanto área de formação específica do professor da Educação de Jovens e Adultos. A avaliação possui caráter de continuidade, de diagnóstico e caracteriza-se por ser processual. Desta forma, precisa considerar o ensino e a aprendizagem como indissociáveis. A

partir das constatações avaliativas, o processo necessita ser revisto, retomado a fim de atingir os objetivos da educação escolar, principalmente, no tocante à realidade da EJA.

7. REFERÊNCIAS

AMARAL, Wagner Roberto. **A política de educação de jovens e adultos desenvolvida pela APEART no Paraná**: recontando sua história e seus princípios, seus passos e descompassos. 2002. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Marília.

ARROYO, Miguel Gonzáles. A educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. **Revista Alfabetização e Cidadania**, São Paulo: RAAAB, n. 11, abr, 2001.

BRASIL. **Diretrizes e bases da educação nacional Lei n. 9.394/96**. Brasília: Senado Federal, 1996.

_____. **Diretrizes nacionais para a educação de jovens e adultos.** Brasília: MEC, 2000.

_____. **Plano nacional de educação**. Brasília: MEC, 2001.

_____. **Mapa do analfabetismo no Brasil**. Brasília: MEC, 2001.

BRANDÃO, Zaia et alii. **Evasão e repetência no Brasil:** a escola em questão. Rio de Janeiro: Cortez, 2004.

CORDIOLLI, Marcos. **Saber e conhecimento**: um contraste necessário na formulação das propostas curriculares, na organização do trabalho pedagógico. Curitiba: 2003.

CRUZ, Carlos Henrique Carrilho. Educação libertadora participação e justiça. In: **Revista de Educação AEC**, Brasília, n.87, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

LUCKESI, Cipriano Carlos. O que é mesmo avaliar a aprendizagem? In: **Pátio, Revista Pedagógica**, Porto Alegre, Artmed, 2000.

_____. Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2003.

PAIVA, Vanilda P. **Educação popular e educação de adultos**. 5.ed. São Paulo: Loyola, 1983.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

A Filosofia chega ao Brasil em 1549, juntamente com o início da História da Educação Brasileira, vinda com os jesuítas, responsáveis pela educação no período colonial, e se fez presente no currículo escolar dos primeiros colégios da Companhia e se manteve até 1961 quando foi promulgada a Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional, a de n°4.024, segundo a qual o ensino de filosofia perdia a obrigatoriedade, tornando-se disciplina complementar, ou seja, poderia ser incorporada na grade curricular mediante indicação de cada Conselho Estadual de Educação.

Com o golpe militar de 64, restringiu-se mais seu campo de atuação e se tornou disciplina optativa em 1968, e três anos mais tarde foi extinta do currículo pela lei 5692/71. Em 1982, Vinte anos depois, com a abertura política, a Filosofia é anistiada a lei 7.044 permitiu sua reinserção no currículo ficando a critério do estabelecimento de ensino, abrindo assim, oportunidade para o gradual retorno da disciplina, ainda que de forma precária. Com a promulgação da LDB n° 9.394/96, um inciso faz referência explícita à filosofia e destaca a importância da formação para o exercício da cidadania a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos e de respeito ao bem comum e a ordem democrática, bem como recomenda o aprimoramento como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (art.22, 27,35).

Após quase 50 anos, a disciplina de filosofia foi novamente incorporadas ao currículo do ensino médio, e se torna obrigatória em junho de 2008, com a entrada em vigor da Lei nº 11.684. Segundo Marilena Chaui, comenta em um artigo sobre a importância desta disciplina "... a filosofia exerce um trabalho de pensamento por meio do qual se faz a crítica do estabelecido, introduzindo por excelência o questionamento e a dúvida em todos os setores do saber e agir humanos." Portanto, discutir filosofia no nível médio pressupõe definir o papel que ela representa na formação do educando, e segundo Arruda Aranha o seu objetivo principal não é o de despertar futuros filósofos especialistas, mas dar oportunidade de desenvolver a capacidade humana de pensar, de pensar bem, de pensar melhor, de forma coerente e crítica.

A filosofia supera o saber ingênuo e não crítico ao desacomodar os indivíduos do já feito e já sabido, ampliando os horizontes para além da mentalidade pragmática, imediatista, a fim de recuperar a dimensão humana, quando alienada. O grande filósofo alemão Emmanuel Kant (1724-1804) costumava dizer aos seus alunos: "Não lhes pretendo ensinar tal ou qual sistema filosófico, mas ensinar-lhes a aprender a filosofar por si próprios, a formar uma opinião própria"

2. EMENTA

Pensar filosoficamente (criticamente) o ser social, a produção do conhecimento e a educação fundada no princípio histórico – social. Introdução à Filosofa da Educação norteada pela reflexão com base nas categorias de totalidade, historicidade e dialética. Principais pensadores da Filosofia da Educação moderna e

contemporânea: -Locke (1632 – 1704) e o papel da experiência na produção do conhecimento - Comenius (1592 – 1670) e Hebart (1776 – 1841): a expressão pedagógica de uma visão essencialista do homem.- Rousseau (1712 – 1831): oposição à pedagogia da essência.- Dewey (1859-1952): o pragmatismo.- Marx e Gramsci: a concepção histórica – crítica da educação.

3. OBJETIVOS

- Pensar filosoficamente (criticamente) o ser social, a produção do conhecimento e a educação;
- Posicionar perante as situações que lhe são apresentadas de forma reflexiva e ética visando uma atuação profissional qualitativa na construção da *práxis* pedagógica.

4. CONTEÚDOS

2° Ano Integrado

- O Problema Socrático (maiêutica, ironia, o diálogo, o problema da filosofia, o embate com os sofistas).
- O problema do conhecimento. República de Platão “alegoria da caverna”.
- A razão educativa-natureza, dimensão epistemológica (relação entre filosofia e a cidade).
- Educação como pensamento do tempo.
- Cidade e AC construção da ética e da virtude (pública e privada), relacionadas à educação.
- Educação e cidadania Rousseau (Emílio).
- A tensão da relação educativa entre liberdade e autoridade.
- As correntes filosóficas educacionais da educação brasileira.
- Educação, ciência e tecnologia.
- Relações entre educação trabalho e desemprego estrutural.
- A dimensão política da educação no século XXI.

1°Ano subsequente

- O Problema Socrático (maiêutica, ironia, o diálogo, o problema da filosofia, o embate com os sofistas).
- O problema do conhecimento. República de Platão “alegoria da caverna”.
- A razão educativa-natureza, dimensão epistemológica (relação entre filosofia e a cidade).
- Educação como pensamento do tempo.
- Cidade e a construção da ética e da virtude (pública e privada), relacionadas à educação.
- Educação e cidadania Rousseau (Emílio).
- A tensão da relação educativa entre liberdade e autoridade.

2°Ano subsequente

- As correntes filosóficas educacionais da educação brasileira.
- Os humanistas e a educação.
- Educação, ciência e tecnologia.
- Relações entre educação trabalho e desemprego estrutural.
- A dimensão política da educação no século XXI.

- O século das crianças, das mulheres, das massas e da técnica: transformações educativas no Brasil do séc.XX.

Sub Semestral - 1° Semestre

- O Problema Socrático (maiêutica, ironia, o diálogo, o problema da filosofia, o embate com os sofistas).
- O problema do conhecimento. República de Platão “alegoria da caverna”. - A razão educativa-natureza, dimensão epistemológica (relação entre filosofia e a cidade). - Educação como pensamento do tempo. - Cidade e a construção da ética e da virtude (pública e privada), relacionadas à educação.
- Educação e cidadania Rousseau (Emílio).
- A tensão da relação educativa entre liberdade e autoridade.

Sub Semestral - 2° Semestre

- As correntes filosóficas educacionais da educação brasileira.
- Os humanistas e a educação.
- Educação, ciência e tecnologia.
- Relações entre educação trabalho e desemprego estrutural.
- A dimensão política da educação no século XXI.
- O século das crianças, das mulheres, das massas e da técnica: transformações educativas no Brasil do séc.XX.

5. METODOLOGIA

Os objetivos propostos só serão alcançados com um conjunto de procedimentos e meios devidamente articulados e definidos, mas sem deixar de valorizar o já pensado, buscando estimular no educando a reflexão autônoma e o pensamento crítico a partir de aulas expositivas dialogadas, de aplicação do conhecimento, trabalhos de leitura e análise de textos, análise de filmes, seminários e pesquisas bibliográficas. A metodologia segue o princípio da Proposta Pedagógica Curricular do Curso de Formação de Docentes, a qual referencia os fundamentos teórico-metodológicos pautado no materialismo histórico cuja base encontra-se em Marx, Engels, Gramsci, dentre outros pensadores que orientam para a práxis.

6. AVALIAÇÃO

O que importa na avaliação é o adequado entendimento dos conteúdos trabalhados, coerência e clareza na exposição de idéias e na argumentação Os instrumentos avaliativos utilizados serão: prova escrita individuais, produção textual, seminários, pesquisas bibliográficas, participação nas atividades propostas, análise de filmes e textos.

7 – REFERÊNCIAS

ALVES, G. L**. A produção da escola pública contemporânea**. Campinas: Autores Associados, 2001.

BOMENY, H. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

CERIZARA, B. **Rousseau a educação na infância**. São Paulo: Scipione, 1990.

CHAUI, M. **Cultura e democracia.** O discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

FREIRE, P. **Política e educação.** São Paulo: Editora Cortez, 1993.

GIROUX, H. A. **Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

KLEIN, L. R. **Proposta político-pedagógica para o ensino fundamental**. Campo Grande: Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso do Sul, 2000.

KLEIN, L. R., CAVAZOTTI, M. A. Considerações sobre elementos teórico-metodológicos, a propósito de uma proposta de currículo básico. **Cadernos pedagógicos e culturais**, Niterói, v.1, n.1, set./dez. 1992.

KONDER, L. **Filosofia e** educação: de Sócrates a Habermas. São Paulo: Editora Forma e Ação, 2006.

LALANDE, A. **Vocabulário técnico e crítico de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

LOCONTE, W. **John Dewey**. São Paulo: Editor Ícone, 2000.

LURIA, A. R. O problema da linguagem e da consciência. In: VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

LUCKESI, C. C. **Filosofia da educação**. São Paulo: Cortez, 1994. Coleção Magistério 2º grau. Série formação do professor.

LUCKESI, C. C.; PASSOS, E. S. **Introdução à filosofia:** aprendendo a pensar. São Paulo: Cortez, 2004.

MANACORDA, M. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1991.

MANACORDA, M. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1989.

MAO, T. **Sobre a prática e sobre a contradição**. São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MATOS, O. **Discretas esperanças.** São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2006.

MARCONDES. D. **Café philo**. Rio de Janeiro: Editor Jorge Zahar, 1998.

MARX, K. ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

MEZSAROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Bom Tempo. 2005.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

Estudar a educação e suas teorias no contexto histórico em que surgiram para observar a concomitância entre as suas crises e as do sistema social, não significa, porém, que essa sincronia deva ser entendida como simples paralelismo entre fatos da educação e fatos políticos e sociais. Na verdade, as questões de educação são engendradas nas relações que estabelecem entre as pessoas nos diversos segmentos da comunidade.

A educação não é, portanto, um fenômeno neutro, mas sofre os efeitos do jogo do poder, por estar de fato envolvido na política. Os estudos sobre história da educação enfrentam as mesmas dificuldades metodológicas da história geral, com o agravante de que os trabalhadores no campo específico da pedagogia são recentes e bastante escassos. Apenas no século XIX os historiadores começaram a se interessar por uma história sistemática e exclusiva da educação, antes apenas um "apêndice" da história geral. Ainda assim, conhece-se melhor a história da pedagogia ou da doutrina pedagógica do que propriamente das práticas efetivas de educação. Neste último caso, alguns graus do ensino (como o secundário e o superior) sempre preservaram documentação mais abundante do que, por exemplo, o elementar e o técnico, trazendo dificuldade para a sua reconstituição.

A situação é mais difícil no Brasil, até a bem pouco tempo sem historiadores da educação de importância, com enormes lacunas a serem preenchidas. Segundo o professor Casemiro dos Reis Filho, em obra pública em 1981, "somente depois de realizados estudos analíticos capazes de aprofundar o conhecimento da realidade educacional, tal como foi sendo constituído", é que poderá ser elaborada uma história da educação brasileira "na sua forma de síntese". E complementa: "trata-se de um conhecimento histórico capaz de fornecer à reflexão filosófica o conteúdo da realidade sobre a qual se pensa, tendo em vista descobrir as diretrizes e as coordenadas da ação pedagógica". Outra dificuldade deve-se ao fato de serem recentes entre nós cursos específicos de educação.

As escolas normais (de magistério) criadas no século XIX tinham baixíssima freqüência, e o ensino de história da educação não constava no currículo. Quando muito, era fornecida história geral e do Brasil. Naqueles cursos, a atenção maior estava centrada nas matérias de cultura geral, descuidando-se das que poderiam propiciar a formação profissional. Apenas a partir das reformas de 1930 a disciplina de história da educação passou fazer parte do currículo dos cursos de magistério.

Durante muito tempo, porém, a disciplina de história da educação esteve ligada à filosofia da educação nos cursos de nível secundário e superior (magistério e pedagogia), sem merecer a autonomia e o estatuto de ciência já conferida a disciplinas como psicologia, sociologia e biologia. Além disso, sofria freqüentemente o viés pragmático que enfatizava a missão de interpretar o passado para construir o futuro, com forte caráter doutrinário moral e religioso, uma vez que a disciplina ficava a cargo de padres, seminaristas e cristãos em geral. Nas décadas de 1930 e 1940, com a implantação das universidades, foram criadas faculdades de educação, dando oportunidade para pesquisa e elaboração de monografias e teses. Mesmo assim, nem sempre foi dispensado à história da educação o tempo necessário para

os alunos se ocuparem devidamente de tão extensa e complexa disciplina. Diz a professora Mirian Jorge Warde: “Há indícios de que nos anos 50 começa a se esboçar na USP, a partir do setor de Educação e, posteriormente, da relação entre este setor e o Centro Regional de Pesquisa Educacional, o CRPE/SP, algo como um projeto de construção de uma história da educação brasileira, autônoma, apoiada em levantamentos documentais originais, capaz de recobrir o processo de desenvolvimento do sistema público de ensino”. Esse movimento inaugurara o diálogo da história da educação com a sociologia da educação, além de ter a intenção de “gerar uma linhagem de pesquisa que produzisse a identidade da história da educação brasileira a partir de fontes empíricas novas”.

O período da ditadura militar foi danoso para a educação brasileira, como o fechamento de escolas experimentais e centros de pesquisa e a formação de grupos com forte orientação ideológica que preparam as leis das reformas do ensino superior em 1968 e a do curso secundário profissionalizante em 1971. No entanto, a reforma universitária trouxe o benefício da criação dos cursos de pós-graduação e a conseqüente fermentação intelectual que resultou em inúmeras teses, entre as quais aquelas focadas em educação. Além disso, os educadores foram estimulados a se aglutinarem em centros e associações de pesquisa, seja nas universidades, seja, pela iniciativa particular.

A ampliação das discussões de temas educacionais com a criação de centros regionais e congressos nacionais resultaram em incremento da produção científica, sobretudo durante as décadas de 1980 e 1990, inclusive com o acolhimento do mercado editorial, disposto a publicar essas teses e a fazer coletâneas desses pronunciamentos. O Instituto de Educação Estadual de Maringá busca uma concepção filosófica que esteja afinada as idéias de Marx (1818-1883) em que a história deve ser analisada a partir da infra-estrutura (fator material, econômicos, técnicos) e da luta de classes. Recusa, assim, a interpretação de que a história humana se transforma pela ação das próprias idéias (muito menos pela ação de “heróis” e “grandes vultos”), para justificar que o motor da história é a luta de classes: para entender o movimento histórico, não deve partir do que os indivíduos pensam, dizem, imaginam ou valoram (isto é, da supra estrutura) e sim da maneira pela qual produzem os bens materiais necessários à sua vida.

Somente nesse campo percebemos o embate das forças contraditórias entre proprietários e não-proprietários e entre estes últimos e os meios e objetos de trabalho. Desse modo é possível compreender o conflito de interesses antagônicos entre senhor x escravo (na antiguidade), senhor feudal x servo (Idade Média), (capitalista x proletário) a partir da modernidade. Sem perder de vista que nosso interesse aqui é a educação, lembramos que Marx a examina do ponto de vista dos interesses da classe dominante, o que explicaria, para ele, a ideologia da exclusão dos não proprietários no acesso pleno à cultura. Sob esse enfoque, a chamada história oficial silencia o pobre, o negro, a mulher e também os excluídos da escola, porque as interpretações são feitas de acordo com os valores e interesses dos que ocupam o poder.

2. EMENTA

Concepções de história. História e a educação. A transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. A Educação humanística e a reforma. As relações entre a Europa e a América. A educação jesuítica. O iluminismo e sua influência na educação brasileira. As pedagogias dominantes e não-dominantes e seus contextos históricos.

3. OBJETIVOS

- Conhecer a construção e produção do processo educacional ao longo da história, visando compreender que educação e produção estão inter-relacionadas através do trabalho humano.
- Refletir a construção histórica do processo educacional estabelecendo paralelo entre a história já produzida e a contemporânea.

4. CONTEÚDOS

- Concepção de História
- A história da educação
- Educação Clássica: Grécia e Roma
- Educação Medieval
- Renascimento da Educação Humanista
- Aspectos educacionais da Reforma e Contra-Reforma: Relação entre Europa e América;
- Educação brasileira no período colonial: a educação jesuítica e a Reforma Pombalina
- A educação brasileira no período Imperial: pedagogia “tradicional”
- Primeira República e Educação no Brasil (1889-1930): transição da pedagogia tradicional à pedagogia “nova”
- Educação no período de 1930 a 1982: liberalismo econômico, escolanovismo e tecnicismo
- Pedagogias não-liberais no Brasil: características e expoentes
- Educação Brasileira contemporânea: tendências neoliberais, pós-modernas versus materialismo histórico

5. METODOLOGIA

O trabalho pedagógico do professor será desenvolvido por meio da mediação utilizando-se de pesquisa bibliográfica, trabalho em grupo com apresentação e debates, fichamentos de leituras realizadas, seminário e leitura complementar. O trabalho deverá ser desenvolvido com base na Proposta Pedagógica Curricular do Curso de Formação de Docentes, no que diz respeito aos princípios estabelecido. A base de toda a fundamentação teórico-metodológica é o materialismo histórico e dialético.

6. AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir da participação dos alunos no trabalho pedagógico mencionado no item anterior e nas provas individuais. Considerar-se-á a

concepção de avaliação prescrita no PPC, haja vista, que esta é processual, cumulativa e diagnóstica.

7. REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia**. São Paulo: Moderna, 2000.

PILLETTI, Nelson. **História da educação no Brasil**. São Paulo: Ática, 1996.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira**: estrutura e sistema. Campinas: Autores Associados, 1966.

TEIXEIRA, Anísio**. Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

GUIRALDELLI, J. P. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1991.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia critico-social dos conteúdos. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E POLÍTICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

1. APRESENTAÇÃO

O panorama geral de discriminação das crianças e a persistente negação de seus direitos, que tem como conseqüência o aprofundamento da exclusão social, precisam ser combatidos com uma política que promova inclusão, combata a miséria e coloque a educação de todos no campo dos direitos. O Preâmbulo da Declaração dos Direitos da Criança, das Nações Unidas, afirma que a humanidade deve às crianças o melhor dos seus esforços. A Constituição Federal (1988) determina.

> É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL/CF,1988, ART. 227)

Ao Estado, portanto, compete formular políticas, implementar programas e viabilizar recursos que garantam à criança desenvolvimento integral e vida plena, de forma que complemente a ação da família. Em sua breve existência, a educação das crianças de 0 a 6 anos, como um direito, vem conquistando cada vez mais afirmação social, prestígio político e presença permanente no quadro educacional brasileiro.Em razão de sua importância no processo de constituição do sujeito, a Educação Infantil em creches ou entidades equivalentes (crianças de 0 a 3 anos) e em pré-escolas (crianças de 4 a 6 anos) tem adquirido, atualmente,Reconhecida importância como etapa inicial da Educação Básica e integrante dos sistemas de ensino. No entanto, a integração das instituições de Educação Infantil ao sistema educacional não foi acompanhada, em nível nacional, da correspondente dotação orçamentária. Embora a Educação Infantil não seja etapa obrigatória e sim direito da criança, opção da família e dever do Estado, o número de matrículas vem aumentando gradativamente (vide anexo 1). De acordo com o Censo Escolar, a média anual de crescimento no período de 2001 a 2003 foi de 6,4% na creche e de 3,5% na pré-escola.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2003, apenas 37,7% do total de crianças com idade entre 0 e 6 anos freqüentam uma instituição de Educação Infantil ou de Ensino Fundamental. Quando considerada a população de 4 a 6 anos, a taxa de freqüência à instituição é de 68,4%; e, quanto à população de 0 a 3 anos, esse percentual é de apenas 11,7%. Setenta e dois por cento desse atendimento encontra-se na rede pública, concentrando-se de maneira relevante no sistema municipal (66,97%), em função da maior pressão da demanda sobre a esfera que está mais próxima das famílias e em decorrência da responsabilidade constitucional do Plano Nacional de Educação (PNE) que define a ampliação da oferta “de forma a atender, em cinco anos, a 30% da população de até 3 anos de idade e a 60% da população de 4 a 6 anos (ou 4 e 5) e, até o final da década, alcançar a meta de 50%

das crianças de 0 a 3 anos e 80% das de 4 e 5 anos" (meta 1). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, 1996) abre a possibilidade de ampliação do acesso ao Ensino Fundamental para as crianças de 6 anos, faixa etária que concentra o maior número de matrículas na Educação Infantil.

Essa opção colocada aos sistemas de ensino diminui a demanda para esta etapa educacional e amplia a possibilidade de matrícula para as crianças de 4 e 5 anos. Para tanto, é imprescindível garantir que as salas continuem disponíveis para a Educação Infantil, não sendo utilizadas para o Ensino Fundamental e tampouco transformadas em salas de alfabetização1. A inclusão das crianças de 6 anos no Ensino Fundamental, no entanto, não pode ser efetivada sem que sejam consideradas as especificidades da faixa etária, bem como a necessidade primordial de articulação entre essas duas etapas da Educação Básica.

2. EMENTA

Contexto sócio-político e econômico em que emerge e se processa a EI e seus aspectos constitutivos (sócio-demográficos econômicos e culturais). Concepções de infância: contribuições das diferentes ciências - Antropologia, Filosofia, História, Psicologia, Sociologia. Infância e família. Infância e sociedade. Infância e cultura. História do atendimento à criança brasileira: políticas assistenciais e educacionais para a criança de zero a seis anos. A política de educação pré-escolar no Brasil. Perspectiva histórica do profissional de EI no Brasil. As crianças e suas famílias: diversidade. Políticas atuais: legislação e financiamento.

3. OBJETIVOS

- Analisar o contexto sócio-político e econômico em que emerge e se processa a educação infantil.
- Compreender as diferentes sociedades e culturas, bem como a educação nela inseridos.
- Compreender as teorias que fundamentam a construção do processo da Educação Infantil no Brasil;
- Analisar as contribuições das ciências humanas para a compreensão da infância numa perspectiva dialética;
- Propiciar atuação crítico-reflexivo diante das situações sociopolíticas e econômicas que envolvem a prática educativa nas instituições.

4. CONTEÚDOS

2° Ano I*ntegrado*

Concepções de infância historicamente situadas;
- A história da educação infantil
- O aparecimento da infância

História da infância no Brasil - (do Brasil Colônia aos dias atuais):
- História das creches no Brasil e no Paraná
- Legislação: Constituição da Republica Federativa do Brasil, 05/10/1988
- Estudo dos artigos que remetem à criança

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9394/96):
- Estudo dos artigos que direcionados à Educação Infantil

- Estatuto da Criança e Adolescente – ECA
Análise das proposições direcionadas a criança e sua relevância para a docência:
- Perfil profissional para a Educação Infantil
- Referencial Curricular para a Educação Infantil
- Políticas atuais para a Educação Infantil: legislação e financiamentos

1° Ano Subsequente

Concepções de infância historicamente situadas:
- A história da educação infantil
- O aparecimento da infância;

História da infância no Brasil - (do Brasil Colônia aos dias atuais:
- História das creches no Brasil e no Paraná

2° Ano subsequente

Legislação: Constituição da Republica Federativa do Brasil, 05/10/1988:
- Estudo dos artigos que remetem à criança

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Lei nº 9394/96:
- Estudo dos artigos que direcionados à Educação Infantil;

Estatuto da Criança e Adolescente – ECA:
- Análise das proposições direcionadas a criança e sua relevância para a docência
- Perfil profissional para a Educação Infantil
- Referencial Curricular para a Educação Infantil
- Políticas atuais para a Educação Infantil: legislação e financiamentos

1º Semestre Subsequente

Concepções de infância historicamente situadas:
- A história da educação infantil
- O aparecimento da infância

História da infância no Brasil - (do Brasil Colônia aos dias atuais):
- História das creches no Brasil e no Paraná
- Legislação: Constituição da República Federativa
- Estudo dos artigos que remetem à criança

2° Semestre Subsequente

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9394/9):
- Estudo dos artigos que direcionados à Educação Infantil

Estatuto da Criança e Adolescente – ECA:
- Análise das proposições direcionadas a criança
- Perfil profissional para a Educação Infantil
- Referencial Curricular para a Educação Infantil

5. METODOLOGIA

Os conteúdos serão trabalhados tendo como ponto de partida os conhecimentos que o aluno já tem sobre o assunto. As situações de ensino devem propiciar a apropriação e a re-elaboração dos conteúdos, numa perspectiva crítica, através da utilização de diferentes recursos (recursos audiovisuais, diferentes formas de textos e filmes). Essa perspectiva metodológica firma-se no materialismo histórico e dialético, no qual se tem os fundamentos propostos por Marx, Engels, Gramsci e Saviani que traduz a educação como a base do processo de humanização dos

homens. Nessa vertente teórico-metodológica busca compreender a materialidade do conhecimento e sua importância para intervir de forma consciente na realidade.

6. AVALIAÇÃO

A avaliação deve permear todo o processo ensino-aprendizagem, desde a seleção e organização dos conteúdos, os textos a serem trabalhados, os recursos a serem utilizados, bem como a metodologia de trabalho, no sentido de revê-los quando necessário. As situações avaliativas devem ocorrer de formas variadas (oralidade, escrita, organização de idéias, apropriação crítica dos conteúdos). A disciplina deverá partir da concepção de avaliação proposta nesta PPC, haja vista que esta caracteriza-se por ser diagnóstica, cumulativa e processual.

7. REFERÊNCIAS

AFONSO, L. Gênero e processo de socialização em creches comunitárias. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 93, p. 3-87, maio 1995.

ARCE, A. **A pedagogia na era das revoluções**: uma análise do pensamento de Pestalozzi e Froebel. Campinas: Autores Associados, 2002.

ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BERQUÓ, E. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SCHWARCZ, L. M. (org.). **História da vida privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB nº 22**, de 17 de dezembro de 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB nº1**, de 29 de janeiro de 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CEB nº 1**, de 7 de abril de 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CEB nº 2**, de 19 de abril de 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CEB nº 4**, de 16 de fevereiro de 2000.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei no 8069, de 13 de julho de 1990, São Paulo: Cortez, 1990.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Educação infantil no Brasil**:

situação atual. Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Política nacional de educação infantil**. Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças.** Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Propostas pedagógicas e currículo em educação infantil**: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise. Brasília, MEC/SEF/DPE/COEDI, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei no 9394/96. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Departamento de Políticas Educacionais. Coordenação Geral de Educação Infantil. **Referencial curricular nacional para a educação**. Brasília, MEC/SEF/ DPE/COEDI, 1998.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS PSICOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

Os conhecimentos científicos que compõem a disciplina Fundamentos Psicológicos da Educação devem contribuir para a fundamentação da formação docente, no que diz respeito aos processos de ensino e de aprendizagem das crianças que freqüentam as séries iniciais do ensino fundamental. Os conteúdos curriculares da disciplina dizem respeito às principais teorias psicológicas, historicamente situadas, cujas concepções buscam explicar os processos que envolvem o desenvolvimento humano, a aprendizagem, bem como a relação entre um e outro.

A tarefa de ensinar não está centrada apenas nas mãos dos professores. Desde o nascimento, a criança aprende com a família, com os amigos, com as pessoas com as quais convive, com os meios de comunicação de massa, com as experiências do cotidiano. Fora da escola os conhecimentos são assimilados de forma espontânea, a partir das experiências diretas da criança. Entretanto a escola é a instituição social que se apresenta como responsável pela educação sistemática. É na escola que a criança passa por transformações radicais na sua forma de pensar.

Na aprendizagem escolar, ao contrário, existe uma intenção prévia de organizar situações que propiciem o aprimoramento dos processos do pensamento, ou seja, a aprendizagem de conceitos científicos. Daí a importância de se colocar a serviço da educação o conjunto de conhecimentos psicológicos sobre as bases do desenvolvimento e da aprendizagem.

2. EMENTA

Introdução ao estudo da Psicologia; Introdução à Psicologia da Educação; Principais teorias psicológicas que influenciaram e influenciam a psicologia contemporânea: Skinner e a psicologia comportamental; Psicanálise e educação. O sócio-construtivismo: Piaget, Vygotsky e Wallon. Psicologia do de desenvolvimento da criança e do adolescente. Desenvolvimento da criança e do adolescente. Desenvolvimento humano e sua relação com a aprendizagem. A linguagem, os aspectos sociais, culturais e afetivos da criança e a cognição.

3. OBJETIVO

Fundamentar a formação dos alunos do curso de Formação de Docentes com conhecimentos científicos básicos de diferentes teorias e concepções da Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem humana.

4. CONTEÚDOS

1º Semestre

- Concepção de Psicologia: Origem e história da psicologia.
-Psicanálise e educação: A gestação da psicanálise; A descoberta do inconsciente.
- Conceitos básicos: Instinto, libido, agressão, cathexis.
- A primeira teoria sobre a estrutura do aparelho psíquico: o inconsciente, o pré-consciente e o consciente.

- A descoberta da sexualidade infantil.
- A segunda teoria do aparelho psíquico: Id, Ego e Superego.
- Dinâmica da personalidade: Os mecanismos de defesa.
- O desenvolvimento da personalidade e os estágios de desenvolvimento:
- A Psicologia e as concepções de desenvolvimento: inatista, ambientalista e interacionista.
- A tese da hereditariedade e suas influências no processo pedagógico
- Escola Behaviorista e a aprendizagem; conceitos básicos de: John Broadus Watson e o reflexo condicionado; Burrhus Frederic Skinner e o condicionamento operante.

2º Semestre

- A teoria de Jean Piaget - conceitos básicos: A concepção de inteligência; A concepção de aprendizagem.
- Conteúdo, estrutura, esquema função, assimilação, acomodação, equilibração.
- Os estágios de desenvolvimento: sensório-motor, pré-operatório, operatório-concreto e operatório-formal.
- Psicologia e a Concepção Histórico-Cultural: A teoria de Vygotsky
- Quem foi Lev Semenovich Vygotsky - contexto de sua produção teórica
- Pressupostos marxistas: a concepção histórica e social do sujeito
- A mediação simbólica: O uso de instrumentos; O uso de signos.
- Pensamento e linguagem:
- O desenvolvimento do pensamento e da linguagem
- O significado das palavras
- O discurso interior e a fala egocêntrica
- Desenvolvimento e aprendizado:
- O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal
- O papel da intervenção pedagógica (o conceito de mediação do professor)
- Brinquedo e desenvolvimento
- A evolução da escrita na criança
- Percepção, atenção voluntária e memória
- Conceito espontâneo e conceito científico
- Aprendizagem: internalização e generalização
- Psicologia e a abordagem de Henri Wallon
- A Teoria de Wallon – pressupostos:
- O conceito de desenvolvimento
- Do gesto ao simbólico: Wallon sobre a formação do símbolo.

5. METODOLOGIA

O ponto de partida para o ensino serão os conhecimentos que os alunos já têm sobre o assunto. As situações de ensino serão organizadas de modo a possibilitar a internalização e a generalização dos conceitos gerais sobre o tema abordado**.** As situações de ensino devem propiciar a apropriação e a generalização dos conceitos científicos, que serão mediados pelo professor, por meio de questionamentos, exposições orais, explicações, inferências, orientações individuais e coletivas e pesquisa. Serão utilizados diferentes recursos como: textos (didáticos, informativos, reportagens) áudios-visuais. As atividades do aluno sobre os conteúdos são

essenciais, e devem priorizar a interpretação, a compreensão, a análise e a comparação.

6. AVALIAÇÃO

Será realizada em função dos objetivos propostos, por meio da apresentação das atividades solicitadas e pela participação de nas propostas de trabalho. O aluno deverá realizar auto-avaliações para que defina o seu grau de envolvimento e aprendizagem. Será avaliada a pontualidade na entrega das atividades, sendo que o seu descumprimento implicará em ser considerada atividade de recuperação. Todos os alunos que não se apropriarem do mínimo necessário terão oportunidade de refazer suas atividades em prazo estipulado. Os instrumentos de avaliação são: provas, trabalhos, produções textuais, participação oral, relatórios e demais recursos necessários para a expressão do sucesso da aprendizagem.

7. REFERÊNCIAS

BAQUERO, R. **Vygotsky e a aprendizagem escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

BOCK, A. M. et al. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva, 1998.

BOCK, A. M.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva 1999.

DAVIS, C.; OLIVEIRA, Z. **Psicologia na educação**. São Paulo: Cortez, 1991.

DOLLE, J. M. **Para compreender Jean Piaget**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

LANE, S. et. al. **Psicologia social**: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MACIEL, I. M. et. al. **Psicologia e educação**: novos caminhos para a formação. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2001.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS SOCIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

A disciplina Fundamentos Sociológicos da Educação deve oferecer aos futuros professores instrumentos para olhar a sociedade e a escola, as crianças, as famílias, a sua prática docente e o contexto macro social e político. Os conteúdos da disciplina devem possibilitar aos alunos (futuros professores) uma visão mais ampla da realidade social, em seus aspectos históricos, econômicos e políticos. Seus olhares devem ser alterados. Devem se desprender das imagens já construídas sobre a escola, os professores, os pobres, os ricos, as igrejas, as religiões, a cidade, os bairros, as favelas, a violência, os políticos, a política, os movimentos sociais, os conflitos, as desigualdades, entre outros.

Os fundamentos sociológicos devem contribuir para que os alunos a percebam as determinações sociais da sua prática profissional, da configuração do sistema educacional no país, da sua inserção na estrutura de classes do capitalismo, do significado da educação no capitalismo, entre outros. A disciplina deve ser compreendida como um instrumento científico que altera os olhares e, conseqüentemente, a prática pela *práxis* educativa. Práxis, porque não nega, não escamoteia seu sentido político, de transformação.

Como todo o currículo, por meio desta disciplina intenciona-se transformar os alunos no sentido de que sejam educadores comprometidos com o direito das crianças ao atendimento escolar de qualidade. Ser comprometido com esse direito pressupõe a compreensão da sociedade capitalista, dividida em classes sociais. Pressupõe a compreensão da gênese das relações sociais no país, as formações e os modos de vida no Brasil em suas manifestações culturais, a escola em relação às religiões, aos sem-terra, aos latifundiários, aos negros, aos portadores de necessidades especiais, às mulheres, aos índios, aos filhos de trabalhadores, aos filhos da pequena burguesia, da burguesia, da classe de renda média, entre outros.

2. EMENTA

A educação na perspectiva sociológica e antropológica. As teorias clássicas e contemporâneas sobre a sociedade e a educação. Estudos socioantropológicos sobre a educação e a escola no Brasil (urbano e rural). Concepções de crianças e infância como construção histórica e social. A educação no campo. Experiências das escolas rurais, do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra e das ONG´s voltadas para a educação dos Trabalhadores Temporários do Campo, entre outras.

3. OBJETIVO

Propiciar, por meio das teorias sociológicas, clássicas e contemporâneas, os fundamentos necessários à formação de uma visão desveladora da realidade social, e, conseqüentemente da educação, que dê sustentação a uma prática educativa consciente e intencional.

4. CONTEÚDOS

1º Semestre

- Concepção de Sociologia
- Concepção de Educação
- A educação como objeto de estudo da Sociologia
- A educação e o positivismo: Augusto Comte e Émile Durkheim: a educação como fato social, com as características de coerção, exterioridade e generalidade;
- A educação na teoria de Gramsci.

2º Semestre

- A educação na teoria de Karl Marx: a visão materialista histórico-dialética do homem, da sociedade e da educação;
- Educação na teoria de Florestan Fernandes
- Relação entre o saber e o poder
- Educação dentro e fora da escola
- Desigualdade de acesso à educação
- Educação escolar e exclusão social

5. METODOLOGIA

Os objetivos propostos só serão alcançados com um conjunto de procedimentos e meios devidamente articulados e definidos, mas sem deixar de valorizar o já pensado, buscando estimular no educando a reflexão autônoma e o pensamento crítico a partir de aulas expositivas dialogadas, de aplicação do conhecimento, trabalhos de leitura e análise de textos, análise de filmes, seminários e pesquisas bibliográficas. A metodologia segue o princípio da Proposta Pedagógica Curricular do Curso de Formação de Docentes, a qual referencia os fundamentos teórico-metodológicos pautado no materialismo histórico cuja base encontra-se em Marx, Engels, Gramsci, dentre outros pensadores que orientam para a práxis.

6. AVALIAÇÃO

O que importa na avaliação é o adequado entendimento dos conteúdos trabalhados, coerência e clareza na exposição de idéias e na argumentação Os instrumentos avaliativos utilizados serão: prova escrita individuais, produção textual, seminários, pesquisas bibliográficas, participação nas atividades propostas, análise de filmes e textos.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Educação, sociedade e trabalho**: abordagem sociológica da Educação. Curso pró-funcionário. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação à Distância, 2008.

FLORESTAN, F. A educação numa sociedade tribal. In: PEREIRA, L.; FORACHI, M (Org) **Educação e sociedade**: leituras de sociologia da educação. São Paulo: Nacional, 1976.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

KRUPPA, Sonia M. Portella. **Sociologia da educação**. Série Formação do Professor. São Paulo: Cortez, 1994.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia**. São Paulo: Cortez, 1994.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores associados, 2005.

OLIVEIRA, Pérsio Santos de. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Ática, 2009.

DISCIPLINA: LITERATURA INFANTIL

1. APRESENTAÇÃO

Desde a história até a atualidade, a relação entre escola e literatura infantil vem se transformando constantemente. Formamos opiniões, conceitos e idéias através de vozes diferentes, que percorrem os tempos e também todo o planeta. A concepção de infância que estava em voga no final do século XVII e durante o século XVIII, época em que foram escritos os primeiros livros para crianças não existia tal idéia. Em meio a Idade Média surgia um novo conceito de família, que consistia na idéia de família nuclear moderna, a unicelular, valorizava o casamento, a educação de herdeiros..Nesse sentido, a escola teve o papel de introduzir a criança na vida adulta, reunindo-as em grupos com características semelhantes. Ela também teve de protegê-la das maldades do mundo, tendo o professor como uma autoridade.

Essa escola não trabalhava com a realidade do mundo infantil e negava a convivência social, apenas ensinando-lhe as normas. Essa educação normativa manifestava os ideais burgueses, ou seja, colocava as regras ditadas por aqueles que tinham o poder. Essa burguesia, que estava em ascensão nos séculos XVIII e XIX, estava também diretamente ligada à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino escolar e também ao surgimento de uma pedagogia controladora.

O caráter normativo dado à literatura, atualmente mudou. Hoje falamos de uma educação formativa. A escola, o livro, bem como a literatura infantil, e as relações entre eles e as suas especificidades estão dirigidas à formação de um indivíduo, mesmo que essa seja conformar-se com o pensamento existente. A escola sempre teve a função de reproduzir aspectos sociais para adestrarem os alunos, para que eles obedecessem aos padrões ideais. Hoje ela tem a função de transformar a sociedade, revendo esses valores, padrões e ideais pregados por uma educação normativa.

A literatura infantil na escola possibilita que se faça cumprir o ideário de educação tão comentado na atualidade: a transformação. Sendo assim, a principal função da literatura infantil: é refletir sobre a realidade, desmontando-a e remontando-a na busca da formação de opiniões críticas que questionem a situação real em que se vive. Portanto, enquanto professores em formação, a oportunidade de refletir sobre a literatura infantil na escola, com certeza contribuirá para abrir caminho à concretização do objetivo da educação, da escola e da própria literatura: formar leitores. Leitores críticos que façam acontecer a transformação da nossa sociedade.

2. EMENTA

História e características da literatura infantil. A literatura infantil para crianças de 0 a 6 anos: aspectos lúdico e formativo. A importância da literatura para a aquisição da linguagem oral e escrita. Clássicos infantis: possibilidade de adaptações e criações. O pressuposto da educação artística e de domínio cultural da língua portuguesa funda-se também no ensino da literatura infantil, que deve sr apropriada pelo futuro professor. Conhecer e interpretar as diferentes correntes literárias.

3. OBJETIVOS

- Situar a Literatura Infantil no tempo e espaço considerando seu aspecto sedutor e estético, características capazes de despertar na criança a leitura prazer.
- Criar condições necessárias para a identificação dos gêneros literários e sua utilização na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

4. CONTEÚDOS

- Concepção de literatura e de infância;
- Histórico da literatura infantil;
- Origem da literatura infantil na Europa;
- A identidade da literatura infantil;
- Contação de histórias/oficinas;
- A literatura e o lúdico (projeção de documentário);
- Literatura infantil no Brasil – Monteiro Lobato;
- Aspecto lúdico: literatura e ludicidade;
- Estratégias para explorar a literatura;
- O livro de literatura infantil: texto, imagem, análise, produção;
- Poesia infantil: características, estratégias para exploração da poesia; Gêneros literários: fábulas, apólogo, parábola, alegoria, alegorias, mito, lenda, contos.

5. METODOLOGIA

O ponto de partida para os conteúdos propostos na disciplina serão os conhecimentos prévios, os quais os futuros docentes já possuem, ou seja, o que já trazem sobre o assunto. As situações de ensino devem propiciar a apropriação e a generalização dos conceitos científicos, que serão mediados pelo professor, por meio de questionamentos, exposições orais, explicações, inferências, orientações individuais e coletivas, pesquisa bibliográfica, projeção e discussão de documentários, leitura, resumo, resenha, fichamento e debates, análise de obras literárias, contação de histórias/oficinas, estudo teórico e prático sobre poesia infantil. Serão utilizados diferentes recursos como: textos (didáticos, informativos, reportagens) áudios-visuais. As atividades do aluno sobre os conteúdos são essenciais, e devem priorizar a interpretação, a compreensão, a análise e a comparação.

6. AVALIAÇÃO

A avaliação deve permear todo o processo de ensino e aprendizagem desde a seleção e organização dos conteúdos, os recursos utilizados, bem como a metodologia, no sentido de retomá-los, sempre que for necessário. O cotidiano da sala de aula, bem como as situações avaliativas, deve possibilitar a constatação da apropriação dos conceitos que constituem os conteúdos da disciplina. Estes conceitos devem ser explicitados na oralidade, nas produções escritas, com possibilidades interpretação, análise e generalizações. Para a avaliação serão considerados: provas, trabalhos em grupos, exercícios, relatórios, registro de leituras e pesquisas.

7. REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Fanny. **O estranho mundo que se mostra a criança**. São Paulo: Sammus, *1983.*

_____. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, 1994.

COELHO, Nelly Novaes**. Literatura infantil:** teoria e análise. São Paulo: Moderna, 2003.

LOJOLO, M. e Zilberman, R. **Literatura infantil brasileira**: histórias & histórias. São Paulo: Ática, 1998.

MACHADO, Irene. **Literatura e redação**. São Paulo: Scipione, 1994.

Obs.: Obras diversas de literatura infantil: clássicos contemporâneos.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS

1. APRESENTAÇÃO

A importância do ensino de Ciências Naturais em todos os níveis de escolaridade tem sido muito discutida e diversos trabalhos defendidos em programas de pós-graduação brasileiros corroboram essa relevância no tocante às séries iniciais (ZANON, 2006, DUCATTI-SILVA, 2005, SILVA, 2006). “A importância do ensino de ciências é reconhecida por pesquisadores da área em todo o mundo, havendo uma concordância relativa à inclusão de temas relacionados à Ciência e à Tecnologia nas séries iniciais” (LORENZETTI, 2005, p. 1). Embora haja convergência de opiniões quanto à necessidade do ensino de Ciências, já presente nos currículos e planejamentos escolares, ainda hoje a formação científica oferecida nas primeiras séries não é suficiente se considerarmos como um de seus principais objetivos a compreensão, pela criança, do mundo que a cerca (LORENZETTI, 2005). Para que um país esteja em condições de atender às necessidades fundamentais de sua população, o ensino de ciências e tecnologia é um imperativo estratégico [...]. “Hoje, mais do que nunca, é necessário fomentar e difundir a alfabetização científica em todas as culturas e em todos os sectores da sociedade” (Declaração de Budapeste, 1999).

Nesse contexto, o ensino de Ciências deve propiciar a todos (as) os (as) cidadãos (as) os conhecimentos e oportunidades de desenvolvimento de capacidades necessárias para se orientarem numa sociedade complexa de modo que compreenda o que se passa à sua volta, posicionando-se e intervindo em sua realidade. Assim:

> O ensino de ciências, entre outros aspectos, deve contribuir para o domínio das técnicas de leitura e escrita; permitir o aprendizado dos conceitos básicos das ciências naturais e da aplicação dos princípios aprendidos a situações práticas; possibilitar a compreensão das relações entre a ciência e a sociedade e dos mecanismos de produção e apropriação dos conhecimentos científicos e tecnológicos; garantir a transmissão e a sistematização dos saberes e da cultura regional e local (FRACALANZA, AMARAL e GOUVEIA, 1986, p. 26 -27).

As razões acima elencadas se contrapõem ao ensino centrado no livro didático, memorístico, acrítico e a-histórico praticado na maioria das escolas. Visando à mudança desta realidade, torna-se necessário desenvolver um ensino de Ciências que tenha como foco, logo nas séries iniciais do processo de escolarização, “a ação da criança, a sua participação ativa durante o processo de aquisição do conhecimento, a partir de desafiadoras atividades de aprendizagem” (FRIZZO e MARIN, 1989, p. 14). Desta maneira, poderemos possibilitar condições para que o sujeito da aprendizagem exerça sua cidadania. “Para o exercício pleno da cidadania, um mínimo de formação básica em ciências deve ser desenvolvido, de modo a fornecer instrumentos que possibilitem uma melhor compreensão da sociedade em que vivemos” (DELIZOICOV e ANGOTTI, 1990, p.56). Assim, todos os indivíduos devem receber uma formação mínima em ciências naturais para a sua formação

cultural, uma vez que o conhecimento científico é parte constituinte da cultura construída pela humanidade.

Além disso, é “no âmbito das séries iniciais que a criança constrói seus conceitos e apreende de modo mais significativo o ambiente que a rodeia, através da apropriação e compreensão dos significados apresentados mediante o ensino das Ciências Naturais” (LORENZETTI, 2005, p. 2). As Ciências da Natureza, portanto, precisam ser entendidas como um elemento da cultura e também como uma construção humana, considerando que os conhecimentos científicos e tecnológicos desenvolvem-se em grande escala na atual sociedade. A prática pedagógica, portanto, deve possibilitar, para além da mera exposição de idéias, a discussão das causas dos fenômenos, o entendimento dos processos em estudo, a análise acerca de onde e como aquele conhecimento apresentado em sala de aula está presente nas vidas dos sujeitos e, sempre que possível, as implicações destes conhecimentos na sociedade.

É fato que a formação dos professores constitui um fator de grande relevância do quadro de problemas percebidos no ensino de Ciências. Sabe-se que o professor termina o curso de Magistério e a licenciatura em Pedagogia, geralmente sem a formação adequada para ensinar Ciências Naturais (DUCATTI-SILVA, 2005). I Simpósio Nacional de Ensino de Ciência e Tecnologia – 2009 ISBN: 978-85-7014-048-7 Nesse sentido, o ensino de Ciências para as primeiras séries do Ensino Fundamental possui algumas peculiaridades quando comparada ao das séries subseqüentes. Sua principal característica é o fato de ser praticada por um professor polivalente, em geral responsável também pelo ensino de outras disciplinas. “Independente se este é um fator que facilita ou não o ensino de Ciências nesta etapa da escolaridade, o que pesquisas têm apontado é que ele apresenta um rol de problemas” (LONGHINI, 2008, p. 241).

O ensino de Ciências da Natureza conforme Bonando (1994) tem sido muito superficial e o professor, muitas vezes transcreve na lousa listas de exercícios para as crianças estudarem para as provas escritas, cabendo a elas decorar conceitos. Para esse mesmo autor, os docentes justificam que o reduzido número de atividades em Ciências neste nível de ensino (e que muitas vezes sequer existem) deve-se ao nível de escolaridade dos estudantes, que por estarem ainda em fase de alfabetização, nem sempre necessitam aprender sobre este componente curricular. No entanto, os próprios Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998) advogam a importância de se ensinar conteúdos deste componente curricular desde as primeiras séries da escolarização básica. Em uma breve retrospectiva histórica acerca do ensino de Ciências para as séries iniciais. Hamburger (2007) relata que no antigo Grupo Escolar as professoras (a grande maioria mulheres), eram formadas nas Escolas Normais.

A formação em Ciências era bastante deficitária e, dessa forma, pouco ensinava essa disciplina. Em 1961 foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 4024/61) e algum tempo depois foram estabelecidos, pelo Conselho Federal de Educação, os “currículos mínimos” para as licenciaturas. Dez anos depois, com a promulgação da lei 5692/71, foi editada nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, e o tradicional Curso Normal, para formação docente para o então chamado Primário, foi substituída pela habilitação profissionalizante no Ensino

Médio comum, resultando em desvalorização. Com a LDB aprovada em 1996 (9394/96), passa a haver a exigência de formação em nível superior para atuação docente em toda a Educação Básica, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. “Entretanto, em vez do Curso Normal superior previsto na lei, foi adaptado o antigo curso de Pedagogia, que se destinava a formar técnicos universitários em administração escolar mais do que professores.

O resultado é que não há, atualmente, estrutura legal nem curso adequados para uma boa formação dos professores das séries iniciais, talvez os mais importantes na educação das crianças! “Para o ensino de Ciências, a situação não parece ter melhorado, com a exigência de nível superior, os futuros professores continuam aprendendo pouca ciência e têm dificuldade de tratar temas científicos em aula” (HAMBURGER, 2007, p. 96). Em 2007, com a publicação de um novo relatório sobre o ensino de Ciências nas séries iniciais (Duschl et al, 2007, apud Hamburger, 2007) da National Academy of Sciences/National Research Council dos Estados Unidos, fica evidente a relevância do resultado de pesquisas educacionais realizadas com crianças a partir de 5-6 anos: ao ingressarem na escola, já têm capacidade intelectual para aprender Ciências Naturais e, inclusive, fazer experimentação. O desafio do educador é despertar a curiosidade e a capacidade de reflexão, a formação deve propiciar essa condição:

> No entanto, não seria descabido afirmar que a formação de professores no Brasil dificilmente figura entre as prioridades do sistema universitário, especialmente quando nos referimos ao sistema público. Os professores polivalentes que atuam nas quatro primeiras séries do ensino fundamental têm poucas oportunidades de se aprofundar no conhecimento científico e na metodologia de ensino específica da área, tanto quando sua formação ocorre em cursos de magistério como em cursos de Pedagogia (BIZZO, 2002, p. 65).

Além da discussão fundamentada nas ementas/programas detalhados das disciplinas de Metodologia de Ensino de Ciências e afins, pesquisadas nas cinco instituições formadoras consideradas para realização deste trabalho, fez-se necessário contemplar o decreto nº. 3.276/99, que dispõe sobre a formação docente para atuação na Educação Básica. Seu artigo 2º explicita que os cursos deverão possibilitar uma “formação básica comum, com concepção curricular integrada, de modo a assegurar as especificidades do trabalho do professor na formação para atuação multidisciplinar e em campos específicos do conhecimento” (Brasil, 1999), coerente com os documentos oficiais que regulamentam o ensino de uma área multidisciplinar como as Ciências Naturais, em particular aquela tratada nas primeiras séries do processo de escolarização. “Assim, o profissional deverá estar preparado para atuar na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental, administração e no trabalho de assessoria às escolas, como também terá uma formação que lhe permitirá exercer o magistério de modo criativo e comprometido com a educação das crianças”.

2. EMENTA

O Ensino de Ciências e a construção de uma cultura científica que possibilite ao cidadão comparar as diferentes explicações sobre o mundo. A energia para a vida e a inserção do homem no contexto do universo. Aprendizagem integrada de Ciências como possibilidade para a compreensão das relações ciências, sociedade, tecnologia e cidadania. A construção dos conceitos científicos. O pensamento racional e o pensamento intuitivo na aprendizagem de ciências. O papel dos professores, das famílias e das comunidades, na aprendizagem formal e informal de Ciências. Noções de espaço, tempo e casualidade no que diz respeito à matéria, energia e suas transformações. A saúde do homem. O acompanhamento do processo de aprendizagem e os conteúdos específicos por série.

3. OBJETIVO

Possibilitar aos alunos do curso de Formação de Docentes, embasamento teórico-metodológico e domínio necessário para compreender o ensino de Ciências como construção de um processo histórico e dinâmico em que se dá a evolução e a elaboração de necessidades, visando estabelecer relações entre teoria e prática no ato de ensinar.

4. CONTEÚDOS

4º Ano Integrado

- Princípios orientadores para o ensino de ciências; metodologias aplicadas;
- Eixos do ensino de ciências: astronomia, transformação da matéria em energia, saúde e qualidade de vida;
- Registros científicos – objetivos e importância: audiovisuais, laboratórios, confecções de materiais;
- Conteúdos programáticos do Ensino de Ciências nas séries iniciais.

1º Semestre: O ensino de Ciências e a construção de uma cultura científica que possibilite comparar as diferentes explicações sobre o mundo; A energia para a vida e a inserção do homem no contexto do universo; A relação ciência, sociedade e tecnologia. Noções de espaço/tempo e casualidade no que diz respeito à matéria, energia e suas transformações.

2º Semestre: Os eixos para o ensino de ciências: astronomia, transformação e interação da matéria e energia; Conteúdos programáticos para o ensino de ciências nas séries iniciais; Atividades práticas para o ensino de ciências nas séries iniciais; Elaboração de planejamento e aplicação de atividades em aulas práticas de ciências para as séries iniciais em forma de oficinas.

2º Ano Subsequente

- Conceito de Ciência. A relação ciências, sociedade e tecnologia. A construção histórica do conhecimento científico, conhecimento científico x senso comum. Fundamentos dos métodos em ciências – conceitos e aplicação: método científico (observação, hipóteses)
- Observação como exploração do meio; experimentação (demonstração (demonstração, classificação, exemplificação).
- A construção do currículo para o ensino de ciências para as séries iniciais do ensino fundamental.

- O papel do professor no ensino de ciências nas séries iniciais.

1º Semestre: A construção histórica do conhecimento científico e suas características: conhecimento cotidiano, conhecimento filosófico, conhecimento tecnológico, conhecimento científico; A construção do currículo para o ensino de ciências nas séries iniciais; Observação como exploração do meio; experimentação (demonstração, classificação, exemplificação).

2º Semestre: Os princípios que orientam o ensino e aprendizagem para o ensino de ciências nas séries iniciais; O professor como orientador no processo de ensino e aprendizagem em ciências nas séries iniciais; Recursos didáticos – objetivos e importância: audiovisuais, laboratório, confecção de materiais.

3º Ano Subsequente

- Princípios orientadores para o ensino de ciências; metodologias aplicadas;
- Eixos do ensino de ciências: astronomia, transformação da matéria em energia, saúde e qualidade de vida;
- Registros científicos – objetivos e importância: audiovisuais, laboratórios,confecções de materiais;
- Conteúdos programáticos do Ensino de Ciências nas séries iniciais;

1º Semestre: O ensino de Ciências e a construção de uma cultura científica que possibilite comparar as diferentes explicações sobre o mundo; A energia para a vida e a inserção do homem no contexto do universo; A relação ciência, sociedade e tecnologia. Noções de espaço/tempo e casualidade no que diz respeito à matéria, energia e suas transformações.

2º Semestre: Os eixos para o ensino de ciências: astronomia, transformação e interação da matéria e energia; Conteúdos programáticos para o ensino de ciências nas séries iniciais; Atividades práticas para o ensino de ciências nas séries iniciais; Elaboração de planejamento e aplicação de atividades em aulas práticas de ciências para as séries iniciais em forma de oficinas.

5. METODOLOGIA

Visando um trabalho contextualizado, que proporcione ao futuro docente o embasamento teórico metodológico, necessário para sua atuação nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a metodologia a ser desenvolvida na disciplina baseia-se na perspectiva elencada na própria proposta pedagógica do Curso de Formação de Docentes, pautada no materialismo histórico e dialético cujas teorias nos orientam para uma metodologia voltada para aulas expositivas, uso de recursos audiovisuais, leitura e análise crítica de textos, discussões em grupos, pesquisas no laboratório de informática, confecção de materiais didáticos, apresentações de seminários, realização de experiências e elaboração de registros.

6. AVALIAÇÃO

A partir da concepção de avaliação presente no Projeto Político Pedagógico da Instituição Escolar, a avaliação possui caráter de continuidade, de diagnóstico e caracteriza-se por ser processual. Desta forma deve considerar o ensino e a aprendizagem como indispensáveis antes, durante e depois de cada conteúdo trabalhado. Assim sendo, a necessidade de rever, retomar, a fim de atingir os objetivos propostos.

7. REFERÊNCIAS

PARANÁ. Currículo Básico para o Ensino de Ciências no Estado do Paraná. Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino de Ciências nas séries iniciais. **O conhecimento escolar e o cotidiano.** Lopes, A. R. Rio de Janeiro: UEBJ. 1999.

CANIATO, Rodolfpho. **O que é astronomia.** São Paulo: Brasiliense, 1989.

KRASILCHIK, Myriam. **O professor e o currículo das ciências**. São Paulo: EPU, 1987.

BIZZO, N.M.V. (2002). **Ciências: fácil ou difícil**? São Paulo: Ática, 2002.

BONANDO, P.A. (1994). **Ensino de ciências nas séries iniciais do 1º grau:** descrição e análise de um programa de ensino e assessoria ao professor. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.
DELIZOICOV, D.; ANGOTTI, A. (1990). **Metodologia do ensino de ciências**. São Paulo: Cortez.

FRIZZO, M. N.; Marin, E. B. (1989). **O ensino de ciências nas séries iniciais**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2002.

GADOTTI, M. (1998). **Pedagogia da práxis.** São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, A.F.A. (2006). **Ensino e aprendizagem de ciências nas séries iniciais**: concepções de um grupo de professoras em formação. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP. 2006.

ZANON, D.A.V. (2005). **Ensinar e aprender Ciências no ensino fundamental com atividades investigativas**: enfoque no projeto ABC na Educação Científica Mão na Massa. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DA ARTE

1. APRESENTAÇÃO

O ensino da Arte foi tornado obrigatório no Brasil em 1971, pela Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional – Lei 5692/71. Não havia, neste período, cursos de formação de professores de Arte nas universidades brasileiras. Por isso, em 1973, visando atender rapidamente a demanda criada pela lei, o governo criou o curso de graduação em Educação Artística, cuja modalidade em Licenciatura Curta, com duração de apenas dois anos, permitiu aos graduados lecionar no 1º Grau. A promulgação da Constituição em 1988 tornou necessária a elaboração de nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional.

A nova LDB - Lei 9.394/96, também chamada Lei Darcy Ribeiro, manteve a obrigatoriedade da Arte na educação básica: "O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos" (artigo 26, § 2º). Visando identificar o papel atribuído ao ensino da Arte na educação formal, cuja importância justificasse a sua inclusão como disciplina obrigatória nos diversos níveis da educação básica foi realizada um levantamento das teses, dissertações e anais, publicados nos últimos dez anos, período em que a nova LDB já tramitava no Congresso, e as discussões sobre a obrigatoriedade do ensino da Arte já estavam em curso. Foram considerados mais relevantes ao nosso propósito trabalhos de autores que se baseavam em dados empíricos e que tinham como preocupação o ensino da Arte no contexto escolar, entre eles: Coragem (1989), Buoro (1994), Rebouças (1995), Anais da UNICSUL (1995), De Camillis (1997) e Franco (1998). Vários dos trabalhos consultados mencionam a desvalorização da disciplina e do professor de Arte. Diante disto pareceu-nos relevante identificar o que se aponta como indicadores dessa desvalorização, assim como, levantar os pontos apontados como causas da mesma, já que a obrigatoriedade legal nos induziria a crer no inverso, ou seja, que a Arte seria valorizada atribuindo-se, ao seu ensino na escola, importante papel.

Em relação aos órgãos oficiais do ensino, Franco (1998) identifica o descaso para com o ensino da Arte, quando, ao tratar da formação contínua, verifica que os professores de Arte foram excluídos do Projeto de Educação Continuada – PEC, sob a justificativa, que ratifica a desvalorização da disciplina, de não ter sido a área sistematicamente avaliada pelo Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP, fato que impossibilitou o levantamento de suas necessidades. Franco verificou também que, nos dois últimos anos em relação à época da realização da pesquisa, nenhum curso havia sido oferecido para a área, pela Secretaria de Educação.

Dentro da escola, segundo os Anais da UNICSUL (1995), a desvalorização da Arte é expressa como "certo preconceito contra Educação Artística e o professor da área", o que acarreta marginalização desse professor e condena a Arte a papel de mero apêndice pedagógico. Se o ensino da Arte é desvalorizado pelos órgãos oficiais da educação e pelos professores do ensino básico, por que continuou sendo obrigatório? Outra questão bastante mencionada nos trabalhos diz respeito à deficiência na formação do professor de Arte. Almeida (1992), ao pesquisar as

instituições de ensino superior em Educação Artística, aponta como um dos fatores responsáveis por esta deficiência, falando especificamente na formação inicial, a falta de clareza por parte dessas instituições sobre a concepção de Educação Artística. Ora, se as instituições que formam o professor de Arte não têm clareza sobre a concepção de Educação Artística, disciplina para a qual teriam de prepará-los, o que esperar do professor por elas formado?

Segundo os Anais da UNICSUL, é por falta de clareza sobre a função da Arte na educação que o professor de arte se deixa marginalizar, sentindo-se "diminuído" em relação aos demais. Neste aspecto, Franco (1998) assume posição oposta, afirmando que o professor de Arte tem clara a importância de seu trabalho e a relevância da Arte no contexto escolar. No entanto, em seus dados, há uma significativa abstinência nas perguntas que exigem posicionamento e/ou justificativa. Este fato talvez possa ser atribuído à frágil formação que não fornece ao professor, subsídios necessários para definir e justificar a importância da Arte na escola, embora acredite nela.

A falta de clareza quanto à concepção sobre a função do ensino da Arte na escola é, para Coragem (1989), um dos fatores responsáveis pela baixa qualidade de seu ensino, devido ao papel determinante que exerce na seleção de objetivos, métodos e Conteúdos. Por considerarmos, como Coragem (1989), que a concepção sobre a função do ensino da Arte na escola é um dos fatores que interferem diretamente sobre a qualidade do ensino ministrado, e, portanto, essencial como fundamentação ao professor de Arte que deve procurar identificar a concepção sobre a função do ensino da Arte subjacente aos trabalhos aqui analisados.

A concepção da Arte como atividade complexa, historicamente situada, que, impulsionada pela subjetividade, é objetivada pela razão, envolvendo as várias dimensões humanas – social, cognitiva, afetiva e motora, exige um referencial de análise que considere todas estas dimensões, presentes no homem de forma integrada, tanto no processo de produção como no de fruição da obra de arte. Henri Wallon dá ênfase à integração dessas mesmas dimensões e considera o desenvolvimento como resultante da interação entre aparato orgânico e meio social, assumindo, desta forma, o contato com a cultura importante papel no desenvolvimento da criança em direção ao adulto.

2. EMENTA

O papel da arte na formação humana, como conhecimento, como trabalho, como expressão. Estudo das diferentes concepções de arte. Conhecimento, trabalho e expressão, sua relação com o ensino. Estudo das Tendências Pedagógicas- Escola Tradicional, Nova e Tecnicista- com ênfase nos marcos históricos e culturais do ensino de arte no Brasil. Conhecimento teórico e prático dos elementos formais e de composição das artes visuais, da música, da dança e do teatro e sua contribuição na formação dos sentidos humanos desde os anos iniciais. Abordagens metodológicas para o ensino de artes. A atividade artística na escola: fazer e apreciar a produção artística. As atividades artísticas como instrumental para a educação infantil e anos iniciais.

3. OBJETIVO

Propiciar ao futuro docente os conhecimentos teórico- metodológico necessários para atuar na educação infantil e anos iniciais no ensino da arte, percebendo-a como fato histórico contextualizado nas diversas culturas, conhecendo, respeitando e podendo observar as produções presentes no entorno, assim como as demais do patrimônio cultural e do universo natural, identificando diferenças nos padrões artísticos e estéticos.

4. CONTEÚDOS

4º Ano Integrado

- Introdução ao ensino da Arte na educação infantil e anos iniciais.
- Caracterização da área de arte.
- A Arte e a educação.
- Histórico do ensino da Arte no Brasil e perspectivas.
- Teoria e prática em Arte nas escolas brasileiras.
- A Arte como objeto de conhecimento.
- Os conteúdos de Arte no Ensino Fundamental.
- Metodologias variadas para o trabalho com os conteúdos: artes visuais,dança, música e teatro.
- Como avaliar os conhecimentos no ensino e aprendizagem em Arte.

2º Subsequente

- Introdução ao ensino da Arte na educação infantil e anos iniciais.
- Caracterização da área de arte.
- A Arte e a educação.
- Histórico do ensino da Arte no Brasil e perspectivas.
- Teoria e prática em Arte nas escolas brasileiras.
- A Arte como objeto de conhecimento.
- Os conteúdos de Arte no Ensino Fundamental.

3º Subsequente

- O conhecimento artístico como produção e fruição.
- O conhecimento artístico como reflexão.
- Aprender e ensinar Arte no Ensino Fundamental.
- Objetivos gerais para o ensino da Arte no Ensino Fundamental.
- Os conteúdos de Arte no Ensino Fundamental.
- Metodologias variadas para o trabalho com os conteúdos: artes visuais, dança, música e teatro.
- Como avaliar os conhecimentos no ensino e aprendizagem em Arte.

5. METODOLOGIA

Objetivando um trabalho contextualizado, que ofereça ao futuro docente os fundamentos necessários para a atuação nos anos iniciais, no ensino da Arte, a metodologia na disciplina baseia-se na perspectiva apontada na proposta pedagógica do Curso de Formação de Docentes, que contempla o trabalho como princípio educativo, a práxis como princípio curricular e o direito à criança ao atendimento escolar. Assim sendo a base do trabalho no ensino da Arte baseia-se em ensinar arte em consonância com os modos de aprendizagem do aluno, isto

significa em não isolar a escola da informação sobre a produção histórica e social da arte e ao mesmo tempo, garantir ao aluno a liberdade de imaginar e edificar propostas artísticas pessoais.

6. AVALIAÇÃO

A partir da concepção de avaliação presente no Projeto Político Pedagógico, da escola, aplicam-se os critérios avaliativos da disciplina enquanto área de formação específica do professor da educação infantil. A avaliação tem caráter formativo, diagnóstico e contínuo. Assim sendo, necessita ser revisto, retomado sempre que necessários, visando alcançar os objetivos propostos a cada conteúdo trabalhado.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. B. de. **A educação estético-visual no ensino escolar**. São Paulo: Livros Horizontes, 1980.

ALMEIDA, Noely Welfort de, (1992). **Educar pela arte ou para a arte?** São Paulo: PUC. Dissertação de mestrado.

BARBOSA, A. M. T. A. **Imagem no ensino da arte**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
BOSI, A. **Reflexões sobre a arte.** São Paulo: Ática, 1985.

BRASIL. Ministério da Educação Profissional. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Conhecimento de Mundo, v,3 Brasília: MEC/SEF, 1998.

HERNÁNDEZ, F. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

PARANÁ. SEED. Superintendência da Educação- Departamento de Ensino Fundamental. **Concepções para o ensino da arte no ensino fundamental**. Curitiba: SEED, 2006.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DE EDUCACÃO FÍSICA

1. APRESENTAÇÃO

A história da Educação Física no Brasil, assim como a da Educação, em cada época esteve ou está ligada à representação de diversos papéis determinados pelos interesses da classe dominante. Assim sendo, a Educação Física Escolar assumiu funções de acordo com diversas tendências: militarista, higienista, biologicista, pedagogicista e etc, e que ainda hoje permeiam sua prática (GONÇALVES, 1997). As tendências acima citadas foram questionadas e criticadas, principalmente, por apresentarem uma visão dualista do homem, ou seja, a separação corpo e mente/espírito, com objetivos voltados apenas ao aspecto corporal do indivíduo. As concepções atuais da Educação Física (Desenvolvimentista, Construtivista, Sistêmica, Crítico-Superadora), apesar de se apresentarem, muitas vezes, até antagônicas entre si, possuem em comum um pensamento filosófico total de homem, ou seja, o indivíduo é visto como uma unidade, numa preocupação com o ser humano. 2.1. O Surgimento da Educação Física no Brasil. No Brasil, a Educação Física esteve sempre ligada às instituições militares e à classe médica.

Desde o século XIX, era de extrema importância o indivíduo se mostrar “forte e saudável”, buscando construir seu próprio modo de vida por meio de uma educação do físico, da saúde corporal, sob influência dos militares e também dos médicos, formando para a sociedade um modelo de conduta física, moral e intelectual da “nova família brasileira”. Essa tendência era conhecida como tendência higienista (CASTELLANI FILHO, 1994). Nesta época, cabia à Educação Física o papel de garantir ao indivíduo um corpo saudável, robusto e harmonioso organicamente, passando a ser representante de uma classe e de uma raça. A Educação Física favorecia, assim, a educação do corpo, colaborando para a manutenção de um físico saudável, organicamente equilibrado e, portanto, menos suscetível a doenças (BRASIL, 1997, p.1).

Com isso os higienistas, por meio da disciplinarização do físico, do intelecto, da moral e da sexualidade, queriam multiplicar os indivíduos brancos politicamente adeptos da ideologia nacionalista, com a intenção de: “criar uma população racial e socialmente identificada com a raça branca dominante”, que viesse estabelecer um equilíbrio de forças entre a população negra e branca. Em virtude de todos esses fatos, a Educação Física passou a ser uma atividade física produtiva, a “trabalho” da ideologia dominante, deixando de ser uma atividade de não trabalho, com sentido lúdico e de preenchimento do tempo livre.

Com o apoio dos higienistas, os educadores passaram a defender a introdução da Ginástica nas escolas, mas sofrendo preconceito de pais de alunos em relação a essa nova modalidade, uma vez que havia uma forte associação entre o trabalho físico e o trabalho escravo e, neste caso, qualquer ocupação que implicasse esforço físico era vista com maus olhos. Mesmo assim, com a crescente preocupação em formar indivíduos fortes e saudáveis, que pudessem defender a pátria, torna-se obrigatória a inserção da Educação Física na grade curricular dos institutos educacionais. No ano de 1882, Rui Barbosa deu seu parecer sobre a importância de se ter um corpo saudável para sustentar a atividade intelectual, incluindo nas escolas a disciplina Educação Física, propondo uma sessão especial de Ginástica

nas aulas, tornando-a uma matéria de estudo. Com isso recebeu o título de "Paladino na Educação Física no Brasil". Enfim, a Educação Física nessa busca da eugenia da raça, tem papel principal na sociedade, disseminando um raciocínio simples: homens e mulheres sadios e fortes geram filhos saudáveis, e se gerassem filhos saudáveis estes estariam mais aptos a defenderem e construírem a Pátria. As aulas eram adaptadas às diferenças que se apresentavam entre os sexos, fazendo com que a mulher na sociedade brasileira fosse preparada para a maternidade, ressaltando somente a idéia de ser mãe. á na década de 30, as aulas passam a fazer parte dos programas de ensino, tornando-se obrigatórias, conforme descrevem abaixo dois artigos da Constituição de 1937: Artigo 13**1 –** A Educação Física, o ensino cívico e os trabalhos manuais, serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça àquela exigência. Artigo 132 – O Estado fundará instituições ou dará o seu auxílio e proteção às fundadas por associações civis, tendo umas e outras por fim, organizar para a juventude períodos de trabalho anual nos campos e oficinas, assim como promover-lhes a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a defesa da nação (BRASIL, 1999, p. 116).

Os anos 30 tiveram ainda mudanças significativas, relativas aos processos de industrialização e urbanização. Com isso, a política educacional também se transformou, pois o regime de autoridade possuía diretrizes já estabelecidas e ideologias próprias, sendo elas morais, políticas e econômicas, formando a base ideológica da nação, estando sob o controle, a guarda e a defesa do Estado. No Plano Nacional de Educação é dada ênfase ao ensino cívico e à educação física, com presença obrigatória nos cursos primários e secundários, sendo facultativa no superior. Com isso, os indivíduos eram condicionados ao cumprimento de seus deveres com o desenvolvimento econômico brasileiro, o Estado tinha o propósito de ocupar o seu tempo de não-trabalho, para relacioná-lo indiretamente à capacidade de produção. A Educação Física também ganha novas atribuições: "fortalecer o trabalhador, melhorando sua capacidade de produzir, e desenvolver o espírito de cooperação em benefício da coletividade" (BRASIL, 1997, p.3).

No final do Estado Novo, o processo de esportivização da Educação Física Escolar significou uma contraposição aos antigos métodos de ginástica tradicionais. Sendo assim, o esporte passou a ganhar forças e incorporou-se às instituições escolares. A partir de 1964, a Educação Física teve seu caráter instrumental reforçado: era uma atividade prática, voltada para o desempenho técnico e físico do indivíduo. Na década de 1980 o enfoque da Educação Física Escolar passou a ser o desenvolvimento psicomotor do aluno, tirando da escola a função de desenvolver o desporto de alto rendimento. Atualmente existem algumas abordagens para a Educação Física Escolar, que buscam a articulação das diferentes dimensões do ser humano. Para Gonçalves (1997) a Educação Física tem um papel importante para a vida humana, se destacando como ato educativo que: relaciona-se diretamente à corporalidade e ao movimento do ser humano. Implica, portanto, uma atuação intencional sobre o homem como ser corpóreo e motriz, abrangendo formas de atividades físicas, como a ginástica, o jogo, a dança e o desporto (p. 134). Segundo Hurtado (1983), a Educação Física destina-se a promover o desenvolvimento físico,

social, emocional e mental da criança através da atividade corporal. Assim, torna-se explícita a preocupação com o desenvolvimento integral da criança, como ser convivente e agente da sociedade, possuidora de vontade e limitações. A Educação Física inserida do contexto escolar é, sobretudo, Educação. Os valores/fins da Educação em geral, assim como seus objetivos, estendem-se totalmente à Educação Física que, "como ato educativo, está voltada para a formação do homem tanto em sua dimensão pessoal como social" (GONÇALVES, 1997), ou seja, o desenvolvimento da totalidade do ser. A Educação Física precisa buscar sua identidade como área de estudo fundamental para a compreensão e entendimento do ser humano, enquanto produtor de cultura. Para tanto, os professores devem ter um planejamento de atividades de acordo com a escola e a equipe pedagógica, utilizando seus conhecimentos e desenvolvendo projetos, aulas que venham ao encontro dos interesses e necessidades dos alunos.

Uma Educação Física atenta aos problemas do presente não poderá deixar de eleger, como uma das suas orientações centrais, a da educação para a saúde. Se pretender prestar serviços à educação social dos alunos e contribuir para uma vida produtiva, criativa e bem sucedida, a Educação Física encontra, na orientação pela educação da saúde, um meio de concretização das suas pretensões (BRASIL, 1999, p.156). Vale ressaltar que o professor de Educação Física deve buscar uma interação com o trabalho desenvolvido na proposta pedagógica da escola, ressaltando a importância do seu componente curricular, no mesmo patamar de seriedade e compromisso com a formação do educando, desenvolvendo o seu papel de mediador, adotando a posição de interlocutor de informações e mensagens, mostrando aos seus alunos que naquele espaço escolar eles aprendem a entender e aceitar as diferenças corporais e de comportamento entre os indivíduos.

2. EMENTA

O movimento humano e sua relação com o desenvolvimento dos domínios motor, cognitivo e afetivo- social do ser humano. Desenvolvimento motor e aprendizagem motora. A Educação Física como componente curricular. A cultura corporal de movimentos: ação e reflexão. A criança e a cultura corporal de movimentos: o resgate do lúdico e a expressão da criatividade.

3. OBJETIVO

Possibilitar aos alunos do curso de Formação de Docentes embasamentos teóricos e práticos para atuarem na Educação Física, na educação infantil e anos iniciais visando levar as crianças a participar de atividades corporais, estabelecendo relações equilibradas e construtivas com os outros, reconhecendo e respeitando características físicas e de desempenho de si e dos outros, sem discriminação, conhecer, valorizar, respeita e desfrutar da pluralidade de manifestações culturais e esportivas percebendo-as como recurso de integração entre pessoas e grupos sociais.

4. CONTEÚDOS

4º Ano Integrado

- A Educação física no Brasil. Tendências da Educação Física.
- A Educação Física como Componente Curricular.
- A Educação Física e sua relação com a aprendizagem motora.
- A Educação Física e sua relação com o desenvolvimento integral do ser humano. O Movimento Humano: ação e reflexão.
- Resgate histórico da educação física no Brasil. A educação física e os conteúdos curriculares.
- O movimento humano e suas relações com o desenvolvimento dos domínios, motor, cognitivo e afetivo-social. A educação física como facilitador no processo de aprendizagem. A criança e a cultura corporal. O lúdico e a expressão corporal.

2º Ano Subsequente

- Recuperação histórica da Educação Física no Brasil
- Tendências da Educação Física.
- A Educação Física no currículo dos anos iniciais.
- A relação da Educação Física com a aprendizagem motora.
- A Educação Física como ginástica.
- Jogos e brincadeiras que proporcionam o desenvolvimento de habilidades visomotoras.
- Atividades rítmicas e expressivas na educação infantil.
- O conhecimento sobre o corpo como componente curricular no ensino e aprendizagem da Educação Física.

3º Ano Subsequente

- A Educação física no Brasil. Tendências da Educação Física.
- A Educação Física como Componente Curricular.
- A Educação Física e sua relação com a aprendizagem motora.
- A Educação Física e sua relação com o desenvolvimento integral do ser humano. O Movimento Humano: ação e reflexão.
- Recuperação histórica da educação física no Brasil. A educação física e os conteúdos curriculares.
- O movimento humano e suas relações com o desenvolvimento dos domínios, motor, cognitivo e afetivo-social. A educação física como facilitador no processo de aprendizagem. A criança e a cultura corporal. O lúdico e a expressão corporal.

5. METODOLOGIA

Com o objetivo de proporcionar ao futuro docente embasamento teórico e prático para atuar no ensino da Educação Física nos anos iniciais faz-se necessário o Estudo de textos, leituras, discussões, explicações da professora. Apresentações de atividades práticas em oficinas. Confecção de materiais a serem utilizados na realização de atividades. Pesquisas em livros, revistas e outros. Apresentações orais em seminários em sala de aula. O referencial teórico-metodológico, o qual dará o embasamento do conhecimento científico ao futuro docente compreenderá ao determinado na Proposta Pedagógica Curricular do Curso de Formação de Docentes da SEED/PR.

6. AVALIAÇÃO

Percebendo a avaliação como um processo contínuo, cumulativo e diagnóstico, faz-se necessário uma prática avaliativa voltada para um constante ir e vir, rever, retomar, considerando-a como indissociável do processo de ensino e aprendizagem, estabelecendo relação constante com a práxis.

7. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **Educação física**. São Paulo, Melhoramentos, 1960.

BRACHT, Valter. **A criança que prática esportes respeita as regras do jogo.** Revista Brasileira da Ciência do Esporte. 1986.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.
BETTI, M. **Ensino de primeiro e segundo graus**: educação física para quê? Revista Brasileira de Ciências do Esporte. v.13, n. 2, 1992.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil**: a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1994.

_____, L. **Política educacional e educação física:** polêmicas de nosso tempo. Campinas: Autores Associados, 1998.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino em educação física**. São Paulo, Cortez, 1992.

DAÓLIO, J. **Da cultura do corpo.** Campinas: Papirus, 1995.

DARIDO, S, & RANGEL, I. C. A. **Educação física na escola**: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

GONÇALVES, C. J. S**. Ler e escrever também com o corpo em movimento.** In: NEVES, Iara C. Bitencourt. **Ler e escrever**: compromisso de todas as áreas. Porto Alegre, UFRGS, 2000.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA

1. APRESENTAÇÃO

A disciplina de metodologia da geografia estuda as diversas possibilidades de explicação e de compreensão dos fenômenos naturais a partir de observações sistemáticas e de experiências. A geografia clássica que se baseava inicialmente na ordenação e classificação dos dados e na análise de causa e efeito progride no domínio da generalização, com teorias que possibilitam a previsão. Há um caráter científico implícito na geografia possibilitando a capacidade de se prever e a demonstração da validade de qualquer teoria geográfica.

A partir da década de 1970, as teorias matemáticas aplicadas à geografia foram ponderadas e adaptadas ao contexto espacial geográfico. O ensino de geografia necessita de dados estatísticos produzidos por fontes confiáveis. Trabalhar com dados requer que os alunos possam fazer leitura de uma situação social, econômica e ambiental, por meio de uma tarefa ou um gráfico. Também a observação é parte constante no estudo da geografia, pois permite que o conteúdo abstrato se torne realidade no cotidiano do aluno.

2. EMENTA

Aspectos teórico-metodológicos do ensino de Geografia. Concepção de Geografia: a geografia como ciência. Compreensão do espaço produzido pela sociedade: espaço relacional. Análise crítica de livros didáticos. A importância da geografia. de Docentes o embasamento teórico-metodológico e o domínio dos conteúdos necessários para compreenderem e atuarem no processo do ensino de geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

3. OBJETIVO

Possibilitar aos alunos do curso de Formação de Docentes o embasamento teórico-metodológico e o domínio dos conteúdos necessários para compreenderem e atuarem no processo do ensino de geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

4. CONTEÚDOS

- Concepções de geografia;
- A produção do espaço e suas interrelações: noção de espaço/tempo – alfabetização cartográfica: escalas, legendas/convenções, projeções; o capital e o trabalho na produção do espaço.
- A produção dos fenômenos naturais e oficiais;
- Produção de necessidades e transformações do meio
- Metodologias, objetivos e conteúdos programáticos da Geografia nas séries iniciais.
- Análise de material e livros didáticos;
- Análise de documentos oficiais para o ensino da geografia;
- Planejamento e avaliação no ensino de geografia

5. METODOLOGIA

É imprescindível selecionar recursos e metodologias que chame a atenção para os aspectos a serem compreendidos e apropriados. A metodologia do trabalho compreende estudos direcionados pelo professor com ênfase em leituras individuais e coletivas, análise de materiais didáticos como: mapas, paisagens, vídeos, gráficos e outros. O uso de vídeos, documentários e filmes são importantes fontes de conhecimentos geográficos. Assim, é imprescindível selecionar recursos e metodologias que chame a atenção para os aspectos a serem compreendidos e apropriados. A perspectiva teórico-metodológica da disciplina tem ênfase na práxis como princípio curricular, no trabalho como princípio educativo, cuja base está nos pensadores clássicos: Marx, Engels e Gramsci, bem como, no contemporâneo Saviani.

6. AVALIAÇÃO

Considera-se para registros as avaliações realizadas em pesquisas, debate em grupo, a formulação de opiniões e produções individuais. A partir da concepção de avaliação presente no Projeto Político Pedagógico da Instituição Escolar, têm-se os critérios avaliativos da disciplina enquanto área de formação específica do professor. A avaliação possui caráter de continuidade, de diagnóstico e caracteriza-se por ser processual. Desta forma, precisa considerar o ensino e a aprendizagem como indissociáveis. A partir das constatações avaliativas, o processo necessita ser revisto, retomado a fim de atingir os objetivos da educação escolar. Algumas possibilidades de avaliação da disciplina: relatório das atividades pratica filmes e palestras, analisando o conhecimento adquirido. Análise de relatórios de pesquisas complementares. Desempenho da oralidade do aluno frente às atividades propostas.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R.; PASSINI, E. **O espaço geográfico, ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 1991.

ALMEIDA, R. D de. **Do desenho ao mapa**. São Paulo: Contexto, 2003.
ANDRADE, Manuel C.de. **Uma geografia para o século XXI**. Campinas: Papirus, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, MEC/SEF, 1998.
CARLOS, Ana Fani A. (org). **A geografia na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 1999.

CASTROGIOVANNI, Antonio C. (org). **Geografia em sala de aula, práticas e reflexões**. Porto Alegre: Ed. UFRS, 1999.

_____**Ensino de geografia práticas e textualizações no cotidiano**. Porto Alegre: Mediação, 2002

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DE HISTÓRIA

1. APRESENTAÇÃO

A disciplina busca compreender e situar o desenvolvimento humano no aspecto de sua consciência, inteligência e criatividade. O ponto de partida para as análises é considerar que o ser humano deve ser entendido historicamente e situado. A formação da consciência será determinada pelas condições históricas sociais, pela forma como os homens, naquele momento histórico, estão produzindo a sua subsistência. O conhecimento é construído individualmente e coletivamente a partir de um processo em que o sujeito interage com a realidade, ou seja, com o ambiente físico, ambiente sócio-cultural e com as pessoas.

O objeto de estudo sistematizado da disciplina de metodologia da história é despertar a curiosidade de todos os fatores que podem a vir a ser estudados como situações que influenciam na organização social e pessoal dos indivíduos. Neste sentido valoriza-se a construção permanente do conhecimento, pelo aluno, a partir de sua própria experiência no processo de interação com o meio. A relação entre o estudo da história com o presente deve ser uma premissa. Se o passado é um dado histórico, o seu conhecimento, a partir do presente, contribui para a compreensão, atuação e posicionamentos individuais e coletivos que busca fazer a história. Buscar esse entendimento e essa prática é próprio do conteúdo em questão.

2. EMENTA

Visão Crítica da realidade enquanto totalidade: os vínculos do homem com seu desenvolvimento social. Relação entre a construção da noção de tempo e espaço e leitura do mundo pela criança. O fato histórico vinculado aos aspectos geográficos, políticos, sociais e econômicos da humanidade. Objetivos e conteúdos programáticos de história nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Planejamento de atividades e materiais de ensino, inter-relação com as demais áreas curriculares. Análise crítica de material didático: o livro didático de história. Análise crítica e elaboração de recursos didáticos: história e linguagem, história e documentação.

3. OBJETIVO

Possibilitar aos alunos do curso de Formação de Docentes o embasamento teórico-metodológico e o domínio dos conteúdos necessários para compreenderem e atuarem no processo do ensino de história nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

4. CONTEÚDOS

- A produção do conhecimento histórico
- O que é história: concepções de história; a história como ciência; o tempo histórico Historicidade: Dinâmica das transformações e das relações sócio-históricas.
- Visão crítica da realidade;
- Temporalidade: desenvolvimento da noção de tempo na criança;
- Relação passada e presente no pensamento histórico;
- Unidade e diversidade social: público e privado – os diversos grupos sociais.
- Estudo dos conteúdos e das metodologias para o ensino de história nas séries iniciais;

- Análise de material e livros didáticos;
- Análise de documentos oficiais para o ensino de história;
- Planejamento e avaliação no ensino de história.

5. METODOLOGIA

A metodologia do trabalho compreende estudos direcionados pelo professor com ênfase em leituras individuais e coletivas, análise de materiais didáticos, filmes históricos, por meio do uso de vídeos, documentários, os quais são importantes fontes de conhecimentos da história da educação. Assim, é imprescindível selecionar recursos e metodologias que chame a atenção para os aspectos a serem compreendidos e apropriados. A perspectiva teórico-metodológica da disciplina tem ênfase na práxis como princípio curricular, no trabalho como princípio educativo, cuja base está nos grandes pensadores clássicos da humanidade.

6. AVALIAÇÃO

A avaliação acontecerá durante o processo de aprendizagem, levando em conta o conhecimento adquirido no espaço do trabalho sistematizado e a apropriação do conteúdo pelo aluno. Considera-se para registros as avaliações realizadas em pesquisas, debate em grupo, a formulação de opiniões e produções individuais. A partir da concepção de avaliação presente no Projeto Político Pedagógico da Instituição Escolar, têm-se os critérios avaliativos da disciplina enquanto área de formação específica do professor. A avaliação possui caráter de continuidade, de diagnóstico e caracteriza-se por ser processual. Desta forma, precisa considerar o ensino e a aprendizagem como indissociáveis. A partir das constatações avaliativas, o processo necessita ser revisto, retomado a fim de atingir os objetivos da educação escolar. Algumas possibilidades de avaliação da disciplina: relatório das atividades pratica filmes e palestras, analisando o conhecimento adquirido. Análise de relatórios de pesquisas complementares.

7. REFERÊNCIAS

NEVES, Maria A. Mamede. **Ensinando e aprendendo história.** São Paulo: EPU/CNPq, 1985.

NILDECOFF, Maria Tereza. **A escola e a compreensão da realidade.** São Paulo, 1982.

PENTEADO, Heloisa Dupas. **Metodologia do ensino de história e geografia.** São Paulo: Cortez, 1991.

DISCIPLINA: METODOLOGIA DO ENSINO DA MATEMÁTICA

1. APRESENTAÇÃO

A disciplina Metodologia do Ensino da Matemática tem como propósito principal a reflexão, a discussão e a problematização dos conteúdos básicos do currículo de Matemática e da mediação teórico-metodológica do professor, no âmbito do ensino e da aprendizagem dos principais conceitos matemáticos curriculares para a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental. Para tanto, partimos da concepção de que precisamos instrumentalizar de forma crítica a ação pedagógica dos futuros professores, com a superação de uma matemática tradicional, memorizada e não articulada com a realidade social, para uma matemática reflexiva e comprometida com a práxis social.

2. EMENTA

Concepções que norteiam o ensino da matemática no Brasil. Métodos empíricos, dedutivos, racional e simbólico. Linguagem matemática. Conteúdos básicos do ensino da matemática. Números, classificação, seriação, sistema de numeração decimal, medidas (não-convencionais e padronizadas), Geometria: conceitos, solidificação e planificação. Operações. Abordagens metodológicas para o ensino da matemática. Etnomatemática, Modelagem matemática; resolução de problemas; jogos matemáticos; tecnologias. O planejamento e a avaliação no ensino de matemática.

3. OBJETIVO

Possibilitar aos alunos do curso de Formação de Docentes, a compreensão dos pressupostos teórico-metodológicos que embasam a práxis docente na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental.

4. CONTEÚDOS

- A história a ciência matemática
- Concepções do Ensino da Matemática no Brasil
- Como surgiu a ideia de número
- Conceito de número
- Seriação, classificação e contagem
- O sistema de numeração decimal
- As quatro operações matemáticas
- Etnomatemática, modelagem matemática, resolução de problemas, jogos matemáticos, tecnologias
- Sistemas de medidas matemáticas: tempo, comprimento, massa, capacidade, volume
- Geometria: conceitos geométricos, geometria sólida e plana
- Linguagens matemáticas: representação por meio de gráficos.

5. METODOLOGIA

Visando um trabalho contextualizado, que propicie ao futuro docente os fundamentos necessários ä sua atuação, a metodologia baseia-se na perspectiva

elencada na própria proposta pedagógica do Curso de Formação de Docentes a qual contempla o trabalho como princípio educativo, a práxis como princípio curricular e o direito ä criança ao atendimento escolar. A base deste trabalho está pautada no materialismo histórico e dialético, cujos representantes teóricos nos orientam para uma dinâmica de ação que considera os movimentos da sociedade e a educação permeada pelas relações sociais, políticas e culturais. Alguns encaminhamentos: aulas expositivas, uso de recursos audiovisuais, leituras, discussões e análise crítica de textos, pesquisas e seminários, produção de material didático para o ensino da matemática, realização de oficinas.

6. AVALIAÇÃO

A partir da concepção de avaliação presente no Projeto Político Pedagógico da Instituição Escolar, têm-se os critérios avaliativos da disciplina enquanto área de formação específica do professor da Educação Infantil. A avaliação possui caráter de continuidade, de diagnóstico e caracteriza-se por ser processual. Desta forma, precisa considerar o ensino e a aprendizagem como indissociáveis. A partir das constatações avaliativas, o processo necessita ser revisto, retomado a fim de atingir os objetivos da educação escolar. Algumas possibilidades de avaliação da disciplina: relatório das atividades pratica filmes e palestras, analisando o conhecimento adquirido. Análise de relatórios de pesquisas complementares. Desempenho da oralidade do aluno frente às atividades propostas.

7. REFERÊNCIAS

CARRAHER, Terezinha et alii. **Na vida dez, na escola zero**. São Paulo: Cortez, 1988.

D'AUGUSTINE, Charles H. **Métodos modernos para o ensino da matemática**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1970.

KAMII, Constance. **A criança e o número**. Campinas: Papirus, 1987.

MACHADO, Nilson José. **Matemática e realidade**. São Paulo: Cortez, 1989.

PARANÁ. **Currículo básico para escola pública do Paraná**: matemática. Curitiba: SEED, 1990.

DISCIPLINA METODOLOGIA DO ENSINO DE PORTUGUÊS/ ALFABETIZAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

A função social da leitura e da escrita no mundo de hoje perpassa pela capacidade dos educandos/indivíduos interpostos em sociedade, em lidar com situações do cotidiano, mas também fora dele, de forma consciente, e principalmente, autônoma, crítica. Portanto a metodologia da disciplina é de natureza teórico-prática, englobando momentos de teorização e a simulação de atividades didáticas, acompanhada de feedback crítico.

O enfoque principal é a Alfabetização que, como propõem Freire e Macedo (1990), é “a relação entre o educando e o mundo, mediada pela prática transformadora deste mundo” e o Letramento que, segundo Soares (2000), "é o estado em que vive o indivíduo que não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e escrita que circulam na sociedade em que vive". Visto que a sociedade hoje é uma sociedade grafocêntrica, não basta ao indivíduo ser simplesmente alfabetizado, ou seja, aprender meramente a decodificar. Faz-se necessário que o mesmo seja também letrado para que possa exercer as práticas sociais de leitura e escrita.

2. EMENTA

A leitura e a escrita como atividades sociais significativas. Estudo e análise crítica dos diferentes processos de ensino da língua portuguesa, da alfabetização e do letramento, considerando os aspectos teórico-metodológicos. Conteúdos básicos das séries iniciais.

3. OBJETIVOS

Possibilitar aos alunos do curso de Formação de Docentes o embasamento teórico-metodológico e o domínio dos conteúdos necessários para compreenderem e atuarem no processo de letramento, alfabetização e no ensino da Língua Portuguesa nas séries iniciais do Ensino Fundamental.

4. CONTEÚDOS

3º Ano Integrado

- História da escrita e alfabetização;
- Concepção de língua e linguagem;
- Letramento e alfabetização;
- Métodos de Alfabetização;
- Noções básicas de fonética;
- Produções de textos espontâneos.
- Aspectos motores da escrita;
- Sistematização do código lingüístico
- Concepção de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita;
- Leitura e escrita: etapas do desenvolvimento da linguagem;

4º Ano Integrado

- Análise do PCN e Currículo Básico do Paraná – Língua Portuguesa.
- Tipologia textual;

- Processos metodológicos para produção e reestruturação de textos;
- Aquisição de leitura: compreensão e interpretação de textos;
- Processos metodológicos para produção e reestruturação de textos;
- A reescrita de textos como referencial do processo reflexivo do discurso
- Diferentes estratégias de leitura e produção de textos
- Análise lingüística.

5. METODOLOGIA

Os conteúdos propostos para a disciplina terão como ponto de partida os conhecimentos prévios, os quais os futuros docentes já possuem, ou seja, o que já trazem sobre o assunto. As situações de ensino devem propiciar a apropriação e a generalização dos conceitos científicos, que serão mediados pelo professor, por meio de questionamentos, exposições orais, explicações, inferências, orientações individuais e coletivas, pesquisas e seminários projeção e discussão de documentários, produção de material didático e análise de textos. Serão utilizados diferentes recursos como: textos (didáticos, informativos, reportagens) áudios-visuais. As atividades do aluno sobre os conteúdos são essenciais, e devem priorizar a interpretação, a compreensão, a análise e a comparação dos elementos que constituem a língua oral e escrita.

6. AVALIAÇÃO

A avaliação deve permear todo o processo de ensino e aprendizagem desde a seleção e organização dos conteúdos, os recursos utilizados, bem como a metodologia, no sentido de retomá-los, sempre que for necessário. O cotidiano da sala de aula, bem como as situações avaliativas, deve possibilitar a constatação da apropriação dos conceitos que constituem os conteúdos da disciplina. Estes conceitos devem ser explicitados na oralidade, nas produções escritas, com possibilidades interpretação, análise e generalizações. Para a avaliação serão considerados: provas, trabalhos em grupos, apresentação de seminários, pesquisas, participação nas aulas e análise de textos.

7. REFERÊNCIAS

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 1993.

_____**Alfabetizando sem ba-be-bi-bo-bu**. São Paulo: Scipione. 2002.

GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula**: leitura e produção*:* São Paulo. Ática, 2004.

KATO, Mary. **O aprendizado da leitura**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MORAIS, Manuel Pamplona Morais. **Distúrbios da Aprendizagem**: uma abordagem psicopedagógica. São Paulo: Edicon, 2006.

DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

1. APRESENTAÇÃO

A Organização do Trabalho Pedagógico é uma das Disciplinas Específicas do Curso de Formação de Docentes em nível médio do Ensino Profissional. Tem por finalidade ofertar conteúdos que possibilitem ao futuro docente conhecer o sentido da Educação Nacional, sua estrutura nos aspectos políticos, administrativos e pedagógicos. Todo seu conteúdo tem como base a diversidade de ações cotidianas do trabalho pedagógico das instituições escolares.

É necessário trazer para as aulas, conteúdos que deem conta de explicitar o que é o Trabalho Pedagógico, como e quando ele acontece, quem são os principais elementos envolvidos e qual a sua importância no processo ensino e aprendizagem. É indispensável aos profissionais da educação, o domínio de conceitos e práticas relacionadas com o Trabalho Pedagógico.

Para uma educação de boa qualidade, a organização do trabalho que se processa no ambiente escolar precisa ser pensada e praticada em conformidade com os objetivos propostos para a concretização desse desejo. E nesse sentido, é oportuno iniciar com os futuros profissionais da educação, a reflexão sobre a natureza do trabalho pedagógico, no curso de Formação de Docentes para que eles se percebam desde então co- participantes tanto da sua elaboração, quanto da sua execução. Compreender a dimensão do trabalho pedagógico que deve ser efetivado pela escola, desde a formação inicial favorece ao futuro docente o estabelecimento de parâmetros para sua carreira profissional, para que, uma vez formado e atuando na educação, oriente sua prática desvinculada do caráter de reprodução dos interesses capitalistas da sociedade

2. EMENTA

Organização do sistema escolar brasileiro: aspectos legais. Níveis e modalidades de ensino. Elementos teórico-metodológicos para análise de políticas públicas: Nacional, Estadual e Municipal. Políticas para a Educação Básica. Análise da política educacional para a educação básica – Nacional, Estadual e Municipal. Apresentação e análise das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação. Apresentação e análise crítica dos Parâmetros Curriculares e Temas Transversais. Financiamento educacional no Brasil. Fundamentos teórico-metodológicos do trabalho docente na Educação Básica. O trabalho pedagógico como princípio articulador da ação pedagógica. O trabalho pedagógico na Educação Infantil e Anos Iniciais. Os paradigmas educacionais e sua prática pedagógica. Planejamento da ação educativa: concepções de currículo e ensino. O currículo e a organização do trabalho escolar.

3. OBJETIVOS

Instrumentalizar o discente do curso de Formação de Docentes com os conhecimentos necessários para a compreensão da organização do sistema nacional da educação, tendo em vista as políticas educacionais, a legislação vigente, bem como suas relações com a realidade social, política e econômica do país e do mundo.

4. CONTEÚDOS

- OTP enquanto disciplina do Curso de Formação de Docentes
- Conceito de Educação e Educação Escolar
- Aspectos legais: LDBEM, Lei nº 9394/96
- Sistema escolar brasileiro
- Níveis e Modalidades de Ensino
- O poder público e as competências na educação
- FUNDEF/FUNDEB
- Valorização do Magistério
- A educação como direito
- Desafios da Educação Básica
- A democratização da educação Básica
- Gestão Democrática da educação
- O público e o privado na educação brasileira
- Estado e educação: algumas reflexões

5. METODOLOGIA

Os conteúdos serão trabalhados tendo como ponto de partida os conhecimentos que o aluno já tem sobre o assunto. As situações de ensino devem propiciar a apropriação e a generalização dos conceitos científicos, que serão mediados pelo professor, por meio de questionamentos, exposições orais, explicações, inferências, orientações individuais e coletivas e pesquisa. Serão utilizados diferentes recursos como: textos (didáticos, informativos, reportagens) áudios-visuais. As atividades do aluno sobre os conteúdos são essenciais, e devem priorizar a interpretação, a compreensão, a análise e a comparação.

6. AVALIAÇÃO

A avaliação deve permear todo o processo de ensino e aprendizagem desde a seleção e organização dos conteúdos, os recursos utilizados, bem como a metodologia, no sentido de retomá-los, sempre que for necessário. O cotidiano da sala de aula, bem como as situações avaliativas, deve possibilitar a constatação da apropriação dos conceitos que constituem os conteúdos da disciplina. Estes conceitos devem ser explicitados na oralidade, nas produções escritas, com possibilidades interpretação, análise e generalizações.

7. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9394/96.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Brasília, DF: 1996.

CORTELLA, M. S. **A escola e o conhecimento**: Fundamentos epistemológicos e político. São Paulo: Cortez, 2001.

FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M> A. da S. (org.). **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia: Alternativa, 2001.

----------, José Carlos. **Educação escolar**: políticas, estruturas e organização. Cortez: 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 2000.

DISCIPLINA: TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

1. APRESENTAÇÃO

O reconhecimento do direito à educação da criança na idade compreendida entre o nascimento e sua entrada no ensino obrigatório é recente em nosso país, expressando-se na Constituição de 1988 e sendo reafirmando-se no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Lei Orgânica da Assistência (1993) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

Ainda que no final do século XIX já existissem algumas iniciativas de instituições destinadas à criança pequena, é somente na segunda metade do século XX que as creches e pré-escolas se expandiram no Brasil. Dois grandes movimentos de âmbito nacional foram importantes nessa expansão: a implementação pela antiga Legião Brasileira de Assistência (LBA) do Programa Creche Casulo, destinado às crianças com até seis anos de idade provenientes de famílias carentes; e os programas de apoio do Ministério da Educação aos estados e municípios para o atendimento, em pré-escolas, às crianças com idades próximas daquelas de escolaridade obrigatória (principalmente as de seis anos, mas também as de cinco e, às vezes, as de quatro anos).

A inclusão da criança de até seis anos de idade no artigo que trata dos direitos à educação na Constituição de 1988 representou, portanto, um marco de grande importância. Ali se explicita que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de (...) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (Art. 208, Inciso IV).

Aprovada a Constituição de 1988, o Brasil viveu um período de discussão de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), promulgada em dezembro de 1996. Durante esse período, na ausência de uma lei nacional de educação que respondesse aos novos preceitos constitucionais, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação Geral de Educação Infantil, realizou debates nacionais e elaborou documentos procurando consolidar a concepção de educação infantil como primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, concepção esta presente nos projetos de LDB que tramitavam no Congresso. Sancionada em 1996, a LDB disciplina a educação escolar no Brasil, sendo imprescindível seu conhecimento em profundidade por todos aqueles que atuam nas instituições educacionais e demais órgãos dos sistemas de ensino.

2. EMENTA

Os processos de desenvolvimento. Aprendizagem e desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos: afetividade, corporeidade, sexualidade. Concepção de desenvolvimento humano como processo recíproco e conjunto: o papel das interações (adulto/criança e criança/criança). Articulação cuidado/educação. Concepções de tempo e espaço nas instituições de Educação Infantil. O jogo, o brinquedo e a brincadeira na Educação Infantil. Linguagem, interações e constituição da subjetividade da criança. Relações entre família e instituição de Educação Infantil. A educação inclusiva na Educação Infantil. Especificidades em relação ä organização e gestão do processo educativo: o trabalho pedagógico na Educação Infantil. Concepção de educação, planejamento, organização curricular, gestão e

avaliação. Relações entre público e privado. Gestão democrática, autonomia, descentralização. Políticas públicas e financiamento da Educação Infantil e suas implicações para a organização do trabalho pedagógico. Propostas pedagógicas para a Educação Infantil. Legislação, demais documentos normativos e documentos de apoio, de âmbito federal (MEC e CNE), estadual (SEED e CEE) e local (sistemas municipais), para a organização do trabalho pedagógico na EI: contexto de elaboração, interpretações e implicações para as instituições.

3. OBJETIVO

Conhecer o embasamento teórico-metodológico e o domínio dos conteúdos necessários para compreenderem e atuarem no processo de formação das crianças pequenas de forma dinâmica e consciente, considerando essa etapa da Educação Básica como fundamental para o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos: social, cognitivo, emocional, físico dentre outros, a fim de estabelecer responsabilidade e compromisso com o ato de cuidar e educar.

4. CONTEÚDOS

2º Ano Integrado

- Concepção de desenvolvimento humano:
- Os processos de desenvolvimento:
- Aprendizagem e desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos: afetividade, corporeidade, sexualidade:
- Concepção de ensino e aprendizagem.
- O cuidar e o educar como relação indissociável no processo de trabalho na Educação Infantil: o papel das interações (adulto/criança; criança/criança):
- A família e a comunidade escolar: características e expectativas em relação ä Instituição escolar.
- Organização das crianças numa perspectiva institucional.
- Concepções de tempo e espaço nas instituições de Educação Infantil:
- Finalidades e objetivos da organização do tempo e espaço na Educação Infantil.
- A descrição do espaço físico, instalação de equipamentos.
- Organização das crianças no trabalho cotidiano do professor: a definição de parâmetros de organização de grupos e relação professor/criança.
- Como desenvolver as práticas pedagógicas: seleção e organização dos conteúdos, conhecimentos e atividades no trabalho pedagógico.
- Linguagem, interações e constituição da subjetividade da criança: o jogo, o brinquedo, a música e a brincadeira na Educação Infantil; a educação inclusiva na Educação Infantil.

3º Ano Integrado

- Especificidades em relação a organização e gestão do processo educativo.
- O trabalho pedagógico na Educação Infantil: concepção de educação; planejamento; organização curricular; gestão; avaliação.
- Relações entre público e privado: Gestão democrática; Autonomia; Descentralização.
- Políticas Públicas e financiamento da Educação Infantil e suas implicações para a organização do trabalho pedagógico.

- Propostas pedagógicas para a Educação Infantil: Música; Arte; Linguagem oral e escrita; O ambiente alfabetizador (orientações didáticas); A criança, a natureza e a sociedade.
- Legislação, demais documentos normativos e documentos de apoio, de âmbito federal (MEC e CNE), estadual (SEED e CEE) e local (sistemas municipais), para a organização do trabalho na Educação Infantil: Contexto de elaboração; Interpretações; Implicações para as instituições.
- Articulação da Educação Infantil com o Ensino Fundamental: Implicações teórico-metodológicas.

1º Semestre Subsequente

- Concepção de desenvolvimento humano:
- Os processos de desenvolvimento
- Aprendizagem e desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos: afetividade, corporeidade, sexualidade.
- Concepção de ensino e aprendizagem.
- O cuidar e o educar como relação indissociável no processo de trabalho na Educação Infantil: o papel das interações (adulto/criança; criança/criança):
- A família e a comunidade escolar: características e expectativas em relação ä Instituição escolar.
- Organização das crianças numa perspectiva institucional.
- Concepções de tempo e espaço nas instituições de Educação Infantil:
- Finalidades e objetivos da organização do tempo e espaço na Educação Infantil.
- A descrição do espaço físico, instalação de equipamentos.
- Organização das crianças no trabalho cotidiano do professor.
- A definição de parâmetros de organização de grupos e relação professor/criança.

2º Semestre Subsequente

- Como desenvolver as práticas pedagógicas:
- Seleção e organização dos conteúdos, conhecimentos e atividades no trabalho pedagógico.
- Linguagem, interações e constituição da subjetividade da criança: O jogo, o brinquedo, a música e a brincadeira na Educação Infantil.
- Especificidades em relação ä organização e gestão do processo educativo.
- O trabalho pedagógico na Educação Infantil: Concepção de educação; Planejamento; Organização curricular; Gestão; Avaliação.
- Relações entre público e privado: Gestão democrática; Autonomia; Descentralização.

3º Semestre Subsequente

- Políticas Públicas e financiamento da Educação Infantil e suas implicações para a organização do trabalho pedagógico.
- Propostas pedagógicas para a Educação Infantil: Música; Arte; Linguagem oral e escrita; O ambiente alfabetizador (orientações didáticas); A criança, a natureza e a sociedade.
- Legislação, demais documentos normativos e documentos de apoio, de âmbito federal (MEC e CNE), estadual (SEED e CEE) e local (sistemas municipais), para a organização do trabalho na Educação Infantil: Contexto de elaboração; Interpretações; Implicações para as instituições.

- Articulação da Educação Infantil com o Ensino Fundamental: Implicações teórico-metodológicas.

5. METODOLOGIA

Visando um trabalho contextualizado, que propicie ao futuro docente os fundamentos necessários ä sua atuação, a metodologia baseia-se na perspectiva elencada na própria proposta pedagógica do Curso de Formação de Docentes a qual contempla o trabalho como princípio educativo, a práxis como princípio curricular e o direito ä criança ao atendimento escolar. A base deste trabalho está pautada no materialismo histórico e dialético, cujos representantes teóricos nos orientam para uma dinâmica de ação que considera os movimentos da sociedade e a educação permeada pelas relações sociais, políticas e culturais.

6. AVALIAÇÃO

A partir da concepção de avaliação presente no Projeto Político Pedagógico da Instituição Escolar, têm-se os critérios avaliativos da disciplina enquanto área de formação específica do professor da Educação Infantil. A avaliação possui caráter de continuidade, de diagnóstico e caracteriza-se por ser processual. Desta forma, precisa considerar o ensino e a aprendizagem como indissociáveis. A partir das constatações avaliativas, o processo necessita ser revisto, retomado a fim de atingir os objetivos da educação escolar.

7. REFERÊNCIAS

PARANÁ. SEED. Superintendência da Educação – Departamento do Ensino Fundamental. **Orientações para (re)elaboração, implementação e avaliação de proposta pedagógica na educação infantil.** Coordenação Pedagógica de Educação Infantil. Curitiba: SEED, 2006.

_____. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Profissional. **Proposta pedagógica curricular do curso de formação de docentes da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental**: em Nível Médio, na Modalidade Normal. Curitiba: SEED. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Conhecimento de Mundo, v. 3, Brasília: MEC/SEF, 1998.

HORN, M. da G. S. **Sabores, cores sons e aromas**: a organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2003.

HOFFMANN, J. **Avaliação na pré-escola**: um olhar reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 1999.

HOFFMANN, J. SILVA, M. B. da. **Ação educativa na creche**. Porto Alegre: Mediação, 1995.

BENJAMIN, W. **A criança, o brinquedo, a educação**. São Paulo: Summus, 1984.
BOMTEMPO, E. **Psicologia do brinquedo**: aspectos teóricos-metodológicos. São Paulo: EDUSP, 1986.

KRAMER, S. (Coor.). ***Com a pré-escola nas mãos****:* uma alternativa curricular para a Educação Infantil. São Paulo: Àtica, 1989.

_____. LEITE, M. I. **Infância**: desafios da pesquisa. Campinas: Papirus, 1996.
_____. **Propostas pedagógicas e curriculares**: subsídios para uma leitura crítica. Educação e Sociedade, Porto Alegre, v.18, n. 60, dez. 1997.
Obs. Demais referências - Proposta Pedagógica Curricular do Curso de Formação de Docentes em Nível Médio do Estado do Paraná.

DISCIPLINA: ESTÁGIO SUPERVISIONADO

1. APRESENTAÇÃO

As práticas pedagógicas se constituem no eixo articulador dos saberes fragmentados nas disciplinas. São o mecanismo que garantirá um espaço e um tempo para a realização da relação e contextualização entre saberes e os fenômenos comuns, objetos de estudo de cada ciência ou área de conhecimento específica. O objeto de estudo e de intervenção comum é a educação. Contudo, esse fenômeno geral será traduzido em problemas de ensino aprendizagem contemporâneos, a partir dos pressupostos que orientam o curso e dos objetivos da formação.

A Prática de Formação nesta proposta de currículo possui a carga horária de 800 horas, atendendo a legislação vigente (Del. 010/99 do CEE). A carga horária da Prática de Formação integra a do curso como um todo, considerando que o mesmo configura-se como componente indispensável para a integralização do currículo. A Prática de Formação deverá ser um trabalho coletivo da instituição, fruto de seu Projeto Pedagógico. Caracteriza-se como um momento de análise e apreensão do contexto real, sendo um elemento fundamental para a formação profissional. É parte integrante do processo de formação inicial e constitui-se como o espaço, por excelência, da relação dialética entre a teoria e a prática. Por isso, em sua realização e desenvolvimento, os estagiários devem vivenciar as diversas situações do contexto escolar: o trabalho em sala de aula; a interação professor-aluno, aluno-aluno os métodos de avaliação, recursos didáticos utilizados pelo professor no trabalho em sala de aula. Esse envolvimento visará primordialmente à integração do saber com o fazer, alem de contribuir para formação de sua consciência política e social. O estágio supervisionado deve ser considerado como um componente que articula o conhecimento construído durante a vida acadêmica preparando os discentes para aplicá-lo em sala de aula como profissionais. Nesse sentido, todos os professores responsáveis pela formação do educador, deverão participar em diferentes níveis, da formação observando os aspectos teórico-práticos dos futuros docentes.

Na primeira série, as práticas pedagógicas se concentrarão nos "**Sentidos e significados do trabalho do professor/educador",** em diferentes modalidades e dimensões. O eixo será possibilitar a observação do trabalho docente pelos alunos. Isso implicará visitas às: a) creches; b) instituições que tenha maternal e pré-escola; c) escolas, preferencialmente na 1 ª e 2ª séries.

Na segunda série, pretende-se colocar os alunos em contato com situações problemas no âmbito de algumas modalidades específicas e de experiências extra-escolares **"A Pluralidade Cultural, as diversidades, as desigualdades e a educação"** será o mote principal, em torno do qual os professores irão se organizar e encaminhar as atividades junto com os alunos. As observações ocorrerão em: a) creches e/ou escolas regulares, que tenham um número significativo de alunos portadores de necessidades educacionais especiais; b) instituições especializadas em diferentes necessidades especiais, tais como, as APAES, os institutos de deficientes visuais, auditivos, entre outros; c) projetos alternativos de educação popular (caso existam nas proximidades) voltados para crianças, ou adolescentes,

ou jovens e adultos, coordenados por organizações não governamentais e/ou prefeituras; d) projetos voltados para a educação indígena e/ou educação do campo, caso existam nas proximidades.

Na terceira série, o problema central será **– "Condicionantes da infância e da família no** Brasil **e os fundamentos da educação infantil"**. Justifica-se essa problemática porque, para a formação do educador infantil, muito ainda há de se elaborar e refletir. Nessa fase do curso, os professores terão de desenvolver atividades com esse foco. Outro elemento aglutinador será "**Artes, Brinquedos, crianças e a educação nas diferentes instituições"**.

Na quarta série os alunos iniciam suas experiências práticas de ensinar. Para isso contaremos com a parceria dos professores do ensino fundamental. Tendo como pressuposto que a realidade não é fragmentada, mas que, na organização curricular, dividimos as disciplinas nas diferentes áreas do conhecimento, como recurso didático de formação, caberá aos professores criarem as condições nas modalidades "**Práticas Pedagógicas"**, para que o aluno contextualize os conteúdos desenvolvidos nas aulas das disciplinas. Ou seja, o Estágio Supervisionado garante a possibilidade de o aluno vivenciar as práticas pedagógicas nas escolas. É nesse espaço que o futuro professor desenvolve de fato a práxis profissional, ou seja, elabora uma prática educativa, a partir das teorias estudadas, transformando simultaneamente as práticas e as teorias e alcançando a ação política (práxis), entendida como a essência de toda prática educativa (Paulo Freire).

2. FORMA DE ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO

Para melhor acompanhamento, será utilizado fichas próprias de freqüência de acompanhamento do estágio; Realização de visita do coordenador de estágio às instituições concedentes visando a interação para a efetivação da prática docente; Contato contínuo do professor responsável pelo Estágio Supervisionado junto ao campo de estágio.

3. ATRIBUIÇÕES

3.1. Da coordenadora de estágio supervisionado

- Conhecer a estrutura organizacional, a Proposta Pedagógica e o regimento do curso de Formação de docentes;
- Coordenar e orientar a prática de formação, considerando-a como processo da integração entre teoria e prática, essencial na formação profissional do aluno;
- Assessorar e acompanhar a execução do planejamento, bem como os procedimentos de avaliação das atividades, considerando os elementos conceituais e fundamentação teórica, que garanta a qualidade da prática de formação;
- Promover encontro com professores para a discussão dos encaminhamentos pedagógicos pertinentes ao estágio;
- Estabelecer vínculos com instituições educacionais que ofertam a Educação Infantil e as séries iniciais do Ensino Fundamental, para a realização do estágio;
- Participar de cursos, seminários, reuniões, grupos de estudo e eventos relacionados à prática de formação;
- Buscar assessorias junto à Universidades e demais instituições para que possam contribuir para a formação continuada dos professores;

- Providenciar documentos necessários ao encaminhamento dos estagiários, registro de freqüência e formulário de avaliação de estágio;
- Receber e analisar os resultados parciais e finais do aproveitamento e desempenho do aluno estagiário;
- Receber e analisar os resultados parciais e finais do aproveitamento e desempenho do aluno estagiário; e
- Controlar freqüência do estágio: aluno e professor.

3.2. Da professora de estágio supervisionado

- Conhecer a estrutura organizacional, a Proposta Pedagógica e o regimento do curso de Formação de docentes;
- Desenvolver o trabalho em consonância com a concepção que norteia a Proposta Pedagógica para o curso de Formação de Docentes;
- Participar de todas as reuniões de estudos, planejamento e avaliação dos estagiários em conjunto com as coordenações de curso e de estágio;
- Planejar e acompanhar ações e elaborar cronogramas;
- Selecionar textos sobre a temática e materiais pedagógicos para o embasamento teórico;
- Avaliar continuamente o plano de estágio, realimentando-o;
- Orientar o estagiário sobre sua postura;
- Estar sempre em contato com a escola concedente de estágio.

3.3. Do(a) estagiário(a)

- Conhecer e cumprir o regulamento do estágio;
- Definir em conjunto com o professor de estágio o período, campo e condições para realizar o estágio;
- Comparecer assídua, pontualmente, uniformizado e identificado ao local de realização do estágio;
- Obedecer às normas da instituição onde estiver realizando o estágio;
- Apresentar comportamento ético em conformidade com a postura profissional durante a realização do estágio;
- Conhecer a Proposta Político-pedagógica (PPP) e o Regimento da escola concedente;
- Elaborar relatório sobre o estágio realizado;
- Apresentar documento probatório do cumprimento de todas as atividades de estágio;
- Participar do seminário integrador das atividades de estágio.

PROJETO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA O 2º ANO INTEGRADO

- Locais de realização: Escolas/ Instituições de Educação Especial, Comunidades que ofertem Educação no Campo e Indígena, EJA e Escolas de Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal e Estadual de Maringá.

1. Tema da proposta: as diferentes modalidades de educação e multiculturalismo

Sub-tema: Educação Inclusiva e suas diversas modalidades: Educação Especial (deficiência mental, física, visual, auditiva, condutas típicas, quadros psicológicos e neurológicos ou psiquiátricos e altas habilidades), bem como temáticas específicas da Educação para Jovens e Adultos, Educação Indígena e Educação para o Campo e Educação Afro-Brasileira

2. OBJETIVOS

- Contribuir para o debate referente à inclusão de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais no ensino regular, considerando as características da sociedade atual.
- Estudar os pressupostos teóricos que embasam a pedagogia inclusiva, tendo como referência as diretrizes educacionais vigentes, a fim de que possam efetivar práticas menos excludentes.
- Analisar a ação educativa para jovens e adultos, percebendo como uma ação social expressa numa proposta curricular articuladora da teoria com a prática, tendo o educando como sujeito do processo de aprendizagem.
- Compreender o que a escola representa para os índios hoje, a fim de que possam perceber se o currículo posto está próximo de suas realidades condizentes com as novas demandas desse povo se são, ou não, capazes de promover junto aos alunos indígenas o exercício pleno da cidadania e da interculturalidade, além do respeito às suas particularidades linguístico-culturais.
- Adquirir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto á pluralidade étnico-racial, que garantam respeito aos direitos legais e valorização de identidades cultural brasileira e africana.

3. JUSTIFICATIVA

Estudar a temática em questão se justifica pela necessidade nos dias atuais de considerar, tanto a educação inclusiva de pessoas com necessidades educacionais especiais, como a de educação de jovens e adultos, educação indígena e a educação das pessoas que tem como única referência para suas vidas o trabalho centrado no campo, como modalidade diferente de educação. Tais modalidades devem ser consideradas integrantes da educação sistematizada visto que fazem parte de uma mesma realidade objetiva. O discurso da diversidade cultural retrata a tendência democrática de integração em que todos os indivíduos na participação coletiva dos bens culturais desenvolvidos pelos homens, buscam o

direito de acesso à identidade e à cidadania, como fatores fundamentais da qualidade de vida.

4. METODOLOGIA

O trabalho pedagógico será desenvolvido por meio de discussões teóricas e análises a respeito do tema Educação Inclusivas e sobre as modalidades denominadas: educação especial, educação de jovens e adultos, educação indígena, educação no campo e afro-brasileira. Serão realizadas visitas em instituições, escolas e comunidades que atendem essas modalidades, para caracterização, observação e análise do cotidiano, para posterior análise, registro e pesquisa bibliográfica. As visitas devem ocorrer na ANPR (Associação Norte Paranaense de Reabilitação), ANPACIN (Associação Norte Paranaense de Áudio-comunicação Infantil), APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), Reserva Indígena Manoel Ribas, Salas do EJA (Educação de Jovens e Adultos), Vilas Rurais e Salas do Ensino Regular.

Será dado enfoque especial à Educação Inclusiva como proposta de intervenção amparada e fomentada pela legislação em vigor, bem como pelas políticas públicas de educação, tanto federal, como estadual e municipal.

Os momentos teóricos e práticos durante o Estágio ocorrerão concomitantemente para que possam garantir momentos de reflexão da *práxis pedagógica* em relação a estas modalidades de educação e atuação no estágio.

A finalização das atividades de Estágio Supervisionado do 2º ano/período ocorrerá com a participação no Seminário Final de Apresentação de Estágio Supervisionado com a participação das coordenações de curso, de estágio e das instituições concedentes.

5. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

1º Trimestre – 2011

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	CARGA HORÁRIA
Orientação coletiva sobre o estágio: normas, atividades, preenchimentos de fichas.	10 h/a
Estudo de texto: O Professor de Estágio Supervisionado – sua Identidade, sua Leituras. Luciana Hervatini	15h/a
Estudos voltados à temática da Educação Inclusiva	10 h/a
Leitura e estudo do livro: Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? Maria Tereza Mantoan.	20 h/a.
Estudos e orientações para elaboração do relatório das atividades da disciplina Estágio Supervisionado.	10 h/a
TOTAL	**65 h/a**

2º Trimestre – 2011

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	CARGA HORÁRIA
Visitas e caracterização em escolas, comunidades e instituições que ofertam Educação Especial (escola regular, APAE, ANPACIM e ANPR).	15 h/a
Leitura e estudo do livro: **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** Maria Tereza Mantoan. Fundamentação Teórica - elaboração de projetos de pesquisa bibliográfica.	10 h/a 15 h/a
Socialização, debate e registro das experiências decorrentes da carga horária de observações nas escolas especiais APAE, ANPACIN e ANPR	10 h/a
Escrita do Projeto de Pesquisa	15 H/A
TOTAL	**65 h/a**

3º Trimestre – 2011

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	CARGA HORÁRIA
Estudos voltados à Educação de Jovens e Adultos, à Educação do Campo e à Educação Indígena.	30 h/a
Visitas às escolas/instituições que atuam nas modalidades: Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo e Educação Indígena.	10 h/a
Socialização, debate e registro das experiências decorrentes das observações nas escolas	10 h/a
Elaboração de Projetos	10 h/a
Organização do Dossiê de Estágio	15 h/a
TOTAL	**75h/a**

6. AVALIAÇÃO

1º TRIMESTRE	
ATIVIDADES	**VALOR**
Síntese do texto: O percurso Histórico da Segregação à Inclusão	1,0
Filme: Sempre Amigos – Relatório coletivo e conclusão individual.	1,0
Filme: "O Óleo de Lorenzo"– Análise e questões do filme.	1,0
Pesquisa na Internet do tema: Recomendações de Organismos Internacionais sobre Educação Especial - Seminário	1,0
Filme: "Meu Nome é Rádio" – Análise e questões do filme.	1,0
Avaliação da pasta de Estágio	5,0
TOTAL	**10,0**
2º TRIMESTRE	
Síntese do Texto:	1,0
Síntese do Livro: Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer?	1,0
Relatório Coletivo de Caracterização	1,5
Relatório: Visita de Estudo – APAE, AMPACIM e ANPR	1,5
Projeto de Pesquisa (Educação Especial)	1,0
Pesquisa Bibliográfica	2,0
Avaliação da Pasta de Estágio	2,0

TOTAL	**10,0**
3º TRIMESTRE	
Produções Textuais: Educação de Jovens e Adultos- Educação no Campo – Educação Indígena Palestra: Relatório da Educação Afro-Brasileira	2,0
Análises Fílmicas	1,0
Projeto de Pesquisa (Diversidade)	1,0
Pesquisa Bibliográfica	2,0
Avaliação da Pasta de Estágio	4,0
TOTAL	**10,0**

A avaliação será realizada por meio de acompanhamento do estágio durante a elaboração e execução das atividades propostas, levando-se em conta os seguintes aspectos:

- Assiduidade, pontualidade e responsabilidade;
- Os pareceres das escolas concedentes sobre o desempenho do estagiário;
- Domínio dos conteúdos estudados e compromisso político;
- Auto-avaliação de seu desempenho;
- Elaboração do Relatório dos estudos e atividades realizadas na disciplina;
- Elaboração do Projeto de Pesquisa e realização da Pesquisa Bibliográfica.

7. REFERÊNCIAS

GUALUSA, José Eduardo. **História e cultura afro-brasileira e africana**. Curitiba: SEED, 2008.

CARVALHO, Rosta Edler. **Recomendações de organismos internacionais sobre educação especial.** Rio de Janeiro: WVA, 2002.

COLEÇÃO- CADERNOS DE EJA. **Emprego e trabalho**: cadernos de EJA. Disponível em: htp://portal. mec.gov.br. acesso em 30/06/08.

HERVATINI, Luciana. **O professor de estágio supervisionado**: sua identidade, sua leituras. Curitiba: SEED, 2008.

MANTOAN, Maria Tereza. **Leitura e estudo do livro**: inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 1998.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Vygotsky - aprendizado e desenvolvimento**: um processo sócio-histórico. São Paulo: Scipione, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SILVA, Aracy Lopes da. **Índios**. São Paulo: Ática, 1988.

VYGOTSKY, L. S. A **formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

LEONTIEV, A.; VYGOTSKY, L. S. (Orgs). **Psicologia e pedagogia**: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. São Paulo: Moraes, 1991.

7.1. TEXTOS DE ESTUDO

- O Professor de Estágio Supervisionado – sua Identidade, sua Leituras. Luciana Hervatini.
- O percurso Histórico da Segregação à Inclusão -
- Pesquisa na Internet do tema: Recomendações de Organismos Internacionais sobre Educação Especial – Seminário.
- Leitura e estudo do livro: Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer? Maria Tereza Mantoan.
- Roteiro do Projeto de Pesquisa – Tipos de Pesquisa - Pesquisa Biográfica. Inteligência Educacional e Sistemas de Ensino.
- Estudos voltados à Educação de Jovens e Adultos: Emprego e Trabalho – Coleção Cadernos de EJA.
- A Educação do Campo - Educação no e do Campo – Universidade Estadual de Maringá
- A Educação Indígena – Um pouco de Antropologia – Índios – Coleção Ponto por Ponto.
- Cultura Afro-Brasileira – História e Cultura Afro- Brasileira e Africana – SEED

PROJETO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA O 4º ANO INTEGRADO

Locais de realização: Escolas de Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal e Estadual de Maringá

1. TEMA: A Prática Docente nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental
Sub-tema: A Prática Docente nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental e sua reflexão.

2. OBJETIVOS

Objetivos gerais

- Conhecer, vivenciar e atuar junto à realidade educacional nas séries iniciais do Ensino Fundamental, por meio de fundamentação teórica e de realização de atividades práticas, partindo de uma visão crítica da realidade sócio-educacional, buscando a formação de um profissional reflexivo, capaz de integrar sua formação teórica com o desafio da prática.
- Possibilitar ao aluno do curso de Formação de Docentes, o embasamento teórico metodológico e o domínio dos conteúdos necessários para compreenderem e atuarem no processo do ensino e aprendizagem visando perceberem como deve acontecer a práxis.

Objetivos específicos:

- Conhecer e atuar junto à realidade das séries iniciais do Ensino Fundamental, com vistas a obter condições de analisar as circunstâncias em que tal ensino ocorre, além de aprimorar e conduzir o ensino em que estará habilitado a atuar.
- Elaborar projeto de docência com o intuito de aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, bem como suprir as necessidades educacionais durante sua atuação no processo ensino-aprendizagem.
- Estudar e conhecer os pressupostos teóricos da teoria histórico-crítica que fundamentam a prática docente.
- Realizar levantamento referente à estrutura e o funcionamento das escolas concedentes, bem como as diretrizes que orientam o ensino, a filosofia e o Projeto Político-Pedagógico das mesmas.
- Caracterizar, observar, analisar e participar do processo ensino-aprendizagem, bem como, diagnosticar a realidade educacional da(s) turma(s) onde acontecerá o estágio.
- Realizar a prática efetiva da docência, através da participação prévia em oficinas e práticas de laboratório, além da elaboração de planejamentos de aulas, para que possam contribuir com a aplicação da docência com qualidade.
- Elaborar e organizar, conforme o desenvolvimento do estágio, “portfólio e ou pasta de estágio”.
- Participar de seminário de socialização do estágio supervisionado.

3. JUSTIFICATIVA

A formação de docentes, em nível médio, está assegurada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, no seu artigo 62. A execução da prática de

formação se dá conforme plano de estágio elaborado coletivamente (professor e alunos) com ciência do coordenador, no início do período letivo.

O Estágio Supervisionado garante a possibilidade de o aluno vivenciar as práticas pedagógicas na escola, no intuito de desenvolver a *práxis* profissional. Assim, sendo, a Disciplina de Estágio Supervisionado deve ceder espaço, aos discentes do Curso de Formação de Docentes, para que participem ativamente da compreensão e atuação do ensino/aprendizagem, das séries iniciais do Ensino Fundamental, com vistas a se tornarem atuantes no contexto educacional em que estarão habilitados a atuar.

Com base no exposto, o Estágio Supervisionado aponta a possibilidade de inserir o aluno no contexto educacional, como observador, pesquisador e docente para que ele participe da produção do conhecimento, atuando como individuo que se constrói permanentemente nas interações sociais. Para tanto, teoria e prática, intrinsecamente associadas, caracteriza-se prática/teoria/prática estando vinculadas à capacidade do futuro professor de pensar a sua prática pedagógica de forma dialética.

Justificamos assim, que se preparar para a vida profissional docente não significa apenas praticar o trabalho a ser executado futuramente, como se fosse estático, acabado e pronto, mas conscientizar-se e capacitar-se constantemente no processo de interação ensino/aprendizagem, buscando exercer a sua função essencial que é primar-se pela qualidade de ensino.

4. METODOLOGIA

O encaminhamento metodológico será realizado em momentos distintos. No primeiro, será realizada a fundamentação teórica dos pressupostos da teoria histórico crítica, conforme método de ensino sistematizado pelo professor João Luiz Gasparin.

Paralelamente ao processo de estágio, serão realizadas as seguintes atividades:

- caracterização da escola concedente e elaboração de relatórios;
- observação participativa em sala de aula e elaboração de relatórios;
- participação em oficinas (alunas do curso de Pedagogia da UEM), e em seminários de socialização de resultados obtidos no decorrer do estágio supervisionado;
- elaboração de planejamentos teóricos e aulas práticas;
- aplicação de docência e elaboração de relatórios;
- elaboração e organização, conforme o desenvolvimento do estágio, de “portfólio e ou pasta de estágio”.

As atividades de observação participativa e aplicação de docência serão realizadas por trios de alunos, haja vista, o número insuficiente de turmas iniciais do Ensino Fundamental para a realização individual dessas atividades.

O controle da freqüência e do desenvolvimento dos estagiários será feitos através de fichas específicas para esta finalidade.

5. CRONOGRAMA ANUAL DE ATIVIDADES

1º trimestre – 2011

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	CARGA HORÁRIA
Leituras, orientações e estudos de textos	15 h/a
Orientações sobre o Projeto da Prática de Docência	10 h/a
Caracterização da instituição concedente	05 h/a
Observação participativa	15 h/a
Elaboração de planejamento para 1ª Docência	10 h/a
1ª Docência	15 h/a
TOTAL	**70**

2º trimestre – 2011

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	CARGA HORÁRIA
Elaboração e correção de relatórios	10 h/a
Avaliação da 1ª Docência	05 h/a
Estudos de textos e fundamentação teórica	05 h/a
Observação participativa	15 h/a
Elaboração de planejamento para 2ª Docência	10 h/a
2ª Docência	15 h/a
TOTAL	**60 H/A**

3º trimestre – 2011

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	CARGA HORÁRIA
Avaliação da 2ª Docência	05 h/a
Elaboração e correção de relatórios	05 h/a
Organização do Dossiê de Estágio	05 h/a
Observação participativa	15 h/a
Elaboração de planejamento para 3ª Docência	10 h/a
3ª Docência	15 h/a
Elaboração e correção de relatórios	05 h/a
Entrega do Dossiê de Estágio	05 h/a
Seminário Final de Estágio	05 h/a
TOTAL	**70/**

6. AVALIAÇÃO:

6.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por meio de acompanhamento do estagiário durante a elaboração e execução das atividades planejadas, levando-se em conta os seguintes aspectos:

- assiduidade, pontualidade e responsabilidade;
- os pareceres das escolas concedentes sobre o desempenho do estagiário;
- domínio dos conteúdos, da metodologia do ensino e da disciplina na turma de atuação;
- auto-avaliação de seu desempenho;
- elaboração e organização do material utilizado no decorrer e na conclusão do estágio supervisionado.

6.2. VALORES

1º TRIMESTRE

ATIVIDADE	NOTA
Estudos de textos	1,0
Elaboração de planejamentos	1,5
Docência	5,0
Elaboração de relatórios	1,0
Avaliação da docência	1,5
TOTAL	**10**

2º TRIMESTRE

ATIVIDADE	NOTA
Estudos de texto	1,0
Elaboração de planejamentos	1,5
Docência	5
Elaboração de relatórios	1,0
Avaliação da docência	1,5
TOTAL	**10**

3º TRIMESTRE

ATIVIDADE	NOTA
Elaboração de relatórios	1,0
Estudo e fundamentação teórica	1,0
Elaboração de planejamentos	1,0
Docência	5,0
Avaliação da docência e relatórios	1,0
Entrega do Dossiê	1,0
TOTAL	**10,0**

7. REFERÊNCIAS

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica** Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública:** a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1990.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. 36ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

_____ **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

VYGOTSKY, L S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

7.1.TEXTOS DE ESTUDO

ALMEIDA. J. S. Prática de ensino e a formação do educador. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº. 93, 1995.

FAZENDA, I. **O desafio na prática pedagógica**: experiências, vivências e pesquisas. São Paulo. Loyola, 1998.

FREITAS, H. C. L de. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios**. Campinas: Papirus, 1996.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação do professor**: unidade, teoria e prática? São Paulo: Cortez. 1994.

LUCKESI, C. C. **Avaliação educacional**: para além do autoritarismo. São Paulo: Cortez, 1986.

FREITAS, H. B. I. **Formação de professores**: um desafio. Goiânia: UCG, 1996.

PROJETO DE PRÁTICA DE FORMAÇÃO 3ª SÉRIE DO CURSO DE FORMAÇÃO DE DOCENTES COM APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

1. Tema: A prática docente nas séries iniciais do ensino fundamental
1.1. Locais de realização: Escolas de Ensino Fundamental da Rede Pública Municipal e Estadual de Maringá.

2. OBJETIVOS:
2.1 OBJETIVO GERAL

Conhecer, vivenciar e atuar junto à realidade educacional nas séries iniciais do Ensino Fundamental, por meio de fundamentação teórica e de realização de atividades práticas, partindo de uma visão crítica da realidade sócio-educacional, buscando a formação de um profissional reflexivo, capaz de integrar sua formação teórica com o desafio da prática.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS
- Conhecer e atuar junto à realidade das séries iniciais (1º , 2º séries e 3° anos do Ensino de 9 anos e, 4ª séries de Ensino de 8 anos) do Ensino Fundamental, com vistas a obter condições de analisar as circunstâncias em que tal ensino ocorre, além de aprimorar e conduzir o ensino em que estará habilitado a atuar.
- Elaborar projeto de docência com o intuito de aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo do curso, bem como suprir as necessidades educacionais durante sua atuação no processo ensino-aprendizagem, explorando conteúdos conforme solicitação das professoras regentes de sala das escolas concedentes para o estágio de observação e participação.
- Estudar e conhecer os pressupostos da teoria histórico-crítica que fundamentam a prática docente.
- Estudar e conhecer as concepções e métodos de alfabetização que permearam e permeiam a educação no Brasil.
- Realizar levantamento referente à estrutura e o funcionamento das escolas concedentes, bem como as diretrizes que orientam o ensino, a filosofia e o Projeto Político-Pedagógico das mesmas.
- Caracterizar, observar, analisar e participar do processo ensino-aprendizagem, bem como, diagnosticar a realidade educacional da(s) turma(s) onde acontecerá o estágio.
- Realizar a prática efetiva da docência, através da participação prévia em oficinas e práticas de laboratório, além da elaboração de planejamentos de aulas, para que possam contribuir com a aplicação da docência com qualidade.
- Elaborar e organizar, conforme o desenvolvimento do estágio, “um dôssie na forma de pasta onde serão aquivados os relatórios das atividades desenvolvidas durante o ano letivo”.
- Participar de seminário de socialização para avaliação final do estágio supervisionado.

3. JUSTIFICATIVA

A formação de docentes, em nível médio, está assegurada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96, no seu artigo 62. A execução da prática de formação se dá conforme plano de estágio elaborado coletivamente (professor e alunos) com ciência do coordenador, no decorrer do período letivo.

O Estágio Supervisionado garante a possibilidade de o aluno vivenciar as práticas pedagógicas na escola, no intuito de desenvolver a *práxis* profissional. Assim, sendo, a Disciplina de Estágio Supervisionado, deve contemplar aulas teóricas e práticas para que os discentes do Curso de Formação de Docentes, para que compreendão e atuem no processo de ensino/aprendizagem, das séries iniciais do Ensino Fundamental, com vistas a sua formação inicial no contexto educacional e se tornarem atuantes e habilitadas para atuação.

Com base no exposto, aponta a possibilidade de inserir o aluno no contexto educacional, como observador, pesquisador e docente para que ele participe da produção do conhecimento, atuando como individuo que se constrói permanentemente nas interações sociais. Para tanto, teoria e prática, intrinsecamente associadas, caracteriza-se prática/teoria/prática estando vinculadas à capacidade do futuro professor de pensar a sua prática pedagógica de forma dialética.

Justificamos assim, que se preparar para a vida profissional docente não significa apenas praticar o trabalho a ser executado futuramente, como se fosse estático, acabado e pronto, mas conscientizar-se e capacitar-se constantemente no processo de interação ensino/aprendizagem, buscando exercer a sua função essencial que é primar-se pela qualidade de ensino.

4. METODOLOGIA

O encaminhamento metodológico será realizado em dois momentos, será retomada a fundamentação teórica dos pressupostos da teoria histórico-crítica, conforme metodologia de ensino sistematizado pelo professor João Luiz Gasparin e realizada a fundamentação teórica sobre a alfabetização e letramento, visando dar suporte ao estágio do primeiro semestre cuja prática dar-se nas turmas de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos e 2ª série do Ensino Fundamental de 8(oito) anos. A partir do 2º semestre, serão realizadas fundamentação e oficinas voltadas à leitura e produção textual nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

No segundo momento, paralelamente ao processo de fundamentação, serão realizadas as seguintes atividades práticas:

- estudo da Teoria Histórico-Crítica;
- estudo dos métodos e processos de alfabetização (1º Ano, 1ª Série e 2ª Série);
- caracterização da escola concedente e elaboração de relatórios;
- observação em sala de aula e elaboração de relatórios;
- participação em oficinas e em seminários de socialização de resultados obtidos no decorrer do estágio supervisionado;
- elaboração de planejamentos teóricos e aulas práticas;
- aplicação de docência e elaboração de relatórios;
- elaboração e organização, conforme o desenvolvimento do estágio, de “ pasta de estágio”.

As atividades de observação e aplicação da docência serão realizadas por duplas de alunos, haja vista, o número insuficiente de turmas iniciais do Ensino Fundamental para a realização individual dessas atividades.
- O controle da freqüência será registrado em fichas específicas para esta finalidade.
- O estudo, da teoria Histórico-Crítica se dará por meio de leitura, fichamento, sínteses e resumos dos fundamentos teóricos da respectiva teoria, conforme estudos/obras nessa linha teórica e encontros para realização de discussões e oficinas.

6. CRONOGRAMA

	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	CARGA HORÁRIA
1º	Estudo Teórico	15h
2º	Orientação coletiva	05h
3º	Caracterização da Instituição concedente	05h
4º	Observação	20h
5º	Planejamento de Docência /Ciência na Instituição	25h
6º	Docência	20h
6º	Elaboração de Relatório	05h
7º	Fundamentação teórica dos pressupostos da teoria histórico-crítica, conforme metodologia de ensino sistematizado pelo professor João Luiz Gasparin. Oficinas sobre A Produção e Reestruturação de textos	100h
8º	Seminário de Socialização	05h
9º	TOTAL GERAL	200h

	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	CARGA HORÁRIA
1°	Estudo Teórico	10h
2º	Observação	20h
3º	Planejamento de Docência/Ciência na Instituição	25h
4º	Docência	20h
5º	Relatório conclusivo	10h
6º	Organização de relatórios- pasta de estágio	10h
7º	Estudos teóricos e oficinas relativas métodos de alfabetização, à leitura e produção textual. Oficinas Nova Ortografia, Redação e Educação Ambiental	100h
8º	Seminário de Socialização	05h
9º	TOTAL GERAL	200

7. AVALIAÇÃO

- Assiduidade, pontualidade e responsabilidade na apresentação dos trabalhos; Pareceres das escolas concedentes sobre o desempenho do estagiário; Domínio dos conteúdos estudados e compromisso político; Auto-avaliação do desempenho; Elaboração e realização do Projeto da prática docente.

Instrumentos	**Pontuação**
Caracterização Institucional /Planejamento/Plano de Trabalho Docente/	3,0
Prática Docente/regência	3,0
Leituras completares	3,0
Relatório de observação e participação da **1ª etapa**	1,0
Total no trimestre	**10,0**

Instrumentos	**Pontuação**
Assiduidade na apresentação e correção dos trabalhos	1,0
Relatório de observação e participação da **2ª etapa** /Planejamento/Plano de Trabalho Docente	2,5
Prática Docente/regência	3,0
Oficinas para carga horária complementar	1,5
Leituras completares	2,0
Total no trimestre	**10,0**

Instrumentos	**Pontuação**
Assiduidade na apresentação e correção dos trabalhos	0,5
Relatório de observação e participação da **3ª etapa** /Planejamento/Plano de Trabalho Docente	2,5
Prática Docente/regência	3,0
Oficinas para carga horária complementar	1,0
Leituras completares	1,5
Organização de relatório final - pasta de estágio	1,5
Total no trimestre	**10,0**

8 – REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Mairice da Silva. Ambiente alfabetizador: a sala de aula como entre-lugar de culturas. In. GARCIA, Regina Leite. **Novos olhares sobre a alfabetização**. São Paulo, Cortez, 2001.

CUBERES, Maria Teresa Gonzáles (Org.) **Educação infantil e séries iniciais**: articulação para a alfabetização. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

FARACO, Carlos Alberto. **Escrita e alfabetização.** 2ª Ed. São Paulo. Contexto, 1994.

FARIA. Lúcia Goulart de e MELLO, Suely Amaral. **O Mundo da escrita no universo da pequena infância.** Polêmicas do Nosso Tempo. Campinas: Autores Associados, 2005.

GARCIA, Regina Leite, **A formação da professora alfabetizadora**: reflexões sobre a prática. São Paulo. Cortez. 1996.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico-crítica**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

KLEIN. Lígia Regina. **Alfabetização**: quem tem edo de ensinar? São Paulo. Cortez, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1990.

MARINGÁ. **Concepção teórica que fundamenta o processo de alfabetização na rede municipal de ensino.** Maringá: SEDUC, 1999.

_____, **Pressupostos teóricos metodológicos de alfabetização da rede municipal de ensino.** Maringá: SEDUC, 2000.

MASSINI, Gladis e Luiz Carlos Cagliari. **Diante das letras**: a escrita na alfabetização. Campinas: Mercado das Letras, 1999.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

_____ **Pedagogia Hhstórico-crítica**: primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2003.

SOARES, Magda. **Letramento e alfabetização**: as muitas facetas. Poços de Calda, MG: 2003.

_____, **Letrar é mais que alfabetizar.** Jornal do Brasil, 26/11/2000.

VYGOTSKY, L S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

PROJETO DE PRÁTICA DE FORMAÇÃO - 1º SEMESTRE DO CURSO DE FORMAÇÃO DE DOCENTES COM APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

1. Tema: Sentidos e significados do trabalho do professor/educador infantil.
1.1. Sub-Tema: Conhecendo os Centros de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Maringá.

Locais de realização: Centros de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Maringá

2. OBJETIVOS
2.1 OBJETIVO GERAL

Oportunizar aos alunos do Curso de Formação de Docentes uma visão geral sobre a estrutura, organização e funcionamento das Instituições de Ensino que ofertam a Educação Infantil no município, organizando momentos de reflexões referentes à prática pedagógica neste nível de ensino.

2.2. Objetivos Específicos
- Orientar a realização dos Estágios analisando o papel do estagiário nas instituições de realização da prática de formação.
- Refletir sobre o papel do educador nas Instituições de Educação Infantil.
- Realizar estudos e debates sobre o papel da escola no contexto social.
-Proporcionar ao estagiário uma visão geral sobre o desenvolvimento humano, destacando o valor deste conhecimento na realização do trabalho docente.
- Detectar e discutir os problemas levantados durante os contatos mantidos com as instituições campos de estudo, visando o planejamento e execução da prática.

3. JUSTIFICATIVA

Considerando o Estágio Supervisionado como disciplina básica do currículo do Curso de Formação de Docentes em Nível Médio, sentiu-se a necessidade da elaboração do presente projeto, visando colocar os estagiários em contato com a realidade das instituições de ensino que ofertam da Educação Infantil, na rede Municipal de Ensino de Maringá, campo de estágio dos alunos nesse semestre, A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional autoriza a Educação Profissional em Nível Médio visando oferecer aos alunos dessa modalidade de ensino a formação profissional inicial que o habilite para atuar nas modalidades Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Os estágios têm por finalidade colocar os estagiários em contato com a realidade educacional das instituições onde realizarão a Prática de Formação. A proposta para a Disciplina da série é direcionada para a reflexão sobre “os sentidos e significados do trabalho do professo/educador em diferentes modalidades e dimensões”. Sendo assim, as atividades a serem desenvolvidas durante o ano letivo visam oportunizar aos estagiários conhecerem a organização e o funcionamento dos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino.

4. METODOLOGIA

As aulas de Estágio Supervisionado acontecerão em momentos teóricos e práticos seguindo sempre a Proposta Pedagógica Curricular do Curso, por meio do referencial teórico pautado no materialismo histórico e dialético, com vistas a uma formação integral do futuro educador. As atividades teórico-práticas terão sua execução no espaço das salas ambientes do Instituto Estadual de Educação e nos Centros de Educação Infantil da Rede Municipal. As atividades serão desenvolvidas por meio de: Leituras e discussões de textos; Projeções e discussões de filmes; Oficina de materiais didáticos; Palestras e participação em eventos propostos pela escola; Elaboração de relatórios; Observações; Seminários; Pesquisa bibliográfica e de campo; Atividades práticas.

5. CRONOGRAMA

Cronograma de atividades do 1º Semestre

Período	ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS	CARGA HORÁRIA
Fevereiro Março	Orientação geral, estudos de textos, projeção e discussão de filmes.	35 h/a
Abril Maio	Observações e caracterização em Centros de Educação Infantil.	25 h/a
Maio Junho	Elaboração do plano de docência/oficinas	25 h/a
Junho	Prática Docente Avaliação da prática e relatório	05 h/a 05 h/a
Julho	Avaliação do Semestre	05 h/a
Total		**100 h/a**

6. AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada por meio de acompanhamento da participação do estagiário na elaboração e execução das atividades propostas, durante os estágios, levando-se em conta os seguintes aspectos: Assiduidade, pontualidade e responsabilidade na apresentação dos trabalhos; Pareceres das escolas concedentes sobre o desempenho do estagiário; Domínio dos conteúdos estudados e compromisso político; Auto-avaliação do desempenho; Elaboração e realização do Projeto da prática docente.

Instrumentos	Pontuação
1º Bimestre: Análise textual sobre interação (Vygotsky)	3
Linha do tempo do Curso de Formação de Docentes	2
Análise do filme Escritores da Liberdade	2
Análise textual A vovó na Janela	3
2º Bimestre: Relatório Caracterização e Observação na Ed. Infantil	3
Projeto de Prática Docente	2
Prática de Contação de Histórias no Centro	3
Relatório avaliativo da Prática Docente	1
Organização do Dossiê/Pasta de Estágio	1

7. REFERÊNCIAS

CASTRO, Claudio de Moura. **A vovó na janela**. Revista Veja 10/11/2004.

MARTINS, João Carlos. **Vygotsky e o papel das interações sociais na sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2005.

GENTILE, Pablo; ALENCAR, Chico**. Educar na esperança em tempos de desencantos**. São Paulo: Cortez, 2004.

FREIRE, Paulo**. Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Ática, 2000.

PROPOSTA CURRICULAR – TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO

CURSO: 0811 – TÉCNICO ADMINISTRAÇÃO – INTEGRADO TURNO: MANHÃ

ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2009 – GRADATIVA – MÓDULO 40 SEMANAS

DISCIPLINAS	1ª	2ª	3ª	4ª
ARTE	2			
BIOLOGIA			2	2
EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	2
FILOSOFIA			2	
FÍSICA	2	2		
GEOGRAFIA	2	2		
HISTÓRIA	2	2		
LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	3	3	3	4
MATEMÁTICA	2	4	4	3
QUÍMICA	2	2		
SOCIOLOGIA				2
INGLÊS	2	2		
METODOLOGIA E TÉCNICA DE PESQUISA	2			
NOÇÕES DE DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO		2	2	
SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS		2		
ADMINISTRAÇÃO DE MARKETING E VENDAS				2
ADMINSTRAÇÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO			2	
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS PÚBLICAS			2	2
ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL			2	2
ADMINISTRAÇÃO DE PRODUÇÃO E MATERIAIS			2	2
CONTABILIDADE GERAL E GERENCIAL			2	2
ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS				2
FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO	2			
TEORIA ECONÔMICA		2		
TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO	2			

CURSO: 0943 – TÉCNICO ADMINISTRAÇÃO – INTEGRADO TURNO: MANHÃ

ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010 – GRADATIVA – MÓDULO 40 SEMANAS

DISCIPLINAS	1ª	2ª	3ª	4ª
ARTE		2		
BIOLOGIA			3	2
EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	2
FILOSOFIA	2	2	2	2
FÍSICA			2	2
GEOGRAFIA	2	2		
HISTÓRIA	2	2		
LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	2	2	3	2
MATEMÁTICA	2	2	3	2
QUÍMICA	2	2		
SOCIOLOGIA	2	2	2	2
INGLÊS			2	2
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA		2		
ADMINISTRAÇÃO DE PRODUÇÃO E MATERIAIS				3
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL	2			
CONTABILIDADE				2
ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS				2
GESTÃO DE PESSOAS			3	
INFORMÁTICA	2	2		
INTRODUÇÃO À ECONOMIA		3		
MARKETING				2
NOÇÕES DE DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO			3	
ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS	2			
TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO	3			

CURSO:0943 – TÉCNICO ADMINISTRAÇÃO – INTEGRADO TURNO: NOITE

ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010 – GRADATIVA – MÓDULO 40 SEMANAS

DISCIPLINAS	1ª	2ª	3ª	4ª
ARTE		2		
BIOLOGIA			3	2
EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2	2
FILOSOFIA	2	2	2	2
FÍSICA			2	2
GEOGRAFIA	2	2		
HISTÓRIA	2	2		
LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	2	2	3	2
MATEMÁTICA	2	2	3	2
QUÍMICA	2	2		
SOCIOLOGIA	2	2	2	2
INGLÊS			2	2
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA		2		
ADMINISTRAÇÃO DE PRODUÇÃO E MATERIAIS				3
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL	2			
CONTABILIDADE				2
ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS				2
GESTÃO DE PESSOAS			3	
INFORMÁTICA	2	2		
INTRODUÇÃO À ECONOMIA		3		
MARKETING				2
NOÇÕES DE DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO			3	
ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS	2			
TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO	3			

CURSO: 0906 – TÉCNICO ADMINISTRAÇÃO SUBSEQUENTE -TURNO: NOITE

ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010 – GRADATIVA – MÓDULO 20 SEMANAS

DISCIPLINAS	1º	2º	3º
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	3		
ADMINISTRAÇÃO DE PRODUÇÃO E MATERIAIS	2	3	
COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL			3
CONTABILIDADE		3	2
ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS			2
ESTATÍSTICA APLICADA	3		
FUNDAMENTOS DO TRABALHO	2		
GESTÃO DE PESSOAS		3	2
INFORMÁTICA	2	2	
INTRODUÇÃO À ECONOMIA		3	2
MARKETING			3
MATEMÁTICA FINANCEIRA	2	2	
NOÇÕES DE DIREITO E LEGISLAÇÃO DO TRABALHO		2	3
ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS	3		
PRÁTICA DISCURSIVA LINGUAGEM	3		
TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO		2	3

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DE MARKETING E VENDAS

1. EMENTA

Conceito e ambiente de Marketing; Mercado Consumidor; Sistema de Informação de Marketing; Produtos e Marcas; Marketing de Relacionamento; Técnicas de Venda; Processo de decisão de compra; Atendimento e relacionamento com o consumidor; Comportamento do consumidor.

2. OBJETIVOS

- Oferecer ao aluno fundamentos para compreender o conceito e ambiente em Marketing.
- Conhecer o processo de decisão de compras, como também as técnicas de vendas;
- Identificar as formas de elaborar o plano promocional e de marketing;
- Relacionar e entender o comportamento do consumidor.

3. CONTEÚDOS

- Conceito e ferramentas de marketing;
- Análise dos mercados consumidores e do comportamento de compra;
- Composto Promocional;
- Produtos, marcas e embalagens;
- Plano promocional e de marketing;
- Regulamentação de concursos e sorteios (Legislação);
- Comportamento do consumidor;
- Atendimento e relacionamento com o consumidor;
- Processo de decisão de compra;
- Orientações da empresa para o mercado;
- Definição de valor e de satisfação para o cliente;
- Estratégias para enfrentar a concorrência;
- Planejamento estratégico de negócio;
- Segmentação de mercado;
- Estratégias de marketing para o ciclo de vida do produto;
- Sistema de informação de marketing e pesquisa de mercado;
- Comunicação mercadológica;
- Conceito e Técnicas de vendas;
- Compostos de vendas;
- Análise do Pós-vendas;

4. REFERÊNCIAS

ABRAMS, R. M. **Business plan**: segredos e estratégias para o sucesso. São Paulo: Érica, 1994.

BUARQUE, C. **Avaliação econômica de projetos**. Rio de Janeiro: Campus, 1984.

CHURCHILL, G. A. **Marketing**: criando valor para os clientes. São Paulo: Saraiva,

2000.

KOTLER, P. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 1998.

LAPPONI, J. C. **Modelos para avaliação econômica de projetos de investimento**. São Paulo: Lapponi,1996.

LAS CASAS, A. L. **Marketing**. São Paulo: Atlas, 2001.

LONGENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PETTY, J. W. **Administração de pequenas empresas**. São Paulo: Makron Books, 1997.

NAÇÕES UNIDAS; MELNICK, J. **Manual de projetos de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Unilivros Cultural, 1981.

POMERANG, Lenina. **Elaboração e análise de projetos**. São Paulo: Hicitec, 1985.

RICHERS, R. **Marketing**: uma visão brasileira. São Paulo: Negócio, 2000.

SIEGUEL, Eric S. Guia da Ernst & Young para desenvolver seu plano de negócios**. Rio de Janeiro: Record, 1993.**

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO

1. EMENTA

Conceito e importância da Administração Estratégica e Planejamento; Cultura e Clima Organizacionais; Processos do Planejamento Estratégico, Tático e Operacional.

2. OBJETIVOS

- Proporcionar capacitação para identificar o campo, o objetivo e os conteúdos essenciais do estudo da administração estratégica;
- Conhecer os conceitos e a importância da Administração estratégica;
- Propiciar a aquisição e adquirir habilidades, senso crítico através das teorias, sua importância e aplicabilidade;
- Entender a relação entre a cultura e clima organizacional;
- Identificar os tipos de estratégias;
- Conhecer os princípios, partes e tipos de um planejamento;
- Compreender a empresa como um sistema;
-Fornecer conhecimentos teóricos sobre a evolução do campo de Administração e planejamento estratégico;
- Desenvolver junto aos alunos a habilidade de elaboração de um plano estratégico;
- Propiciar ao corpo discente um conjunto de conhecimentos que facilite uma análise crítica de transformação social que afetam a administração estratégica de empresa bem como o seu planejamento;
- Resolver situações problemas, sabendo usar a metodologia específica para a elaboração e implementação de um planejamento estratégico;
- Sentir-se seguro da própria capacidade de construir conhecimentos desenvolvendo a auto-estima e a perseverança na busca de soluções;
- Interagir com seus pares de forma cooperativa;
-Trabalhar coletivamente na busca de soluções para problemas propostos, identificando aspectos consensuais ou não na discussão de um assunto, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

3. CONTEÚDOS

- Conceituação de estratégia
  - Conceito de estratégia
  - Definições de estratégia
- Estrutura: As Escolas da administração estratégica
  - Forma de classificar as estratégias
  - Importância das estratégias
  - Tipos de estratégia
  - Formulação da estratégia
  - Implantação da estratégia
  - Avaliação da estratégia
  - Interação das estratégias e políticas na empresa
- Conceituação de planejamento
  - Princípios do planejamento

- Eficiência e eficácia
- Partes do planejamento
- Tipos de planejamento

- Empresa como sistema
  - Metodologia de elaboração e implementação do planejamento
  - Fases da metodologia de elaboração e implementação do planejamento
  - Fatores ou variáveis ambientais e alguns de seus componentes
- Processo de planejamento estratégico
  - Componentes do diagnóstico estratégico
  - Missão e propósito da empresa
  - Elaboração de cenários
- Postura estratégica da empresa
  - Alguns aspectos da vantagem competitiva
  - Alguns aspectos da sinergia
  - Alguns aspectos do risco
- Macroestrategicas e macropolíticas
  - Diferença entre objetivos e desafios
  - Importância dos objetivos
  - Hierarquia dos objetivos e desafios das empresas
- Estabelecimento de objetivos das empresas
  - Processo e estabelecimento de objetivos e desafios

4. METODOLOGIA

A metodologia do ensino da disciplina deve estar centrada na abordagem histórica e resolução de problemas, partindo sempre da realidade e conhecimento prévio dos alunos.

Cada professor traçará o caminho para levar os mesmos à compreensão dos conceitos teóricos e ao uso das técnicas e métodos adequados para a elaboração de cada passo do processo e a análise específica em cada contexto.

A história da evolução dos processos que envolveram a Administração Estratégica e Planejamento na conjuntura sócio-econômica, assim como o envolvimento e a participação das pessoas é o ponto de partida para o aprendizado.

Contar a história da disciplina que está sendo estudada e o contexto em que o conteúdo específico foi elaborado como conhecimento humano é uma estratégia para ilustrar as aulas e motivar os alunos a entender a importância do estudo da disciplina.

Através da resolução de problemas, o aluno defronta-se com os problemas e, a partir deles vai construindo seu saber para resolvê-los e, só depois toma conhecimento da teoria que dá suporte aos procedimentos que utilizou. Esta é a tendência que deve estar presente no ensino por possibilitar ao aluno a alegria de vencer obstáculos criados por sua própria curiosidade.

O ensino deverá ser trabalhado de forma contextualizada, partindo do conhecimento que cada aluno já traz consigo, visando maior aproveitamento das relações existentes entre os conteúdos e o contexto social ou pessoal. Procedendo assim, o que está sendo aprendido terá maior significado, visto que todo conhecimento envolve uma relação ativa entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

Dessa forma, a contextualização ajuda no desenvolvimento da capacidade de relacionar o que é aprendido pelo aluno com o que ele observa na sua vida profissional.

Os conteúdos não devem ser colocados como produtos acabados e prontos, transmitidos apenas da forma expositiva, reduzindo os alunos a meros expectadores.

É necessário que cada um participe da construção do próprio conhecimento, de forma mais ativa e crítica, relacionando cada um com a prática, com o uso em sua vida e em sua profissão.

Para tanto, o professor deve permitir que os alunos interajam entre si e aprendam uns com os outros, que sejam participantes em todos os domínios do fenômeno educativo.

Simultaneamente, deve haver lugar para uma exploração individual quando tal for sentido necessário. A questão central é que o estudante se torne um participante ativo em vez de um receptor passivo.

O professor deve adotar várias condutas na sua prática de sala de aula: a) orientador de determinada atividade em que o discente constrói seu conhecimento a partir do seu raciocínio e conhecimentos anteriores; b) provocador de debates e questões, colocando o aluno em confronto com seus raciocínios e representações verbais ou escritas; c)expositor de um conhecimento formalizado e sistematizado isso, quando a classe já estiver apta a acompanhar o raciocínio e formular seus próprios conceitos.

Deve ser objetivo do professor tirar o aluno do senso comum explicando a ele aspectos concretos de conceitos simples, já de seu conhecimento. Deve também fazer com que o aluno debata estes pontos em aula, compartilhando com todos os colegas experiências e exemplos, abstraindo novos conceitos que possam incrementar seu saber.

Em momentos sucessivos cabe ao professor sugerir e mostrar inter-relações possíveis e despertar novas problematizações. Esse processo não é mecânico e deve ser conduzido com prudência e seu bom êxito depende exclusivamente do ambiente da sala, do interesse da classe pelo assunto, da simpatia que o professor desperta nos alunos e, principalmente, do domínio que ele tem sobre o assunto.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação, como parte integrante do processo ensino-aprendizagem, abrange a atuação do professor, o desempenho do aluno, e os objetivos, a estrutura e o funcionamento da escola e do sistema de ensino. É o elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino. Corresponde ao conjunto de ações que para o professor objetiva ajustar o ensino da disciplina; identificar como e o quê foi aprendido.

Para os alunos, possibilita tomar consciência dos seus avanços, dificuldades e possibilidades. Ocorre durante todo o processo de ensino-aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho.

É, portanto, um diagnóstico contínuo e dinâmico e se torna um instrumento fundamental para repensar e reformular os métodos, os procedimentos e as estratégias de ensino.

A verificação do aproveitamento do aluno deve abranger vários tipos de instrumentos de avaliação além das provas, trabalhos individuais e em equipes como: seminários, entrevistas e conversas informais; auto-avaliação e principalmente a observação.

6. REFERÊNCIAS

ANSOFF, Igor. **A nova estratégia empresarial**. São Paulo: Atlas, 1990.

CERTO, Samuel C. & PETER, J. Paul. **Administração estratégica**: planejamento e implantação da estratégia. São Paulo: Makron Books, 1993.

FISCHMANN, Adalberto A. & ALMEIDA, Martinho Isnard R. de. Planejamento estratégico na prática**. São Paulo: Atlas, 1991.**

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

1. EMENTA

Mercado Financeiro e mercado de capitais. Moedas, taxas e mercado de câmbio entre países. Fontes de financiamento de curto e longo prazo. Ciclo econômico financeiro. Introdução ao orçamento. Princípios do orçamento. Componentes do orçamento. Demonstrações financeiras projetadas. Acompanhamento e análise orçamentária. Preparação de relatórios financeiros e orçamentários. Orçamento de capital. Tomada de decisão de investimento.

2. OBJETIVOS

- Proporcionar um referencial teórico a respeito da Administração Financeira e Orçamentária, visando a adoção de posturas e procedimentos práticos inerentes a disciplina.
- Desenvolver conhecimentos que permitam empregar as técnicas e ferramentas básicas utilizadas no mercado de capitais como instrumentos de trabalho.
- Expor as abordagens teóricas ligadas à gestão financeira de curto e longo prazo para aplicá-las nas organizações e nos empreendimentos, instrumentalizando os dicentes para operacionalizar técnicas gerenciais financeiras que são imprescindíveis aos controles empresariais das modernas organizações.

3. CONTEÚDOS

- Definição de Admininstração Financeira;
- Mercado financeiro e mercado de capitais;
- Bolsa de valores;
- Políticas econômicas – moedas, taxas emercado de câmbio entre países;
- Fontes de financiamentos de curto e longo prazo;
- Estrutura de capital – Custo de capital;
- Ciclo econômico financeiro;
- Atividade fionanceira;
- Orçamentos;
- Princípios: componentes – elaboração de demonstração financeiras projetadas;
- Orçamento de capital e decisões de investimentos;
- Acompanhamento e análise orçamentária;
- Planejamento;
- Orçamento de vendas;
- Orçamento de produção;
- Orçamento de mão de obra;
- Orçamento de custos;
- Receitas e despesas;
- Alavancagem financeira, capacidade de endividamento da empresa.

4. METODOLOGIA

Nessa disciplina será trabalhada a Administração Financeira e Orçamentária sob a ótica da moderna teoria financeira, a fim de fornecer aos alunos um embasamento teórico e prático das principais técnicas utilizadas na área de finanças e orçamentos, imprescindíveis ao processo empresarial de tomada de decisões.

As atividades didático-pedagógicas serão desenvolvidas em sala de aula e extra classe, por meio de aulas expositivas, estudos de casos e resolução de exercícios em sala de aula, analisando os processos decisórios relacionados à aplicação de recursos no contexto do mercado financeiro brasileiro e internacional, particularmente no concernente à mensuração do risco que interfere nas taxas de juros utilizados na avaliação de ativos e passivos financeiros, enfatizando ainda a importância de orçamentos no planejamento e controle da gestão empresarial.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação assume caráter formativo, integrado ao processo ensino-aprendizagem, permitindo ao aluno consciência de seu próprio caminhar, se expandindo em relação ao conteúdo e as propostas das tendências metodológicas, por meio de vários instrumentos de avaliação e sua frequencia de aplicação, para, posteriormente tomar decisões quanto aos necessários ajustes, revisões e reorientações da prática docente. A recuperação de estudos deve ser considerada, permitindo a revisão e a reelaboração de conhecimentos não aprendidos, sendo possível revisar, reforçar ou reorganizar esses conheicmentos.

6. REFERÊNCIAS

AGUSTINI, Carlos Alberto Di. **Capital de giro**. São Paulo: Atlas, 1999.

ÂNGELO, C. F. De; SILVEIRA, J. A. G. da. **Finanças no varejo**: gestão operacional. São Paulo: Atlas, 1997.

BRAGA, R. **Fundamentos e técnicas de administração financeira.** São Paulo: Atlas, 1998.

CASAROTO, Nelson Filho. KIPITTKE, Bruno Hartmut. **Análise de investimentos**. São Paulo, 2000.

CARLOS, José Moreira. **Orçamento empresarial**: manual de elaboração. São Paulo: Atlas, 1992.

EDUARDO, José Zdanowicz. **Planejamento financeiro e orçamento**. Porto Alegre: Sagra, 1995.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Harbra, 1997.

H. Nguyen Tung. **Orçamento empresarial no Brasil para empresas industriais e comerciais**. São Paulo: Universidade Empresa Ltda, 1993.

HONÓRIO, Luzimar. **Manual de administração financeira para micro e pequena empresa**. Campo Grande: Gibim Gráfica , SEBRAE, 1997.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira**: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, Sergio de. **Análise de balanços**. São Paulo: Atlas, 1993.

MOREIRA, José Carlos. **Orçamento empresarial**. São Paulo: Atlas, 1989.

PADOVEZE, Clovis Luis. **Introdução à administração financeira**. São Paulo: Thomson, 2005.

SENAC, DN. **Administração financeira**. Rio de janeiro: SENAC, 1996.

WELSCH, A. Glenn. **Orçamento empresarial**: casos. São Paulo: Atlas, 1992.

DISICPLINA: ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E FINANÇAS PÚBLICAS

1. EMENTA

Noções gerais da Lei de Responsabilidade Fiscal, de orçamentos, de Licitações e da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Administração Financeira e Orçamentos: fluxo de caixa (orçado e realizado),alavancagem financeira, capacidade de endividamento da empresa.

2. OBJETIVOS

- Proporcionar um referencial teórico a respeito da Administração Financeira e Orçamentária, bem como dos instrumentos de intervenção do Estado na economia;
- Desenvolver uma visão crítica acerca da ordem econômica nacional em face da globalização, considerando principalmente, a Constituição Federal e o Direito Internacional Tributário;
- Refletir sobre a ação da administração pública no sentido da efetivação dos princípios constitucionais relativos à ordem econômica e a tributação;
- Capacitar o aluno a dominar as técnicas de elaboração e implantação do plano operacional para uma empresa, com definição de objetivos, metas e sistemas de controle e avaliação do desempenho global.
- Expor as abordagens teóricas ligadas à gestão financeira de curto e longo prazo, para aplicá-las nas organizações e nos empreendimentos, instrumentalizando os discentes para operacionalizar técnicas gerenciais financeiras que são imprescindíveis aos controles empresariais das modernas organizações.

3. CONTEÚDOS

- Mercado financeiro e mercado de capitais:
- Sistema financeiro nacional;
- Mercados financeiros;
- Bolsa de valores;
- Políticas econômicas;
- Moedas, taxas e mercado de câmbio entre países;
- Fontes de financiamento de curto e de longo prazo:
- Estrutura de capital;
- Fontes de curto prazo;
- Fontes de longo prazo;
- Custo de capital;
- Ciclo econômico financeiro:
- A atividade financeira;
- Os ciclos;
- Orçamento:
- Introdução ao orçamento;
- Princípios;
- Componentes;
- Elaboração demonstrações financeiras projetadas;

- Acompanhamento e análise orçamentária;
- Orçamento de capital e decisões de investimentos;
- Alavancagem financeira, capacidade de endividamento da empresa:
- Planejamento;
- Orçamento de vendas;
- Orçamento de produção;
- Orçamento de mão de obra;
- Orçamento de custos;
- Receita/despesa.

4. METODOLOGIA

Nesta disciplina será trabalhada a Administração Financeira, Orçamentária e Finanças Públicas sob a ótica da moderna teoria financeira, a fim de fornecer aos alunos um embasamento teórico e prático das principais técnicas utilizadas na área de finanças e orçamentos, através de conceitos e técnicas atuais que possam otimizar a gestão, minimizando riscos e maximizando resultados.

As atividades didático-pedagógicas serão desenvolvidas em sala de aula e extra-classe, através de aulas expositivas, estudos de casos e resolução de exercícios,analisando os processos decisórios relacionados à aplicação de recursos no contexto do mercado financeiro brasileiro e internacional, particularmente no que concerne à mensuração do risco que interfere nas taxas de juros utilizados na avaliação de ativos e passivos financeiros, enfatizando ainda a importância de orçamentos no planejamento e controle da gestão empresarial.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação assume caráter formativo, integrado ao processo ensino-aprendizagem, permitindo ao aluno consciência de seu próprio caminhar, se expandindo em relação ao conteúdo e as propostas das tendências metodológicas, através de variados instrumentos de avaliação e a sua freqüência de aplicação, para, posteriormente tomar decisões quanto aos necessários ajustes, revisões e reorientações da prática docente. A recuperação de estudos deve ser considerada, permitindo a revisão e a reelaboração de conhecimentos não apreendidos, sendo possível revisar, reforçar ou reorganizar esses conhecimentos.

6. REFERÊNCIAS

CASAROTTO FILHO, Nelson; KIPITTKE, Bruno Hartmut. **Análise de investimentos**. São Paulo: 2000.

HOJI, Masakazu. **Administração financeira**: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2000.

WELSCHE, G. A. **Orçamento empresarial:** planejamento e controle do lucro. São Paulo: USP, 1996.

AGUSTINI, Carlos Alberto Di. **Capital de giro.** São Paulo: Atlas, 1999.

ÂNGELO, C.F. de. e SILVEIRA, J.A.G. da. **Finanças no varejo**: gestão operacional. São Paulo: Atlas, 1997.

BRAGA, R. **Fundamentos e técnicas de administração financeira.** São Paulo: Atlas, 1998.

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL

1. EMENTA

Evolução histórica da Administração de Recursos Humanos: Conceitos, Natureza, Objetivos e Importância. Posicionamento e Estrutura da Área de Administração de Recursos Humanos na Organização. Enfoque Sistêmico da ARH e seus subsistemas. Introdução ao estudo do direito do trabalho. normas gerais dos contratos de trabalho. medicina e segurança do trabalho. normas dos contratos especiais de trabalho. relação de emprego. rescisão contratual.

2. OBJETIVOS

- Despertar nos alunos a consciência do relevante papel social da gestão de Recursos Humanos, na formação de empreendedores, líderes e profissionais comprometidos com a melhoria da qualidade de vida da sociedade.
- Motivar os alunos a adotar posturas adequadas de liderança nos grupos acadêmicos e sociais preparando-os para o efetivo e bem sucedido exercício profissional.
- Interpretar a questão trabalhista e seus múltiplos aspectos mediante conhecimentos básicos e gerais desta legislação, visando à solução dos casos concretos que ocorrem no campo da administração de pessoal.

3. CONTEÚDOS

- Conceito de RH ou Gestão de Pessoas:
  - Objetivos de Gestão de Pessoas;
  - Mercado da Oferta X Procura de RH;
  - Visão Sistêmica de Rh nas Funções;
  - Visão Sistêmica de RH nas Organizações.
- Processos de RH:
  - Processos de Agregar Pessoas;
  - Processos de Aplicar Pessoas;
  - Processos de Recompensar Pessoas;
  - Processos de desenvolver Pessoas;
  - Processos de Manter Pessoas;
  - Processos de Monitorar Pessoas.
- Órgão de Recursos Humanos:
  - Divisão de Recrutamento e Seleção de Pessoal;
  - Divisão de Cargos e Salários;
  - Divisão de Benefícios Sociais;
  - Divisão de Treinamento;
  - Divisão de Higiene e Segurança;
  - Divisão de Pessoal.
- Definição Conceitual do Processo de Agregar Pessoas:
  - Abordagem Tradicional Versus Abordagem Moderna;
  - Conceito de Recrutamento;
  - Modelo de Recrutamento;

- Conceito de Seleção de Pessoas;
- Técnicas de Seleção de Pessoas.

- Definição Conceitual do Processo de Aplicar Pessoas:
  - Abordagem Tradicional Versus Abordagem Moderna;
  - Conceito de Cargo;
  - Áreas de Atuação do Cargo;
  - Avaliação de Desempenho;
  - Conteúdo do Cargo.
- Definição Conceitual do Processo de Recompensar Pessoas:
  - Necessidades das Pessoas segundo Maslow;
  - Conceito de Remuneração;
  - Recompensas Organizacionais;
  - Conceito de Benefícios Sociais;
  - Definições de Benefícios Sociais;
  - Origens de Desenvolvimento dos Benefícios Sociais;
  - Classificação dos Benefícios Sociais;
  - Exigibilidade Legal dos Benefícios Sociais.
- Definição Conceitual do Processo de Desenvolver Pessoas:
  - Abordagem Tradicional Versus Abordagem Moderna do PDP;
  - Conceito de Treinamento;
  -Fases do Treinamento (etapas do Processo Cíclico e Contínuo de Treinamento);
  - Ambientes para o Treinamento nas Organizações;
  - Papéis dos Administradores no Treinamento das Pessoas em Relação das Mudanças Organizacionais.
- Definição Conceitual do Processo de Manter Pessoas:
  - Abordagem Tradicional Versus Abordagem Moderna do PMP;
  -Teoria X e Teoria Y no PMP;
  -Tipos de Disciplinas do PMP;
  - Conceito de Higiene do Trabalho;
  - Aspectos de Higiene no trabalho;
  - Conceito de CIPA;
  - Abrangência nas Organizações das Pessoas Envolvidas na CIPA;
  - Tipos de Acidentes de Trabalho;
  - Conceito de Qualidade de Vida do Trabalhador (QVT).
- Definição Conceitual do Processo de Monitorar Pessoas:
  - Abordagem Tradicional Versus Abordagem Moderna do Processo de Monitorar Pessoas;
  - Tipos de Banco de Dados;
  - Fluxo do Banco de dados;
  - Sistema de Informação Gerencial do RH;
  - Métodos de Avaliação do RH;
  - Critérios de Avaliação.

4. REFERÊNCIAS

ARMSTRONG, David. **A gerência através da história**.São Paulo: Campus, 1993.

BOOG, Gustavo G. **O desafio da competência**. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1994.

DISCIPLINA: ADMINISTRAÇÃO DE PRODUÇÃO E MATERIAIS

1. EMENTA

Gestão de estoques. Compras. Indicadores Gerenciais. Recursos Patrimoniais. Estudo de logística e ênfase a todos os processos presentes nos setores produtivos.

2. OBJETIVOS

- Propor a realização de estudos de técnicas e instrumentos de produção;
- Fazer com que o aluno tome decisões para a busca da produtividade e eficiência dos recursos;
- Capacitar o aluno a dominar as técnicas de elaboração e implantação do plano operacional para uma empresa, com definição de objetivos, metas e sistemas de controle e avaliação do desempenho global;
- Exercer a função gerencial de produção/operação;
Desenvolver a capacidade de raciocínio para interpretar o sistema de classificação de materiais;
- Identificar os custos dos produtos no transporte de produção;
- Fazer observações sistemáticas de aspectos do algoritmo de localização de fábrica;
- Entender o processo de elaboração da cadeia de suprimento;
- Identificar os tipos de demanda de suprimento;
- Resolver situações problemas, sabendo validar estratégias e apresentar resultados;
- Identificar e compreender a dinâmica de gerenciamento informatizado de suprimento;
- Articular o conhecimento administrativo numa perspectiva interdisciplinar;
- Sentir-se seguro da própria capacidade de construir conhecimentos desenvolvendo a autoestima e a perspectiva na busca de soluções;
- Interagir com seus pares de forma cooperativa;
- trabalhar coletivamente na busca de soluções para problemas propostos, identificando aspectos consensuais ou não na discussão de um assunto, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles;

3. CONTEÚDOS

1º Semestre:
- Gestão de estoques;
- Codificação e classificação de materiais;
- Função;
- Política de estoques;
- Previsão (o que, quanto, quando, de quem);
- Custos (de armazenagem, de compras);
- Níveis de estoques (máximo, mínimo, segurança, ponto de pedido, rotatividade: giro e cobertura);

- Curva ABC;
- Sistemas de controle;
-Indicadores gerenciais;
- Nível de atendimento;
- Acurácia;
- Giro;
- Cobertura de estoque;
- Função;
- Sistema (solicitação, cotação, pedido/contrato);
- Desenvolvimento de novos fornecedores (uso da internet);
- Follow up;
- Prazos (de entrega, pagamento);
- Negociação;
- Recursos patrimoniais;

2º Semestre:

- Armazenamento;
- Movimentação;
- Distribuição física;
- Almoxarifado (o edifício: especificações para a guarda de materiais comuns, inflamáveis, alimentos pesados, etc.);
- Lay-out;
- Equipamentos de armazenagem;
- Uso de EP (responsabilidade legal do administrador);
- Embalagens;
- Localização inventário (geral e rotativo);
- Movimentação;
- Recebimento;

Controle de qualidade; (quarentena);

- Armazenagem (modelos e técnicas);
- Fornecimento/distribuição;

-Nível de atendimento;

- Equipamento;
- Patrimônio da empresa;
- Sistema de produção;
- Estruturas e roteiros;
- Fluxo de produção.

4ª Série ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO

- Gestão de estoque;
- Codificação e classificação de materiais;
- Função;
- Políticas de estoques;
- Previsão (o que, quanto, quando, de quem);
- Custos (de armazenagem, de compras);
- Níveis de estoques (máximo, mínimo, segurança, ponto de pedido, rotatividade: giro e cobertura);
- Curva ABC;

- Sistemas de controle;
- Indicadores gerenciais;
- Nível de atendimento;
- Acurácia;
- Giro;
- Cobertura de estoque;
- Função;
- Sistema (solicitação, cotação, pedido/contrato);
- Desenvolvimento de novos fornecedores (uso da internet);
- Follow up;
- Prazos (de entrega, pagamento);
- Negociação;
- Recursos patrimoniais;
- Introdução à logística;
- Armazenamento;
- Movimentação;
- Distribuição física;
- Almoxarifado (o edifício: especificações para a guarda de materiais comuns, inflamáveis, alimentos, pesados, etc.);
- Lay-out;
- Equipamentos de armazenagem;
- Uso de EPI (responsabilidade legal do administrador);
- Embalagens;
- Localização inventário (geral e rotativo);
- Movimentação;
- Recebimento;
- Controle de qualidade (quarentena);
- Armazenagem (modelos e técnicas);
- Fornecimento/distribuição;
- Nível de atendimento;
- Equipamento;
- Patrimônio da empresa;
- Sistemas de produção;
- Estruturas e roteiros;
- Fluxo de produção;

4. METODOLOGIA

Cada professor deverá, dentro de uma abordagem histórica, da resolução de problemas, partindo sempre da realidade e conhecimentos prévios dos alunos, traçar o caminho para levar os mesmos à compreensão do papel da administração da produção de materiais no contexto empresarial.

Dentro do conceito de abordagem histórica, a história da evolução dos processos que envolveram o ambiente de produção e materiais e a elaboração de estratégias para o desenvolvimento e implantação de orçamentos econômicos, assim como o desenvolvimento e a participação das pessoas é o ponto de partida

para o aprendizado. Contar a história da disciplina que está sendo estudada e o contexto em que o conteúdo foi elaborado como conhecimento humano é uma estratégia para ilustrar as aulas de motivar os alunos a entender a importância do estudo da disciplina.

Através da resolução de problemas, o aluno defronta-se com as dificuldades e, a partir delas vai construindo seu saber para resolvê-las e, só depois toma conhecimento da teoria que dá suporte aos procedimentos que utilizou. Esta é a tendência que deve estar presente no ensino por possibilitar ao aluno a alegria de vencer obstáculos criados por sua própria curiosidade.

O ensino deverá ser trabalhado de forma contextualizada, partindo do conhecimento que cada aluno já traz consigo, visando maior aproveitamento das relações existentes entre os conteúdos e o contexto social ou pessoal. Procedendo assim, o que está sendo aprendido terá maior significado, visto que todo conhecimento envolve uma relação ativa entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Dessa forma, a contextualização ajuda no desenvolvimento da capacidade de relacionar o que é aprendido pelo aluno com o que ele observa na sua vida profissional.

Os conteúdos não devem ser colocados como produtos acabados e prontos, transmitidos apenas da forma expositiva, reduzindo os alunos a menos expectadores. À necessário que cada um participe da construção do próprio conhecimento, de forma mais ativa e crítica, relacionando cada um com a prática, com o uso em sua vida e em sua profissão.

Para conseguir esse objetivo, o professor deve permitir que os alunos interajam entre si e aprendam uns com os outros, que sejam participantes em todos os domínios do fenômeno educativo. Simultaneamente, deve haver lugar em uma exploração individual quando tal for sentido necessário. A questão central é que o estudante se torne um participante ativo em vez de um receptor passivo.

Deve ser objetivo do professor tirar o aluno do senso comum explicando a ele aspectos concretos de conceitos simples, já de seu conhecimento. Deve também, fazer com que o aluno debata estes pontos em aula, compartilhando com todos os colegas experiências e exemplos, abstraindo novos conceitos que possam incrementar seu saber. Em momentos sucessivos cabe ao professor sugerir e mostrar inter-relações possíveis e despertar novas problematizações. Esse processo não é mecânico e deve ser conduzido com prudência e seu bom êxito depende exclusivamente do ambiente da sala, do interesse da classe pelo assunto, da simpatia que o professor desperta nos alunos e, principalmente, do domínio que ele tem sobre o assunto.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação, como parte integrante do processo ensino-aprendizagem, abrange a atuação do professor, o desempenho do aluno, e os objetivos, a estrutura e o funcionamento da escola e do sistema de ensino.

É o elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino. Corresponde ao conjunto de ações que para o professor objetiva ajustar o ensino da disciplina; identificar como e o que foi aprendido. Para os alunos, possibilitar tomar consciência

dos seus avanços, dificuldades e possibilidades. Ocorre durante todo o processo de ensino-aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho.

É, portanto, um diagnóstico contínuo e dinâmico e se torna um instrumento fundamental para repensar e reformular os métodos, os procedimentos e as estratégias de ensino. A verificação do aproveitamento do aluno deve abranger vários tipos de instrumentos de avaliação além das provas, trabalhos e seminários como: entrevistas e conversas informais; auto-avaliação e principalmente a observação.

6. REFERÊNCIAS

ARNOULD, J. R. Tony. **Administração de materiais**: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1999.

BALLOU, R. H. **Logística empresarial**: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 1995.

MARTINS, Petrônio Garcia; LAUGENI, Fernando P. **Administração da produção**. São Paulo: Saraiva, 1998.

MAYER, R. R. **Administração de produção**. São Paulo: Atlas, 1997.

SLACK, Nigel. Et al. **Administração da produção**. São Paulo: Atlas, 1999.

VIANA, João José. **Administração de materiais**: um enfoque prático. São Paulo: Atlas, 2000.

DISCIPLINA: COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL

1. EMENTA

Abordagem Comportamental da Administração: Teoria Comportamental e Teoria do Desenvolvimento Organizacional. Abordagem Contingencial. Teoria Z. Administração Participativa. Administração da Qualidade: Fundamentos e princípios da Qualidade Total. Estrutura organizacional: comunicação, relações intergrupais, liderança.

2. OBJETIVOS

- Propiciar aos alunos conhecimentos capazes de compreender os conceitos básicos e aspectos da abordagem comportamental da Administração:Teoria Comportamental e Teoria do Desenvolvimento Organizacional.
- Compreender os fundamentos e princípios da Qualidade Total e a estrutura organizacional.

3 - CONTEÚDOS

1º Integrado e 3º Semestre Subsequente

- Teoria Comportamental da Administração:
  - Fundamentos e princípios.
- Teorias do Desenvolvimento Organizacional:
  - Origens e Princípios básicos;
  - Motivação humana;
  - Estilos de Administração;
  - Processo de decisão e Mudança Organizacional;
  - Comportamento Organizacional;
  - Cultura Organizacional;
  - Apreciação crítica.
- Teoria da Contingência:
  - Origens e Princípios básicos;
  - Ambiente e tecnologia;
  - Desenho Organizacional;
  - Modelo Contingencial de Motivação;
  - Apreciação Crítica.
- Teoria Z:
  -Origens e Princípios básicos.
- Administração Participativa, Administração da Qualidade:
  - Fundamentos e princípios;
  - Globalização;
  - Reengenharia;
  - Benchmarketing;
  - Downsizing.
- Perspectivas de compreensão da Estrutura Organizacional:
  - Organização Formal E Informal;
  - Características Organizacionais;
  - Tipos de Organização.

- Dinâmica comunicativa:
  - Estruturas Comunicativas;
  - Bloqueios e Conflitos;
  - Aspectos Formais e Informais.
- Dinâmica das relações intergrupais:
  - Grupos e Equipes;
  - Medidas de Atitudes.
- Liderança:
  - Abordagem de Traço e de Tipo;
  - Abordagem Comportamental;
  - Teorias de Liderança.
- Motivação e atitudes:
  - Teorias de Motivação;
  - Satisfação e Desempenho;
  - Clima Organizacional.

4. METODOLOGIA

A disciplina de Comportamento Organizacional tem como disciplina fornecer subsídios de estudos que investiga o impacto que indivíduos, grupos e a estrutura tem sobre o comportamento dentro das organizações, com o propósito de utilizar esse conhecimento para promover a melhoria da eficácia organizacional.

Explanação Interativa de Conteúdo: introdução de temas referentes à disciplina com participação do grupo; Monitoria e Acompanhamento da aula: em escala previamente definida com o grupo, cada aluno deverá participar como monitor (ou relator) da aula, seguindo as atribuições também validadas pelo grupo em sala. Atividades aplicadas em sala de aula coordenadas pelos monitores: revisão de conceitos, debates em sala de aula, atividades/dinâmicas complementares aos assuntos apresentados.

Nas atividades extraclasse, desenvolvimento prático de trabalhos em grupo, realizados fora da sala de aula, complementares aos assuntos apresentados. Os grupos de trabalho deverão preparar para o trabalho final um estudo que contemple uma experiência organizacional no campo do Comportamento Organizacional. Será apresentada uma sugestão de roteiro mínimo aos alunos.

Sugere-se que o caso (trabalho final) seja pesquisado no local de trabalho de algum dos componentes do grupo, ou ainda, que seja pesquisado e alguma bibliografia (livros, periódicos científicos, publicações da imprensa diária, revistas de negócios, etc.).

Nos seminários, os grupos de até cinco alunos deverão selecionar um tema e produzir uma apresentação para se comentada e discutida em sala de aula.Os demais deverão preparar cinco questões respondidas, ou um resumo, sobre o tema para ser entregue no dia (máximo de uma página e a entrega será aceita somente no dia do Seminário). O objetivo é o de facilitar a participação integrada nos seminários (o grupo que apresenta o Seminário não precisa apresentar o resumo).

Os grupos devem ser organizados para a execução das tarefas em termos de identificação de local para as reuniões, definição do horário das reuniões, definição da responsabilidade der cada participante (levantamento de material bibliográfico,

pesquisa de campo, confecção da apresentação final, etc.) e outras decisões necessárias ao bom desempenho do grupo.

Todos os trabalhos devem ser padronizados em Word, papel A-4. As transparências das apresentações devem ser elaboradas em PowerPoint. Lembre-se que os trabalhos em grupo devem ter a contribuição de todos os membros. É importante que o grupo formule a apresentação a partir de uma fundamentação teórica sobre o assunto.

5. AVALIAÇÃO

A partir da concepção de avaliação presente no Projeto Político Pedagógico da Instituição Escolar, têm-se os critérios avaliativos da formação específica do Técnico em Administração. A avaliação possui caráter de continuidade, de diagnóstico e processual, a qual tende a incorporar a práxis como elemento fundamental de articulação teoria e prática possibilitando novo posicionamento acerca dos conteúdos trabalhados.

6. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. **Psicologia aplicada à administração**: teoria crítica e a questão ética nas organizações. São Paulo: Excellus, 1992.

BERGAMINI, C.W. **Psicologia aplicada à administração de empresas**: psicologia do comportamento organizacional. São Paulo: Atlas, 1996.

FIORELLI, José Osmir. **Psicologia para administradores**: integrando teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

ROBBINS, S. P**. Comportamento organizacional**. São Paulo: LTC, 1999.

_____. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Editora Pearson Education, 2002.

SPECTOR, Paulo E. **Psicologia nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2002.

WAGNER, John A.; HOLLENBECK, John R. **Comportamento organizacional**: assegurando vantagem competitiva. São Paulo: Saraiva, 1999.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE

1. EMENTA

Técnicas contábeis e análise das demonstrações contábeis.

2. CONTEÚDOS

- Noções básicas de contabilidade;
- Funções;
- Princípios e normas;
- Campos de atuação;
- Métodos das partidas dobradas;
- Mecanismos de escrituração contábil;
- Plano de contas;
- Funções das contas e lançamentos;
- Métodos de avaliação de estoque (PEPS, UEPS e custo médio);
- Noções das demonstrações contábeis (DRE e BP);
- Noções de folha de pagamento;
- Noções de custos;
- Capital de giro;
- Fluxo de caixa;
- Análise das demonstrações contábeis e financeiras (vertical e horizontal);
- Índices econômicos e financeiros;
- Uso de recursos informatizados.

3. REFERÊNCIAS

FRANCO, Hilário. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 1989.

IUDÍCIBUS, Sergio. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 1998.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica**. São Paulo: Saraiva, 1995.

SÁ, Antonio Lopes. **Princípios fundamentais de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2000.

DISCIPLINA: CONTABILIDADE GERAL E GERENCIAL

1. EMENTA: Técnicas contábeis e análise das demonstrações contábeis.

2. CONTEÚDOS:

- Noções básicas de contabilidade:
- Funções;
- Princípios e normas;
- Campos de atuação;
- Métodos das partidas dobradas;
- Mecanismos de escrituração contábil:
- Plano de contas;
- Funções das contas e lançamentos;
- Métodos de avaliação de estoque (PEPS, UEPS e custo médio);
- Noções das demonstrações contábeis (DRE e BP);
- Noções de folha de pagamento;
- Noções de custos;
- Capital de giro;
- Fluxo de caixa;
- Análise das demonstrações contábeis e financeiras (vertical e horizontal);
- Índices econômicos e financeiros;
- Uso de recursos informatizados.

3. BIBLIOGRAFIA

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Gerencial**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

IUDÍCIBUS, Sérgio, **Contabilidade Gerencial,** São Paulo: Atlas, 1998

RIBEIRO, Osni Moura, **Contabilidade básica.** 19.ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

SÁ, Antônio Lopes, **Princípios Fundamentais de Contabilidade.** São Paulo: Atlas, 2000.

DISCIPLINA: ELABORAÇÃO E ANÁLISE DE PROJETOS

1. EMENTA

Projeto desenvolvido nas modalidades de plano de negócio, estudo de caso, perfil de consumidor, entre outros.

2. OBJETIVOS

- Apresentar e fornecer os requisitos necessários para os processos de pesquisas para elaboração de um projeto nas modalidades de plano de negócio.
- Propiciar aos launos, conhecimentos capazes de compreender os conceitos de projetos e aspectos administrativos, legais e mercadológicos.

3. CONTEÚDOS

3º subsequente e o 4º integrado

- Roteiro de projeto;
- Coleta de dados;
- Redação do projeto;
- Técnicas de apresentação.

4. METODOLOGIA

A disciplina Elaboração e Análise de Projeto tem como concepção fornecer subsídios e conhecimentos necessários para a elaboração de projetos de investimentos – Planos de Negócios.

A metodologia adotada nesta disciplina será desenvolvida com aulas teórico-expositivas, com uso de leitura de textos (livro) e textos complementares, utilizando o laboratório de informática, onde o aluno realizará tarefas/pesquisas na internet, voltadas para as rotinas do cotidiano das organizações.

Recursos utilizados: laboratório de informática (computador, internet); TV Pendrive, projetor de multimídias. DVD/vídeos e outros.

5. AVALIAÇÃO

Os critérios de avaliação são comuns a um processo interativo de ensino-aprendizagem no qual serão tomadas medidas de valores sobre os conhecimentos aplicados pelo professor e posteriormente apreendidos pelo aluno. A avaliação será diagnóstica e contínua, realizadas por meio de observação do desempenho e participação dos alunos, onde serão feitas de forma diversificada como: avaliação escrita, elaboração de trabalhos escolares individual/equipe; seminários e outros.

6. REFERÊNCIAS

MALHOTRA, N. **Pesquisa de Mkt**. Porto Alegra: Bookman, 2001.

VERGARA, Silvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1991.

DISCIPLINA: ESTATÍSTICA APLICADA

1. EMENTA

Regra de três, porcentagem, capitalização, fluxo de caixa, taxas, amortização, depreciação, arredondamento, somatória, populações e amostras, séries estatísticas, medidas de tendências e dispersão, tabelas e gráficos, probabilidade,correlação e regressão

2. OBJETIVOS

O conhecimento matemático surgiu da necessidade do homem de quantificar, contar e realizar trocas. Esse conhecimento foi desenvolvido a partir da necessidade de sobrevivência, fazendo com que o homem elaborasse código de representações quantitativas de objetos por ele manipulados, constituindo-se como um bem cultural da humanidade, desenvolvido como instrumento para a resolução de problemas e necessidades sociais dentro de cada contexto. Assim sendo, uma das formas significativas para dominar a matemática e a estatística é entendê-la aplicada na análise de índices econômicos e estatísticos, nas projeções políticas ou na estimativa da taxa de juros associada a todos os significados pessoais, políticos e sociais.

3. CONTEÚDOS

- Conceito de estatística
- Arredondamento de números
- Propriedades da somatória
- Variável discreta e continua
- Populações e amostras
- Técnicas de amostragem: amostragem causal simples, sistemática e estratificada
- Tendenciosidade da amostra
- Séries estatísticas
- Medidas de tendência central (ou de posição): media, mediana, moda, quartis.
- Medidas de dispersão: Variância, desvio padrão, coeficiente de variação

-Distribuição de freqüências: dados brutos, rol, tabela de freqüências, elementos de uma distribuição de freqüências, tipos de freqüências.

- Apresentação gráfica
- Dados agrupados: histograma e outros gráficos
- Probabilidade
- Noções de correlação e regressão
- Utilização de calculadoras e computadores na Estatística Aplicada
- Aplicação da estatística a Administração

4. REFERÊNCIAS

CRESPO, Antonio Arnot. **Estatística fácil**. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **Matemática comercial e financeira**. São Paulo: Saraiva, 2002.

DOWNING, Douglas. **Estatística aplicada**. Tradução de Alfredo Alves de Farias. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística geral e aplicada**. São Paulo: Atlas, 2002.

SPINELLI Walter. **Matemática comercial e financeira**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. **Matemática financeira**. São Paulo: Atlas,2000.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DO TRABALHO

1. EMENTA

O mundo do trabalho nas perspectivas ontológica e histórica; o trabalho como realização da humanidade. Como produtor da sobrevivência e da cultura; o trabalho como mercadoria no industrialismo e na dinâmica capitalista. As transformações no mundo do trabalho; tecnologias, globalização, qualificação do trabalho e do trabalhador.

2. OBJETIVOS

- Instrumentalizar o educando para entender o histórico da categoria trabalho como evolução das transformações ocorridas;
- Compreender os processos produtivos que foram gerados por meio do trabalho como sobrevivência, como cultura e como mercadoria capitalista.
- Levar o aluno a compreender o trabalho e as realidades sociais.
- Compreender o trabalho como estratégia de desenvolvimento individual e social;
- Entender o trabalho como princípio norteador de um processo produtivo;

3. CONTEÚDOS

- O ser social, mundo do trabalho e sociedade.
- Dimensões do trabalho humano;
- Perspectiva histórica das transformações do mundo do trabalho;
- O trabalho como mercadoria: processo de alienação;
- Emprego, desemprego e sub emprego;
- O processo e globalização e seu impacto sobre o mundo do trabalho;
- O impacto das novas tecnologias e seu impacto sobre o mundo do trabalho;
- Qualificação do trabalho e do trabalhador;
- Perspectivas de inclusão do trabalhador na nova dinâmica do trabalho.

4. METODOLOGIA

Trabalho é toda ação humana sobre a natureza, a fim de transformá-la em benefício do próprio homem. Ao transformar a natureza o homem também se transforma: forma-se pelo trabalho.

Tomando o trabalho como eixo definidor dos conteúdos, a metodologia precípua dessa disciplina é fundamentar consistente e historicamente a categoria trabalho, como forma de entender as transformações pelas quais o mundo passou até hoje, quais as conseqüências dessas mudanças e o que resultou das mesmas, visando capacitar o aluno para agir conscientemente sobre sua prática social. O professor deve adotar várias condutas na sua prática de sala de aula: a) orientador de determinada atividade em que o discente constrói seu conhecimento a partir do seu raciocínio e conhecimentos anteriores; b) provocador de debates e questões, colocando o aluno em confronto com seus raciocínios e representações verbais ou escritas; c) expositor de um conhecimento formalizado e sistematizado isso quando a classe já estiver apta a acompanhar o raciocínio e formular seus próprios conceitos.Deve ser objetivo do professor tirar o aluno do senso comum explicando a ele aspectos concretos de conceitos simples, já de seu conhecimento. Deve também

fazer com que o aluno debata estes pontos em aula, compartilhando com todos os colegas experiências e exemplos, abstraindo novos conceitos que possam incrementar seu saber. Em momentos sucessivos cabe ao professor sugerir e mostrar inter-relações possíveis e despertar novas problematizações.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação, como parte integrante do processo ensino-aprendizagem, abrange a atuação do professor, o desempenho do aluno, e os objetivos, a estrutura e o funcionamento da escola e do sistema de ensino. É o elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino. Corresponde ao conjunto de ações que para o professor objetiva ajustar o ensino da disciplina; identificar como e o quê foi aprendido. Para os alunos, possibilita tomar consciência dos seus avanços, dificuldades e possibilidades. Ocorre durante todo o processo de ensino-aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho. É, portanto, um diagnóstico contínuo e dinâmico e se torna um instrumento fundamental para repensar e reformular os métodos, os procedimentos e as estratégias de ensino.A verificação do aproveitamento do aluno deve abranger vários tipos de instrumentos de avaliação além das provas, trabalhos e seminários como: entrevistas e conversas informais; auto-avaliação e principalmente a observação.

6. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. **Psicologia aplicada à administração**: teoria crítica e a questão ética nas organizações. São Paulo: Excellus, 1992.

ARANHA, M. L.A. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

CHESNAIS, F. **Mundialização do capital**. Petrópolis: Vozes, 1997.

DURKHEIM. E. **Educação e sociologia**. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

FROMM, E. **Conceito marxista de homem.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GENRO, T. **O futuro por armar**: Democracia e socialismo na era globalitária. Petrópolis: Vozes, 2000.

GENTILI, P. A educação para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In FRIGOTTO, G. (Org). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 2000

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

HOBSBAWM, E.. **A era dos extremos**: o breve século XX – 1914 – 1991. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

JAMESON, F. **A cultura do dinheiro.** Petrópolis: Vozes, 2001.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. Temas de ciências Humanas. São Paulo:[s.n], 1978.

MARTIN, H.P.; SCHUMANN, H. **A armadilha da globalização:** O assalto à democracia e ao bem-estar. São Paulo: Globo, 1996.

MAXIMIANO, Antônio C. A. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 2002.

NEVES, L. M. W. Brasil 2000: **Nova divisão do trabalho na educação**. São Paulo: Xamã, 2000.

NOSELLA, P. Trabalho e educação. In: Frigotto, G.(Orf). **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação trabalhador. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, B. Reinventando a democracia: entre o pré-contratualismo e o pos-contratualismo. In: BELLER, Agnes et al. **A crise dos paradigmas em ciências sociais.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

SPECTOR, Paulo E. **Psicologia nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2002.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO

1. EMENTA

Administração como meio para trabalhar as realidades sociais. Perfis psicológicos e sociais. Teorias motivacionais: liderança, espírito de equipe, capital intelectual. Relações humanas no trabalho: princípios morais e éticos. Qualidade de vida: programas de cunho social, prevenção de stress, prevenção do uso de drogas, DST, AIDS, ergonomia.

2. OBJETIVOS

- Compreender e discutir os diversos eixos teórico que possibilitam desvendar os temas relacionados à psicologia das relações de trabalho na sociedade contemporânea, bem como refletir sobre as possibilidades numa abordagem integradora.

3. CONTEÚDOS

Administração como meio para trabalhar as realidades sociais
Perfis psicológicos e sociais;
Teorias motivacionais;
Liderança;
Trabalho em equipe;
Capital intelectual;
Relações humanas no trabalho;
Qualidade de vida;
Teoria comportamental;
Relacionamento interpessoal e intrapessoal;
Comportamento humano;
Fenômenos Psicossociais (relações sociais);
Ética;
Oratória;
Tipos de Inteligências;
Marketing de Relacionamento.

4. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. **Psicologia aplicada à administração**: teoria crítica e a questão ética nas organizações. São Paulo: Excellus, 1992.

SPECTOR, Paulo E. **Psicologia nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2002.

DISCIPLINA: GESTÃO DE PESSOAS

1. EMENTA

Evolução das modalidades de gestão de pessoas nas organizações. Processos e atividades de gestão de pessoas nas organizações.

2. OBJETIVOS

- Demonstrar a evolução histórica da Gestão de Pessoas conceituando-a e a seus processos e funções bem como o planejamento estratégico das organizações.
- Utilizar conceitos e técnicas de recrutamento e seleção, bem como métodos, dinâmicas e testes, promovendo outros conteúdos pertinentes aos processos inerentes à gestão de pessoas nas organizações.

3. CONTEÚDOS

2º Semestre subsequente

- Gestão de Pessoas – conceituação e características fundamentais:
  - Contexto e processos da gestão de pessoas;
  - Objetivos da Gestão de Pessoas.
- Evolução da Gestão de Pessoas:
  - Administração de pessoas e organizações;
  - A estrutura da Gestão de Pessoas;
  - As principais tendências da Gestão de Pessoas na organização.
- As organizações e a administração de pessoas:
  - Mudanças e transformações no cenário mundial;
  - Mudanças do terceiro milênio;
  - Novos papéis da Gestão de Pessoas;
  - Administração de talentos humanos e do capital intelectual.
- Recrutamento e seleção:
  - Recrutamento – conceituação e tipos;
  - Técnicas de recrutamento;
  - Avaliação de recrutamento
  - Mercado de trabalho;
  - Seleção – conceituação e processos;
  - Bases e técnicas para seleção.

3º Semestre subsequente

- Avaliação do desempenho humano:
  - Conceito de avaliação do desempenho;
  - Quem deve avaliar o desempenho;
  - Métodos tradicionais e contemporâneos de avaliação;
  - Aplicação da avaliação do desempenho e avaliação 360º.
- Remuneração
  - Conceito de remuneração;
  - Critérios do sistema de remuneração;

- Conceito de administração de salários;
- Avaliação e classificação;
- Pesquisa salarial e decorrência dos salários.

- Programas de incentivos:
  - Recompensas e punições;
  - Novos métodos em remuneração e remuneração por competência;
  - Plano de bonificação anual;
  - Participação nos resultados alcançados;
  - Como desenhar um Plano de Incentivo.
- Benefícios e serviços:
  - Conceito de benefícios sociais;
  - Tipos e objetivos sociais;
  - Custos dos benefícios sociais;
  - Previdência social e previdência privada.
- Treinamento:
  - Conceito e processo de treinamento;
  - Diagnóstico das necessidades de treinamento;
  - Condução e avaliação do programa de treinamento.

3ª Administração Integrado

- Gestão de Pessoas – conceituação e características fundamentais:
  - Contexto e processos da gestão de pessoas;
  - Objetivos da Gestão de Pessoas.
- Evolução da Gestão de Pessoas:
  - Administração de pessoas e organizações;
  - A estrutura da Gestão de Pessoas;
  - As principais tendências da Gestão de Pessoas na organização.
- As organizações e a administração de pessoas:
  - Mudanças e transformações no cenário mundial;
  - Mudanças do terceiro milênio;
  - Novos papéis da Gestão de Pessoas;
  - Administração de talentos humanos e do capital intelectual.
- Recrutamento e seleção:
  - Recrutamento – conceituação e tipos;
  - Técnicas de recrutamento;
  - Avaliação de recrutamento
  - Mercado de trabalho;
  - Seleção – conceituação e processos;
  - Bases e técnicas para seleção.
- Avaliação do desempenho humano:
  - Conceito de avaliação do desempenho;
  - Quem deve avaliar o desempenho;
  - Métodos tradicionais e contemporâneos de avaliação;
  - Aplicação da avaliação do desempenho e avaliação 360º.
- Remuneração
  - Conceito de remuneração;
  - Critérios do sistema de remuneração;

- Conceito de administração de salários;
- Avaliação e classificação;
- Pesquisa salarial e decorrência dos salários.

- Programas de incentivos:
  - Recompensas e punições;
  - Novos métodos em remuneração e remuneração por competência;
  - Plano de bonificação anual;
  - Participação nos resultados alcançados;
  - Como desenhar um Plano de Incentivo.
- Benefícios e serviços:
  - Conceito de benefícios sociais;
  - Tipos e objetivos sociais;
  - Custos dos benefícios sociais;
  - Previdência social e previdência privada.
- Treinamento:
  - Conceito e processo de treinamento;
  - Diagnóstico das necessidades de treinamento;
  - Condução e avaliação do programa de treinamento.

4. METODOLOGIA

Para nortear a disciplina de Gestão de Pessoas, é necessário, primeiramente, fundamentá-la com os conceitos e princípios mais básicos, considerando-se que houve uma modernização e uma mudança de nomenclatura – de Recursos Humanos para Gestão de Pessoas – e esse procedimento envolve todo um arcabouço teórico que foi construído durante algum tempo, desenvolvido por experiências práticas no interior das organizações, transformado e apreendido como conhecimento científico e disciplinar.

Ao contemplar o trabalho como princípio educativo, tomaremos como base o materialismo histórico dialético, compreendendo a educação enquanto fruto das relações sociais, políticas e culturais.

A metodologia das aulas se desenvolverá de forma dinâmica, através da explanação de conteúdos por meio de aulas expositivas, estudos de casos, produção de textos sobre os conteúdos aplicados, seminários e dinâmicas voltadas à gestão organizacional.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação, de caráter contínuo, diagnóstico e processual, tem a finalidade de assegurar ao aluno a aquisição de conhecimentos que promovam sua autonomia na busca de solução de problemas, uma vez que através da avaliação será possível investigar quais conhecimentos não foram aprendidos, para revisão dos procedimentos e retomada dos conteúdos.

A avaliação proposta parte do princípio de que conteúdos iniciais da disciplina são fortemente teóricos e que são aplicados testes com a intencionalidade de verificação da apreensão dos conteúdos dados e resenhas que contemplem parte

do conteúdo proposto por meio de pesquisas e consultas em geral.

6. REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos**. São Paulo: Atlas, 2000.

DESSLER, G. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

GIL, A de L. **Administração de recursos humanos**: um enfoque profissional. São Paulo: Atlas, 1996.

PONTELHO, Juliana; CRUZ, Lucineide. **Gestão de pessoas**: manual de rotinas trabalhistas. Brasília: SENAC, 2006.

RIBEIRO, A. **Gestão de pessoas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

DISCIPLINA: INFORMÁTICA

1. EMENTA

Aspectos teóricos e práticos para o uso de informação na gestão empresarial. Aplicação de ferramentas informatizadas. Operação de Computadores e de Sistemas Operacionais.

2. OBJETIVOS

- Propiciar aos alunos conhecimentos capazes de compreender os conceitos básicos da arquitetura geral dos computadores e ferramentas informatizadas.
- Conhecer a Informática na administração da organização e sua aplicabilidade prática, viabilizando seus processos administrativos e operacionais.
- Fornecer suporte necessário para o entendimento dos conceitos da computação, possibilitando ao aluno o uso dos computadores e da informática como ferramenta necessária às diversas tarefas cotidianas e profissionais.

3. CONTEÚDOS

1º Semestre subsequente

- Conceito e história da Informática;
- Computador
  - Organização dos computadores;
  - Princípio do funcionamento: Entrada, Processamento e Saída de Dados;
  - A Informação e a Tecnologia de Informação.
- Elementos de um Sistema Operacional
  - Hardware: unidade de entrada; unidade de saída e unidade de armazenamento (memória).
  - Software: sistema operacional Windows/ Linux; software utilitário e;
  - Software Aplicativos: - editor de texto (formatação; tabelas; mala direta).
    - Planilhas eletrônicas básicas.
    - Gerenciadores de banco de dados.
- Antivírus
- Internet: Conceito e aspectos históricos
- Navegadores de Internet
  - Internet explorer;
  - Firefox.

2º Semestre

- Revisar os conceitos básicos e práticos, apreendidos na série anterior, das novas Tecnologias de Informações e Comunicações (TICs).
- Conhecer a funcionalidade de Planilhas Eletrônicas (formatação, alinhamentos, bordas, redimensionamento linhas / colunas).
- Dominar a construção básica de fórmulas matemáticas, estatísticos e gráficos.
- Compreender a Internet:
  - Quanto a funcionalidade da rede mundial de computador e as conexões;
  - As redes atualmente interligadas e controle global;
  - Os serviços disponíveis na web.

- Gerenciador de Correio Eletrônico – E-mail.
- Conhecer as principais ferramentas do programa de apresentação de trabalhos (formatação, slides, estrutura, efeitos de animação).
- Elaboração de apresentação, atividades utilizando as TICs.

4. METODOLOGIA

A disciplina de Informática tem como metodologia aplicar os conceitos básicos e práticos relativos ao uso das Tecnologias de Informações e Comunicações (TICS) na atividade dessas tecnologias, direcionadas especificamente como ferramentas organizacionais.

Os conteúdos da disciplina serão trabalhados de forma a desenvolver a capacidade de ação / reflexão dos educandos por meio das experiências de vida, levando-os a apropriar–se do conhecimento científico historicamente produzido pela humanidade, possibilitando a compreensão mais efetiva e contextualizada da realidade. Os recursos utilizados: Laboratório de Informática (computador, Internet), TV Pendrive, Projetor de Multimídia, DVD / Vídeos e outros.

5. AVALIAÇÃO

Os critérios de avaliação são comuns a um processo interativo de ensino-aprendizagem, no qual serão tomadas medidas de valores sobre os conhecimentos aplicados pelo professor e posteriormente apreendidos (aluno).

A avaliação será diagnóstica e contínua, realizadas por meio de observação do desempenho e participação dos alunos, onde serão feitas de forma diversificada como: Avaliação escrita / prática, elaboração de trabalhos escolares individual / equipe; seminários e outros.

6. REFERÊNCIAS

CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A***;*** **Introdução à informática**. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.

CARIBÉ, Roberto; CARIBÉ, Carlos. **Introdução à computação**. São Paulo: Vozes, 1996.

GUEDES, Fernanda de Macedo, A. R. Aprenda Fácil - **Excel 2007**. Revista Coleção Aprenda Fácil, Oceano Indústria Gráfica: São Paulo, 2007.

MANZANO, André Luiz N. G. Estudo dirigido **– Excel 97**. São Paulo: Érica, 2001.

_____ Estudo Dirigido - **Informática básica.** São Paulo: Érica, 2000.

NETO, José André Caruso. **Processamento de dados**. São Paulo: Érica, 1998.

OLIVEIRA NETTO, Alvim Antonio de. **IHC interação humano computador**: modelagem e gerência de interfaces com o usuário. Florianópolis: VisualBooks, 2004.

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À ECONOMIA

1. EMENTA

- Conceitos e tendências de mercado: Economia Internacional, e Economia Brasileira Contemporânea. A disciplina de Introdução à Economia tem como concepção primordial propiciar ao aluno conhecimentos capazes de fazê-lo compreender e dominar as noções da ciência econômica do país e do mundo.

2. OBJETIVOS

- Conhecer os princípios básicos da ciência econômica que irão nortear as leis que regem e regulam esses princípios.
- Compreender e interpretar dados econômicos que compõem a Economia, de maneira que possam analisar fatos/ocorrências e suas conseqüências para pessoas e localidades.

3. CONTEÚDOS

2º Administração – Subsequente

- Definição e Objeto da Economia
  - Bens, serviços e Fatores da Produção.
  - Macroeconomia e Microeconomia.
-Os problemas de natureza econômica.
  - Lei da escassez
  - Tópicos fundamentais – o quê, quanto, como e para quem produzir?
- O Sistema Econômico
  - Definição do Sistema Econômico – unidade produtora, bens e serviços de consumo e intermediários, bens de capital.
  - Composição do Sistema Econômico:-setores primário, secundário e terciário.
  - Os fluxos do Sistema Econômico – fluxo real ou do produto, nominal ou monetário.
  - A circulação do Sistema Econômico.
  - A evolução do Sistema Econômico Brasileiro.
- O crédito e o sistema Financeiro.
  - O crédito e suas modalidades
  - Sistema Financeiro Nacional.
- Consumo e Poupança.
  - Definição Consumo e Poupança
  - Componentes do Consumo – Bens de consumo duráveis e não duráveis e serviços de Consumo.
- Poupança e Investimento
  - Definição de Poupança e Investimento
  - Fórmulas
  - Renda e Produto.
- Teoria Monetária.
  - A moeda – sua história e modalidades.
  - Funções da moeda.
  - Demanda e oferta da moeda.

- Inflação.
  - Definição e medida da inflação.
  - Conseqüências da inflação.
  - Deflação.
  - Inflação de demanda e de custos.

3º Administração – Subsequente

- Mercados
  - Definição e classificação dos mercados.
  - Monopólio, Oligopólio e Tipos de Concorrência.
  - Os principais agregados e macroeconômicos – Definições e modelos matemáticos.
  - Produto interno bruto PIB.
  - Produto interno líquido PIL.
  - Renda Pessoal.
  - Renda pessoal disponível
  - Distribuição de renda.
- Taxa de câmbio e o Regime cambial brasileiro.
  - Taxa de câmbio
  - Regime cambial brasileiro.
  - Regime cambial internacional.
- Economia Internacional
  - Teoria das vantagens comparativas.
  - Balanço de pagamentos – BP.
  - O balanço de pagamentos do Brasil.
- Globalização do Sistema Financeiro Internacional.
  - Globalização
  - Mercado futuro de câmbio
  - Sistema financeiro internacional e política cambial.

2ª série Administração – Integrado

- Definição e Objeto da Economia
  - Bens, serviços e Fatores da Produção.
  - Macroeconomia e Microeconomia.
- Os problemas de natureza econômica.
  - Lei da escassez
  - Tópicos fundamentais – o quê, quanto, como e para quem produzir?
- O Sistema Econômico
  - Definição do Sistema Econômico – unidade produtora, bens e serviços de consumo e intermediários, bens de capital.
- Composição do Sistema Econômico:- setores primário, secundário e terciário.
  - Os fluxos do Sistema Econômico – fluxo real ou do produto, nominal ou monetário.
  - Circulação do Sistema Econômico.
  - evolução do Sistema Econômico Brasileiro.
- O crédito e o sistema Financeiro.
  - O crédito e suas modalidades.
  - Sistema Financeiro Nacional.

- Consumo e Poupança.
    - Definição Consumo e Poupança
    - Componentes do Consumo – Bens de consumo duráveis e não duráveis e serviços de Consumo.
- Poupança e Investimento
    - Definição de Poupança e Investimento
    - Fórmulas
    - Renda e Produto.
- A moeda – Teoria Monetária.
    - A moeda – sua história e modalidades.
    - Funções da moeda.
    - Demanda e oferta da moeda.
- Inflação.
    - Definição e medida da inflação.
    - Conseqüências da inflação.
    - Deflação.
    - Inflação de demanda e de custos.
- Mercados
    - Definição e classificação dos mercados.
    - Monopólio, Oligopólio e Tipos de Concorrência.
- Os principais agregados e macroeconômicos – Definições e modelos matemáticos.
    - Produto interno bruto PIB.
    - Produto interno líquido PIL.
    - Renda Pessoal.
    - Renda pessoal disponível
    - Distribuição de renda.
- Taxa de câmbio e o Regime cambial brasileiro.
    - Taxa de câmbio
    - Regime cambial brasileiro.
    - Regime cambial internacional.
- Economia Internacional
    -Teoria das vantagens comparativas.
    - Balanço de pagamentos – BP.
    - O balanço de pagamentos do Brasil.
- Globalização do Sistema Financeiro Internacional.
    - Globalização
    - Mercado futuro de câmbio
- Sistema financeiro internacional e política cambial.

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta disciplina será embasada no referencial teórico-metodológico fundamentado no materialismo histórico/dialético, contemplando o trabalho como princípio educativo. Será utilizado o trabalho com livro texto e textos complementares sobre Economia Digital para atualização de dados/conteúdos; também serão usadas revistas especializadas: Exame, Isto é Dinheiro, Você S/A,

entre outras com a mesma finalidade, transferir a contemporaneidade para a sala de aula.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação apresenta-se no Projeto Político Pedagógico desta instituição, com caráter contínuo, diagnóstico e processual, prevendo, portanto a retomada dos conteúdos, visando atingir os objetivos propostos na disciplina, serão utilizados instrumentos diversificados para verificar a apropriação do conhecimento pelo aluno, apropriação esta que implica em avanços, recuos e reformulações.

Os critérios de avaliação que serão adotados são pertinente aos conteúdos listados e que após aplicados, serão testados por meio de provas e resenhas escritas a partir do que foi proposto.Serão cobrados seminários como complemento da avaliação.

6. BIBLIOGRAFIA

LANZANA, Antônio Evaristo Teixeira. **Economia brasileira**: fundamentos e atualidades. São Paulo: Atlas, 2001.

VASCONCELOS, Marco Antônio Sandoval & outros. **Economia brasileira contemporânea**: para cursos de economia e administração. São Paulo: Atlas, 1999.

ARAÚJO, C.R.V. **História do pensamento econômico**: uma abordagem introdutória. São Paulo: Atlas, 1996.

GIAMBIAGI, Fabio; ALËM, Cláudia Ana. **Finanças públicas**: Teoria e Prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **O impacto da globalização na economia brasileira**. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2000.

VASCONCELOS, Marco Antonio 5.ed. & GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

DISCIPLINA: MARKETING

1. EMENTA

Conceitos e fundamentos de Marketing. O conhecimento do mercado. O Marketing na integração das estratégias empresariais. Comportamento do consumidor, ambiente concorrencial, ferramentas fundamentais do Marketing.

2. OBJETIVOS

- Oferecer ao aluno fundamentos para compreender o conceito e ambiente em Marketing;
- Conhecer o processo de decisão em compras como também as técnicas de vendas;
- Identificar as formas de elaborar o plano promocional e de marketing;
- Relacionar e entender o comportamento do consumidor.
- Entender os conceitos e o ambiente de marketing;
- Identificar o mercado consumidor e suas exigências;
- Desenvolver a capacidade de raciocínio para interpretar o sistema de informação de marketing;
- Identificar os produtos e marcas;
- Fazer observações sistemáticas de aspectos administrativos, sobre o marketing de relacionamento e as técnicas de vendas estabelecendo inter-relações entre eles;
- Entender o processo de decisão de compra do seu cliente;
- Identificar a relação entre o atendimento e o relacionamento com o cliente;
-Resolver situações problemas, sabendo validar estratégias e apresentar resultados;
- Identificar e compreender o comportamento do consumidor;
- Articular o conhecimento administrativo numa perspectiva interdisciplinar;
- Sentir-se seguro da própria capacidade de construir conhecimentos desenvolvendo a auto-estima e a perseverança na busca de soluções;
- Interagir com seus pares de forma cooperativa;
- Trabalhar coletivamente na busca de soluções para problemas propostos, identificando aspectos consensuais ou não na discussão de um assunto, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

3. CONTEÚDOS

4º Ano integrado e 3º semestre subsequente

- Conceito de marketing;
- O que é marketing
- História do marketing;
- Os 4 P's (produto, preço, promoção, praça);
- Ferramentas do marketing;
- Merchandising;
- Marketing direto;
- E-commerce
- Pós vendas;
- Análise de comportamento de mercado;
- Definição de consumidor;

- Segmentação de mercado;
- Definição de necessidades, desejos e satisfação;
- Produtos, Marcas e embalagens;
- Definição de produto;
- Conceito de marcas;
- Conceito de embalagens;
- Conceito e Técnicas de vendas;
- Conceito de embalagens;
- Vendas;
- Análise de concorrência;
- Atendimento;
- Comunicação(saber usar uma linguagem com o consumidor);
- Sistema Integrado de marketing;
- Pesquisa de mercado;
- Tabulação de dados;
- Aplicação da pesquisa

4. METODOLOGIA

Cada professor deverá, dentro de uma abordagem histórica, da resolução de problemas, partindo sempre da realidade e conhecimento prévio dos alunos, traçar o caminho para levar os mesmos à compreensão do papel do marketing no contexto empresarial.

Dentro do conceito de uma abordagem histórica, a história da evolução dos processos que envolveram o ambiente de marketing e a elaboração de estratégias para o aumento das vendas na conjuntura sócio-econômica, assim como o envolvimento e a participação das pessoas é o ponto de partida para o aprendizado. Contar a história da disciplina que está sendo estudada e o contexto em que o conteúdo específico foi elaborado como conhecimento humano é uma estratégia para ilustrar as aulas e motivar os alunos a entender a importância do estudo da disciplina.

Através da resolução de problemas, o aluno defronta-se com os problemas e, a partir deles vai construindo seu saber para resolvê-los e, só depois toma conhecimento da teoria que dá suporte aos procedimentos que utilizou. Esta é a tendência que deve estar presente no ensino por possibilitar ao aluno a alegria de vencer obstáculos criados por sua própria curiosidade.

O ensino deverá ser trabalhado de forma contextualizada, partindo do conhecimento que cada aluno já traz consigo, visando maior aproveitamento das relações existentes entre os conteúdos e o contexto social ou pessoal. Procedendo assim, o que está sendo aprendido terá maior significado, visto que todo conhecimento envolve uma relação ativa entre o sujeito e o objeto do conhecimento. Dessa forma, a contextualização ajuda no desenvolvimento da capacidade de relacionar o que é aprendido pelo aluno com o que ele observa na sua vida profissional.

Os conteúdos não devem ser colocados como produtos acabados e prontos, transmitidos apenas da forma expositiva, reduzindo os alunos a meros expectadores. É necessário que cada um participe da construção do próprio

conhecimento, de forma mais ativa e crítica, relacionando cada um com a prática, com o uso em sua vida e em sua profissão. Para conseguir esse objetivo, o professor deve permitir que os alunos interajam entre si e aprendam uns com os outros, que sejam participantes em todos os domínios do fenômeno educativo. Simultaneamente, deve haver lugar para uma exploração individual quando tal for sentido necessário. A questão central é que o estudante se torne um participante ativo em vez de um receptor passivo.

O professor deve adotar várias condutas na sua prática de sala de aula: a) orientador de determinada atividade em que o discente constrói seu conhecimento a partir do seu raciocínio e conhecimentos anteriores; b) provocador de debates e questões, colocando o aluno em confronto com seus raciocínios e representações verbais ou escritas; c)expositor de um conhecimento formalizado e sistematizado isso, quando a classe já estiver apta a acompanhar o raciocínio e formular seus próprios conceitos.

Deve ser objetivo do professor tirar o aluno do senso comum explicando a ele aspectos concretos de conceitos simples, já de seu conhecimento. Deve também fazer com que o aluno debata estes pontos em aula, compartilhando com todos os colegas experiências e exemplos, abstraindo novos conceitos que possam incrementar seu saber. Em momentos sucessivos cabe ao professor sugerir e mostrar inter-relações possíveis e despertar novas problematizações. Esse processo não é mecânico e deve ser conduzido com prudência e seu bom êxito depende exclusivamente do ambiente da sala, do interesse da classe pelo assunto, da simpatia que o professor desperta nos alunos e, principalmente, do domínio que ele tem sobre o assunto.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação, como parte integrante do processo ensino-aprendizagem, abrange a atuação do professor, o desempenho do aluno, e os objetivos, a estrutura e o funcionamento da escola e do sistema de ensino.

É o elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino. Corresponde ao conjunto de ações que para o professor objetiva ajustar o ensino da disciplina; identificar como e o quê foi aprendido. Para os alunos, possibilita tomar consciência dos seus avanços, dificuldades e possibilidades. Ocorre durante todo o processo de ensino-aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho. É, portanto, um diagnóstico contínuo e dinâmico e se torna um instrumento fundamental para repensar e reformular os métodos, os procedimentos e as estratégias de ensino.

A verificação do aproveitamento do aluno deve abranger vários tipos de instrumentos de avaliação além das provas, trabalhos individuais e em equipes como: seminários entrevistas e conversas informais; auto-avaliação e principalmente a observação.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMS, R. M. **Business plan**: Segredos e estratégias para o sucesso. São Paulo: Érica,1994.

BUARQUE, C. **Avaliação econômica de projetos**. Rio de Janeiro: Campus,1984.
CHURCHILL, G. A. **Marketing**: criando valor para os clientes. São Paulo: Saraiva,2000.

KOTLER, P. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implementação e controle. São Paulo: Atlas, 1998.
LAPPONI, J.C. **Modelos para avaliação econômica de projetos de investimento**. São Paulo: Lapponi,1996.

LAS CASAS, A. L. **Marketing**. São Paulo: Atlas, 2001.

LONGENECKER, J.G; MOORE, C.W; PETTY, J W. **Administração de pequenas empresas**. São Paulo: Makron Books 1997.

NAÇÕES UNIDAS; MELNICK, J. **Manual de projetos de desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Unilivros Cultural, 1981.

POMERANG, Lenina. **Elaboração e análise de projetos**. (S.I) Hicitec 1985.

RICHERS, R. **Marketing**: uma visão brasileira. São Paulo: Negócio, 2000.

SIEGUEL, Eric S. **Guia da Ernst & Young para desenvolver seu plano** de **negócios**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

DISCIPLINA: MATEMÁTICA FINANCEIRA

1. EMENTA

Regra de três, porcentagem, capitalização, fluxo de caixa, taxas, amortização, depreciação, arredondamento, somatória, populações e amostras, séries estatísticas, medidas de tendências e dispersão, tabelas e gráficos, probabilidade,correlação e regressão

2. OBJETIVOS

O conhecimento matemático surgiu da necessidade do homem de quantificar, contar e realizar trocas. Esse conhecimento foi desenvolvido a partir da necessidade de sobrevivência, fazendo com que o homem elaborasse código de representações quantitativas de objetos por ele manipulados, constituindo-se como um bem cultural da humanidade, desenvolvido como instrumento para a resolução de problemas e necessidades sociais dentro de cada contexto. Assim sendo, uma das formas significativas para dominar a matemática e a estatística é entendê-la aplicada na análise de índices econômicos e estatísticos, nas projeções políticas ou na estimativa da taxa de juros associada a todos os significados pessoais, políticos e sociais.

3. CONTEÚDOS

- Conceito e convenções de fluxo de caixa (Valor presente líquido, valor futuro e taxa interna de retorno);
- Porcentagem e regra de três;

Séries postecipadas e antecipadas;

- Esquema padrão de uma calculadora financeira;
- Capitalização simples: juros simples, descontos simples (por dentro e por fora);
- Capitalização composta: juro composto, desconto composto (por dentro e por fora);
- Cálculos de taxas;
- Amortização;
- Depreciação.

4. REFERÊNCIAS

CRESPO, Antonio Arnot. **Estatística fácil**. São Paulo: Saraiva, 2002.

_____. **Matemática comercial e financeira.** São Paulo: Saraiva, 2002.

DOWNING, Douglas. **Estatística aplicada**. Tradução de Alfredo Alves de Farias. São Paulo: Saraiva, 2003.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estatística geral e aplicada**. São Paulo: Atlas, 2002.

SPINELLI Walter. **Matemática comercial e financeira**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. **Matemática financeira**. São Paulo: Atlas, 2000.

DISCIPLINA: METODOLOGIA E TÉCNICA DE PESQUISA

1. EMENTA

Definições; Conceitos de conhecimentos; Leitura; Pesquisa; Etapas da pesquisa; Normas para apresentação de trabalhos científicos (ABNT); Redação técnica.

2. OBJETIVOS

- Iniciar o aluno ao estudo e a pesquisa, despertando nele a capacidade de análise e síntese;
- Apresentar informações básicas indispensáveis para iniciar-se em pesquisa científica;
- Mostrar como se dá a organização de um trabalho de pesquisa;
- Apresentara considerações sobre o ato de ler, suas características e importâncias;
- Apresentar e discutir os processo de pesquisa para a elaboração de um projeto de pesquisa;
- Fornecer os requisitos metodológicos para um estudo mais racional e aplicação de normas práticas na apresentação de trabalhos escolares e monografias.

3. CONTEÚDOS

- Definições:
  - Metodologia;
  - Definição de Método;
  - Método Cientifico;
  - Metodologia Científica;
  - Pesquisa Científica;
- Conhecimento:
  - Conceito de conhecimento;
  - Tipos de conhecimentos: Conhecimento Popular ou Vulgar; Conhecimento Científico; Conhecimento Teológico ou Religioso; Conhecimento Filosófico.
- Leitura:
  - O que é ler;
  - Etapas do ato de ler;
  - O sujeito da leitura;
  - Considerações para aproveitar a leitura;
  - Tipos de leitura: Scanning; Skimming; De estudo; Crítica.
  - Como escolher um livro para ler;
  - Análise de um texto: O que significa analisar um texto; como fazer a análise de um texto.
- A Pesquisa:
  - Características gerais;
  - Alguns tipos de pesquisa: Pesquisa bibliográfica; Pesquisa Documental; Pesquisa Experimental; Pesquisa de Campo.
- Etapas da pesquisa:
  - Etapa decisória;

- Etapa construtiva;
- Etapa Redacional.

- Normas para apresentação de trabalhos científicos (ABNT):
  - Normas e Medidas;
  - Elementos Pré-textuais;
  - Elementos Textuais;
  - Elementos Pós-textuais;
  - Redação Técnica;
  - Redação Comercial;
  - Redação Oficial.

4. REFERÊNCIAS

BARROS, A. J. P. et al. **Fundamentos da metodologia**. São Paulo: McGraw-hill, 1986.

BASTOS, C. Et al. **Introdução à metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 1993.

BOAVENTURA, E. **Como ordenar as idéias**. São Paulo: Ática, 1988.

CERVO, A. L. Et al. **Metodologia científica**. São Paulo: McGraw-hill, 1983.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1986.

ECO, U. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

FACCINA, C. A. et al. **Metodologia científica**: o problema da análise social. São Paulo: Pioneira, 1984.

LAKATOS, E. M. Et al. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1986.

_____. Projeto de pesquisa: **Propostas metodológicas**. Petrópolis: Vozes, 1991.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1992.

DISCIPLINA: NOÇÕES DE DIREITO E LEGISLAÇÃO SOCIAL DO TRABALHO

1. EMENTA

O estado moderno e a noção de direito: fundamentos e doutrina do direito: Ordenamento Jurídico Legislação: Constituição Federal, legislação trabalhista e previdenciária. Direito Civil, Administrativo, Tributário e Direito Difuso.

2. CONTEÚDOS

3º ano Integrado

- Direito Civil: Pessoas; Capacidade;
  - Bens;
  - Espécies de Contrato;
  - Responsabilidade Contratual
- Direito Comercial:
  - Legislação;
  - Direito de Empresa – Lei nº 10.406 de 22/01/2002;
- Direito Administrativo:
  - Administração direta e indireta;
  - Lei de responsabilidade Fiscal – Lei 4320
  - Orçamento e Licitação;
- Direito Tributário:
  - Responsabilidade Civil e Penal;
  - Sujeitos da relação Tributaria;
  - Tributos, Lei 123
- Direito Difuso:
  - Direito do Consumidor
  - Direito Ambiental
  - Direito da Criança e Adolescente
  - Direito do Idoso
- Estado Moderno e a Noção de Direito:
  - Fundamentos e doutrina do direito
- Legislação:
  - Constituição Federal
  - Legislação Trabalhista
  - Previdenciária
- Hierarquia das Leis:
  - Norma fundamental;
  - Norma Secundaria;
  - Norma de validade derivada;
- Hierarquia das fontes formais;
  - Fontes Estatais do Direito;
  - Processo Legislativo e espécies Normativas;
  - Noções Básicas de Direito do Trabalho;
  - Princípios Gerais do Direito do Trabalho;
  - Trabalho da Mulher, menor e portador de necessidades especiais;

-Organização Internacional do trabalho (OIT): Principais Convenções internacionais sobre direito do trabalhador;
- Conteúdo Legal do contrato de trabalho;
- Elementos de responsabilidade Civil e Criminal do Empregador
– Competências

CONTEÚDOS

2º Administração – Subsequente

- Direito Civil:
  - Pessoas;
  - Capacidade;
  - Bens;
  - Espécies de Contrato;
  - Responsabilidade Contratual
- Direito Comercial:
  - Legislação;
  - Direito de Empresa – Lei nº 10.406 de 22/01/2002;
- Direito Administrativo:
  - Administração direta e indireta;
  - Lei de responsabilidade Fiscal – Lei 4320
  - Orçamento e Licitação;
- Direito Tributario:
  - Responsabilidade Civil e Penal;
  - Sujeitos da relação Tributaria;
  - Tributos, Lei 123
- Direito Difuso:
  - Direito do Consumidor
  - Direito Ambiental
  - Direito da Criança e Adolescente
  - Direito do Idoso

3º Administração Subsequente

- Estado Moderno e a Noção de Direito:
  - Fundamentos e doutrina do direito
- Legislação:
  - Constituição Federal
  - Legislação Trabalhista
  - Previdenciária
- Hierarquia das Leis:
  - Norma fundamental;
  - Norma Secundaria;
  - Norma de validade derivada;
  - Hierarquia das fontes formais;
  - Fontes Estatais do Direito;
  - Processo Legislativo e espécies Normativas;
  - Noções Básicas de Direito do Trabalho;

- Princípios Gerais do Direito do Trabalho;
- Trabalho da Mulher, menor e portador de necessidades especiais;
- Organização Internacional do trabalho (OIT): Principais Convenções internacionais sobre direito do trabalhador;
- Conteúdo Legal do contrato de trabalho;
- Elementos de responsabilidade Civil e Criminal do Empregador
- Competências

3. METODOLOGIA

A disciplina de Direito e Legislação tem como concepção desenvolver os conhecimentos das Leis Brasileiras a serem aplicadas em sua atividade profissional e também como cidadãos brasileiros.A metodologia adotada nesta disciplina será desenvolvida com aulas teórico-expositivas, com uso de leitura de textos com diversos autores da área de Direito e textos complementares; em sala de aula, e aplicação da teoria na prática processual o dia a dia, com questões onde o aluno irá realizar tarefas / pesquisas na Internet.Os conteúdos da disciplina serão trabalhados de forma a desenvolver a capacidade de ação / reflexão dos educandos por meio das experiências de vida, levando-os a apropriar-se do conhecimento científico historicamente produzido pela humanidade, possibilitando a compreensão mais efetiva e contextualizada da realidade dentro direito.
Recursos utilizados: Laboratórios de Informática (computador e internet), TV, Pendrive. Projetor de Multimídia, DVD / Vídeos, palestras e outros.

4. AVALIAÇÃO

São comuns a um processo interativo de ensino- aprendizagem, no qual serão tomadas medidas de valores sobre os conhecimentos aplicados pelo professor e posteriormente apreendidos (aluno).
A avaliação será diagnóstica e contínua, realizadas por meio de observação do desempenho e participação dos alunos, onde serão feitas de forma diversificada como: Avaliação escrita / prática, elaboração de trabalhos escolares individual / equipe; seminários e outros.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da republica federativa do Brasil**. SP: Saraiva, 2007.

_____**Consolidações das leis do trabalho** – CLT: lei 5452/43. SP: Saraiva, 2007.

_____**Código de defesa do consumidor** – CDC. SP: Saraiva, 2007.

_____**Código tributário nacional** – CTN. SP: Sarava, 2007

_____**Estatuto da criança e do adolescente** – ECA. SP: Saraiva, 2007.

_____**Estatuto do Idoso**. SP: Saraiva, 2007.

_____ **Legislação previdenciária** . SP: Saraiva, 2007.

_____**Legislação ambiental**. SP: Saraiva, 2007.

Brasil, **Código civil brasileiro**. 19.Ed. SP: Saraiva, 2004.

BRASIL. **Vade mecum**. SP: Saraiva, 2006.

Cotrim, Euclides L. **Direito básico**. Curitiba: LBR, 2004.

DOWER, Nelson Godoy Bassil. **Instituições de direito público e privado**. 13. Ed. SP: Saraiva, 2007.

GIAMBINI, Fabo; ALEM, Claudia Ana. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. RJ: Campus,1999.

MONTEIRO, Washingtonde B. **Direito civil**. SP: Saraiva, 2003.

MORAES, Alexandre. **Direito administrativo**. SP: Atlas, 2006.

_____**Direito constitucional**. SP: Atlas, 2006.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Iniciação ao direito do trabalho**. SP: LTR, 2004.

NUNES, Luiz Antonio Rizzato. **Manual de introdução ao estudo do direito**. SP: Saraiva, 2002.

PALAIA, Nelson. **Noções essenciais de direito**. SP: Saraiva, 2005.

REQUIÂO, Rubens. **Curso de direito comercial.** SP: Saraiva, 2003.

DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E MÉTODOS

1. EMENTA

Organização empresarial de seus componentes estruturais. Distribuição, processamento e métodos de trabalho e implantação de projetos de mudança organizacional.

2. OBJETIVOS

- Formar profissionais habilitados ao exercício da profissão de Técnico em Administração.;com senso de responsabilidade, competência, criatividade, ética e iniciativa, capacitados a administrar informações, assessorando as organizações nas tomadas de decisões estratégicas;
- Oferecer ao aluno fundamentos para compreender o conceito e ambiente em organização;
- Conhecer os processos e decisão em organizações;
- Relacionar e entender o comportamento das organizações.

3. CONTEÚDOS

1º Semestre subsequente

- Sistemas administrativos;
- Sistemas de informações gerenciais;
- Departamentalização;
- Arranjo físico;
- Técnica de representação gráfica;
- Manuais administrativos;
- Desenvolvimento organizacional;
- Empreendedorismo.

4. METODOLOGIA

O trabalho com as diversas disciplinas no Curso Técnico em Administração terá como base um encaminhamento metodológico contextualizado e multidisciplinar, assegurando que as disciplinas sejam complementares, possibilitando relações concretas e dinâmicas entre o objeto de estudo e a atividade profissional.

A metodologia utilizada terá como eixo básico a relação teoria-prática. Assim, devem ser utilizados como recursos pedagógicos para enriquecimento do processo ensino-aprendizagem, os espaços escolares, visitas às empresas, relatórios, seminários, palestras, portifólios, memorial dos conteúdos, projetos interdisciplinares, entre outras atividades.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação é um elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino. Corresponde ao conjunto de ações que para o professor objetiva ajustar o ensino da disciplina; identificar como e o quê foi aprendido.

Para os alunos, possibilita tomar consciência dos seus avanços, dificuldades e possibilidades. Ocorre durante todo o processo de ensino-aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho.

É, portanto, um diagnóstico contínuo e dinâmico e se torne um instrumento fundamental para repensar e reformular os métodos, os procedimentos e as estratégias de ensino.

A verificação do aproveitamento deve abranger vários tipos de instrumentos como: avaliação escrita, avaliação oral, pesquisas, elaboração e participação de seminários e análise de projetos.

A recuperação de estudos deve ser considerada permitindo a revisão e reelaboração de conhecimentos não apreendidos sendo possível revisar, reforçar ou reorganizar esses conhecimentos.

6. REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Djalma de. **Sistemas, organizações e métodos**. São Paulo, Atlas, 2002.

ARAUJO, L. C. **Organização sistemas e métodos**. São Paulo: Atlas, 1999.

CURY, A. **Organização e métodos**: uma visão holística. São Paulo: Atlas, 2000.

DISCIPLINA: PRÁTICA DISCURSIVA E LINGUAGEM

1. EMENTA

Metodologia da produção e apresentação de trabalhos, instrumentos de coleta de dados.

2. OBJETIVOS

- Iniciar o aluno ao estudo e a pesquisa, despertando nele a capacidade de análise e síntese;
- Apresentar informações básicas indispensáveis para iniciar-se em pesquisa científica;
- Mostrar como se dá a organização de um trabalho de pesquisa;
- Apresentar considerações sobre o ato de ler, suas características e importâncias;
- Apresentar e discutir os processos de pesquisa para a elaboração de um projeto de pesquisa;
- Fornecer os requisitos metodológicos para um estudo mais racional e aplicação de normas práticas na apresentação de trabalhos escolares e projetos de pesquisa.

3. CONTEÚDOS

-Conceitos de Metodologia Científica.
-Tipos de Conhecimento: Popular; Científico; Filosófico; Teológico;
- Tipos de Pesquisa: Documental; De campo; Experimental; Bibliográfica.
- Leitura e Interpretação de Textos.
- Resumos, Resenhas e Relatórios.
- Coleta de Dados:
- Questionário, Entrevista, Formulário.
- Normas da ABNT.
- Etapas de um Projeto de Pesquisa.

4. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A metodologia adotada nesta disciplina será desenvolvida com aulas teórico-expositivas com uso de recursos didáticos apropriados, fornecendo subsídios e conhecimentos necessários para elaboração e apresentação de trabalhos.

Para Leontiev a pratica conduz ao conhecimento, desta forma, sua concepção norteia o desenvolvimento dessa disciplina através da seguinte pontuação, [...] o objeto *da atividade* é seu verdadeiro motivo. Subentende-se que este pode ser tanto material como ideal, tanto dado em percepção como existente somente na imaginação, no pensamento. O fundamental é que por trás do motivo está sempre a necessidade, que o motivo responde sempre a uma ou outra necessidade.

[...] o objeto *da atividade* é seu verdadeiro motivo. [...] os “componentes” essenciais de algumas atividades dos homens são as ações que eles realizam. Denominamos ação ao processo subordinado da representação que se relaciona diretamente ao resultado final pretendido, ou seja, ao processo subordinado a uma finalidade consciente. Do mesmo modo que o conceito de motivo se correlaciona com o conceito de atividade, o conceito de finalidade se correlaciona com o conceito de ação (LEONTIEV, 1978, p. 82).

5. AVALIAÇÃO

A avaliação deverá ser contínua e diagnóstica. A disciplina permite a utilização de vários instrumentos para avaliação, por propiciar ao aluno situações onde poderá se desenvolver intelectualmente trabalhando de forma individual ou em equipe, produzindo, criando, pesquisando, interpretando e fazendo questionamentos acerca dos conhecimentos adquiridos, permitindo uma visão crítica enquanto ser humano, da sociedade e do mundo do trabalho, objeto da Educação Profissional.

A avaliação escrita ocorrerá pontualmente, tendo valor 6,0 (seis virgula zero), abrangendo os conteúdos trabalhados. Os trabalhos e atividades desenvolvidas terão valor 4,0 (quatro vírgula zero), perfazendo um total de 10,0 (dez pontos).

6. REFERÊNCIAS

BASTOS, C. Et al. **Introdução à metodologia científica**. Petrópolis: Vozes, 1993.

CANONICE, B. C. F. **Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos**. Maringá: Unicorpore, 2006.

CERVO, Al. Et al. **Metodologia científica**. São Paulo: McGraw-hill, 1993.

LAKATOS, E. M. Et al. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1986.

SILVA, Mary Aparecida Ferreira da. **Métodos e técnicas de pesquisa**. Curitiba: Ibpex, 2003.

DISCIPLINA : SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS

1. EMENTA

Captação e interpretação de dados de diversos setores interligados; Processo racional para tomada de decisões;

2. OBJETIVOS

- Aprofundar os aspectos teóricos e práticos relativos ao uso de informação na atividade de gestão empresarial, enfatizando a aplicação de ferramentas informatizadas.

3. CONTEÚDOS

- Conhecer a funcionalidade das planilhas eletrônicas.
- Dominar formatação de planilhas: alinhamentos, bordas, proteções, redimensionamento de linhas e colunas;
- Dominar a construção básica de fórmulas matemáticas (matemática básica, operações financeiras (juros e descontos));
- Dominar as funções de planilhas: Soma, Soma Se, Média, Procv, índice, estatística;
- Dominar os operadores: Condicionais e relacionais.
- Elaborar planilhas financeiras, para controlar custos, folha de pagamento, contas receber e fluxo de caixa.
- Conhecer a funcionalidade dos Editores de texto.
- Dominar formatação básica de textos; colunas simples e múltiplas;
- Dominar recurso – criação de tabelas; Mala Direta (cartas comerciais, envelopes e etiquetas;
- Dominar recursos formulário On-line;
- Conhecer a importância dos sistemas de banco de dados no gerenciamento de Informações.
- Dominar conceitos básicos dos sistemas de gerenciamento de banco de dados;
- Dominar conceitos básicos na elaboração de tabelas;
- Elaborar formulários para cadastro de dados.
- Compreender a funcionalidade da rede mundial de computador A World Wide Web (Internet).
- Compreender conceitos como: Home Page x Site, como funcionam os comércios eletrônicos;
- Compreender as funções das informações na Internet;
- Conhecer os tipos de serviços oferecidos pela WWW.
- Conhecer as principais ferramentas para apresentação de trabalhos.
- Dominar recursos de formatação de Slides; estrutura, cores, fontes, efeitos de animação;
- Elaboração de apresentação atividades em slides.

4. REFERÊNCIAS

FALCONI CAMPOS, Vicente. **Gerenciamento pelas diretrizes**. Belo Horizonte: Editora QFCO, 1996.

FURLAN, José Davi; IVO, Ivonildo da Motta; AMARAL, Francisco Piedade. **Sistemas de informação executiva.** EIS - Executive Information Systems. São Paulo: Makron Books, 1994.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **A estratégia em ação**: balanced scorecard. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

LORDER, Robert; KHADEM, Riaz. **Gerência de uma página**. 3. ed. [S. l.]: Record, 1988.

McGEE, James; PRUSAK, Laurence. **Gerenciamento estratégico da informação**. Rio de Janeiro: Campus, 1995.

STAIRS, Ralph. **Princípios de sistemas de informação**: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

DISCIPLINA: TEORIA ECONÔMICA

1. EMENTA

Estudo de tópicos de teoria econômica, que servirão como referencial para a compreensão, interpretação e análise da economia brasileira e internacional.

2. OBJETIVOS

- Conceitos e Tendências de Mercado;
- Economia Internacional;
- Economia Brasileira Contemporânea.

3. CONTEÚDOS

- Definição e objeto da economia:
  - Introdução (Bens, Serviços, Fatores de produção, Agentes econômicos, Teoria econômica, Riqueza);
  - Aspectos demográficos do Brasil (Demografia, População dependente, População Ativa);
- A economia como ciência:
  - Método indutivo e método dedutivo (Econometria);
  - Economia positiva e economia normativa.
- Os problemas de natureza econômica:
  - O problema fundamental da economia (Lei da Escassez);
  - Quatro perguntas fundamentais (O que, quanto, como e para quem produzir?);
  - Curva de possibilidades de produção (CPP).
- O sistema econômico:
  - Definição de sistema econômico (Unidade produtora, Bens e serviços de consumo, Bens e serviços intermediários, Bens de capital);
  - Composição do sistema econômico (Setor primário, Setor secundário, Setor terciário);
  - Os fluxos do sistema econômico (Fluxo real ou produto, Fluxo nominal ou monetário, ou renda, Mercado);
  - A circulação no sistema econômico;
  - Macroeconomia e microeconomia;
  - A evolução do sistema econômico brasileiro.
- Contabilidade nacional:
  - Renda e produto;
  - Os principais agregados macroeconômicos (Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto a preços de mercado, Produto Interno Bruto a custo de fatores, Produto Interno Líquido, Renda pessoal, Renda pessoal Disponível);
  - Distribuição de renda (Distribuição inter-regional de renda, Renda per-capita, Distribuição funcional de Renda);

- As contas nacionais do Brasil;
- A evolução da economia brasileira.

- Consumo e poupança:
- Componentes do consumo (Bens não duráveis de consumo, Serviços de consumo, Bens de consumo Duráveis);
- Poupança e investimento (Estoques,Igualdade fundamental da macroeconomia);

- Determinação da renda e do nível de desemprego:
- O principio da demanda efetiva;
- Uma economia fechada e sem governo;
- Uma economia fechada e com governo;
- Uma economia aberta e com governo.

- Introdução a teoria monetária:
- A moeda: sua história e suas modalidades;
- As funções da moeda;
-Demanda por moeda (Moeda para transações, por Precaução, para Especulação);
- Oferta de moeda;
- Determinação da taxa de juros de equilíbrio (Taxa de juros de equilíbrio, Mercado Monetário).

- O crédito e o sistema financeiro:
- O credito e suas modalidades;
- O Sistema Financeiro;
- A organização do Sistema Financeiro Nacional.

- Inflação:
- A definição e a medida da inflação;
- As conseqüências da inflação (sobre a distribuição de renda, sobre a balança Comercial, sobre as Expectativas);
- Inflação de demanda (Política Monetária, Política Fiscal);
- Inflação de custos.

- Economia internacional:
- Teoria das vantagens comparativas;
- Balanço de pagamentos;
- Taxa de câmbio (Mercado de divisas);
- Sistema monetário internacional (Padrão-ouro, Taxa Flutuante de câmbio);
- O balanço de pagamentos do Brasil.

- Evolução da teoria microeconômica:
- Introdução (Utilidade, Orçamento, Cesta de Mercadorias);
- Teoria cardinal,teoria ordinal.

- Teoria elementar da demanda:
- Curva de demanda (Lei da Demanda);
- Elasticidade preço da demanda (Elasticidade Unitária,Elástica e Inelástica);
- Bens complementares e bens substitutos (Bens Substitutos,Elasticidade cruzada da procura).

- Teoria elementar da produção:
- Introdução (Firma, Empresa);
- A função de produção;

- Custo de produção, receita e lucro (Custo de produção, Receita, Lucro total);
- Curva de oferta (Lei da Oferta);
- Elasticidade preço da oferta (Oferta Unitária, Inelástica e Elástica).

- Mercado:
- Determinação do preço de equilíbrio;
-Classificação dos mercados (Concorrência Perfeita, Monopólio puro, Oligopólio, Concorrência monopolista);
- A propaganda e os tipos de mercado;
- A importância do mercado no sistema econômico (Sistema de preços, padrão de vida, alocação de recursos).

- Os desafios do mundo atual:
- O crescimento Econômico;
- Desenvolvimento e Subdesenvolvimento;
- O desemprego.

4. REFERÊNCIAS

ARAUJO, Carlos R. Vieira. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Atlas, 1995.

BYRNS, Ralph T. **Microeconomia**. São Paulo: Macron Books, 1996.

EATON, B. C. **Microeconomia**. São Paulo: Saraiva, 1996.

FERGUSON, C. E. **Microeconomia**. 19. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1996.

GIAMBIAGI, Fabio; ALËM, Cláudia Ana. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **O impacto da globalização na economia brasileira**. São Paulo: Contexto, 1998.

LEFTWICH, Richard H. **O sistema de preços e a alocação de recursos**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1994.
MANKIW, N. Gregory. **Introdução a economia**: princípios de micro e macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PINDYCK, R.; RUBINFELD, D. **Microeconomia**. São Paulo: Makron, 1994.

ROSSETTI, José Paschoal**. Introdução à economia**. São Paulo: Atlas, 2000.

VARIAN, R. **Microeconomia**: princípios básicos. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

DISCIPLINA: TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO

1. EMENTA

Conceitos básicos de administração e organização. Tipos de organizações. Desenvolvimento histórico: diferentes abordagens e seus pressupostos. Mudanças nas organizações empresariais e a integração da empresa com o mercado.

2. OBJETIVOS

- Oferecer ao aluno fundamentos para compreender a evolução do pensamento administrativo.
- Conhecer as principais teorias desenvolvidas, relacionadas com o contexto social e econômico da época.
- Aplicar os conceitos apresentados em situações reais da prática administrativ.

3. CONTEÚDOS

2º Semestre subsequente

- Conceitos básicos de administração e organização:
  - Organização e administração;
  - Definição e visão geral do papel da administração;
  - Abordagem sobre a administração e suas perspectiva;
  - Antecedentes históricos da administração;
- Abordagem científica/clássica da administração:
  - A administração científica de Taylor, Gilberth, Gantt e Emerson;
  - A abordagem anatômica de Fayol;
  - O fordismo e outras técnicas;
- Abordagem humanística da administração:'
  - Teoria das relações humanas da administração;
  - Mary P. Follett;
  - A experiência de Hawthorne (Elton Mayo);

3º Semestre subsequente

- Decorrências da teoria das relações Humanas:
  - Influência da motivação humana;
  - Liderança;
  - Comunicações;
  - Dinâmica de grupo;
- Níveis da administração:
  - Processo administrativo;
  - Funções da administração;
  - Perfil do administrador;
- Administração contemporânea:
  - Mundialização e a emergência do Terceiro Setor.

1ª Administração Integrado

- Conceitos básicos de administração e organização:

- Organização e administração;
- Definição e visão geral do papel da administração;
- Abordagem sobre a administração e suas perspectiva;
- Antecedentes históricos da administração;

- Abordagem científica/clássica da administração:
  - A administração científica de Taylor, Gilberth, Gantt e Emerson;
  - A abordagem anatômica de Fayol;
  - O fordismo e outras técnicas;
- Abordagem humanística da administração:'
  - Teoria das relações humanas da administração;
  - Mary P. Follett;
  - A experiência de Hawthorne (Elton Mayo);
- Decorrências da teoria das relações Humanas:
  - Influência da motivação humana;
  - Liderança;
  - Comunicações;
  - Dinâmica de grupo;
- Níveis da administração:
  - Processo administrativo;
  - Funções da administração;
  - Perfil do administrador;
- Administração contemporânea:
  - Mundialização e a emergência do Terceiro Setor.

4. METODOLOGIA

O trabalho com as diversas disciplinas no curso Técnico em Administração terá como base um encaminhamento metodológico contextualizado e multidisciplinar, assegurando que as disciplinas sejam complementares, possibilitando relações concretas e dinâmicas entre o objeto de estudo e atividade profissional.

A metodologia utilizada terá como eixo básico a relação teórica-prática. Assim, devem ser utilizados como recursos pedagógicos para enriquecimento do processo ensino-aprendizagem, os espaços escolares, visitas às empresas, relatórios, seminários, palestras, portifólios, memorial dos conteúdos, projetos interdisciplinares, entre outras atividades.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação é um elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino. Corresponde ao conjunto de ações que para o professor objetiva ajustar o ensino da disciplina; identificar como e o que foi aprendido.

Para os alunos, possibilita tomar consciência dos seus avanços, dificuldades e possibilidades. Ocorre durante todo o processo de ensino-aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamentos de grandes etapas de trabalho. É, portanto, um diagnóstico contínuo e dinâmico e se torne um instrumento fundamental para repensar e reformular os métodos, procedimentos e

estratégias de ensino.

A verificação do aproveitamento deve abranger vár5ios tipos de instrumentos como: avaliação escrita, avaliação oral, pesquisas, elaboração e participação de seminários e análise de projetos.

A recuperação de estudos deve ser considerada permitindo a revisão e reelaboração de conhecimentos não aprendidos, sendo possível revisar, reforçar e reorganizar esses conhecimentos.

6. REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

MAXIMIANO, Antônio C. A. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 2002.

MOTTA, Fernando C. P.; VASCONCELOS, Isabella F. G. **Teoria geral da administração**. São Paulo: Thomson, 2002.

MONTANA, Patrick J. **Administração**. São Paulo: Saraiva, 1998.

PREDEBON, José. **Criatividade, abrindo o lado inovador da mente**. São Paulo: Atlas, 1998.

SILVA, Reinaldo Oliveira. **Teorias da administração**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

WOOD JÚNIOR, Thomaz. **Gurus, curandeiros e modismos gerenciais**. São Paulo: Atlas, 1999.

PROPOSTA CURRICULAR – TÉCNICO EM LOGÍSTICA

CURSO: 0931 – TÉCNICO LOGÍSTICA SUBSEQUENTE -TURNO: NOITE
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2010 – GRADATIVA– MÓDULO 20 SEMANAS

DISCIPLINAS	1ª	2ª	3ª
APLICAÇÕES OPERACIONAIS DA LOGÍSTICA	2	2	2
DIREITO E LEGISLAÇÃO	2	2	2
ESPANHOL INSTRUMENTAL	2	2	2
FUNDAMENTOS DO TRABALHO			2
INGLÊS INSTRUMENTAL	2	2	2
INTRODUÇÃO À LOGÍSTICA	2	2	2
MATEMÁTICA FINANCEIRA E NOÇÕES ESTATÍSTICAS	2	2	2
PROCESSO, QUALIDADE E SISTEMAS	2	2	2
REDAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA LOGÍSTICA	2	2	
SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL	2	2	2
TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO	2	2	2

DISCIPLINA: APLICAÇÕES OPERACIONAIS DA LOGÍSTICA

1. EMENTA

Estrutura funcional: estratégias de distribuição, transporte e medidas de desempenho.

2. OBJETIVOS

- Dar subsídios necessários para que os alunos possam compreender os pressupostos técnicos, legais e a dinâmica dos procedimentos logísticos em transporte e armazenagem;
- Habilitar profissionais capazes de integrar as áreas operacionais das organizações.
- Aplicar conhecimentos e tecnologias da administração logística potencializando as vantagens competitivas das empresas e do sistema econômico como um todo.

3. CONTEÚDOS

1º semestre

- Características das operações em logística;
- Conceito e *layout:*: localização e estrutura das instalações;

2º semestre

- Coordenação e controle da cadeia de suprimentos e atividades interfuncionais, posicionamento no desempenho dos processos e modificações de planos de operações;
- Logística interna e externa e gestão da cadeia de suprimentos; Sistemas de informações e previsão de cadeia e suprimento;

3º Semestre

- Motivação e liderança de processos

4. METODOLOGIA

Aulas expositivas e dialogadas, com a utilização de textos e roteiros de apoio; Trabalhos em grupo e apresentação em plenário; Trabalho individual extra classe; Recursos de vídeo, retro projetor, laboratório de informática e projetor de imagens; Estudo de caso.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação é uma atividade necessária e permanente do trabalho docente que deve acompanhar o processo de ensino-aprendizagem. Através dela, os resultados que são obtidos no decorrer do trabalho conjunto professor-aluno são comparados com os objetivos e metas propostas a fim de constatar as apropriações, as dificuldades e reorientar o trabalho pedagógico para as correções necessárias.
É importante que os instrumentos de avaliação sejam variados e que seja oportunizada a recuperação de estudos.

A avaliação é processual e centra-se em realização de trabalhos em grupos, bem como a aplicação de provas e apresentação de seminários,

6. REFERÊNCIAS

AIRES, Antônio de Pádua Salmerom. **Gestão de logística e operações**. Curitiba: IESDE Brasil S/A, 2009.

CASTIGLIONI, José Antonio de Mattos. **Logística operacional**. São Paulo: Editora Érica, 2007.

CHARAN, Ram. **Liderança na era da turbulência econômica**. Editora Campos, 2009.

CHOPRA, Sunil; MEINDL, Peter. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos**: **e**stratégia, planejamento e operação. Editora Prentice Hall Brasil, 2003.

CHRISTOPHER, Martin. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos**. São Paulo: Editora Pioneira, 1999.

FLEURY, Paulo Fernando**;** et al. **Logística empresarial**: a perspectiva brasileira. São Paulo: Atlas, 2000.

MOREIRA, Bernardo Leite. **Dicas de feedback**: ferramenta essencial da liderança. São Paulo: Editora Qualitymark, 2009.

RODRIGUES, Paulo Roberto Ambrósio. **Introdução de sistemas de transporte no Brasil e à logística internacional**. São Paulo: Aduaneiras, 2004.

DISCIPLINA: DIREITO E LEGISLAÇÃO

1.EMENTA

Legislação aplicada à atividade de logística.

2. OBJETIVOS

- Apresentar as noções da Legislação Pátria, bem como sua interpretação e utilização. O estudante estará apto para obter meios de consulta a fim de desenvolver o seu trabalho em conformidade com as normas, sejam elas técnicas especificas ou gerais.

3. CONTEÚDOS

1º Semestre

- Introdução ao Estudo de Direito: noções e aspecto do direito, fontes e ramos de direito e normas jurídicas.
- Noções de Direito Civil:
- Ato e fato Juridico
- Noções de direito das obrigações (contratos)
- Noções de direito Constitucional;
- Constituição: Conceito e Classificação
- Constituição Brasileira de 1988
- Direitos e Garantias Fundamentais.
- Diferenciar sociedade civil e comercial
- Hierarquias das Leis;
- Lei 8213 de 24/07/91 – Lei da previdência Social

2º Semestre

- Noções de Direito Administrativo:
- Conceito de administração pública
- Agentes Públicos
- Poder de Policia
- Lei de Licitação nº 8666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações
- Orçamentos Públicos
- Noções de direito Empresarial: conceitos e classificação
- Diferenciar sociedade civil e comercial
- Atos de comercio e comerciante
- Código de defesa do Consumidor
- Noções de direito Tributário: Conceito e campos de atuação
- Formas de receitas
-Tributos: taxas, impostos e contribuições de melhorias

3º Semestre

- Noções de Direito Ambiental: conceito e campos de atuação
- Meio ambiente e sua classificação
-Política nacional do meio ambiente
- Legislação especifica: Incoterms
- Lei nº 9611/98, regulamentada pelo decreto nº 3411 de 12/04/2000.
- Lei de modernização dos Portos – noções – Lei 10.233/01

- Lei de defesa da concorrência
- Regulamentos aduaneiros
- SISCOMEX;
- Zona primaria e secundaria
- Contratos e fretes

4. METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta disciplina, será desenvolvido com aulas teórico-expositivas, com uso de leitura de textos com diversos autores da área de Direito e textos complementares; em sala de aula, e aplicação da teoria na prática processual o dia a dia, com questões onde o aluno irá realizar tarefas / pesquisas na Internet.
Os conteúdos da disciplina serão trabalhados de forma a desenvolver a capacidade de ação / reflexão dos educandos por meio das experiências de vida, levando-os a apropriação do conhecimento científico historicamente produzido pela humanidade, possibilitando a compreensão mais efetiva e contextualizada da realidade dentro direito.

Recursos utilizados: Laboratório de Informática (computador, Internet), TV Pendrive, Projetor de Multimídia, DVD / Vídeos, palestras e outros.

5. AVALIAÇÃO

São comuns a um processo interativo de ensino- aprendizagem, no qual serão tomadas medidas de valores sobre os conhecimentos aplicados pelo professor e posteriormente apreendidos (aluno).

A avaliação será diagnóstica e contínua, realizadas por meio de observação do desempenho e participação dos alunos, onde serão feitas de forma diversificada como: Avaliação escrita / prática, elaboração de trabalhos escolares individual / equipe; seminários e outros.

6. REFERÊNCIAS

ROCHA, Valleda Pinto da. **Direito e legislação de seguro**. Rio de Janeiro: Funenseg, 1991.

MATTOS, Lucy Moreira et. all. **Seguro incêndio**. Rio de Janeiro: Atlas, 1996.

DOWER, Nelson Godoy Bassil. **Instituições de direito público e privado**. São Paulo: Nelpe L. Dower Edições, 1999.

PINHO, Rui Rebelo Nascimento; MASCARO, Amauri. **Instituições de direito público e privado**. São Paulo: Atlas, 2002.

DISCIPLINA: ESPANHOL INSTRUMENTAL

1.EMENTA

O discurso enquanto prática social em diferentes situações de uso. Práticas discursivas (oralidade, leitura e escrita) e análise lingüística.

2. OBJETIVOS

- Capacitar os profissionais na língua espanhola para assumirem com responsabilidade, habilidade e competência a logística da empresa;
- Proporcionar condições ao aluno para atuar utilizando a língua espanhola diretamente na gestão organizacional;
- Criar na língua espanhola condições favoráveis para a formação de conce4itos e valores de responsabilidade social, ambiental, de justiça e ética profissional;
- Proporcionar na língua espanhola o desenvolvimento das competências intelectuais, técnicas sociais, comportamentais, organizacionais, comunicativas e políticas, que possibilitem ao aluno uma atuação profissional fundamentada no respeito às diferenças individuais e sociais.

3. CONTEÚDOS

1º semestre

- Conhecimentos gerais relacionados à fonética e fonologia do espanhol;
- Cultura espânica;
- Espanhol do cotidiano;
- Vocabulário básico;
- Linguagem coloquial;
- Leitura e interpretação de pequenos textos;
- Compreensão do texto de maneira global e não fragmentada;
- Contatos com diversos gêneros textuais;
- Gêneros discursivos: jornalísticos, cartas, informativos literários.

2º semestre

- Adequação da linguagem oral em situações de comunicação, conforme as instâncias de uso da linguagem;
- Diferenças léxicas, sintáticas e discursivas que caracterizam a fala formal e informal;
- Compreensão do texto de maneira global e não fragmentada;
- Contato com diversos gêneros textuais;
- Gêneros discursivos: jornalísticos, cartas, informativos, literários;
- Gêneros textuais diversificados (narrativos, imprensa, divulgação científica da ordem do relator, da ordem do expor, instrumentais ou prescritos, lúdicos, narrativa gráfica visual, midiáticos,correspondência, etc.)
- Correspondência empresarial;
- Atendimento telefônico.

3º semestre

- Leitura e interpretação de pequenos textos;
- Vocabulário técnico relacionado à função;
- Expressões técnicas da área;

- Correspondência empresarial;
- Atendimento telefônico;
- Conversação.

4. METODOLOGIA

Propõem-se os seguintes pressupostos metodológicos:

- Desenvolvimento de diferentes tipos de metodologia que possibilitem a comunicação entre conhecimentos teóricos e práticos no contexto da futura prática profissional.
- Pretende-se por meio da ação do ensinar, que o conhecimento da língua espanhola seja aprendido de forma a ser aplicada no momento da prática profissional.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação será entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos, bem como diagnosticar seus resultados e o seu desempenho, em diferentes situações de aprendizagem.

Preponderarão os aspectos qualitativos da aprendizagem, considerada a interdisciplinariedade e a multidisciplinariedade dos conteúdos, com relevância à atividade crítica, à capacidade de síntese e à elaboração sobre a memorização,num processo de avaliação contínua, permanente e cumulativa.

6. REFERÊNCIAS

BERLITZ, Charles. **Español passo a passo**. São Paulo: Editora Fontes, 2002.

FANJUL, Adrian. **Gramática y prática de español**: para brasileños. São Paulo: Moderna, 2000.

MILANI, Esther Maria. **Gramática de espanhol para brasileiros**. São Paulo: Saraiva, 2006.

DISCIPLINA: FUNDAMENTOS DO TRABALHO

1. EMENTA

O mundo do trabalho nas perspectivas ontológica e histórica; o trabalho como realização da humanidade. Como produtor da sobrevivência e da cultura; o trabalho como mercadoria no industrialismo e na dinâmica capitalista. As transformações no mundo do trabalho; tecnologias, globalização, qualificação do trabalho e do trabalhador.

2. OBJETIVOS

- Instrumentalizar o educando para entender o histórico da categoria trabalho como evolução das transformações ocorridas;
- Compreender os processos produtivos que foram gerados por meio do trabalho como sobrevivência, como cultura e como mercadoria capitalista.
- Levar o aluno a compreender o trabalho e as realidades sociais.
- Compreender o trabalho como estratégia de desenvolvimento individual e social~;
- Entender o trabalho como princípio norteador de um processo produtivo;

3. CONTEÚDOS

- O ser social, mundo do trabalho e sociedade.
- Dimensões do trabalho humano;
- Perspectiva histórica das transformações do mundo do trabalho;
- O trabalho como mercadoria: processo de alienação;
- Emprego, desemprego e sub emprego;
- O processo e globalização e seu impacto sobre o mundo do trabalho;
- O impacto das novas tecnologias e seu impacto sobre o mundo do trabalho;
- Qualificação do trabalho e do trabalhador;
- Perspectivas de inclusão do trabalhador na nova dinâmica do trabalho.

4. METODOLOGIA

Trabalho é toda ação humana sobre a natureza, a fim de transformá-la em benefício do próprio homem. Ao transformar a natureza o homem também se transforma: forma-se pelo trabalho. Tomando o trabalho como eixo definidor dos conteúdos, a metodologia precípua dessa disciplina é fundamentar consistente e historicamente a categoria trabalho, como forma de entender as transformações pelas quais o mundo passou até hoje, quais as conseqüências dessas mudanças e o que resultou das mesmas, visando capacitar o aluno para agir conscientemente sobre sua prática social. O professor deve adotar várias condutas na sua prática de sala de aula: a) orientador de determinada atividade em que o discente constrói seu conhecimento a partir do seu raciocínio e conhecimentos anteriores; b) provocador de debates e questões, colocando o aluno em confronto com seus raciocínios e representações verbais ou escritas; c) expositor de um conhecimento formalizado e sistematizado isso quando a classe já estiver apta a acompanhar o raciocínio e formular seus próprios conceitos.Deve ser objetivo do professor tirar o aluno do senso comum explicando a ele aspectos concretos de conceitos simples, já de seu conhecimento. Deve também fazer com que o aluno debata estes pontos em

aula, compartilhando com todos os colegas experiências e exemplos, abstraindo novos conceitos que possam incrementar seu saber. Em momentos sucessivos cabe ao professor sugerir e mostrar inter-relações possíveis e despertar novas problematizações.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação, como parte integrante do processo ensino-aprendizagem, abrange a atuação do professor, o desempenho do aluno, e os objetivos, a estrutura e o funcionamento da escola e do sistema de ensino. É o elemento integrador entre a aprendizagem e o ensino. Corresponde ao conjunto de ações que para o professor objetiva ajustar o ensino da disciplina; identificar como e o quê foi aprendido. Para os alunos, possibilita tomar consciência dos seus avanços, dificuldades e possibilidades. Ocorre durante todo o processo de ensino-aprendizagem e não apenas em momentos específicos caracterizados como fechamento de grandes etapas de trabalho. É, portanto, um diagnóstico contínuo e dinâmico e se torna um instrumento fundamental para repensar e reformular os métodos, os procedimentos e as estratégias de ensino.A verificação do aproveitamento do aluno deve abranger vários tipos de instrumentos de avaliação além das provas, trabalhos e seminários como: entrevistas e conversas informais; auto-avaliação e principalmente a observação.

6. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Aparecida Ferreira de. **Psicologia aplicada à administração**: teoria crítica e a questão ética nas organizações. São Paulo: Excellus, 1992.

ARANHA, M. L.A. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

CHESNAIS, F. **Mundialização do capital.** Petrópolis: Vozes, 1997.

DURKHEIM. E. **Educação e sociologia**. 6 ed. Trad. Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1965.

FROMM, E. **Conceito marxista de homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

GENRO, T. **O futuro por armar**: democracia e socialismo na era globalitária. Petrópolis: Vozes, 2000

GENTILI, P. A educação para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In FRIGOTO, G. (Org). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 2000.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

JAMESON, F. **A cultura do dinheiro.** Petrópolis: Vozes, 2001.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**: temas de ciências Humanas. São Paulo:[s.n], 1978.

HOBSBAWM, E. **A era dos extremos**: o breve século XX – 1914 – 1991. São Paulo: UNESP, 1995.
MARTIN, H.P.; SCHUMANN, H. **A armadilha da globalização:** O assalto à democracia e ao bem-estar. São Paulo: Globo, 1996.

MAXIMIANO, Antônio C. A. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 2002.

NEVES, L.M. W. Brasil 2000: **Nova divisão do trabalho na educação.** São Paulo: Xamã, 2000.

NOSELLA, P. Trabalho e educação. In: Frigotto, G. (Org.). **Trabalho e conhecimento**: dilemas na educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, B. Reinventando a democracia: entre o pré-contratualismo e o pos-contratualismo. In: BELLER, Agnes et al. **A crise dos paradigmas em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

SPECTOR, Paulo E. **Psicologia nas organizações**. São Paulo: Saraiva, 2002.

DISCIPLINA: INGLÊS INSTRUMENTAL

1. EMENTA

O discurso enquanto prática social em diferentes situações de uso, Práticas discursivas (oralidade, leitura e escrita) e análise lingüística.

2.OBJETIVOS

- Instrumentalizar o(a) educando(a) para que conheça e utilize a língua como instrumento de acesso a informações e outras culturas e a outros grupos sociais.
- Promover práticas de uso da língua de forma contextualizada, encetadas no universo social do (a) educando (a) contribuindo para uma formação mais ampla como indivíduo através das relações com as demais áreas do conhecimento, com o outro e com o mundo.

3. CONTEÚDOS

1º Semestre

- Aspectos contextuais do texto oral;
- Intencionalidade dos textos;
- Adequação da linguagem oral em situações de comunicação, conforme as instâncias de uso da linguagem;
- Diferenças lexicais, sintáticas e discursivas que caracterizam a fala formal e informal;
- Compreensão do texto de maneira global e não fragmentada;
- Contato com diversos gêneros textuais;

2º Semestre

- Gêneros discursivos: jornalísticos, charges, cartas, receitas, cartoons, informativos, literários;
- Gêneros textuais diversificados (narrativos, imprensa, divulgação cientifica, da ordem do relator, da ordem do expor, instrucionais ou prescritivos, lúdicos, narrativa gráfica visual, midiáticos, correspondências, etc.);
- Vocabulário básico;
- Linguagem coloquial;

3º Semestre

- Leitura e interpretação de pequenos textos
- Vocabulário técnico relacionado à função;
- Correspondência empresarial;
- Atendimento telefônico;
- Cultura inglesa
- Conhecimentos gerais relacionados à fonética e fonologia do inglês.

4. METODOLOGIA

A metodologia de ensino deve ser norteada pela perspectiva histórica e dialética dos fatos sócio-educativos, entendida como uma postura diante da realidade, postura essa que implica nas ações indissociáveis: reflexão/conhecimento/interpretação sobre a realidade buscando sua transformação.

Nesta perspectiva, a metodologia precípua dessa disciplina consiste no ensino de língua como uma possibilidade do(a) educando(a) agir discursivamente no mundo tendo, portanto um, papel importante para o seu desenvolvimento integral. Deve capacitar o(a) educando(a) para compreender e expressar-se adequadamente, facilitando o acesso a diversos tipos de informações para formação geral como cidadão.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação desta disciplina faz parte do processo como algo contínuo, não ocasional e fragmentado permitindo analisar, retomar, propor, e interferir no processo ensino/aprendizagem. Deve se um processo permanente de acompanhamento que à luz da teoria do conhecimento sócio-histórico, possibilite oferecer mediações e interferências no processo.

6. REFERÊNCIAS

AMOS, Eduardo; PRESCHER, Elizabeth; PASQUALIN, Ernesto. **Sun**: inglês para o ensino médio. São Paulo: Rischmond, 2004.

MURPHY, Raymond. **Essencial grammar in use**: gramática básica da língua inglesa. Cambridge: Editora Martins Fontes, 2002.

ZAMARIN, Laura; MASCHERPR, Mario. **Os falsos cognatos**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2000.

DISCIPLINA: INTRODUÇÃO À LOGÍSTICA

1. EMENTA

Conceituação, objetivo e função da logística em suas dimensões.

2. OBJETIVOS

- Compreender a importância da logística em um mundo globalizado;
- Conhecer a evolução histórica da logística;
- Identificar os processos logísticos, bem como os modais de transportes de mercadorias e variáveis para tomada de decisões;
- Conhecer atividades primárias e secundárias em logística;
- Compreender a cadeia de suprimentos e o fluxo de mercadorias no processo produtivo;
- Compreender o sistema de distribuição doméstico e internacional de mercadorias e serviços;
- Avaliar os diferentes custos logísticos;
- Estabelecer relações entre custos logísticos e a economia nacional e internacional.

3. CONTEÚDOS

1º Semestre

- Logística Empresarial: conceito e evolução histórica;
- Processos da logística empresarial;
- Logística Estratégica: vantagem competitiva, a missão do gerenciamento logístico e os desafios;
- Atividades Primárias e Secundárias.

2º Semestre

- Produto logístico, nível de serviço e cadeia de suprimentos;
- Administração logística de materiais: movimentação de materiais e distribuição;
- O ambiente logístico em mutação logística de custos - processos logísticos e seus fluxos de encadeamento;
- Estudo de custos logísticos.

3º Semestre

- Relações dos custos logísticos e a economia nacional e internacional;
- Elementos do custo logístico;
- Apuração dos custos logísticos totais;
- Gestão dos custos logísticos.

4 – METODOLOGIA

Nesta disciplina, o aluno irá se familiarizar com os conceitos, a função e os objetivos da Logística, articulando conhecimentos teóricos e práticos, indispensáveis a atuação profissional. Os conteúdos serão ministrados através de aulas dialogadas, explicativas e expositivas, com estímulo a discussões visando a análise crítica e ao envolvimento do aluno, seguidas de exercícios práticos proporcionando maior objetividade na interpretação. A realização de trabalhos de pesquisas individuais e grupais será elemento de auxílio para fixação do conteúdo aprendido.

5. AVALIAÇÃO

Serão utilizados vários instrumentos para avaliação, para propiciar ao aluno situações onde poderá se desenvolver intelectualmente trabalhando de forma individual ou em equipe, produzindo, criando, pesquisando, interpretando e fazendo questionamentos acerca dos conhecimentos adquiridos, permitindo uma visão crítica enquanto ser humano, da sociedade e do mundo do trabalho, objeto da Educação Profissional.

A avaliação escrita ocorrerá pontualmente, abrangendo os conteúdos trabalhados, tendo como elementos de auxilio trabalhos e atividades desenvolvidas em sala de aula. Será proporcionada sempre que necessário, recuperação de conteúdos, visando melhor desempenho e aprendizagem pelo aluno.

7. REFERÊNCIAS

DIAS, Marcos Aurélio P. **A administração de materiais**: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2001.

HOEK, Remko Van. **Estratégias e gerenciamento de logística**. São Paulo: Futura, 2003.

ALVARENGA, Antonio Carlos; BLUCHER, Edgar. **Logística aplicada**: suprimento e distribuição. São Paulo: Atlas, 2001.

GODINHO, Edgar L. **Logística empresarial**. Curitiba: Ipbex, 2005.

DISCIPLINA: MATEMÁTICA FINANCEIRA E NOÇÕES DE ESTATÍSTICA

1. EMENTA

Os conteúdos apresentados devem ser tomados como ponto de partida, por serem conhecimentos fundamentais para a série, não podem ser suprimidos nem reduzidos, porém o professor poderá acrescentar outros conteúdos básicos, de modo enriquecer o trabalho de sua disciplina naquilo que a constitui como conhecimento especializado e sistematizado. Noções de matemática financeira, capitalização simples e composta, operações de desconto, série de pagamentos, sistema de amortização, análise de investimentos, produtos do mercado financeiro, levantamento, leitura, interpretação, análise e aplicação de dados estatísticos.

2. OBJETIVOS

- Compreender os fundamentos da Matemática e instrumentar os alunos a construir e desenvolver a capacidade de raciocínio lógico aplicados no Contexto social onde está inserido para o desenvolvimento de processos de pensamento, aquisição de atitudes, resolução de problemas, formação de visão cientifica do mundo real e relação das etapas da história da Matemática com a evolução da humanidade.
- Capacitar o aluno a buscar e a trabalhar informações e recursos matemáticos lógicos de maneira seletiva e crítica dando definições, demonstrações, encadeamentos conceituais, que servem para construir novos conceitos e estruturas para validar intuições e dar sentido às técnicas.
- Valorizar o raciocínio lógico matemático como capital intelectual capaz de solucionar problemas e melhorar a qualidade de vida.
- Compreender os conceitos, procedimentos e estratégias matemáticos para planejar soluções para problemas novos, que exijam iniciativa e criatividade.
- Formar profissionais na área administrativa com capacidade para coletar, organizar,descrever analisar e interpretar os dados utilizando para isso métodos estatísticos, afim de que possa inferir resultados que transcendam os dados obtidos inicialmente para retomar decisões sobre eles.

3. CONTEÚDOS POR SÉRIE/ANO

1º ANO

- Proporções: Razão de dois números; Razão de duas grandezas; Propriedade fundamental; Cálculo de um termo desconhecido; Grandezas diretamente e inversamente proporcionais; Grandezas proporcionais à várias outras.
- Porcentagem: Taxa percentual; Elementos do cálculo percentual; Fórmula para o cálculo percentual.
- Juros simples e descontos simples: Juro, capital, taxa; Cálculo do juro simples; Taxas proporcionais e equivalentes.

2º ANO

- Juros e descontos composto: Montante; Título de crédito; Desconto; Desconto comercial.
- Capitalização e amortização: Equivalência de capitais; Capitalização composta.

- Empréstimo: Amortização composta; Introdução; Sistema frances de amostização; Sistema de amortização constante.

3º ANO

- Estatística: Conceitos de estatística; Termos de uma pesquisa; Organização; Análise e interpretação de dados; Tipos de variáveis; Frequência absoluta e relativa; Análise de gráficos estatísitcos, Representação gráfica; Tendência central: moda, média e mediana; Variância; Desvio padrão; Aplicação da estatística à administração.

5. METODOLOGIA

Possibilitar aos alunos análises, discussões, conjecturas, apropriação de conceitos e formulação de ideias. Aprender Matemática não somente por sua beleza ou pela consistência de suas teorias, mas, para que, a partir dela, o homem amplie seu conhecimento e, por conseguinte, contribua para o desenvolvimento da sociedade.

Cabe ao professor a sistematização dos conteúdos matemáticos que emergem das aplicações, superando uma perspectiva utilitarista, sem perder o caráter científico da disciplina e de seu conteúdo. Ir além do senso comum pressupõe conhecer a teoria científica, cujo papel é oferecer condições para a apropriação dos aspectos que vão além daqueles observados pela aparência da realidade (RAMOS, 2004).

6. AVALIAÇÃO

A avaliação deve acontecer ao longo do processo ensino-aprendizagem, ancorada em encaminhamentos metodológicos que abram espaço para a interpretação, e discussão, que considerem a relação do aluno com o conteúdo trabalhado, o significado desse conteúdo e a compreensão alcançada por ele.

No processo avaliativo, faz-se necessário que o uso da observação sistemática para diagnosticar as dificuldades dos alunos e criar oportunidades diversificadas para que possam expressar seu conhecimento. Tais oportunidades devem incluir manifestações escritas, orais e de demonstração, inclusive por meio de ferramentas e equipamentos, tais como materiais manipuláveis, computador, TV pendrive e calculadora. Essas práticas devem possibilitar ao professor verificar se o aluno:

- Comunica-se matematicamente, oral ou por escrito (BURIASCO, 2004);
- Compreende, por meio da leitura, o problema matemático;
- Elabora um plano que possibilite a solução do problema.
- Elaborar conjecturas, fazer afirmações sobre elas e testá-las;
- Perseverar na busca de soluções, mesmo diante de dificuldades;
-Sistematizar o conhecimento construído a partir da solução encontrada, generalizando, abstraindo e desvinculando-o de todas as condições particulares;
- Socializar os resultados obtidos, utilizando para isso, uma linguagem adequada.

6. REFERÊNCIA

ALENCAR FILHO, Edgard de. **Iniciação à lógica matemática**. São Paulo: Nobel, 2002.

PARANÁ. **Currículo básico para a escola pública do Paraná**. Curitiba: SEED, 1990.

DANTE, Luiz Roberto. **Matemática**: ensino fundamental. São Paulo: Ática, 2003.

IMENES, Luiz Márcio; JAKUBOVIC, José; LELIS, Marcelo. **Matemática**. São Paulo: Scipione, 2003.

DINIZ, Maria Ignez de Souza Vieira; SMOLE, Kátia Cristina Stoco. **O conceito de ângulo de geometria**. São Paulo: IME, 1993.

DANTE, Luis Roberto. **Didática da resolução de problemas**. São Paulo: Ática, 1998.

LONGEN. Adilson. **Matemática em movimento**. São Paulo: Editora do Brasil, 2005.

CASTRUCI, G. **A conquista da matemática**. São Paulo: FTD, 2007.

DISCIPLINA: PROCESSOS, QUALIDADE E SISTEMAS

1. EMENTA

Conceitos e aplicações das técnicas de gestão da produção e operações. Planejamento operacional de processos para produtos e serviços. Planejamento, controle e programação da produção e operações. Gestão das operações logísticas(compra, armazenagem, distribuição e transporte). Balanceamento da produção e operações. Gestão da tecnologia aplicada aos processos de gestão de operações industriais e de serviços. Metodologias e modelos de gestão em logística em diferentes procedimentos.

2. OBJETIVOS

- Dar subsídios necessários para que os alunos possam compreender os pressupostos técnicos, legais e a dinâmica dos procedimentos logísticos em transporte e armazenagem.
- Habilitar profissionais capazes de integrar as áreas operacionais das organizações, aplicando os conhecimentos e tecnologias da administração logística, potencializando as vantagens competitivas das empresas e dos sistema econômico como um todo.

3. CONTEÚDOS

1º semestre

- Administração de produção e operações;
- Evolução do sistema de produção;
- Tipos de sistemas de produção planejamento e controle de produção – PCP;
- Projeto em gestão de produção e serviços;
- Projeto de rede em operações produtivas;
- Pesquisa e Desenvolvimento P&D.

2º semestre

- Gestão da qualidade;
- Gestão da capacidade e gestão de compras e terceirização.

3º semestre

- Gestão de logística empresarial;
-Sistemas Logísticos: definições e generalidades dos sistemas;
- Classificação dos sistemas;
-Sistemas e subsistemas;
- A empresa como sistema aberto;
- Processos operacionais do sistema;
- Logística reversa.

4. METODOLOGIA

Aulas expositivas e dialogadas, com a utilização de textos e roteiros de apoio; Trabalhos em grupo e apresentação em plenário; Trabalho individual extra classe; Recursos de vídeo, retro projetor, laboratório de informática e projetor de imagens; Estudo de caso.

As metodologias estarão diretamente relacionadas às competências a serem trabalhadas e podem constituir-se de: trabalho em grupo, individual, seminários, estudos de caso.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação é uma atividade necessária e permanente do trabalho docente que deve acompanhar o processo de ensino-aprendizagem. Através dela, os resultados que são obtidos no decorrer do trabalho conjunto professor-aluno são comparados com os objetivos e metas propostas a fim de constatar as apropriações, as dificuldades e reorientar o trabalho pedagógico para as correções necessárias.

É importante que os instrumentos de avaliação sejam variados e que seja oportunizada a recuperação de estudos. A avaliação será feita no decorrer do percurso formativo, de forma individual e coletiva, utilizando-se de diferentes instrumentos como: resenhas, preparação e participação crítica e reflexiva em seminários, provas, relatórios de trabalho, entre outros,

6. REFERÊNCIAS

FERNANDES, Kleber dos Santos. **Logística**: fundamentos e processos. Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2008.

MARTINS, Petrônio Garcia; LAUGENI, Fernando Piero. **Administração da produção.** São Paulo: Saraiva, 2005.

SIGHIERI, Luciano. **Controle automático de processos industriais**. 2ª Ed. Edgard Blucher, 2000.

SORDI, José Osvaldo de. **Gestão por processos**: uma abordagem da moderna administração. São Paulo: Saraiva, 2008.

PRADO, Darci. **Teoria das filas e da simulação.** São Paulo: Desenvolvimento Gerencial, 1999.

DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais**: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 1997.

ALCOFORADO, Fernando. **Globalização.** São Paulo: Nobel, 1998.

DISCIPLINA: REDAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA LOGÍSTICA

1. EMENTA

Discurso e suas modalidades como práticas para relações humanas no universo profissional.

2. OBJETIVOS

- Compreender a importância da linguagem no processo de comunicação;
- Entender as especificidades da comunicação;
- Sensibilizar e valorizar a linguagem para uma comunicação eficaz;
- Identificar dificuldades decorrentes da comunicação no ambiente de trabalho;
- Valorizar a linguagem enquanto instrumento para construção do conhecimento e da cultura;
- Compreender e utilizar a gramática e as normas linguísticas para interpretação e produção de textos;
- Relacionar redação comercial e a utilização da norma padrão em língua portuguesa para elaboração de documentos próprios da área de logística.

3. CONTEÚDOS

1º Semestre

- O papel da linguagem verbal e não verbal na comunicação;
- A linguagem verbal e não verbal: estudo de caso;
- As especificidades da comunicação verbal: abstração, sistema, norma, fala e não fala;
- Leitura de símbolos e sinais no ambiente de trabalho;
- Linguagem: pensamento, conhecimento e cultura;
- Linguagem corporal.

2º Semestre

- Conhecimento, informação e tecnologia;
- A linguagem na construção de identidades;
- Palavra e discurso no campo da comunicação;
- As normas linguísticas: variedades geográficas e socioculturais;
- A gramática e o estilo das variadas normas, incluindo a norma padrão e sua correção gramatical;
- Redação comercial, borderô, relatórios, despachos e outros documentos próprios da logística.

4. METODOLOGIA

A comunicação, elemento indispensável ao processo de interação social, torna-se instrumento capaz de transformar o ato de ler e escrever. A linguagem como exercício do conhecimento deve compor trabalhos realizados pelo aluno. A dinâmica da disciplina oferece condições ideais para debates, discussões e produções textuais que embasam a elaboração de documentos imprescindíveis aos processos logísticos, possibilitando melhor qualificação para atuar em áreas de planejamento e gestão com objetivo de otimizar as atividades empresariais.

5. AVALIAÇÃO

Serão utilizados vários instrumentos para avaliação, para propiciar ao aluno situações onde poderá se desenvolver intelectualmente trabalhando de forma individual ou em equipe, produzindo, criando, pesquisando, interpretando e fazendo questionamentos acerca dos conhecimentos adquiridos, permitindo uma visão crítica enquanto ser humano, da sociedade e do mundo do trabalho, objeto da Educação Profissional.

A avaliação escrita ocorrerá pontualmente, abrangendo os conteúdos trabalhados, tendo como elementos de auxilio trabalhos e atividades desenvolvidas em sala de aula. Será proporcionada sempre que necessária recuperação de conteúdos, visando melhor desempenho e aprendizagem pelo aluno.

7. REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **A Língua de Eulália.** São Paulo: Contexto, 2004.

----------. **Preconceito linguístico.** São Paulo: Loyola, 2003.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____.**Aula**. São Paulo: Cultrix, 1989.

BASTOS, Neusa Barbosa; CASAGRANDE, Nancy dos Santos. Ensino de língua portuguesa e políticas linguísticas: Séculos XVI e XVII. In BASTOS, Neusa Barbosa (org). **Língua Portuguesa**: uma visão em mosaico. São Paulo: Educ, 2002.

BECHARA, Ivanildo. **Ensino de gramática**: opressão? liberdade? São Paulo: Ática, 1991.

BRAGGIO, Sílvia L. B. **Leitura e alfabetização**: da concepção mecanicista à sociopsicolinguística. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

CASTRO, Gilberto de; FARACO, Carlos Alberto; TEZZA, Cristovão (orgs). **Diálogos com Bakhtin.** Curitiba, PR: Editora UFPR, 2000.

DEMO, Pedro. Formação de formadores básicos. In: **Em Aberto**, n.54, p.26-33,1992.

FARACO, Carlos Alberto. Área de linguagem: algumas contribuições para sua organização. In: KUENZER, Acácia. (org) **Ensino Médio** – Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Português**: língua e cultura. Curitiba: Base, 2003.

_____. **Linguagem e diálogo as ideias linguísticas de Bakhtin.** Curitiba: Criar, 2003.

FÁVERO, Leonor L.; KOCH, Ingedore G. V. **Linguística textual**: uma introdução. São Paulo: Cortez, 1988.

GARCIA, Wladimir Antônio da Costa. **A Semiologia literária e o ensino.** Texto inédito (prelo).

GERALDI, João W. Concepções de linguagem e ensino de Português**.** In: GERALDI, João W. (Org). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.

_____. Concepções de linguagem e ensino de português. In: GERALDI, João W. (org). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **Portos de passagem.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação para promover.** São Paulo: Mediação, 2000.

KLEIMAN, Ângela. **Texto e leitor**: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 2000.

KOCH, Ingedore; TRAVAGLIA, Luiz C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.

_____. **A interação pela linguagem.** São Paulo: Contexto, 1995.

KRAMER. **Por entre as pedras**: arma e sonho na escola. São Paulo: Ática, 2000.

LAJOLO, Marisa. Leitura e escrita com a experiência: notas sobre seu papel na formação. In: ZACCUR, E. (org). **A magia da linguagem.** Rio de Janeiro: DP&A:SEPE,1999.

LAJOLO, Marisa. **O que é literatura.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

DISCIPLINA: SEGURANÇA E SAÚDE OCUPACIONAL

1. EMENTA

Integridade física e mental através do conhecimento das normas de segurança e de saúde.

2. OBJETIVOS

- Proporcionar conhecimento das normas de segurança e de saúde. na empresa, bem como no seu dia a dia.

3. CONTEÚDOS

1º semestre

- Norma regulamentadora – NR5;
- OMS;Insalubridade;
- Periculosidade;
- Eliminação dos agentes nocivos EPI (uso de equipamentos individuais) e EPC (uso de equipamentos coletivos)

2º semestre

- DORT (distúrbios osteosmusculares relacionados ao trabalho);
- CIPA (comissão interna de prevenção de acidentes);
- Mapa de riscos;

3º semestre

- Classificação dos riscos ambientais: físicos, químicos e biológicos;
- Desenvolvimento sustentável;
- Saúde pública (artigo 196 da c.f.): doenças transmitidas pela água, doenças de pele, saneamento básico e vacinações.

4. METODOLOGIA

Aulas expositivas e dialogadas, com a utilização de textos e roteiros de apoio; Trabalhos em grupo e apresentação em plenário; Trabalho individual extra classe; Recursos de vídeo, retro projetor, laboratório de informática e projetor de imagens; Estudo de caso.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação é uma atividade necessária e permanente do trabalho docente que deve acompanhar o processo de ensino-aprendizagem. Através dela, os resultados que são obtidos no decorrer do trabalho conjunto professor-aluno são comparados com os objetivos e metas propostas a fim de constatar as apropriações, as dificuldades e reorientar o trabalho pedagógico para as correções necessárias.

É importante que os instrumentos de avaliação sejam variados e que seja oportunizada a recuperação de estudos. A avaliação será feita no decorrer do percurso formativo, de forma individual e coletiva, utilizando-se de diferentes instrumentos como: resenhas, preparação e participação crítica e reflexiva em seminários, provas, relatórios de trabalho, entre outros.

6. REFERÊNCIA

CAMPOS, Armando. **CIPA**: comissão interna de prevenção de acidentes. São Paulo: SENAC, 2004.

EQUIPE ATLAS. **Segurança e medicina do trabalho**: manual de legislação. São Paulo: Atlas, 2009.

GIOVANNI, Moraes de Araujo. **Legislação de segurança e saúde ocupacional**. São Paulo: Editora GVC, 2006.

CERQUEIRA, J. P. **Sistema de gestão integrado**. São Paulo: Editora Quality Master, 2007.

CICCO, F; FANTAZINI, M. L. **Introdução à engenharia de segurança do trabalho**. RJ: Fundacentro, 1992.

DISCIPLINA: TRANSPORTE E DISTRIBUIÇÃO

1. EMENTA

Distribuição, transporte e armazenagem; administração e avaliação de estoque, controle e fluxo de bens e serviços, suprimento.

2. OBJETIVOS

- Atuar na área de transportes, armazenagem e distribuição com segurança;
- Avaliar e classificar os estoques existentes em uma empresa comercial ou industrial;
- Conhecer e dominar os sistemas de controle dos estoques;
- Planejar a distribuição e o transporte de mercadorias.

3. CONTEÚDOS

1º Semestre

- Administração de estoque: matéria primas, produtos acabados e produtos em processamento;
- Níveis de estoques;
-Sistemas de controle de Estoques (mrp I; mrp II; Kanban, Supply in chain managemente);

2º Semestre

- Avaliação de estoques: Classificação abc; lote econômico; peps; ueps; custo médio;
- Controle e fluxo de bens e serviços: definição de controle e fluxo, redes de transporte; forma de distribuição: terrestre, aguaviário, aeroviário e dutoviário;
-Transporte: modais, intermodais e multimodais: classificação de cargas; técnicas de distribuição.

3º Semestre

- Normas técnicas básicas (decisão sobre o meio de transporte);
- Planejamento de distribuição e do transporte (organograma e cronograma);
- Localização de materiais (layout), monitoração, roteirização, comércio interno e custos de transportes, fatores determinante do valor do frete.
- Armazenagem e suprimento: armazenagem pública e geral, a tradicional e a moderna, sistemas gerenciais para distribuição e armazenamento, tipos de embalagem; automação na armazenagem; tecnologia da informação.

4. METODOLOGIA

A metodologia utilizada terá como eixo básico a relação teoria-prática. Assim serão utilizados como recursos pedagógicos para enriquecimento do processo ensino-aprendizagem, os espaços escolares, visitas às empresas, relatórios, seminários, palestras, portifólios, projetos interdisciplinares entre outras atividades.

Os conteúdos serão trabalhados de forma a desenvolver capacidade de reflexão/ação dos educandos, através das experiências de vida levando-os a

apropriar-se do conhecimento científico produzido pela humanidade, possibilitando-lhes a compreensão mais contextualizada da realidade.

5. AVALIAÇÃO

A avaliação assume caráter formativo, integrado ao processo ensino-aprendizagem, permitindo ao aluno consciência de seu próprio caminhar se expandindo em relação ao conteúdo e as propostas das tendências metodológicas através de variados instrumentos de avaliação e a sua freqüência de aplicação para posteriormente tomar decisões quanto aos necessários ajustes, revisões e reorientações da prática docente.

A recuperação de estudos deve ser considerada permitindo a revisão e a reelaboração de conhecimentos não apreendidos sendo possível revisar, reforçar ou reorganizar esses conhecimentos.

6. REFERÊNCIA

-BERTAGLIA, Paulo Roberto; **Logística e gerenciamento da cadeia de abastecimento**. São Paulo: Saraiva, 2006.

-DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de matérias**: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 1993.

- MATTAR, Amir Valente, et all. **Qualidade e produtividade nos transportes**. São Paulo: Editora Cengage Learning, 2008.

- MOURA, Osni Ribeiro;. **Contabilidade comercial**: fácil. São Paulo: Saraiva, 1996.

- SABA, Fernando Arbache. **Gestão de logística**: distribuição e trade marketing. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.